



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO I

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Estudos Legislativos  
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR

### COLEÇÃO

ANO XLVIII — Nº 179

QUARTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 177ª SESSÃO SOLENE, MATUTINA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 49ª LEGISLATURA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1993

##### I — Abertura da Sessão

##### II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

##### III — Leitura do Expediente

#### PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 134-A, de 1992 (do Sr. José Serra e outros) — Altera o prazo da revisão constitucional de que trata o artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela inadmissibilidade desta e da de nº 158/93, apensada, contra os votos dos Srs. Edésio Passos e, em separado, dos Srs. Hélio Bicudo e Mendes Ribeiro.

Proposta de Emenda à Constituição nº 170, de 1993 (do Sr. Freire Júnior) — Altera a redação do inciso VII do artigo 29 da Constituição.

Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993 (do Sr. Benedito Domingos) — Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).

Proposta de Emenda à Constituição nº 172, de 1993 (do Sr. Eduardo Jorge e outros) — Institui regime básico unificado de previdência social e dispõe sobre regime complementar, dando nova redação aos artigos 7º, 39, 61, 73, 129, 194, 195, 201 e 202 da Constituição Federal, aos artigos 58 e 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revogando o artigo 40, o § 10 do artigo 42, o inciso VI do artigo 93, o parágrafo único do artigo 149 e o § 8º do artigo 195.

Proposta de Emenda à Constituição nº 173, de 1993 (do Sr. Armando Pinheiro e outros) — Altera as competências da União, dos Estados e dos municípios.

Proposta de Emenda à Constituição nº 174, de 1993 (do Sr. Jarvis Gaidzinski e outros) — Extingue o Tribunal de Contas da União, cria a Comissão de Contas do Congresso Nacional e dá outras providências.

#### RECURSOS

Recurso nº 100-A, de 1993 (do Sr. Sigmaringa Seixas) — (contra declaração de prejudicialidade) — Requer, na

forma do artigo 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.044/91; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pelo não acolhimento.

Projeto de Lei Complementar nº 118-A, de 1992 (do Sr. Jackson Pereira) — Proíbe o repasse de recursos da União ao Governo do Distrito Federal, para a manutenção de projetos ou atividades de caráter local; tendo pareceres da Comissão de Finanças e Tributação pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela inconstitucionalidade.

Recurso nº 135, de 1993, contra decisão conclusiva de comissão (do Sr. Roberto Freire e outros) — Requer, na forma do artigo 132, § 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 2.350, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

Recurso nº 136, de 1993, contra decisão conclusiva de comissão (do Sr. Roberto Freire e outros) — Requer, na forma do artigo 132, § 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

Recurso nº 137, de 1993, contra decisão conclusiva de comissão (do Sr. Roberto Freire e outro) — Requer, na forma do artigo 132, § 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 1.602, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

Recurso nº 138, de 1993, contra decisão conclusiva de comissão (do Sr. Roberto Freire e outros) — Requer, na forma do artigo 132, § 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 3.501, de 1993, seja apreciado pelo Plenário.

Recurso nº 139, de 1993, contra decisão conclusiva da comissão (do Sr. Roberto Freire e outros) — Requer, na forma do art. 132, § 2º, de Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 2.196, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

Recurso nº 140, de 1993, contra declaração de prejudicialidade (do Sr. Victor Faccioni) — Requer, na forma do art. 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.136, de 1992.

Recurso nº 141, de 1993, contra parecer terminativo de comissão (do Sr. Sidney de Miguel e outros) — Requer, na forma do art. 144, c/c art. 132, § 2º, do Regimento Interno, que o projeto de Lei nº 1.610/91, de sua autoria, seja apreciado pelo Plenário, quanto à sua constitucionalidade, em face do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Recurso nº 142, de 1993, contra declaração de prejudicialidade — (do Sr. Francisco Rodrigues) — Requer, na forma do art. 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/91.

Recurso nº 143, de 1993, contra declaração de prejudicialidade (do Sr. Victor Faccioni) — Requer, na forma do art. 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.477/84.

Recurso nº 144, de 1993, contra declaração de prejudicialidade (do Sr. Roberto Freire) — Requer, na forma do artigo 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.004/93.

#### IV — HOMENAGEM

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Saudação aos convidados. Homenagem à Petrobrás pelo transcurso do 40º aniversário de sua fundação.

PEDRO VALADARES — Homenagem à Petrobrás.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Registro da presença do convidado.

OSÓRIO ADRIANO, WALDIR PIRES — Homenagem à Petrobrás.

PRESIDENTE (Adylson Motta) — Registro da presença de convidados.

JAQUES WAGNER, NILSON GIBSON — Homenagem à Petrobrás.

PRESIDENTE (Wilson Campos) — Homenagem à Petrobrás.

ALDO REBELO, PAULO RAMOS, ERNESTO GRADELLA — Homenagem à Petrobrás.

PRESIDENTE (Waldir Pires) — Anúncio de apresentação do Coral da Petrobrás.

PRESIDENTE (Waldir Pires) — Comunicação ao Plenário sobre a realização de sessão da Câmara dos Deputados após a sessão do Congresso Revisional.

#### V — ENCERRAMENTO

##### 2 — ATOS DO PRESIDENTE

a) **Exonerações:** Isabel de Freitas Paula, Júlio Cesar Coelho, Márcia Ivone Closs.

b) **Nomeações (Tornar sem efeito):** Carlos Henrique Martins Lima, Clara Fantine Moller Gonçalves, Pedro Bernardes Lobato, Raquel Martins Lima, Viviane Martins Pereira Cardell.

c) **Nomeações:** Carmem Camilo, Caroline Lopes dos Anjos, Josefina Maria Ferraira Albuquerque, Jucélio Roberto dos Santos Borges, Luiz Fenelon Pimentel Barbosa, Márcia Ivone Closs, Maria de Fátima Rodrigues, Marilene Carneiro Matos, Ricardo Nório Daitoky, Romero Brasil de Andrade.

d) **Dispensa:** Márcio Marques de Araújo.

e) **Designação por acesso:** Ana Miriam Nascimento Guerra Brandão

f) **Designação:** Lucília Kawamoto.

##### 3 — COMISSÕES — ATAS DAS COMISSÕES

a) Comissão de Seguridade Social e Família, 20ª reunião (Ordinária), em 25-8-93.

b) Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, 30ª reunião (Ordinária), em 20-10-93.

c) CPI — Destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, 15ª reunião, em 13-9-93; 16ª reunião, em 14-9-93; 17ª reunião, em 15-9-93; 18ª reunião, em 28-9-93; 19ª reunião, em 5-10-93; 20ª reunião, em 18-10-93.

##### 4 — DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

a) Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nº 37/93, em 26-10-93.

b) Comissão de Finanças e Tributação, nº 32/93, em 25-10-93.

c) Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nº 28/93, em 25-10-93.

##### 5 — MESA

##### 6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES

##### 7 — COMISSÕES

## Ata da 177ª Sessão Solene, Matutina, em 26 de outubro de 1993

*Presidência dos Srs.: Adylson Motta, 1º Vice-Presidente; Wilson Campos, 1º Secretário;  
Waldir Pires, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.*

#### I — ABERTURA DA SESSÃO

(10 horas e 7 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta)

Há número regimental

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, e em nome do Povo Brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

#### II — LEITURA DA ATA

O SR. JOSÉ FORTUNATI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. JOSÉ FORTUNATI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura do seguinte.

ALFONSO DE PAIVA  
 GEORGE VIEIRA LIMA  
 JOAO BIXIIRA  
 MAURO CAMPAIO  
 ROSEMINIUMA  
 FLAVIO ARNS  
 JOAO AMILDE  
 AMARAL NETTO  
 PEDRO NOVAES  
 ADELIADE MARI  
 ADOLFO PEREIRA  
 DIERIO KNOP  
 AUGUSTO CARVALHO  
 LELIA MENDES  
 OSWALDO SIEMCA  
 WELINGTON FAGUNDES  
 TUGA ANGIRANT  
 ZAIRÉ PEREIRA  
 LOURIVAL LEPILAR  
 JOAO FAGUNDES  
 ANTONIO MONTENHO  
 ALCEZIO SANTOS  
 LERARDO ALUMIN FILHO  
 JOSE MENDONÇA REZERRA  
 SAO FLORENTIA  
 SOLON TORRES DOS REIS  
 GONRARIAGA SEIXAS  
 CELIO DE CASTRO  
 ROBERTO BULLEMBERG  
 ROBERTO MAGALHAES  
 JOSE LUIZ MATA  
 VIMONDINO CROUVINEL  
 SERGIO MACHADO  
 JORJO DE BARROS  
 KOTU IHA  
 FRALCO LINDO  
 VALADIMIR PALMEIRA  
 QUACIR KLEIN  
 JAYME SANTANA  
 ROSE DE FREITAS  
 JOSE BATISTA MOTA  
 TOURINHO DANTAS  
 BENITO GAMA  
 NELSON JOBIM  
 JORGE KHOURY  
 ELEN PEDROSO  
 DIOGO NODUPA  
 ANTONIO DE JESUS  
 FRANCISCO RODRIGUES  
 ORLANDO PACHECO  
 CID CARVALHO  
 PA'S LANDIM  
 PAULO BLINARDO  
 LARIOS VIRGILIO  
 GRACIELY DE PAULA  
 LARDOAL ALVES  
 VALER PEREIRA  
 SIMAN SASSIM  
 ANGELA AMIN  
 JOSE CARLOS ALLUJA  
 EURIDES BRITO  
 NILTON BATIAR  
 WANDA REIS  
 FELIPE MARI  
 CESAR SOUZA  
 LUIZ PONTES  
 OLAVIEVES MOURA  
 MURILDO PINHEIRO  
 JOSE VICENTE PRIZOLA  
 MARIO MARTINS  
 ERI GU IPRANOT  
 TIBETI DE LIMA  
 NAN SOUZA  
 MAUIAEL CAVALCANTI  
 TILARUO FIUZA  
 CARLOS ROBERTO MASSA  
 TIDEN SANTIAGO

CLETO FALCÃO  
JOÃO MENDES  
JOSE REINALDO  
BETO MANSUR  
RICARDO IZAR  
PAULO OCTAVIO  
NÍCIAS RIBEIRO  
JOAQUIM SUCENA  
PAULO ROCHA  
VICTOR FACCIONI

SIDNEY DE MIGUEL  
PEDRO IRUJO  
AVELINO COSTA  
JESUS LAJRA  
MUSSA DEMES  
JOSE FALCÃO  
ALACID NUNES  
PEDRO PAVÃO  
JOSE DIDGO  
CHICO VIGILANTE

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....1/9  
ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 0  
ASSINATURAS REPETIDAS..... 9  
ASSINATURAS ILEGÍVEIS..... 0  
ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM..... 2  
ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... 0  
ASSINATURAS DE SENADORES..... 0

#### ASSINATURAS IRREGULARES

REPETIDA:  
114 - WILSON CAMPOS  
118 - CESAR BANDEIRA  
134 - ZAIRÉ REZENDE  
137 - JOÃO FAHINDES  
140 - AUGUSTO CARVALHO  
145 - ANTONIO MURIMOTO  
149 - JOSE LUIZ MAIA  
152 - VICTOR FACCIONI  
177 - JAIR BOLSONARO

NÃO CONFEREM:  
159 - CARLOS AZAMBUJA  
163 - JOSE ALDO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

## CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

### Título IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

##### Capítulo I DO PODER LEGISLATIVO

### Seção VIII Do Processo Legislativo

#### Subseção II

##### Da Emenda à Constituição

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I — de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II — do Presidente da República;
- III — de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se apro-

vada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I — a forma federativa de Estado;
- II — o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III — a separação dos Poderes;
- IV — os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

**Art. 3º** A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

### PROPOSTA DE AMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 158, DE 1993 (Do Sr. Elísio Curvo e outros)

Dispõe sobre a revisão constitucional prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 134, DE 1992).

**Art. Único** A revisão constitucional de que trata o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias terá início dez dias após a data de promulgação desta Emenda e será concluída em 5 de abril de 1994.

#### JUSTIFICAÇÃO

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias preceitua, no seu art. 3º, que:

" Art. 3º - A revisão Constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional ".

O espírito desse dispositivo é, segundo uns, permitir a correção das diversas falhas da Carta de 1988, pelo **quorum** com que esta foi aprovada e, segundo outros, permitir apenas o ajuste do texto constitucional ao sistema de governo eleito pelo povo no plebiscito, inicialmente previsto para 7 de setembro do corrente ano.

Antecipado o plebiscito, como ocorreu, por força da Emenda Constitucional nº 2, de 25.8.92, impõe-se a antecipação da revisão constitucional, não só para eliminar da nossa Carta os dispositivos próprios do sistema parlamentarista e incluir normas inerentes ao sistema presidencialista, como ainda para expurgar o texto constitucional de suas inúmeras impropriedades, fortemente em face da nova ordem política e econômica internacional.

O aprimoramento de nosso Estatuto Político constitui, aliás, uma verdadeira aspiração nacional, diante dos erros constatados.



As vozes mais autorizadas deste País têm apontado a Constituição de 1988 até mesmo como uma das causas da inflação, em virtude do enfraquecimento financeiro imposto à União, cuja capacidade impositiva tributária foi acentuadamente reduzida, sem que fossem transferidos, aos Estados e Municípios, qualquer um dos encargos federais.

A Constituição, pródiga em atribuir encargos à União, silenciosa, incompreensivelmente, quanto aos encargos dos Estados e Municípios.

Destarte, todo o País clama por uma reforma do capítulo pertinente ao Sistema Tributário, a fim de reduzir a carga tributária bruta (hoje cerca de 25% do PIB), o número de tributos e a burocracia fiscal.

Clama, ainda, a sociedade por normas que proíbam o Orçamento da União de conter verbas para despesas próprias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foram altamente beneficiados com a nova repartição das receitas tributárias.

Também é imperioso corrigir as regras que dificultam a privatização de diversas empresas estatais, bem assim as que permitem sejam canalizadas ao ensino superior maior soma de recursos do que ao ensino fundamental.

Aliás, o próprio Governo Federal tem reiterado a necessidade premente de modificações dos dispositivos sobre o Sistema Tributário e a estatização da economia.

Além disso, se a revisão constitucional somente tiver início em 5 de outubro do corrente ano, certamente os trabalhos respectivos não estarão concluídos antes do início das campanhas eleitorais de 1994 e, conseqüentemente, a votação final do texto revisado somente ocorrerá em 1995, já com um novo Congresso Nacional, que, provavelmente, desejará rever todo o trabalho dos membros da atual composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Dessa forma, o País atravessaria um longo período de instabilidade das regras jurídicas e econômicas. Isso, aliado ao processo inflacionário em curso e à crescente insatisfação popular com os Poderes constituídos, poderá gerar uma ruptura entre governantes e governados, com sérios riscos para a própria Nação Brasileira.

E bem verdade que o início da revisão constitucional, pelas normas em vigor, ocorrerá em cinco meses.

Assim sendo, a finalidade desta Emenda é justamente a de antecipar o termo inicial da revisão em tela, permitindo, desde já, a discussão sobre as propostas de Emendas que forem apresentadas, de modo que possam ser votadas ainda neste ano ou no início de 1994.

Por outro lado, preenchendo uma in crível lacuna do texto em vigor, a Emenda estabelece um termo final: seis meses após, ou seja, em 5 de abril de 1994.

Essa providência mais se justifica para evitar que prospere o entendimento absurdo de que, a partir do quinto ano de sua vigência, a Constituição de 1988 poderia, por prazo indeterminado, ser emendada sem o quorum qualificado do art. 60, § 2º, isto é, três quintos dos membros de cada Casa, em dois turnos de votação.

Em outras palavras, o Congresso Nacional não pode ficar surdo às aspirações da coletividade, no sentido da imediata e rápida revisão constitucional, a fim de corrigir e aperfeiçoar o texto da Constituição de 1988. E também não pode permitir que se procrastine indefinidamente o final do período de revisão constitucional.

Só assim o Congresso Nacional poderá proporcionar ao País a estabilidade política, jurídica e econômica que todo o povo almeja.

Sala das sessões em 5 de *maio* de 1993.

*Sérgio Ferrar*  
Deputado Elzeu Cury

SECRETARIA GERAL DA MESA

#### ASSINATURA

|                               |                             |
|-------------------------------|-----------------------------|
| 1 - BENEDITO DOMINGOS         | 93 - ROBERTO BALESTRA       |
| 2 - JOSE DUTRA                | 94 - RIBEM MUDINA           |
| 3 - MARCOS LIMA               | 95 - FELIPE NERI            |
| 4 - NILSON GIBSON             | 96 - ANTONIO BARBANA        |
| 5 - FELIX MENDONÇA            | 97 - PEDRO NOVAIS           |
| 6 - SIMÃO NAYÁ                | 98 - REINHOLD STEPHANUS     |
| 7 - ANTONIO HOLANDA           | 99 - LUIZ VIANA NETO        |
| 8 - MARILYN LAVALCANTE        | 100 - MAX ROLLMANN          |
| 9 - LUIZ CARLOS HAULY         | 101 - SERGIO GUERRA         |
| 10 - WILSON CUNHA             | 102 - WILTON FAGUNDES       |
| 11 - EDUAR MOREIRA            | 103 - PEDRO IRIJO           |
| 12 - LUIZ MAINAKUI            | 104 - FERNANDO CARRION      |
| 13 - ALDO PINTO               | 105 - JOSE ABRAO            |
| 14 - ADYLSON NETTA            | 106 - ANTONIO FALCIROS      |
| 15 - WILSON CAMPOS            | 107 - JONAS PINHEIRO        |
| 16 - EULÊN RIBEIRO            | 108 - KOYU IHA              |
| 17 - JOSE DIOGO               | 109 - ERLATO TINOCO         |
| 18 - LUIZ ROBERTO PONTE       | 110 - JAIR AZI              |
| 19 - ALCIO NEVES              | 111 - PAULO LIMA            |
| 20 - ENALDO TRINDADE          | 112 - RONALDO PERIN         |
| 21 - PINHA DOGO DE OLIVEIRA   | 113 - TONY GEL              |
| 22 - PAULO NOVAES             | 114 - GEORGE TAKIMOTO       |
| 23 - MUNHOZ DA ROCHA          | 115 - CARLOS KAYATH         |
| 24 - AMAURY MULLER            | 116 - JOSE LUIZ CLEOT       |
| 25 - MAURO MIRANDA            | 117 - ISRAEL PINHEIRO       |
| 26 - CARLY FILHO              | 118 - PAULO SILVA           |
| 27 - LUIZ SOYER               | 119 - SERGIO CURY           |
| 28 - ELIAS MURAD              | 120 - JOSE FALCAO           |
| 29 - JARI RIBEIRO             | 121 - ALACID NUNES          |
| 30 - MILANIO LOIMBRA          | 122 - JOAO ALMEIDA          |
| 31 - ANTONIO DE JESUS         | 123 - JOSE LOURENCO         |
| 32 - CHICO AMARAL             | 124 - PAUDERNEY AVELINO     |
| 33 - CARLOS KUBERTO MASSA     | 125 - VALTER PEREIRA        |
| 34 - VITAL DO REGO            | 126 - JOAO TEIXEIRA         |
| 35 - RIVALDO MEDEIROS         | 127 - VALDOMIRO LIMA        |
| 36 - AYRES DA CUNHA           | 128 - LUIZ HENRIQUE         |
| 37 - VITORIO MATA             | 129 - JOSE MENDONÇA BEZERRA |
| 38 - CAPDOSO ALVES            | 130 - PASCOAL NOVAES        |
| 39 - MANOEL MOURA             | 131 - JOAO NATAL            |
| 40 - MARILYN ARAUJO           | 132 - JOSE LOURENCO         |
| 41 - OSVALDO REIS             | 133 - UBERATAN AGUIAR       |
| 42 - PAULO DUARTE             | 134 - OSMANIO PEREIRA       |
| 43 - SAULO COLLEHO            | 135 - FRANCISCO EVANGELISTA |
| 44 - MAURICIO CAMPOS          | 136 - UERSON PERES          |
| 45 - SERGIO SPADA             | 137 - MAURICIO CALIXTO      |
| 46 - MARIA VALADAO            | 138 - AMARAL NETTO          |
| 47 - IBENE FERREIRA           | 139 - LUIZ POITES           |
| 48 - EVALDO GONCALVES         | 140 - MARIA LUIZA FONTENELE |
| 49 - CARLOS SCARPELINI        | 141 - DELIO BRAZ            |
| 50 - JONI VARRISCO            | 142 - PEDRO PAVAO           |
| 51 - ALOISIO VASCONCELOS      | 143 - JOSE REINALDO         |
| 52 - ELIEL RODRIGUES          | 144 - ARMANDO PINHEIRO      |
| 53 - REDITARIO CASSOL         | 145 - FERNANDO DINIZ        |
| 54 - WERNER WANDERER          | 146 - MARIO CHERMONT        |
| 55 - OSVALDO STECCA           | 147 - NAN SOUZA             |
| 56 - RUBERVAL PILOTTO         | 148 - RENATO JOHNSON        |
| 57 - VALDIR COLATTO           | 149 - JOSE MARIA EYMAL      |
| 58 - WILSON BENTO             | 150 - CESAR BANDEIRA        |
| 59 - MURILO PINHEIRO          | 151 - JOSE ELIAS            |
| 60 - OTTO CUNHA               | 152 - GILVAN BORGES         |
| 61 - EFRAIM MORAIS            | 153 - HALEY MARGOM          |
| 62 - RANALHO LEITE            | 154 - JOAO DE DEUS ANTUNES  |
| 63 - JONES SANTOS NEVES       | 155 - IVANDRO CUNHA LIMA    |
| 64 - FAUSTO ROCHA             | 156 - DJENAL GONCALVES      |
| 65 - WILSON MOREIRA           | 157 - FABIO RAUNHEITTI      |
| 66 - ALDIR CAIRAL             | 158 - ARACELY DE PAULA      |
| 67 - LAPROVITA VIEIRA         | 159 - ZAIRE REZENDE         |
| 68 - PEDRO VALADARES          | 160 - NELSON MORRO          |
| 69 - NELSON MARQUEZELLI       | 161 - JOSE THOMAZ NONO      |
| 70 - MARCELINO ROMANO MACHADO | 162 - APOLDE DE OLIVEIRA    |
| 71 - ITSUO TAKAYAMA           | 163 - WALTER MORY           |
| 72 - SERGIO FERRARA           | 164 - VIRMUNDOS CRUQUIMEL   |
| 73 - PAES LANDIM              | 165 - RONALDO CAIADO        |
| 74 - JOSE ULISSES DE OLIVEIRA | 166 - JOSE ALDO             |
| 75 - ODELHO LEAO              | 167 - JOSE FELINTO          |
| 76 - OLAVO CALHEIROS          | 168 - MANOEL CASTRO         |
| 77 - CARLO MACHADO            | 169 - GEDDEL VIEIRA LIMA    |
| 78 - JOAO TOTA                | 170 - CID CARVALHO          |
| 79 - JOFRAN FREJAT            | 171 - ANGELO MAGALHAES      |
| 80 - ALUTZIO ALVES            | 172 - OSORIO ADRIANO        |
| 81 - JOAO FAGUNDES            | 173 - FRANCISCO SILVA       |
| 82 - OSVALDO MELO             | 174 - ADILSON MALUF         |
| 83 - PEDRO CORREA             | 175 - LAERTE BASTOS         |
| 84 - DIOGO NOMURA             | 176 - SANDRA CAVALCANTI     |
| 85 - TADASHI KURIKI           | 177 - MORONI TORGAN         |
| 86 - HEITOR FRANCO            | 178 - LUIZ MOREIRA          |
| 87 - DENIS SCHWARTZ           | 179 - ROBERTO ROLLEMBERG    |
| 88 - TARCISIO DELGADO         | 180 - JACKSON PEREIRA       |
| 89 - JOSE LUIZ MATA           | 181 - JUNOT ABI-RAHIA       |
| 90 - GILSON MACHADO           | 182 - JOSE TELES            |
| 91 - JOSE GERALDO             | 183 - CARLOS NELSON         |
| 92 - OSVALDO BENDER           | 184 - OSVALDO BENDER        |

|   |     |
|---|-----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 184 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0   |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 1   |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 1   |
| ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM.....         | 3   |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 0   |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0   |

Pag. 1 6

#### ASSINATURAS IRREGULARES

|                          |                     |
|--------------------------|---------------------|
| REPETIDAS:               | 186 - PAULO OCTAVIO |
| 101 - LUIZ ROBERTO PONTE | 187 - JOAO HENRIQUE |
| NAO CONFERES:            | 186 - PAULO OCTAVIO |
| 171 - HUMBERTO SOUTO     | 187 - JOAO HENRIQUE |

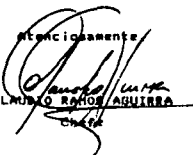
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 12 de maio de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Elísio Curvo, que "Dispõe sobre a revisão constitucional prevista do art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

- 184 assinaturas válidas;
- 001 assinatura reatada;
- 001 assinatura ilegível;
- 003 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente  
  
ELÍSIO CURVO  
Chapa

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
N E S T A

PARECER DA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### PARECER VENCEDOR

##### I. II. RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR.

Com a devida vênia, manifestamos nossa integral discordância em relação ao parecer apresentado pelo ilustre Relator da proposição em epígrafe, Deputado MENDES RIBEIRO, que concluiu pela admissibilidade da matéria ali contemplada.

Nosso entendimento a respeito do assunto tem sido no sentido de que o art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não pode ser modificado por emenda constitucional, uma vez que encerra, em si mesmo, limitação temporal imposta, pelo Poder Constituinte originário, ao Poder reformador, que daquele é apenas derivado.

A fixação do prazo de cinco anos para que se dê início à revisão da Constituição não foi decisão aleatória nem de ordem meramente política ou discricionária, mas sem dúvida atendeu a um critério lógico inafastável pelo Poder reformador: a necessidade de se submeter o texto aprovado em 1988 a um prazo mínimo de vigência, após o qual seria possível diagnosticarem-se os pontos positivos e os que precisariam ser revistos no texto constitucional.

O art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é dispositivo limitador do Poder Constituinte derivado, não podendo, por isto mesmo, ser por ele modificado.

Estes os motivos por que votamos pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição em exame.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 1993.

Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Edésio Passos e, em separado, Hélio Bicudo e Mendes Ribeiro, este primitivo Relator, pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 134/92 e da de nº 158/93, apensada, nos termos do parecer do Deputado Roberto Magalhães, designado Relator do vencedor.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jesus Tajra - Vice-Presidente no exercício da Presidência, José Luiz Clerot, Maurício Mariano, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Maurício Najjar, Messias Góis, Roberto Magalhães, Tourinho Dantas, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Gerson Peres, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Wilson Müller, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Dirceu, José Genoíno, Gastone Righi, Benedito Domingos, João de Deus Antunes, Tony Gel, Haroldo Lima, Robson Tuma, Armando Viola, Walter Pereira, Everaldo de Oliveira, Armando Pinheiro, Vitorio Malta, Paulo Portugal, Carlos Kayath, José Burnett e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 1993

Deputado JESUS TAJRA  
Vice-Presidente no  
exercício da Presidência

Deputado ROBERTO MAGALHÃES  
Relator do vencedor

#### VOTO EM SEPARADO DO SR. MENDES RIBEIRO, PRIMITIVO RELATOR.

##### RELATÓRIO

A Emenda Constitucional tem em mira alterar a data da Revisão da Carta.

##### VOTO

Nada existe para impedir sua tramitação.

Sendo assim, o voto é permitindo sua análise pela Comissão Especial. O Relator endossa a justificativa dos autores e vota favoravelmente.

Sala da Comissão, 17 de dezembro de 1992

Deputado Federal MENDES RIBEIRO  
Relator

#### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

##### I - RELATÓRIO

A sistemática de apensar projetos após pareceres já dados é, lamentavelmente, confusa e contraproducente. O

parecer dado, não raro, tem de ser modificado, quando o válido é apreciar os pareceres, processo por processo.

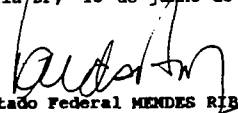
Mantenho o primeiro parecer. No entanto, já agora, sou contra o mérito. Acho que a data da revisão deve ser respeitada, caso contrário, esta Casa virará um plenário para discutir a época e não para fazer a Revisão, já determinada na Carta de 1988. É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR:

Pelo prosseguimento eis que nada de inconstitucional existe na proposta. No mérito, contra.

E como, na prática, o tempo vai breçar a matéria, poupar-se-á o esforço: pela rejeição.

Brasília-DF, 16 de junho de 1993.

  
Deputado Federal MENDES RIBEIRO

VOTO EM SEPARADO? DEPUTADO HÉLIO BICUDO

1. O nobre Deputado José Serra apresentou à consideração do Congresso Nacional proposta de emenda constitucional, antecipando a revisão prevista para iniciar-se cinco anos após a promulgação da presente Constituição Federal, para o próximo dia 15 de maio, podendo terminar a 15 de novembro deste ano.

Os argumentos expendidos na justificativa da emenda são, apenas, de oportunidade. Feita a opção pela forma e sistema de governo e, de seguida, iniciada a revisão constitucional em fins de 1993, entrariamos, três meses depois, num ano de acirrada disputa eleitoral, em torno da Presidência da República, do Senado e da Câmara federais, e, bem assim, dos Governos dos Estados e Assembleias Legislativas. De consequente, segundo a proposição, os trabalhos em torno da reforma da Constituição estariam em grande parte prejudicados, prejudicados mesmo do bom andamento das discussões e votações consequentes.

Como se disse, trata-se de argumentos, tão somente, de oportunidade: o legislador constituinte - o que não é absolutamente certo - não teria atentado para a conjuntura em que se dariam o plebiscito e a revisão da Constituição.

2. Entendo que a questão não deveria, data venia, ser abordada, apenas, nos termos da justificativa do projeto de emenda e do voto do eminente Relator, Deputado Mendes Ribeiro.

No caso, parece-me, data venia, inaceitável, não considerar-se, no exame do problema, isto é, na questão da admissibilidade da proposição, o problema de fundo, relativo à competência desta Comissão, nos termos do art. 32, III, b, de seu Regimento Interno.

3. No estudo dos limites da competência desta Comissão, impõe-se, antes de mais, precisar o conceito de "dis-

posição transitória". Uma existem para permitir a transição entre normas antagônicas a expressar, até mesmo, sistemas jurídicos adversos. Outras contêm uma expectativa de mudança, que pode concretizar-se ou não. No caso, são determinantes de consulta popular ou do restabelecimento de discussões sobre o próprio texto constitucional, com votação privilegiada.

A esse propósito, seria de relevância auscultarmos o que dizem os constitucionalistas italianos, cuja doutrina é por demais próxima da nossa e, por isso mesmo, aplicável ao nosso direito, em especial nesse terreno, tão pouco explorado pela doutrina constitucional pátria.

Dentro desse espectro, o Prof. Rolando Quadri, da Universidade de Nápoles (in Digesto Italiano, V/1133), assinala que "la volontà normativa che si connette alle disposizioni transitorie ha fondamento piuttosto empirico e deve essere contenuta nei limiti di materia da essa previsti. Sembra anzi a noi" - diz o mestre - "che salvo che non si possa evincere altrimenti la conformità delle disposizioni transitorie a principi generali, si debbano considerare tali disposizioni più che come speciali, come eccezionali, data la loro ratio specifica che non consente interpretazione estensiva".

Ainda o mesmo professor, depois de examinar a tendência da doutrina em identificar o "direito transitório" com o complexo de normas que, como se pode dizer, regem a eficácia das leis no tempo, o que é claro no chamado direito intertemporal, adverte que se trata de normas que têm por escopo constituir um laço entre a experiência jurídica com base em normas abrogadas e aquelas futuras, atenuando os efeitos psicológicos e sociais das mudanças bruscas no ordenamento jurídico, dando um sentido gradual às próprias mudanças, tornando possível o entrosamento entre as situações anteriores e o novo regime (op. cit. p. 1132/1133).

No caso brasileiro, basta ler os vários artigos que compõem o ato constitucional das disposições transitórias, para disso se convencer o intérprete. A intertemporalidade da disposição transitória quer dizer que ela resolve os conflitos no tempo entre as normas anteriores e as novas. São emanadas do legislador num momento de mutação legislativa, as quais tem por objeto situações jurídicas pendentes no momento em que se inicia a eficácia das novas normas e objetivam uma disciplina diversa daquela contida nas normas antigas.

O fato é que, com esta ou com aquela dimensão, quando, entretanto, são excepcionais, são imutáveis, assemelhando-se mesmo às chamadas cláusulas pétreas.

4. De tudo resulta que as disposições transitórias em questão e outras se consumam uma vez esgotada a sua potencialidade, sobretudo aquelas que se qualificam como excepcionais.

Estas são disposições à parte e que, destarte, não podem ser objeto de emenda constitucional. Nessa hipótese, a voluntas legis não admite controvérsias. Tem de ser obe-

decida para se adotarem medidas que podem operar, ou não, mudanças no próprio texto maior.

Adverta-se, ainda uma vez, que as disposições transitórias agora em exame não são normas intertemporais, mas normas excepcionais, que se esgotam desde que cumpridas, ensejando, sem determinar, transformações institucionais. E é por isso mesmo que não tem, in limine, fundamento constitucional buscar-se a modificação ou a derrogação de uma tal disposição mediante emenda ou qualquer outra alternativa legisferante. Elas não são direito. Trazem, apenas, uma expectativa de transformação, que pode, sequer, ocorrer. Tanto no plano do plebiscito, como no plano da revisão. No primeiro caso, mantém o sistema presidencialista, como aconteceu, nada, em verdade, há a rever, como pontua, aliás, o eminente constitucionalista Prof. Geraldo Ataliba.

5. O problema assume contornos mais claros, quando se distingue o poder constituinte originário, do poder constituinte derivado.

No caso, o povo concedeu, através do plebiscito, poder constituinte originário aos congressistas eleitos em 90, mas, tão somente, nos limites da decisão plebiscitária.

Sob esse prisma, o doutor Gomes Canotilho distingue à perfeição o poder constituinte originário do derivado. Segundo o constitucionalista português há, de um lado, um poder de modificar a Constituição em vigor, segundo as regras e processos nela prescritos. É o poder constituinte derivado. Em nossa Constituição, este poder está inscrito em seu artigo 60. Distingue-se ele do poder constituinte originário que seria um poder que reside sempre na Nação (e não apenas nos momentos de criação de uma Constituição), permanecendo fora da Constituição (lei constitucional). Nenhum poder de revisão o poderá regular; em nenhum órgão e em nenhum poder da Constituição podemos encontrar a sua conformação político-jurídica. Permanecendo fora e sobre a constituição, compreende-se que ele não seja um poder vinculado pela Constituição (Direito Constitucional, Coimbra, 1941, p.99).

Destarte, uma revisão ampla da Constituição não está prevista, pelo simples fato de que os atuais parlamentares não foram eleitos como constituintes. A eles o povo não concedeu o poder constituinte originário.

É o que afirma o Prof. Geraldo Ataliba: "é equivocado pensar que os parlamentares federais agora eleitos são "como constituintes". E diz mais: "o desconhecimento da ciência do direito constitucional é que permite tal equívoco", o que, aliás "interessa aos extremistas de direita e de esquerda, que saíram perdendo com a Constituição de 1988" (in Revisão da Informação Legislativa, 1991).

6. Conclui-se, portanto, pela inadmissibilidade do projeto que, data venia, não deverá se abrigar em Comissão Especial para o debate da matéria, nos termos do art. 202, § 2º, do Regimento Interno da Câmara, facultado ao autor o recurso do § 1º, do mesmo dispositivo.

É o meu voto, sub censura.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993.

*Hélio Bicudo*  
Hélio Bicudo

DEPUTADO FEDERAL

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO.

Nada tenho a acrescentar ao meu voto, pois a modificação feita não alcança a essência da manifestação anterior do eminente relator.

Sala da Comissão, em 13 de julho de 1993.

*Hélio Bicudo*  
Hélio Bicudo

DEPUTADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 170, DE 1993

(Do Sr. Freire Júnior)

Altera a redação do inciso VII do artigo 29 da Constituição.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)\*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso VII do art. 29, da Constituição, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 29.....

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita nos Municípios com até 16 980 habitantes e de cinco por cento nos demais."

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

Por força da Emenda Constitucional nº 1, de 1992, foi acrescentado inciso VII ao art. 29, da Constituição Federal, estabelecendo que o total da despesa com a remuneração de Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

Referido limite para a remuneração dos Edis é plenamente razoável para os Municípios de médio e grande porte, que possuem receita significativa.

Entretanto, nos Municípios pequenos, com população de até 16 980 habitantes, a situação dos Vereadores tornou-se dramática, eis que passaram eles a perceber remuneração mensal variável de um a três salários mínimos.

Ora, essa remuneração ínfima torna quase que inviável a atividade parlamentar do Vereador, que não dispõe de recursos financeiros sequer para manter - se, assim como à sua família.

Temos para nós, por conseguinte, que nos Municípios com até a referida população, deva a remuneração dos Edis ser ampliada para o limite de até dez por cento da receita do Município.

Em se tratando de medida que corrigirá distorção provocada pela Emenda Constitucional nº 1/92 temos plena convicção de seu acolhimento.

Sala das Sessões, aos

15 de Junho  
02/maio/1993.

*ptm*

FREIRE JÚNIOR  
JOSE LUIZ MAIA  
GEORGE TAKIMOTO  
MURILO REZENDE  
PAULO HESLANDER  
AUGUSTO CARVALHO  
MAURO BORGES  
MARCOS PENAFORTE  
AROLD GÖES  
FABIO FELDMANN  
NELSON MORRO  
JOAO MAIA  
MAURO SAMPAIO  
DJENAL GONCALVES  
JOSE GERALDO  
MARTINO CLINGER  
EDI SILIPRANDI  
ELIEL RODRIGUES  
CHICO VIGILANTE  
MARTA LUIZA FONTENELE  
JOSE REINALDO  
ELIAS MURAD  
EFRAIM MORATE  
JOSE LUIZ CLEROT  
LUCIANO PIZZATTO  
JAIR BOLSONARO  
SERGIO BARCELLOS  
MARIA VALADAO  
MARIO DE OLIVEIRA

PASCOAL NOVAES  
REDIARIO CASSOL  
JOSE FORTUNATI  
PAULO PAIM  
ITSUO TAKAYAMA  
HEITOR FRANCO  
RUBEN BENTO  
ELIO DALLA-VECCHIA  
JOAO DE DEUS ANTUNES  
ERALDO TRINDADE  
OLAVO CALHEIROS  
JABES RIBEIRO  
MENDES BOTELHO  
CELSO BERNARDI  
JERONIMO REIS  
EDSON SILVA  
MARIA LAURA  
AUGUSTO FARIAS  
PAULO RAMOS  
DERVAL DE PAIVA  
OSVALDO MELO  
CARLOS SCARPELINI  
BENEDITO DOMINGOS  
MUSSA DEMES  
JAQUES WAGNER  
VASCO FURLAN  
CARLOS KAYATH  
GERMÃO RIGOTTO  
WELINTON FAGUNDES

ZE GOMES DA ROCHA  
CARLOS LUPI  
LUIZ GIRAO  
MARCOS MEDRADO  
VALTER PEREIRA  
ANNIBAL TEIXEIRA  
HAROLDO LIMA  
SARNEY FILHO  
NESTOR DUARTE  
JOSE BELATO  
TONY GEL  
SAULO COELHO  
IRANI BARBOSA  
COSTA FERREIRA  
VIRMONDES CRUVINEL  
JOSE ALDO  
PEDRO CORREA  
BENEDITO DE FIGUEIREDO  
ALDO REBELO  
HAGAHUS ARAUJO  
NELSON TRAD  
WILSON MOREIRA  
HENRIQUE EDUARDO ALVES  
MARCELINO ROMANO MACHADO  
MURILO PINHEIRO  
OSORIO ADRIANO  
ALCESTE ALMEIDA  
VICTOR FACCIONI  
AMAURY MULLER  
JOAO FAGUNDES  
PAULO NOVAES  
JOAO HENRIQUE  
LUIZ DANTAS  
RONIVON SANTIAGO  
TOURINHO DANTAS  
AVENIR ROSA  
PAULO TITAN  
JOAO RODOLFO  
CARLOS CAMURCA  
VILMAR ROCHA  
GEDDEL VIEIRA LIMA  
ADROALDO STRECK  
GETULIO NEIVA  
MAURI SERGIO  
JOSE TELES  
FRANCISCO COELHO  
CHAFIC FARHAT  
JOSE FELINTO  
WILSON CUNHA  
VALDOMIRO LIMA  
OSMANIO PEREIRA  
SIDNEY DE MIGUEL  
SERGIO SPADA  
BERALDO BOAVENTURA  
LUIZ CARLOS HAULY

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

ARIOSTO HOLANDA  
RIVALDO MEDEIROS  
PEDRO VALADARES  
IVO MAINARDI  
ANTONIO BARBARA  
MARCOS LIMA  
DOMINGOS JUVENIL  
WALTER NORY  
CARLOS ROBERTO MASSA  
FABIO RAUNHEITTI  
HILARIO COIMBRA  
UBALDO DANTAS  
DELICINO TAVARES  
LAPROVITA VIEIRA  
EDINHO FERRAMENTA  
PAULO OCTAVIO  
LAERTE BASTOS  
ROBERTO JEFFERSON  
GIOVANNI QUEIROZ  
FELIX MENDONCA  
WALDOMIRO FIORAVANTE  
RONALDO PERIM  
LUIS ROBERTO PONTE  
JONAS PINHEIRO  
ALBERTO HADDAD  
LEOPOLDO BESSONE  
OSVALDO REIS  
DARCI COELHO  
CLETO FALCAO  
CARLOS BENEVIDES  
SERGIO CURY  
NEIF JABUR  
JORGE UEGUED  
RIBEIRO TAVARES  
ROSE DE FREITAS  
LUIZ PONTES  
ANTONIO HOLANDA  
JOSE CARLOS VASCONCELLOS  
RUBEM MEDINA  
BASILIO VILLANI  
JOSE CARLOS SADOIA  
PEDRO PAVAO  
ARMANDO PINHEIRO  
SERGIO AROUCA  
PAULO ROCHA  
VICENTE FIALHO  
LAIRE ROSADO  
NELSON MARQUEZELLI  
EVERALDO DE OLIVEIRA  
PAULO MANDARINO  
PAULO LIMA  
NAN SOUZA  
VALDIR COLATTO  
JOSE AUGUSTO CURVO  
FLAVIO DERZI  
ARMANDO COSTA

Brasília, 11 de agosto de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Freire Júnior, que "Altera a redação do inciso VII do art. 29, da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

169 assinaturas válidas;  
029 assinaturas repetidas;  
005 assinaturas que não conferem;  
003 assinaturas ilegíveis; e  
001 assinatura de Deputado Licenciado.

Atenciosamente,

CLAUDIO RAMOS AGUIAR  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S T A

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES

## CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

### Título III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

#### Capítulo IV DOS MUNICÍPIOS

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I — eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II — eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III — posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV — número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI — inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

VIII — julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

IX — organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

X — cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI — iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XII — perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

#### PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 171, DE 1993 (Do Sr. Benedito Domingos)

Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezoito anos).

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1989)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de parágrafo único e com a seguinte redação:

"Art. 228 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial."

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1993

BENEDITO DOMINGOS  
Deputado Federal  
PP/DF

#### JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposta é atribuir responsabilidade criminal ao jovem maior de dezoito anos.

A conceituação da imputabilidade penal, no direito brasileiro, tem como fundamento básico a presunção legal de menoridade, e seus efeitos, na fixação da capacidade para entendimento do ato delituoso.

Por isso, o critério adotado para essa avaliação atualmente é o biológico.

Ao aferir-se esse grau de entendimento do menor, tem-se como valor maior a sua idade, pouco importando o seu desenvolvimento mental.

Observadas através dos tempos, resta evidente que a idade cronológica não corresponde à idade mental. O menor de dezoito anos, considerado irresponsável e, conseqüentemente, inimputável, sob o prisma do ordenamento penal brasileiro vigente desde 1940, quando foi editado o Estatuto Criminal, possuía um desenvolvimento mental inferior aos jovens de hoje da mesma idade.

Com efeito, concentrando as atenções no Brasil e nos jovens de hoje, por exemplo, é notório, até ao menos atento observador, que o acesso destes à informação - nem sempre de boa qualidade - é infinitamente superior àqueles de 1940, fonte inspiradora natural dos legisladores para a fixação penal em dezoito anos. A liberdade de imprensa, a ausência de censura prévia, a liberação sexual, a emancipação e independência dos filhos cada vez mais prematura, a consciência política que impregna a cabeça dos adolescentes, a televisão como o maior veículo de informação jamais visto ao alcance da quase totalidade

dos brasileiros, enfim, a própria dinâmica da vida, imposta pelos tortuosos caminhos do destino, desvencilhando-se ao avanço do tempo veloz, que não pára, jamais.

Todos os fatores ora elencados, dentre outros, obviamente, que vêm repercutindo na mudança da mentalidade de três ou quatro gerações, não estavam à mão dos nossos jovens de quarenta ou cinqüência anos atrás, destinatários da norma penal benevolente de 1940, que lhes atestou a incapacidade de entender o caráter delituoso do fato e a incapacidade de se determinarem de acordo com esse entendimento.

Se há algum tempo atrás se entendia que a capacidade de discernimento tomava vulto a partir dos 18 anos, hoje, de maneira límpida e cristalina, o mesmo ocorre quando nos deparamos com os adolescentes com mais de 16.

Assim, pela legislação penal brasileira, o menor de dezoito anos não está sujeito a qualquer sanção de ordem punitiva, mas tão-somente às medidas denominadas sócio-educativas, que, em síntese, são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Num esboço histórico sobre o instituto da responsabilidade penal no Brasil temos que, conquanto o Código Penal de 1940 estatua o início da responsabilidade criminal aos 18 anos, o seu antecessor, de 1890, assim o dispunha:

*"Art. 27 - Não são criminosos:  
§ 1º o menor de nove anos completos;  
§ 2º os maiores de nove anos e os menores  
de quatorze, que ohrarem sem discernimento."*

O mesmo se deu com o Código Criminal do Império Brasileiro:

*"Art. 10 - Também se julgarão criminosos:  
§ 1º os menores de quatorze anos;  
§ 2º ..... etc."*

*Art. 13 - Se se provar que os menores de  
quatorze anos, que tiverem cometido crimes,  
obriram com discernimento, deverão ser  
recolhidos às casas de correção, pelo tempo que  
ao Juiz parecer, contanto que o recolhimento não  
exceda à idade de dezessete anos."*

Em nosso ordenamento, por exemplo, o indivíduo se torna capaz para o casamento aos 18 anos se homem e aos 16 se mulher - o critério é apenas de caráter biológico, não havendo o legislador se preocupado com os aspectos psicológicos, morais e sociais para ato tão importante e sério da vida, donde advém a família, a *celula mater* da sociedade; para a prática dos atos da vida civil, em geral, 21 anos, o que constitui mera presunção da lei de plena aquisição do desenvolvimento mental; para o exercício dos direitos eleitorais, 16 anos, irresponsável, porém quanto à prática de crimes eleitorais; para que possa contratar trabalho (emprego), 14 anos, apesar de o menor não poder, ele próprio, sozinho, distrair, etc.

E o mais grave, indubitavelmente, é o encontrado na esfera penal: para que alguém possa ser apenado pela prática de ato delituoso, de ação típica, antijurídica, culpável e punível, é preciso que, concretizados os elementos do crime, tenha o agente atingido a idade de 18 anos!

O tempo encarregou-se, com o advento de mudanças que a cibernética trouxe no seu bojo, de interferir na formação da criança e, particularmente do jovem, no seu desenvolvimento e no seu enfrentamento das situações de cada dia.

Hoje, um menino de 12 anos compreende situações da vida que há algum tempo atrás um jovemzinho de 16 anos ou mais nem sonhava explicar.

A tal ponto isto foi percebido por nós que ao analisarmos o potencial dos moços com 16 anos percebemos que poderiam escolher os seus governantes e para isso conseguiram o direito de votar.

Nos grandes centros urbanos, os adolescentes entre dezesseis e dezoito anos já possuem, indiscutivelmente, um suficiente desenvolvimento psíquico e a plena possibilidade

de entendimento, por força dos meios de comunicação de massa, que fornecem aos jovens de qualquer meio social, ricos e pobres, um amplo conhecimento e condições de discernir sobre o caráter de licitude e ilicitude dos atos que praticam e de determinar-se de acordo com esse entendimento, ou seja: hoje, um menor de dezesseis ou dezessete anos sabe perfeitamente que matar, lesionar, roubar, furtar, estuprar etc. são fatos que contrariam o ordenamento jurídico; são fatos contrários a lei, em síntese, entendem que praticando tais atos são delinquentes.

O noticiário da imprensa diariamente publica que a maioria dos crimes de assalto, de roubo, de estupro, de assassinato e de latrocínio, são praticados por menores de dezoito anos, quase sempre, aliciados por adultos.

A mocidade é utilizada para movimentar assaltos, disseminação de estupefacientes, desde o "cheirar a cola" até o viciar-se com cocaína e outros assemelhados, bem como agenciar a multiplicação dos consumidores.

Se a lei permanecer nos termos em que está disposta, continuaremos com a possibilidade crescente de ver os moços com seu caráter marcado negativamente, sem serem interrompidos para uma possível correção, educação e resgate.

Os jovens "bem sucedidos" na carreira de crime vão se organizando em quadrilhas, que a própria polícia não tem condições de enfrentar pois, a lei a impede de acionar os dispositivos que normalmente aplicaria se tais pessoas não fossem consideradas inimputáveis.

Com isto, o que está ocorrendo é o aumento considerável da criminalidade por parte de menores de dezoito anos de idade que delinquem e que, carentes de institutos adequados ao seu recolhimento para reeducação ou correção de comportamento, após curto afastamento do meio social em estabelecimentos reformatórios voltam inevitavelmente às práticas criminosas.

Para Heleno Cláudio Fragoso (*In* Lições de Direito Penal), "a imputabilidade é condição pessoal da maturidade e sanidade mental que confere ao agente a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de se determinar segundo esse entendimento..."

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por finalidade dar ao adolescente consciência de sua participação social, da importância e da necessidade mesmo do cumprimento da lei, desde cedo, como forma de obter a cidadania, começando pelo respeito à ordem jurídica, enfim, o que se pretende com a redução da idade penalmente imputável para os menores de dezesseis anos é dar-lhes direitos e conseqüentemente responsabilidade, e não puni-los ou mandá-los para cadeia.

O moço hoje entende perfeitamente o que faz e sabe o caminho que escolhe. Deve ser, portanto, responsabilizado por suas opções.

Dar-lhe esta condição é uma ajuda que as leis praticarão. Antes de qualquer cometimento, o moço estará habilitado a calcular o desfecho que suas atitudes terão.

A uma certa altura, no Velho Testamento, o profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Não se cogita nem sequer de idade: "A alma que pecar, essa morrerá" (Ez. 18). A partir da capacidade de cometer o erro, de violar a lei surge a implicação: pode também receber a admoestação proporcional ao delito - o castigo.

Nessa faixa de idade já estão sendo criados os fatores que marcam a identidade pessoal. Surgem as possibilidades para a execução do trabalho disciplinado.

Ainda referindo-nos a informações bíblicas, Davi, jovem, modesto pastor de ovelhas acusa um potencial admirável com o seu estro de poeta e cantor dedilhando a sua harpa mas, ao mesmo tempo, responsável suficientemente para atacar o inimigo do seu rebanho. Quando o povo de Deus estava sendo insultado pelo gigante Golias, comparou-o ao urso e ao leão que matara com suas mãos.

Sabe-se que, na prática, os menores vêm, já, usufruindo, na clandestinidade, com a cumplicidade dos pais, das autoridades judiciárias e policiais - *qua fazem vista grossa a essa situação* - de certos direitos que legalmente não lhes seriam permitido usufruir, tais

como: dirigir automóveis, freqüentar lugares e eventos festivos populares noturnos, assistir a filmes e peças teatrais considerados impróprios, até mesmo, a constituição de família sem as mínimas condições de mantê-la.

A proposta traça os princípios básicos, as linhas mestras do novo sistema que será implementado pela lei ordinária especial, através da qual serão regulamentadas as formas de aplicação de sanção mais branda, para os menores de dezoito anos e maiores de dezesseis anos de idade, diferenciada dos criminosos com maioridade. Exemplificando, teríamos elencadas as atenuantes, a gradação da pena a ser aplicada que poderia ser de um terço às aplicadas aos de maioridade, o estabelecimento penal onde o menor irá cumpri-la, os efeitos e os objetivos da pena, dentro de um programa de reeducação social, intelectual e profissional etc.

Enquanto não se ajuda o jovem com mais de dezesseis anos a entender a vida como ela realmente é, dando-lhe oportunidade de discernir o que é a liberdade de conduta e a disciplinar os seus limites, a prostituição infantil continuará prosperando, os filhos da delinquência continuando a ser uma realidade crescente.

Caso não se contenha o engano que ainda subsiste, talvez nos venha a ser difícil calcular que tipo de pais teremos nos próximos cinco ou dez anos, quando já não apenas teremos que nos preocupar com a reabilitação de jovens, mas já estaremos vendo as idades menores contaminadas e o pavor em nossas ruas, escolas e residências marcando indelevelmente a vida nacional.

Salomão, do alto de sua sabedoria, dizia: "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele". Nesse sentido ensinava Rui Barbosa: vamos educar a criança para não termos que punir o adulto. Esta é uma proposta para valorizar os que estão surgindo. Entretanto, para os que fazem parte do quadro que aí está, o nosso esforço terá de ser em termos de ajudá-los a ainda alcançarem uma vida transformada e, para isso, impedir já a sua carreira de crimes que ameaça iniciar ou continuar.

Por todas essas razões, submetemos ao Congresso Nacional a presente Proposta de Emenda à Constituição para que seja discutida e avaliada pelos nobres congressistas, nas duas Casas do Congresso e afinal aprovada.

Esse é o nosso objetivo.

**BENEDITO DOMINGOS**

Deputado Federal

PP/DF

BENEDITO DOMINGOS  
VALDENOR GULDIS  
PEDRO VALADARES  
OSVALDO REIS  
JOSE LINHARES  
NAN SOUZA  
REDIARIO CASSOL  
CARLOS CAMURCA  
JULIO CABRAL  
LUIZ CARLOS HAULY  
JOSE MARIA EYMAEL  
CARLOS ROBERTO MACÊA  
PINGA FOGO DE OLIVEIRA  
CARLOS SCARFELINI  
SALATIEL CARVALHO  
FLAVIO DERZI  
DELCEINO TAVARES  
ALBERTO HADDAD  
JOSE FELINTO  
MARCOS MDRADO  
FRANCISCO SILVA  
B. SA  
AVENIR ROSA  
JOAO MAIA  
MORONI FORBÁN  
NILTON BAIANO  
ARMANDO VIOLA  
COSTA FLAREIRA  
UBIRATAN AQUIAR  
LUCYDUS MELLO  
TADASHI KURIKI  
FAUSTO ROCHA  
JOSE CARLOS VASCONCELLOS

JOFRAN FREJAI  
EDMAR MOREIRA  
JOSE SANTIANA DE VASCONCELLOS  
LAEL VARELA  
BENESIO BERNARDINO  
VITTORIO MLDIOLI  
JESUS INJRO  
RAMALHO LEITE  
MAURO PECURY  
VILMAR ROCHA  
CESAR BANDEIRA  
MARCELINO ROMANO MACHADO  
VICENTE FIALHO  
CUNHA BULNO  
IVANIO GUERRA  
FLAVIO ROCHA  
CLOVIS ASSIS  
PEDRO ADRAO  
DELIO BRAZ  
ARTUR DA TAVOLA  
SERGIO SPADA  
LUIZ DANIAS  
CLETO FALCAO  
ROBERTO TORRES  
OLAVO CALHEIROS  
JOAO ALMEIDA  
MAURO BORGES  
NELSON DUARTE  
PEDRO IRUJO  
ALOISIO VASCONCELLOS  
DERCZO KNOP  
CHICO AMARAL  
PAULO NOVAES

ODELMO LEAO  
BASILIO VILLANI  
WALDIR GULERRA  
NEUTO M. CONTO  
SERGIO FERRARA  
AVELINO COSTA  
RICARDO CORREA  
MATHEUS IENSEN  
SANDRA CAVALCANI  
PAULO DE ALMEIDA  
ISKALI PINHEIRO  
MAVIAEL CAVALCANI  
ZI GOMES DA ROCHA  
ROMEL ANISIO  
JOAO ILIXEIRA  
RONALDO CAIADO  
JOSE REINALDO  
FRANCISCO COELHO  
JOAO MENDES

HUMBERTO DA ROCHA  
HELIO CASILLIO  
JONES SANTOS NEVES  
MAURICIO GARRAS  
GARNLY FILHO  
DIONO NORURA  
MARCELLO FUZ  
ERALDO TRINDADE  
JOAO TABUNDLE  
RUBEN BENIO  
MURILO PINHEIRO  
SERGIO BARCELLOS  
OSORIO ADRIANO  
ROBSON LIMA  
VALDEMAR COSTA NITO  
JOAO DE DEUS ANIUNES  
AECIO DE BORDA  
EVALDO GONCALVES  
ANTONIO DOS SANTOS  
FRANCISCO RODRIGUES  
JAIRIO CARNILIO  
ANGELO MAGALHAES  
LUIZ MONTINA  
JOSE ELIAS  
NELSON IRAD  
GEORGE TAKIMOTO  
HEITOR FRANCO  
MAURICIO CALIXTO  
JOSE DIOGO  
OSVALDO MELO  
ALACID NUNES  
FERNANDO CARRION  
LUI SILIPRANDI  
LUCIANO DE OLIVEIRA  
JOSE FERRERA  
LEUR LOMANTO  
PAULO HANDARTINO

AIRTON SANDOVAL  
ADROALDO STRECK  
GIRALDO BOAVENTURA  
LIBERATO CABOCCO  
EDMUNDO DAIOLINO  
MARCO FLINAKIL  
KOYU IHA  
DINI SCHWARTZ  
DEJANDIR DALPASQUALE  
CID CARVALHO  
PAULO SILVA  
FILLIPE NERI  
LEOPOLDO BESSONE  
RONALDO FUKIN  
MARIO MARINS  
AUGUSTO CARVALHO  
ALVARO PEREIRA  
JOSE ARRÃO  
LUIZ MAXIANO

ANTONIO MORIMOTO  
RUBEN MEDINA  
MARIO CHILMONI  
JOSE BURNETT  
JALES KIDIKO  
SERGIO AROUCA  
ANNIBAL TEIXEIRA  
ROSEANA BARNEY  
ANTONIO HOLANDA  
JARVIS GADZINSKI  
PAUDERNEY AVELINO  
NELSON MARQUEZELLI  
JOEL LOURENCO  
LUCIANO PIZZOTTO  
LISAO TAKAYAMA  
JOSE OLIVEIRA DE OLIVEIRA  
GIOVANNI QUEIROZ  
BENEDITO DE FIGUEIREDO  
LUIZ GIRAC  
JOAO ALVES  
PAULO ISLANDER  
JOSE ALCAO  
AROLD GEDRAZ  
JOSÉ KIDIRY  
LUIZ EDUARDO  
PAES LANDIM  
GILSON PERES  
JOSE LUIZ MAIA  
GASTON RIGHI  
EDISON FIDELIS  
PEDRO TASSIS  
WAGNER DO NASCIMENTO  
FILLIPE MENDES  
JOAO NATAL  
ORLANDO PALHECO  
VICTOR FACCIONE  
CESAR SOUZA

## LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### CONSTITUIÇÃO

#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

#### Capítulo VII

#### DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

#### Título VIII

#### DA ORDEM SOCIAL

**Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.



SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

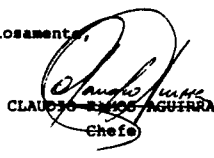
Brasília, 30 de agosto de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Benedito Domingos, que "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

178 assinaturas válidas;  
001 assinatura repetida;  
002 assinaturas ilegíveis; e  
002 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,

  
CLÁUDIO AUGUSTO AGUIAR  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE FAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S T A

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 172, DE 1993

(Do Sr. Eduardo Jorge e Outros)

Institui regime básico unificado de previdência social e dispõe sobre regime complementar, dando nova redação aos artigos 79, 39, 61, 73, 129, 194, 195, 201 e 202 da Constituição Federal, aos artigos 58 e 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revogando o artigo 40, o § 10 do artigo 42, o inciso VI do artigo 93, o parágrafo único do artigo 149 e o § 8º do artigo 195.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - No art. 7º, incisos XII e XVIII:

"Art. 7º.....  
.....  
XII - jornada de trabalho de seis ou quatro horas para o trabalho exercido sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física;  
.....  
XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e oitenta dias;  
....."

II - No art. 39, § 2º:

"Art. 39.....  
.....  
§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV e XXX."

III - No art. 61, § 1º, II, c:

"Art. 61.....  
§ 1º.....  
.....  
II - disponham sobre:  
.....  
c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos e estabilidade de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;  
....."

IV - No art. 73, § 3º:

"Art. 73.....  
.....  
§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.  
....."

V - No art. 129, § 4º:

"Art. 129.....  
.....  
§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II."

VI - No art. 194:

"Art. 194.....  
§ 1º Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:  
I - universalidade da cobertura e do atendimento;  
II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;  
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;  
IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;  
V - equidade na forma de participação no custeio;  
VI - diversidade da base de financiamento.  
§ 2º Os órgãos e entidades de qualquer esfera de governo através dos quais o Poder Público desenvolva as ações de seguridade social serão dirigidos por colegiados, cujas composições e competências serão definidas em lei, observado o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade.  
§ 3º A composição dos colegiados a que se refere o parágrafo anterior incluirá, necessariamente, representantes dos trabalhadores, dos empresários, dos usuários e dos aposentados, indicados por suas entidades representativas, na forma da lei.  
§ 4º Os membros a que se refere o parágrafo anterior:  
I - exercerão suas funções em tempo integral e serão remunerados pelos cofres públicos, na forma da lei;  
II - serão nomeados pelo Chefe do Executivo da esfera de governo respectiva após arguição pública e aprovação:  
a) do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, em se tratando de órgão ou entidade federal;  
b) da Assembléia Legislativa, em se tratando de órgão ou entidade estadual;  
c) da Câmara Legislativa, em se tratando de órgão ou entidade do Distrito Federal;  
d) da Câmara Municipal, em se tratando de órgão ou entidade Municipal;  
III - terão mandato de quatro anos, podendo ser destituídos antes do término do mesmo por deliberação das Casas Legislativas referidas no inciso anterior."

VII - No art. 195, inciso II:

"Art. 195.....  
.....  
II - da população em geral;  
....."

Art. 2º A Seção III do Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Seção III Da Previdência Social"

Art. 201. A previdência social será composta por um regime básico unificado e um regime complementar.

§ 1º O regime básico unificado, a cargo da União, atenderá, mediante contribuição e nos termos da lei, a:  
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;

II - salário-família para ajudar na manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;

III - proteção à maternidade;

IV - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

§ 2º Participam obrigatoriamente do regime básico unificado de previdência social:

a) os trabalhadores em geral;  
b) os servidores públicos civis federais, estaduais, distritais e municipais;  
c) os servidores públicos militares federais, estaduais e distritais;  
d) os exercentes de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;  
e) os Ministros de Estado;  
f) os juizes federais e estaduais;  
g) os membros do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública.

§ 3º É vedada a criação, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, de qualquer outro regime previdenciário cujos objetivos sejam os mesmos do regime básico unificado.

§ 4º O regime complementar, público ou privado, necessariamente de capitalização, tem caráter facultativo, e deverá complementar as prestações do regime básico unificado de que trata o § 1º.

§ 5º O regime complementar público deverá ser único para todas as esferas de governo e deverá contar, obrigatoriamente, com contribuições equânimes de todos os seus filiados.

§ 6º A participação da União e das empresas públicas e sociedades de economia mista no custeio dos respectivos planos de previdência complementar será equivalente e não poderá exceder a duas vezes a participação dos segurados.

Art. 202. Aplicam-se à previdência social as seguintes regras:

I - qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários;

II - nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo;  
III - é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei;

IV - todos os salários de contribuição considerados no cálculo do benefício serão corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição;

V - a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano;

VI - é assegurada aposentadoria por idade aos sessenta anos, desde que tenha sido cumprida a carência mínima definida em lei para a concessão do benefício;

VII - é assegurada aposentadoria por tempo de serviço aos trinta e cinco anos de contribuição, condicionada a critérios que considerem simultaneamente remuneração e idade do segurado, conforme dispuser a lei.

VIII - é vedada a percepção simultânea de duas ou mais aposentadorias ou de aposentadoria e pensão por morte do regime básico unificado.

IX - os limites máximos de contribuição e de benefícios para o regime básico unificado serão equivalentes a dez vezes o piso de benefícios da previdência social;

X - o limite máximo de contribuição e de benefícios para o regime complementar serão definidos em lei;

XI - é vedada isenção ou redução de impostos e contribuições, subvenção, auxílio ou subsídio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

Art. 3º O art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. Fica assegurada a concessão de aposentadoria por tempo de serviço, na forma da legislação que disciplina o sistema previdenciário do qual o segurado participa na data de

promulgação desta Emenda Constitucional, para os que contarem com, pelo menos, quinze anos de efetiva atividade ou contribuição, segundo critérios de proporcionalidade estabelecidos em lei.

Parágrafo único. As despesas com o pagamento das aposentadorias e pensões dos diversos sistemas, unificados no regime básico, serão de responsabilidade da previdência social até o limite máximo de benefícios, estipulado no inciso IX do art. 202, e da União, dos Estados e dos Municípios, no que exceder a esse valor."

Art. 4º O art. 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. Fica assegurada, pelo prazo de dez anos a contar da data de promulgação desta Emenda Constitucional, a concessão de aposentadoria aos cinquenta e cinco anos de idade para as trabalhadoras rurais e para as que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nesta incluídas a produtora rural, a garimpeira e a pescadora artesanal."

Art. 5º Ficam revogados o art. 40, o § 10 do art. 42, o inciso VI do art. 93, o parágrafo único do art. 149 e o § 8º do art. 195.

#### JUSTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados instituiu, no primeiro trimestre de 1992, Comissão Especial para estudar o sistema previdenciário. Dentre outras medidas, a Comissão recomendou a unificação dos diversos sistemas previdenciários existentes.

A proposição justifica-se na medida em que recursos destinados ao custeio de atividades fins da seguridade social têm sido utilizados para o financiamento dos chamados Encargos Previdenciários da União (EPU). Em síntese, receitas que deveriam financiar a assistência médica e saneamento básico para a população brasileira são carregadas para o pagamento de sistemas de previdência social que não são uniformes e, portanto, asseguram vantagens aos seus filiados não desfrutadas pelos segurados protegidos pelo Regime Geral de Previdência Social. De fato, dados apresentados por aquela Comissão apontam para um benefício médio de aproximadamente 2 salários mínimos para um trabalhador da iniciativa privada, enquanto a média dos benefícios recebidos pelos funcionários públicos de todos os Poderes da União é de 8 salários mínimos para os civis e 18 salários mínimos para os militares.

A existência de sistemas diferenciados torna possível também a acumulação de benefícios por parte dos indivíduos, razão pela qual julgamos de fundamental importância que seja vedada a percepção conjunta de duas ou mais aposentadorias, bem como de aposentadoria e pensão por morte.

A Proposta de Emenda Constitucional que ora apresentamos pretende reverter este injusto quadro social. Pretendemos que sejam extintos todos os regimes previdenciários vigentes, inclusive os estaduais e municipais, para que passe a vigorar apenas um único sistema, que englobaria os trabalhadores da iniciativa privada, os servidores públicos, os juizes, os militares e os parlamentares.

A organização do novo sistema previdenciário unificado, bem como a das áreas de saúde e assistência social ficará a cargo do Poder Público, obedecidos os princípios básicos da Seguridade Social, definidos no art. 194. A sua direção, entretanto, ficará a cargo de um colegiado composto por representantes dos trabalhadores, aposentados e empresários, a serem indicados por suas

entidades representativas e aprovados pelo Senado Federal, no caso de órgãos ou entidades federais, e pelas Assembléias e Câmaras Legislativas e Municipais, nos casos de órgãos ou entidades estaduais, distritais e municipais.

No tocante aos benefícios, julgamos necessário que sejam reformulados os critérios de concessão da aposentadoria por tempo de serviço, assegurando-se, no entanto, o direito à sua percepção nos moldes atuais para os que contem com pelo menos 15 anos de efetiva atividade ou contribuição para o sistema a que estiver filiado. Esta nova regra deverá valer para todos, inclusive os professores.

Sugere-se que para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço sejam considerados critérios de renda, idade e tempo de contribuição, de forma conjunta, a fim de proteger aqueles que muito cedo ingressam no mercado de trabalho por força da necessidade de sobrevivência ou de complementação da renda familiar.

Quanto à aposentadoria por idade, pretende-se igualar os limites para a concessão do benefício para homens e mulheres, urbanos e rurais, em 60 anos. Para as trabalhadoras rurais, que hoje podem requerer a aposentadoria aos 55 anos de idade, estipula-se uma regra de transição em que o novo limite de idade só será exigido 10 anos a contar da data de entrada em vigor desta Proposta de Emenda à Constituição.

A aposentadoria especial será extinta. Entendemos que cabe à legislação trabalhista estipular tratamento diferenciado para os trabalhadores que desempenham atividades insalubres ou perigosas, a fim de que seja evitado o desgaste que leva à aposentadoria precoce. Neste sentido, propomos que a jornada de trabalho destes trabalhadores seja de 6 ou 4 horas, conforme o tipo de atividade desempenhada.

Por todo o exposto contamos com o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação desta nossa Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, 26 de Agosto de 1993.

Deputado EDUARDO JOSE

VALDIR GANZER  
JOSE BENOINO  
PAULO ROCHA  
DEIRATAN AGUIAR  
CHICO VIGILANTE  
PAULO MANDARINO  
LUIZ CHOINACKI  
ZILA BEZERRA  
WILSON CAMPOS  
ZAIRE REZENDE  
VALTER PEREIRA  
HELIO BICUDO  
WALDOMIRO FIORAVANTI  
FLORESTAN FERNANDES  
HAROLDO SABOIA  
JOSE CICOIE  
EDEN PEDROSO  
PEDRO TONELLI  
FRANCISCO RODRIGUES  
HELIO ROSAS  
BASILIO VILLANI  
BERALDO BOAVENTURA  
FLAVIO ARNS  
NELSON TRAD  
LUIZ MAKINO  
HELVEDIO CASTILLO  
JOEL ABRÃO  
BERALDO ALCKMIN FILHO  
NILMARIO MIRANDA  
VALDIR COLATTO  
PAULO PAIM  
RUBERVAL PILOTTI  
JARVIS GAIDZINSKI  
ODELMO LEAO  
EUCLYDES MILLO  
TADASHI KURIKI  
JORGEL ULQUEO  
GIOVANNI BULINHOZ  
ROSEANA SARNLY  
JAQUES WAGNER

JOSE DIRCEU  
ALOTIZIO MERCADANTE  
ERNESTO GRADELLA  
ALCIDES MODESTO  
ADAO PREITO  
LOURIVAL FREITAS  
GILVAN BORGES  
LAERTE BASTOS  
RAQUEL CANDIHO  
SIDNEY DE MIGUEL  
SOCORRO GOMES  
RETA CAMATA  
ALOISIO VASCONCELOS  
MUNHOZ DA ROCHA  
VICTOR FACCIOLI  
WALTER NORY  
SERGIO MIRANDA  
ISRAEL PINHEIRO

ILIDEN SANTIAGO  
IKKA PASSONI  
REGINA GORDILHO  
BARNILY FILHO  
JORGE TADEU HUDALEN  
TUGA ANGELAKI  
SERGIO MACHADO  
MARCO PENAROTI  
KOYU IHA  
ALVARO PEREIRA  
LIBERATO CABOCEO  
CESAR BANCIRA  
FRANCISCO COELHO  
ROBERTO FRANCA  
JABES RIBEIRO  
JOSE EGYPIO  
FRANCISCO SILVA  
CUNHA BULNO  
SERGIO BUERRA  
EULEK RIBLINO  
GERSON PERES  
CARLOS RODRIGO MASSA  
DIOGO NOHURA

BENEDITA DA SILVA  
FATIMA PELAES  
JOAO ILIXLIRA  
MARILU GUIMARAES  
JOSE FORTUNATI  
MORONI TORIAN  
PAULO DUARTE  
NOBEL MOURA  
NILTON BALANO  
MIRO TEIXEIRA  
ARTUR DA TAVOLA  
SERGIO HAUWENZI  
UBALDO DANIAS  
CLOVIS ASSIS  
LUIZ GUSHIKLN  
JOSE ALDO  
ANTONIO FALEIKOS  
PAUDERNEY AVELINO  
LUIZ GIRAO  
VIVALDO BARBOSA  
LUCIANO PIZZATTO  
SALATIEL CARVALHO  
JOSE LUIZ CLIKOI  
NAN SOUZA  
SERGIO CUKY  
JOSE CARLOS ALELUIA  
HUBERTO SOUZO  
RENILDO CALHEIROS  
EDSON MLENZIL SILVA  
RICARDO FIUZA  
SERGIO AROUCA  
AUGUSTO CARVALHO  
OLAVO CALHEIROS  
CARLOS SANIANA  
FABIO MEIKLLES  
VLADIMIR PALMIRA  
ROMEL ANISIO  
JOAO DL BLUC ANIUNIS  
JOSE MARIA LYHAPL  
PAULO DILBADO  
ELISIO CUNHO  
WALDIR BULBRA  
JACKSON PEREIRA  
LUIZ CARLOS HAULY  
JANDIRA FEGHALI  
MELSIAS GOIS

HAROLD CASTRO  
MAX ROEMANN  
MARIA LUIZA FONTENELL  
HAROLDO LIMA  
MUNDES BOTELHO  
MAGNUS ARAUJO  
FABIO ELDMANN  
ADOSTINIO VALENTE  
HAROLD FORTEIRA  
RICARDO MORAES  
LUIZ PIAUZYLO  
JOAO PAULO  
LESGIO PASSOS  
JOAO ALMIVA  
LUCIA BRAGA  
PINILIRO LANHIN  
LAZARO BARBOSA  
MARCELINO ROMANO MACHADO  
GERMANO RIDOITO  
ADYLSON MOTTA  
HAURILIO FERREIRA LIMA  
ARY KARA  
JAMIL HADDAD  
ANAURY NULER  
DERCIO KNOP  
AULAIR ROSA  
ITSUO TAKAYAMA  
MARIA VALADAO  
JORIO DE BARROS  
OSMANIO PENLIRA  
LUIZ MOREIRA  
JOSE LINHARES  
IVANIO GUERRA  
DJENAL GONCALVES  
JOFRAN FREJAT  
RENATO JOHNSON  
EDUARDO MASCARENHAS  
RIVALDO MEDEIROS  
PAULO LIMA  
CHAI IC FARNAI  
ODALIR KLEIN  
ROBERTO ROLLI MBERG  
NELSON HANQUEZELLI  
NILSON GIBSON  
VITAL DO REGO  
TATUO BERNARDO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



## CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

### Título II

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

##### Capítulo I

##### DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XII — salário-família para os seus dependentes;

XVIII — licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

### Título III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

##### Capítulo VII

##### DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

##### Seção II

##### Dos Servidores Públicos Civis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.

**Art. 40.** O servidor será aposentado:

I — por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III — voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, e e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

**Seção III****Dos Servidores Públicos Militares**

**Art. 42.** São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e servidores militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal os integrantes de suas polícias militares e de seus corpos de bombeiros militares.

§ 10. Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo, e a seus pensionistas, o disposto no art. 40, §§ 4º e 5º.

**Título IV****DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES****Capítulo I**  
**DO PODER LEGISLATIVO****Seção VII**  
**Do Processo Legislativo****Subseção III**  
**Das Leis**

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I — fixam ou modificam os efetivos das Forças Armadas;

II — disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

**Seção IX**  
**Da Fiscalização Contábil,  
Financeira e Orçamentária**

**Art. 73.** O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pes-

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

**Capítulo III**  
**DO PODER JUDICIÁRIO****Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

II — promoção de entrada para entrada, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrada e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

VI — a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

**Capítulo IV**  
**DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA****Seção I**  
**Do Ministério Público**

**Art. 129.** São funções institucionais do Ministério Público:

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93, II e VI.

**Título VI**  
**DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO****Capítulo I**  
**DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL****Seção I**  
**Das Principais Gerais**

**Art. 149.** Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, II, e 150, I e II, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

**Parágrafo único.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

**Título VIII**  
**DA ORDEM SOCIAL**

**Capítulo II**  
**DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 194.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

**Parágrafo único.** Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I — universalidade da cobertura e do atendimento;
- II — uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III — seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV — irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V — equidade na forma de participação no custeio;
- VI — diversidade da base de financiamento;
- VII — caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I — dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;
- II — dos trabalhadores;

§ 8º O produtor, o produtor, o meiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

**Seção III**  
**Da Previdência Social**

**Art. 201.** Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

- I — cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, inculdos os resultantes de acidentes de trabalho, velhice e reclusão;

- II — ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;

- III — proteção à maternidade, especialmente à gestante;

- IV — proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

- V — pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 2º e no art. 202.

§ 1º Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.

§ 2º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente.

§ 4º Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

§ 5º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º A previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais.

§ 8º É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

**Art. 202.** É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

- I — aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

- II — após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

- III — após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.

§ 1º É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

§ 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

**ATO DAS DISPOSIÇÕES**  
**CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

**Art. 58.** Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revisados, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte.

**Parágrafo único.** As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição.

**Art. 59.** Os projetos de lei relativos à organização da seguridade social e aos planos de custeio e de benefício serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los.

**Parágrafo único.** Aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos doze meses seguintes.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 173, DE 1993**

(Do Sr. Armando Pinheiro e Outros)

Altera as competências da União, dos Estados e dos Municípios.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Artigo 1º.** A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**1ª Alteração:** agrupa os itens VI e VII em um único item.

"Art. 30. Compete aos Municípios:

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira do Estado e a participação da comunidade, a execução dos serviços que garantam o bem-estar social da população, notadamente nas áreas de saúde, segurança, transporte, saneamento básico, habitação, amparo à infância, à velhice e aos deficientes, bem como programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

VII - revogado

**2ª Alteração:** nova redação para o § 3º e inclusão do § 4º.

"Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, e os balancetes, durante trinta dias, após suas respectivas publicações, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

§ 4º Os balancetes, contendo a descrição de cada tipo de receita e indicação das despesas realizadas, serão

publicados dentro dos sessenta dias subsequentes ao período a que se referem e enviados à Câmara Municipal; sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito.

3ª Alteração: nova redação para o item II, suprimindo o segundo turno de eleições, e para o item IV, alterando o número de vereadores.

"Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição dos respectivo Estado e os seguintes preceitos:

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder.

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

- a) mínimo de nove e máximo de dezessete nos Municípios até um milhão de habitantes;
- b) mínimo de dezenove e máximo de vinte e sete nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;
- c) mínimo de vinte e nove e máximo de trinta e cinco nos Municípios com mais de cinco milhões de habitantes".

4ª Alteração: acrescenta os itens I, II e III (que antes eram da competência da União - art. 23), bem como os itens IV e V.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição, cabendo-lhes de modo especial, em colaboração com os Municípios:

- I - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- II - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- III - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IV - promover programas de desenvolvimento urbano, de construção de moradias populares e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

V - organizar as migrações em seus respectivos territórios, de forma a controlar e garantir à comunidade os direitos previstos no art. 6º.

5ª Alteração: acréscimo de itens, que antes eram da competência legislativa privativa da União (art. 21).

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XVII - regime de portos e infraestrutura aeroportuária;

XVIII - trânsito e transporte;

XIX - sistemas de consórcios e sorteios;

XX - seguridade social;

XXI - propaganda comercial."

6ª Alteração: revoga os itens II, V, VIII e IX, que passarão a constituir competência comum dos Estados e do Distrito Federal (art. 25).

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - revogado

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - revogado.

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - revogado.

IX - revogado.

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional."

7ª Alteração: suprime expressões no item XII, letras "c" e "f", e no item XVI, que passam a constituir competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 24).

"Art. 21. Compete à União:

XII. explorar, diretamente, ou, preferencialmente, mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;

b) os serviços de instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea e aeroespacial;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de programas de rádio e televisão;

**8ª Alteração:** suprime expressões nos itens X e XXVI, bem como o item XI, que passarão a constituir competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

X - navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - revogado.

XXVI - organização do sistema nacional de emprego

**9ª Alteração:** transfere a competência, que era da União, para os Estados e o Distrito Federal.

"Art. 184. Compete ao Estado e ao Distrito Federal desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 2º. O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza o Estado ou o Distrito Federal a propor a ação de desapropriação".

Art. 2º. A União concluirá, dentro de cinco anos da promulgação desta Emenda Constitucional, a privatização dos serviços descritos no item XII do art. 21.

Sala das Sessões, em 26 de agosto 1993

  
Deputado ARMANDO PINHEIRO

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

Altera as competências da União, dos estados e municípios.  
(Do Dep. ARMANDO PINHEIRO E OUTROS)

#### JUSTIFICATIVA

Uma das principais causas dos males nacionais é a deformação de nosso sistema federativo. O excesso de competências e recursos tributários concentrados na União torna os estados e municípios muito dependentes do Governo Federal, situação essa agravada pelas injunções políticas conjunturais.

Esse quadro institucional chega a comprometer a eficiência da própria governabilidade.

São sequentes e cada vez mais enfáticas as manifestações dos mais importantes segmentos da sociedade brasileira, no sentido de se equilibrarem as competências federativas, com a descentralização das competências da União em direção aos estados e municípios.

É evidente que essa reestruturação implica numa paralela e correspondente reforma tributária nacional, objetivando a estrutura de um sistema moderno, com a técnica da informática, que atenda, de forma efetiva, as necessidades das atribuições de cada instância da Federação. Esse é o sentido desta Proposta de Emenda que visa:

#### 1ª Alteração:

Atribuir aos municípios, com a cooperação técnica e financeira do Estado, a execução e manutenção dos serviços essenciais à infraestrutura urbana e assistência à sociedade, incluindo a educação, saúde, saneamento, habitação, transporte, etc. A cooperação do Estado se fará aos municípios que não contenham recursos materiais e humanos para atribuições conferidas.

#### 2ª Alteração:

Para receber novas responsabilidades, é mister que os municípios sejam dotados de mecanismos mais transparentes, para que as Câmaras Municipais, os órgãos de fiscalização e a própria sociedade - a ser educada para tanto, possam melhor acompanhar as receitas e despesas.

#### 3ª Alteração:

Visa reduzir a limites mais compatíveis a composição das Câmaras Municipais, de modo a reduzir o número dos membros dos Legislativos, da mesma forma que estamos propondo em outra Emenda, em relação à Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

#### 4ª, 6ª e 9ª Alterações:

Como consequência da primeira alteração, acresce poderes aos estados que, anteriormente, pertenciam à União.

#### 5ª, 7ª e 8ª Alterações:

Disciplina a nova sistemática das competências privadas e concorrentes da União.

Há de se destacar que, nessas competências da União, objetiva-se, paralelamente, transferir atividades empresariais operadas por estatais à iniciativa privada, inclusive com o concurso de capitais externos, mediante concessões ou permissões públicas, com abrangência para os setores de energia elétrica, telecomunicações, navegação, transportes ferroviário e aquaviário, dentre outros.

Com essa proposta, espera o autor e os demais congressistas que a subscrevem, trazer a debate e a decisão do Congresso, uma nova estrutura para a República Federativa do nosso país.

Sala das Sessões, em

Deputado ARMANDO PINHEIRO

|                          |                         |                           |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| JOSÉ LUIZ MAIA           | GERUJO BARCELLOS        | FLAUX MENDONÇA            |
| FELIPE NERI              | JOSE MARIA EYNAL        | WALDIR NERY               |
| LULIANO CASTRO           | CARLOS ALBERTO CAMPESIA | PAULO ROVAL               |
| LACERTE BASTOS           | CARLOS NELSON           | PRISCO VIANA              |
| DIOGO NOMURA             | NAN SOUZA               | ELIVIA DA CRUZ DE MENEZES |
| GENSIO BERNARDINO        | MARCOS HENRIQUE         | LILOS AMARAL              |
| MARILIO ELZINDI          | JOAO RODOLFO            | PIREO FARAO               |
| CARLOS LUIZ              | PAULO LIRA              | BENEDITO DOMINGOS         |
| ADILSON MAIA             | ODILIO LEAO             | ARNIVAL LIXEIRA           |
| ROBUSTO CARVALHO         | LEUKI GOMES             | HELETO ROSAS              |
| MARIA LUIZA FORTELLI     | ANGELO MAGALHAES        | JOSEPHINO DANTAS          |
| KLINGHOLD SILPHANES      | BILLY AZIZ              | WAGNER DO NASCIMENTO      |
| GERUJO KURY              | ATILA LINS              | RANALDO LEITE             |
| HUGO BIELE               | EDUARDO JOEL            | CEZAR SOUZA               |
| KIUSA DILAS              | FRANCISCO DOZMELLES     | MARINO CLINGER            |
| IRABRAN ABI ACKLI        | MARCOLL CASTRO          | FRANCISCO RODRIGUES       |
| OMARILDO NOIRA           | MARCELO ROMANO          | ROBERTO PERES             |
| JOAO DE OLIVEIRA ANTONIO | DENAL GOMES             | ADRIANILDO FREITAS        |
| NILTON BAIANO            | OTRO NOGUEIRA           | FLAUX JUNIOR              |
| OSVALDO MELO             | SILVIO GLENN            |                           |
| DIRLIO KNOF              | FRANCO LINDO            |                           |

LIBERATO CABOCLLO  
DETO MANSUR  
SILVARENA SEIXAS  
JOAO HAIA  
ALBERTO HADDAD  
LEONAR GUINIANILHA  
LUIZ GOYER  
HATULUS JENSEN  
JAIR BOLSONARO  
CARLOS AZAMBUJA  
TILDEEN SANT'AGO  
RUBEN BÉRIO  
ARIOSTO HOLANDA  
VALDIR COLATTO  
JOSE GENOINO  
PAULO LITAN  
ZILA BLZERRA  
ANTONIO NORIOTO  
SILVANA BORGES  
ELSO BLKNARDI  
JOSE FORTUNATI  
VITTORIO MLDIOLI  
ADROALDO STRECK  
DEJANDIN DALPASQUALL  
LUIZ CARLOS HAULY  
ALCIO DE BORNHA  
DASILIO VILLANI  
ANTONIO FALCIRIOS  
ROBERTO ROLLENDERS  
PAULO BERNARDO  
RUBENIARIO CASSOL  
AMARAL NETTO  
FILLIPE MUNDUS  
PASCOAL NOVAES  
NAURO SARAIAO  
CHICO AMARAL  
CLELIO FALCAO  
BERALDO BOAVINURA

EDSON SILVA  
CONZAGA MOTA  
ERIALDO TRINDADE  
MENDES BOELLHO  
LAEL VARELLA  
PAULO PAIM  
NAURICIO NAJAR  
ADILSON MOTA  
CHALIC FARIAT  
NAURICI MARIANO  
ARNO MAGARINOS  
FLAVIO DERZI  
WILSON CAMPOS  
JOAO TOTA  
NILSON BIBSON  
OSWALDO SIECHA  
TADASHI KUKIKI  
CARDOSO ALVES  
NILSON MARQUELZELL  
RITA CAMATA  
SANDRA CAVALCANTI  
CARLOS CANURCA  
JOSE BELATO  
NEIL JABUR  
WILSON CUNHA  
FERNANDO GARRION  
ANAURY MULLER  
IVANDRO CUNHA LIMA  
FERNILDO LANDIIN  
VILMAR ROCHA  
LAIRE ROSADO  
MAIRO MIRANDA  
DELFIN NETTO  
RODRIGUES PALMA  
RADIO MIRELLES  
HILARIO COIMBRA  
VALTER PEREIRA  
PAULO MANDARINO

DANIEL SILVA  
OSVALDO REIS  
DERVAL DE PATUA  
REBINA GORDILHO  
RIBLINO FAVARES  
JUNIO ARI KAMIA  
FRANCISCO SILVA  
VIVALDO BARBOSA  
JONES SANTOS NUNES  
ROMEL ANISIO  
PAULO DUARTE  
AIRTON SANDOVAL  
ARILDO CEDRAZ  
JONAS PINILIKO  
OSORIO ADRIANO  
ARILDO GOES  
JOSE VICENTE BRIZOLA  
PAULO HOUARO  
MAURICIO CALIXTO  
ISSUO TAKAYAMA  
JOSE LUIZ CLEROT  
NELSON BORNIER  
WILSON MULLER  
VIRMONDES CRUVINEL  
ELIO DALLA-VECCINIA  
CIDINIA CAMPOS  
JOAO FAUSTINO  
RONIVON SANTAGÓ  
IRANI BARBOSA  
JORIO DE BARROS  
PAULO ROHANO  
ARACELY DE PAULA  
PINDA FODD DE OLIVEIRA  
JOSÉL KHOURY  
LUIZ HENRIQUE  
HILNDES RIBEIRO  
JOAO TEIXEIRA  
PEDRO TASSIS  
JOSE GERALDO

IV — impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V — proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI — proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII — preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII — fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX — promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X — combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI — registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII — estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

**Parágrafo único.** Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I — direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II — orçamento;

III — juntas comerciais;

IV — custas dos serviços forenses;

V — produção e consumo;

VI — florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII — proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII — responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX — educação, cultura, ensino e desporto;

X — criação, funcionamento e processo do juízo de pequenas causas;

XI — acordamentos em matéria processual;

XII — previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII — assistência jurídica e defensoria pública;

XIV — proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV — proteção à infância e à juventude;

XVI — organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

#### Capítulo III

##### DOS ESTADOS FEDERADOS

**Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

#### Capítulo IV

##### DOS MUNICÍPIOS

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e as seguintes preceitos:

I — eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devem suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

IV — número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES



## CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

#### Título III

##### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

#### Capítulo II

##### DA UNIÃO

**Art. 21.** Compete à União:

XII — explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

**Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:

X — regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI — trânsito e transporte;

XXVI — atividades nucleares de qualquer natureza;

**Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I — zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II — cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III — proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;



b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

#### Capítulo IV DOS MUNICÍPIOS

##### Art. 30. Compete aos Municípios:

VI — manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII — prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

#### Título VII

#### DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

##### Capítulo III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 02 de setembro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Senhor Armando Pinheiro, que "Altera as competências da União, dos Estados e dos Municípios", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

180 assinaturas válidas;  
010 assinaturas repetidas;  
003 assinaturas que não conferem; e  
003 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,

CLAUDIO RAMOS AGUIRRA  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
N E S T A

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 174, DE 1993

(Do Sr. Jarvis Gaidzinski e outros)

Extingue o Tribunal de Contas da União, cria a Comissão de Contas do Congresso Nacional e dá outras providências.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º Fica extinto o Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Fica criada a Comissão de Contas do Congresso Nacional, a quem incumbem as atribuições previstas na legislação para o Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O Regimento Comum do Congresso Nacional regulará a composição e o funcionamento da Comissão de Contas.

Art. 3º As referências, contidas na Constituição, ao Tribunal de Contas da União são substituídas por referências à Comissão de Contas do Congresso Nacional.

Art. 4º Ficam extintos os cargos de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera para os atuais Ministros do Tribunal o direito à percepção de qualquer indenização ou efeito financeiro, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de estipêndio a qualquer título.

Art. 5º O quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União passa a fazer parte de quadro especial do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não acarretará aumento de despesas em relação à remuneração dos servidores, nem prejudicará a anulação de provimentos irregulares e outras providências regularizadoras do regime de pessoal do extinto Tribunal.

Art. 6º O acervo do Tribunal de Contas, inclusive os respectivos direitos e obrigações, transferem-se ao Congresso Nacional, ficando à disposição da Comissão (art. 2º), à qual incumbirá deliberar acerca da continuidade dos convênios, bem assim do cumprimento dos que remanescerem.

Art. 7º O Congresso Nacional, mediante resolução, regulará o disposto nesta Emenda.

#### JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem-se revelado incapaz de exercer com diligência, rapidez e imparcialidade sua magna tarefa de "apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República", "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público", e outras tarefas de grave responsabilidade.

Denúncias recentes de irregularidades na remuneração e até na contratação de funcionários, sem concurso público — muitos deles, parentes de funcionários do próprio Tribunal —, põem o TCU sob suspeita para "apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público" bem como para "aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre

outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário" e até para "sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal" e para "representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados."

O caso do adiamento da deliberação de afastamento do presidente do Banco do Brasil foi ofensivo da nação brasileira, em cujo benefício deveriam atuar todas as instituições, e sobretudo o TCU, que tem a missão de apurar a regularidade do emprego dos recursos da Nação. "Como foi noticiado, o Ministério Público, diante da denúncia de uso espúrio dos recursos públicos do Banco do Brasil, requereu ao TCU o afastamento preventivo de Lafaete Coutinho, então presidente do Banco.

"Surgia, assim, num momento difícil da vida nacional, o ensejo de o referido Tribunal utilizar-se de um dos mais eficazes instrumentos postos à sua disposição pela nova Lei Orgânica, vazado nos seguintes termos: *No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguido no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.*"

"Contudo, o que fez o TCU? Inicialmente, marcou para 23 de setembro a sessão que apreciaria o pedido. Mas, não se sabe por quais razões, transferiu para o dia 30 a sua manifestação, curiosamente o dia posterior à votação da Câmara sobre o impeachment do então Presidente da República, sabido beneficiário do 'uso político' das verbas do Banco do Brasil. Mera coincidência?" (PAULO SILVÉRIO, JBr de 31/10/92, pág. 2).

Coincidência ou não, consta que a Procuradoria Geral da República teve de ser acionada, a pedido de parlamentar, contra dois ministros do TCU, a fim de apurar a existência, em relação a um, de "corrupção passiva, porque duas empresas de sua família tiveram redução de 88% em sua dívida com o Banco do Brasil. O perdão da dívida aconteceu quando o BB sofria uma investigação do TCU" (FSP, 12/12/92, p. 1-6). Em relação ao outro Ministro, a acusação é por prevaricação. "Na sessão de quinta-feira, Santos conseguiu impedir a votação do parecer do ministro-relator, ... que condenava o perdão da dívida das empresas de Vilaça. Para impedir a votação, Santos alegou que [o relator] tinha sido designado para relatar apenas a investigação sobre duas transações específicas do BB com empresas do Governador do Maranhão" e não podia relatar infrações outras, acaso verificadas (*Id.*, loc. cit.).

Outro caso gravíssimo, que depõe contra o TCU, foi o da restituição das contas do então Presidente Collor, sem parecer prévio, ao contrário do que manda a Constituição. O Tribunal viu-se diante de contas que "pela primeira vez em cem anos não poderiam ser recomendadas à aprovação do Congresso. Mas, em vez de dizê-lo no parecer prévio que lhe incumbe encaminhar como orientação aos congressistas, negou-se a si mesmo e à sua função institucional com esta desculpa: a Constituição não lhe exige que *opine* sobre a prestação de contas do Presidente da República, mas somente que as *aprecie*. Antes melhor fora que não dissessem nada os senhores ministros". "Pela corrida dos interessados internos na prevalência do que para nós se programou no exterior, percebe-se que o TCU não precisaria simular o uso da *bacia de Pilatos*. Nela jamais lavaria as mãos, porque diante do Congresso não se encontra, como no episódio bíblico, [nenhum] inocente a julgar" (HERÁCLIO SALLES, JB 9/7/92, p. 11). O posterior impeachment confirmou o julgamento da Nação e do ilustre professor.

Sinal da demissão do Tribunal de Contas da União de seus importantes e graves deveres constitucionais não precisaria ser buscado alhures, bastando ao observador deter-se em um único e emblemático exemplo: a aprovação das contas de um Presidente da República afastado por corrupção. A simples aprovação dessas contas já constitui um notável exemplo de anomalia. Mas ela veio acompanhada de votos elogiosos de vários Ministros do TCU, o

que, além de anômalo, constitui nada menos que um escárnio à Nação.

Por tais razões, e tantas outras que não se necessita aqui historiar, depreende-se a urgente necessidade de pôr cobro à inutilidade de uma instituição cuja missão é contendo importante e necessária. Afastados os efeitos da conjuntura que propiciou a premiação de uma sinecura vitalícia a amigos do Governo — o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, mais por suas prebendas do que por seus espinhos, é dos mais cobiçados da República — que não estiveram à altura de suas responsabilidades, impõe-se cortar o mal pela raiz.

Esperamos a urgente tramitação da matéria e sua final aprovação e promulgação, a fim de que as contas públicas sejam afinal controladas com rigor.

Sala das Sessões, em de de 1993.

Deputado JARVIS GAIDZINSKI

#### PROPOSIÇÃO PL

AUTOR: JARVIS GAIDZINSKI

| ASSINATURA                      | ESTADO | PARTIDO |
|---------------------------------|--------|---------|
| 1 - JARVIS GAIDZINSKI           | SC     | PPR     |
| 2 - MAURÍCI MARJANO             | SP     | PMDB    |
| 3 - JOSE ANIBAL                 | SP     | PSDB    |
| 4 - OSVALDO BENIER              | RS     | PPR     |
| 5 - ALDIR CABRAL                | RJ     | BLOCO 1 |
| 6 - JOHNS SANTOS NIVLE          | ES     | PL      |
| 7 - FELTLR JUNIOR               | MS     | PPR     |
| 8 - MARTHO CLIMBER              | PJ     | PPR     |
| 9 - ISRAEL PINHEIRO             | MG     | BLOCO 1 |
| 10 - CID CARVALHO               | MA     | PMDB    |
| 11 - JOSE CARLOS ALELUIA        | BA     | BLOCO 1 |
| 12 - JOSE DINHOINO              | SP     | P1      |
| 13 - PAULO HANDARINO            | GO     | PPR     |
| 14 - JOAO DE OLIVEIRA ANTONES   | RS     | PPR     |
| 15 - OSWALDO SIECCA             | SP     | PMDB    |
| 16 - ELISIO LUNHO               | MS     | PPR     |
| 17 - PANDA FOMO DE OLIVEIRA     | PR     | PP      |
| 18 - LUIZ MOREIRA               | BA     | BLOCO 1 |
| 19 - PAULO MESLANDER            | MG     | BLOCO 1 |
| 20 - AROLDI DE OLIVEIRA         | RJ     | BLOCO 1 |
| 21 - HALILY NETTO               | SP     | BLOCO 1 |
| 22 - JOSE JORGE                 | PE     | BLOCO 1 |
| 23 - BEIO MANSUR                | SP     | PPR     |
| 24 - PAULO BERNARDO             | PR     | P1      |
| 25 - CARLOS SCARPELLINI         | PR     | PP      |
| 26 - BASILIO VILLANI            | PR     | PPR     |
| 27 - ROBERTO ROLLANDER          | SP     | PMDB    |
| 28 - NELSON TRAD                | MG     | BLOCO 1 |
| 29 - NELSON MARQUEZELLE         | SP     | BLOCO 1 |
| 30 - NELY LOPES                 | RN     | BLOCO 1 |
| 31 - JOSE LOURENCO              | BA     | PPR     |
| 32 - FRANCISCO RODRIGUES        | RR     | BLOCO 1 |
| 33 - ANTONIO MORIMOTO           | RO     | PPR     |
| 34 - YURANIK ABI-ACKEL          | MG     | PPR     |
| 35 - DULFIM NETTO               | SP     | PPR     |
| 36 - JOAO RODOLFO               | BA     | PPR     |
| 37 - JOAO TOTA                  | AC     | PPR     |
| 38 - ANGELA AMIN                | CE     | PPR     |
| 39 - PEDRO PAVAO                | SP     | PPR     |
| 40 - CLEO BERNARDI              | RS     | PPR     |
| 41 - ARMANDO PINHEIRO           | SP     | PPR     |
| 42 - OSVALDO MLO                | PA     | PPR     |
| 43 - ROBERTO BALESTRA           | GO     | PPR     |
| 44 - FRANCISCO DIOGENES         | AC     | PPR     |
| 45 - TADASHI KURIKI             | SP     | PPR     |
| 46 - CHAFIC FARIAI              | SP     | PPR     |
| 47 - VICTOR FACCIANI            | RS     | PPR     |
| 48 - MARCELINO ROMANO MACHADO   | SP     | PPR     |
| 49 - DJENAL BONCALVES           | SE     | PPR     |
| 50 - VITORIO HALTA              | AL     | PPR     |
| 51 - AECIO DE BORBA             | CE     | PPR     |
| 52 - ROBERTO CAMPOS             | RJ     | PPR     |
| 53 - FELIX MENDONÇA             | BA     | BLOCO 1 |
| 54 - REINHOLD STEPHANES         | PR     | BLOCO 1 |
| 55 - MARIA VALADAO              | GO     | PPR     |
| 56 - FERNANDO CARRION           | RS     | PPR     |
| 57 - JAIR AZI                   | BA     | PPR     |
| 58 - AVILINO COSTA              | MG     | PPR     |
| 59 - HUGO BIEHL                 | SC     | PPR     |
| 60 - JAMES RIBEIRO              | BA     | PSDB    |
| 61 - ETEVALDA GRASSI DE MENEZES | ES     | BLOCO 1 |

|                               |    |         |                            |    |         |
|-------------------------------|----|---------|----------------------------|----|---------|
| 62 - RUBENVAL PILOTTO         | SC | PFR     | 171 - HAROLDO GABOIA       | MA | PT      |
| 63 - SIDNEY DE MIGUEL         | RJ | PV      | 172 - ADAO PRETTO          | RS | PT      |
| 64 - ALDO NEHELO              | SP | PC do B | 173 - EZIO FERREIRA        | AM | BLOCO 1 |
| 65 - ROBSON LIMA              | SP | PL      | 174 - JOSE LUIZ CLERDI     | PB | PMDB    |
| 66 - FRANCISCO GOELHO         | MA | BLOCO 1 | 175 - ELIAS MURAD          | MG | PMDB    |
| 67 - BENEDITA DA SILVA        | RJ | PT      | 177 - WILSON MULLER        | RS | PDT     |
| 68 - MUSA DEMES               | PI | BLOCO 1 | 178 - ODACIR KLEIN         | RS | PMDB    |
| 69 - DEJANDIR DALPAUQUALE     | SC | PMDB    | 179 - LUCI CHOINACKI       | SC | PI      |
| 70 - NLUIO DL CONHO           | SC | PMDB    | 180 - LAIRE ROSADO         | RN | PMDB    |
| 71 - JORIO DE BARROS          | ES | PMDB    | 181 - FELIPE NLRI          | MG | PMDB    |
| 72 - EIEVALDO NOBULIKA        | CE | BLOCO 1 | 182 - ZAIRE REZENDE        | MG | PMDB    |
| 73 - WALDOMIRO FIORAVANTE     | RS | PT      | 183 - JOSE BURNLEY         | MA | PRN     |
| 74 - IVANIO GULRRA            | PR | BLOCO 1 | 184 - RENILDO CALMEIROS    | PE | PC do B |
| 75 - PAULO DUARTE             | SC | PPR     | 185 - FATIMA PELAES        | AP | BLOCO 1 |
| 76 - OITO CUNIA               | PR | PRN     | 186 - ARMANDO COSTA        | MG | PMDB    |
| 77 - JONI VARISCO             | PR | PMDB    | 187 - LUIZ GIRAO           | CE | PDT     |
| 78 - ROSE DE FELITAS          | ES | PSDB    | 188 - JOAO PAULO           | MG | PI      |
| 79 - NILTON BAIANO            | ES | PMDB    | 189 - AUGUSTO CARVALHO     | DF | PDT     |
| 80 - ODELMO LEAO              | MG | PRN     | 190 - JOSE VICENTE BRIZOLA | RJ | PPR     |
| 81 - EDUARDO JORGE            | SP | PT      | 191 - JAIR BOLSONARO       | RJ | PPR     |
| 82 - EULYDES MELLO            | SP | PRN     | 192 - SAULO COLLHO         | MG | PSDB    |
| 83 - SANDRA CAVALDANI         | RS | PR      | 193 - VILMAR ROCHA         | GO | BLOCO 1 |
| 84 - PAULO DE ALMEIDA         | RJ | PSD     | 194 - MURILIO FIMELIKO     | AP | BLOCO 1 |
| 85 - MATILDE JENSEN           | PR | BLOCO 1 | 195 - GUILHERME ALVIA      | MG | PL      |
| 86 - RICARDO CORREA           | MI | PL      | 196 - FABIO FELDMANN       | SP | PSDB    |
| 87 - JOSE ULISSES DE OLIVEIRA | MG | BLOCO 1 | 197 - SERGIO BANDELOO      | AP | BLOCO 1 |
| 88 - HILTON FRANCO            | SC | PPR     | 198 - CARLOS LUIPI         | RJ | PDT     |
| 89 - FERNANDO DINIZ           | MG | PMDB    |                            |    |         |
| 90 - CESAR BANDAIRA           | MA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 91 - JAGUE WAGNER             | BA | PT      |                            |    |         |
| 92 - EZIO SAILLER             | ES | PSDB    |                            |    |         |
| 93 - MAURICIO NAJAR           | SP | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 94 - PEDRO VALADARES          | SE | PP      |                            |    |         |
| 95 - MAURO MIRANDA            | GO | PMDB    |                            |    |         |
| 96 - MORONI IORGAN            | CE | PSDB    |                            |    |         |
| 97 - FLAVIO ROCHA             | RN | PL      |                            |    |         |
| 98 - SAMIR FANNUS             | MG | PPR     |                            |    |         |
| 99 - ILEN LONANTO             | BA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 100 - MAURICIO CAMPOS         | MG | PL      |                            |    |         |
| 101 - JOSE LUIZ MAIA          | PI | PPR     |                            |    |         |
| 102 - CARLOS SANTANA          | RJ | PT      |                            |    |         |
| 103 - WALDIR GULRRA           | RS | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 104 - FLAVIO ARNS             | PR | PSDB    |                            |    |         |
| 105 - SERGIO SPADA            | PR | PP      |                            |    |         |
| 106 - NELSON BORNIER          | RJ | PL      |                            |    |         |
| 107 - VITORIO MIDOLLI         | MG | PSDB    |                            |    |         |
| 108 - EDUAR MOREIRA           | MG | PRN     |                            |    |         |
| 109 - CARLOS MLDRAO           | BA | PP      |                            |    |         |
| 110 - VALDENOR GUEDES         | AP | PP      |                            |    |         |
| 111 - ANTONIO HOLANDA         | AL | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 112 - PAULO LIMA              | SP | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 113 - IRANI BARBOSA           | MG | PSD     |                            |    |         |
| 114 - REDITARIO CASSOL        | RO | PP      |                            |    |         |
| 115 - LUIS ROBERTO PONTE      | RS | PMDB    |                            |    |         |
| 116 - JOSE DIOGO              | PA | PPR     |                            |    |         |
| 117 - DERCIO KNOR             | SC | PDT     |                            |    |         |
| 118 - WANDA REIS              | RJ | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 119 - HALEY HARGON            | GO | PMDB    |                            |    |         |
| 120 - JOAO IRONE              | AM | PMDB    |                            |    |         |
| 121 - CARLOS KAYATH           | PA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 122 - OSORIO ADRIANO          | DF | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 123 - JULIO CABRAL            | RR | PP      |                            |    |         |
| 124 - MARIA LUIZA FONTENLE    | CE | PT      |                            |    |         |
| 125 - FLAVIO PALMEIR DA VILGA | RJ | PSDB    |                            |    |         |
| 126 - JESUS FAJRA             | PI | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 127 - CLEIO TALCAO            | AL | PSD     |                            |    |         |
| 128 - OLAVO CALMEIROS         | AL | PMDB    |                            |    |         |
| 129 - LUIZ DANIAS             | AL | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 130 - ROBERTO TORRES          | AL | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 131 - NAN SOUZA               | MA | PP      |                            |    |         |
| 132 - PAULO NOVAES            | SP | PMDB    |                            |    |         |
| 133 - AIRTON SANDOVAL         | SP | PMDB    |                            |    |         |
| 134 - BERALDO BOAVENTURA      | BA | PSDB    |                            |    |         |
| 135 - LIBERATO LABOULO        | SP | PDT     |                            |    |         |
| 136 - JOSE FELINTO            | PR | PP      |                            |    |         |
| 137 - IORUNIO DANIAS          | BA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 138 - JOSE REINALDO           | MA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 139 - JONAS FIMILIRO          | MI | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 140 - LUCERALDO DE OLIVEIRA   | SE | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 141 - NELSON JOBIM            | RS | PMDB    |                            |    |         |
| 142 - ZE GOMES DA ROCHA       | GO | PRN     |                            |    |         |
| 143 - PEDRO NOVAIS            | MA | PPR     |                            |    |         |
| 144 - CESAR SOUZA             | SC | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 145 - WELINGTON FAGUNDES      | MI | PL      |                            |    |         |
| 146 - FRANCISCO SILVA         | RJ | PP      |                            |    |         |
| 147 - BENEDITO DI. IREQUEIRO  | SE | PDT     |                            |    |         |
| 148 - JOSE TELES              | SE | PPR     |                            |    |         |
| 149 - FABIO MIRELLES          | SP | PPR     |                            |    |         |
| 150 - MAURICIO CALIXTO        | RO | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 151 - VALDIR COLATO           | SC | PMDB    |                            |    |         |
| 152 - GILSON MACHADO          | PE | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 153 - JOAO TEIXEIRA           | MT | PL      |                            |    |         |
| 154 - JOAO FAGUNDES           | RR | PMDB    |                            |    |         |
| 155 - MARCELLO LUZ            | RR | PP      |                            |    |         |
| 156 - RUBEN DENIO             | RR | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 157 - JORGE KHOURY            | BA | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 158 - AKOLDO CEDRAZ           | BA | PRN     |                            |    |         |
| 159 - GEORGE TAKIMHO          | MS | BLOCO 1 |                            |    |         |
| 160 - BENEDITO DOMINGOS       | DF | PP      |                            |    |         |
| 161 - VIVALDO BARBOSA         | RJ | PDT     |                            |    |         |
| 162 - EDMUNDO GALDINO         | IO | PSDB    |                            |    |         |
| 163 - GENESIO BERNARDINO      | MG | PMDB    |                            |    |         |
| 164 - NIGIAS KIBEIRO          | PA | PMDB    |                            |    |         |
| 165 - MARIO MARINS            | PA | PMDB    |                            |    |         |
| 166 - HERMINIO CALVINHO       | PA | PMDB    |                            |    |         |
| 167 - FARCISIO DELGADO        | MG | PMDB    |                            |    |         |
| 168 - MENDONCA NETO           | AL | PDT     |                            |    |         |
| 169 - IILDEN SANTIAO          | MS | PT      |                            |    |         |
| 170 - PEDRO ABRAO             | GO | PP      |                            |    |         |

ASSINATURAS CONFIRMADAS.....197  
 ASSINATURAS DE APOIAMENTO..... 4  
 ASSINATURAS REPETIDAS..... 6  
 ASSINATURAS ILEGÍVEIS..... 5  
 ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM..... 2  
 ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... 1  
 ASSINATURAS DE SENADORES..... 0

APOIAMENTO  
 21 - IRMA PASSONI  
 133 - CHICO AKARAL  
 163 - MENDES RIBEIRO  
 175 - JOSE INOHAZ NONO

REPETIDA  
 132 - CID CARVALHO (REPETIDA)  
 186 - EIEVALDO GRASSI DE MENEZES (REPETIDA)  
 187 - JARVIS GAIDZINSKI (REPETIDA)  
 190 - BENEDITO DE FIGUEIREDO (REPETIDA)  
 192 - ZE GOMES DA ROCHA (REPETIDA)  
 198 - REDITARIO CASSOL (REPETIDA)

NÃO CONFERE  
 20 - ERALDO TRINDADE  
 199 - CARLOS LUIPI

LICENCIADO  
 80 - RAFAELINO LEITE

ILEGÍVEL  
 45  
 59  
 147  
 168  
 176

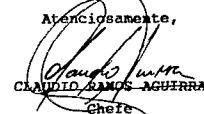
#### SECRETARIA-GERAL DA MESA Seção de Atas

Brasília, 22 de setembro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Sr. Jarvis Gaidzinski, que "Extingue o Tribunal de Contas da União, cria a Comissão de Contas do Congresso Nacional, e dá outras providências", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

197 assinaturas válidas;  
 006 assinaturas repetidas;  
 004 assinaturas de apoio;  
 005 assinaturas ilegíveis;  
 002 assinaturas que não conferem; e  
 001 assinatura de deputado licenciado.

Atenciosamente,  
  
 CLAUDIO RAMOS AGUIAR  
 Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
 Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
 Secretário-Geral da Mesa  
 Câmara dos Deputados  
 M E S T A

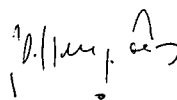
**RECURSO Nº 100-A, DE 1993**(Do Sr. Sigmaringa Seixas)  
(Contra Declaração de Prejudicialidade)

Requer, na forma do artigo 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.044/91; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pelo não acolhimento.

(RECURSO Nº 100, DE 1993, A QUE SE REFERE O PARECER)

Sr. Presidente,

Recurso, nos termos do § 2º do artigo 164 do RI, com delegação do autor, contra declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2044/91 que, "Torna obrigatória em todo Território Nacional, a mistura de 22 % (vinte e dois por cento) de álcool etílico carburante anidro de gasolina".



SIGMARINGA SEIXAS

Sala das Sessões, 20 de abril de 1993

GISELA PSD-B

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989***Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.***Título V****DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES****CAPÍTULO XI**  
*Da Prejudicialidade*

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

§ 2º. Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subsequente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**PROJETO DE LEI Nº 2.044, DE 1991**

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Torna obrigatória, em todo o território nacional, a mistura de 22% (vinte e dois por cento) de álcool carburante anidro na gasolina.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.078, DE 1990).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A gasolina ofertada como combustível automotivo, em todo o território nacional, será, obrigatoriamente, misturada com álcool etílico anidro carburante, na proporção de 22% (vinte e dois por cento).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1991



Deputado MENDES THAME

**JUSTIFICAÇÃO**

A decisão de adicionar-se álcool carburante anidro, na proporção de 22% (vinte e dois por cento), à gasolina automotiva ofertada no território nacional foi tomada, após os choques do petróleo da década de setenta, no âmbito do Programa Nacional do Alcool. Objetivava-se, com essa medida, diminuir o consumo de gasolina e, conseqüentemente, do petróleo importado, substituindo-a por um combustível produzido em nosso país, aliviando as enormes pressões, então existentes, sobre nossa balança comercial.

As empresas fabricantes de veículos automotores adaptaram os motores que equipavam os veículos que produziam à nova realidade da combustíveis com grande sucesso e, desde então, os veículos produzidos em nosso país são equipados com motores especificados para o consumo de gasolina com 22% (vinte e dois por cento) de álcool.

Na recente escassez de álcool do final de 1989 e início de 1990, os produtores de álcool pararam de fabricar o álcool anidro indispensável para a mistura com a gasolina, passando a fabricar, quase exclusivamente, o álcool hidratado, utilizado nos motores projetados para esse tipo de combustível, não derivado de petróleo.

Os motores a gasolina, entretanto, continuaram a ser fabricados prevendo a adição de 22% (vinte e dois por cento) de álcool anidro na gasolina, mas passaram a operar com gasolina pura, ou com uma pequena mistura de álcool, o que vem ocasionando diversos problemas, como desgaste prematuro dos motores, necessidade de freqüentes regulagens, maior consumo e maior emissão de poluentes para atmosfera.

Nossa iniciativa visa a sanar os problemas acima mencionados, defendendo os interesses dos consumidores proprietários de veículos automotores, que vêm sendo lesados em seus direitos, bem como colaborar para a melhoria do ar em nossos centros urbanos. Propomos um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para vigência da lei, após sua aprovação, para que haja tempo de se garantir a produção do álcool anidro nos volumes que serão necessários.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1991



Deputado MENDES THAME

PARECER DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto contra o arquivamento do Projeto de Lei nº 2.044/91, que teve sua prejudicialidade declarada em função da aprovação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 813/88.

A matéria vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para exame e pronunciamento, nos termos regimentais.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.044/91 está inequivocamente amparada no Regimento Interno da Casa, não devendo ser alterada pelo Plenário.

Senão, vejamos.

O art. 163, inciso I, do texto regimental determina seja considerada prejudicada a apreciação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa. Ora, o conteúdo do Projeto de Lei nº 2.044/91 (que pretende tornar obrigatória, em todo o território nacional, a mistura de vinte e dois por cento de álcool carburante anidro na gasolina) encontra-se integralmente contemplado no § 1º do art. 8º do Projeto de Lei nº 813/88, já aprovado na presente sessão legislativa nesta Casa e enviado ao Senado Federal para revisão.

Assim é que entendemos de todo acertada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.044/91, por tratar-se de inafastável determinação regimental.

Nosso voto, pois, é no sentido do improvimento do Recurso nº 100, de 1993.

Sala da comissão, em 14.07.93

Deputado JOSÉ MARIA EYMAL  
Relator

## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pelo não acolhimento do Recurso nº 100/93, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jesus Tajra - Vice-Presidente no exercício da Presidência, José Luiz Clerot, Maurício Mariano, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Maurício Najer, Messias Góis, Roberto Magalhães, Tourinho Dantas, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Gerson Peres, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Wilson Müller, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Dirceu, José Genoíno, Gastone Righi, Benedito Domingos, João de Deus Antunes, Tony Gel, Haroldo Lima, Ronson Tuma, Armando Viola, Walter Pereira, Everaldo de Oliveira, Armando Pinheiro, Vitorio Malta, Paulo Portugal, Carlos Kayath, José Burnett e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 1993

Deputado JESUS TAJRA  
Vice-Presidente no  
exercício da Presidência

Deputado JOSÉ MARIA EYMAL  
Relator

## RECURSO Nº 118-A, DE 1993 (Do Sr. Nestor Duarte)

Recorre, na forma do artigo 137, § 2º, do Regimento Interno, contra a devolução do Requerimento nº 14/91, de sua autoria, que "requer a criação de CPI destinada a investigar o favorecimento nas concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos últimos dez anos, no País"; ten do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Re dação, pelo não acolhimento.

(RECURSO Nº 118, DE 1993, A QUE SE REFERE O PARECER)

Senhor Presidente,

Recorro, nos termos do artigo 137, § 2º, do Regimento Interno, da decisão desta Presidência quanto a devolução do Requerimento nº 14/91, de minha autoria, que "requer a criação de CPI destinada a investigar o favorecimento nas concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos últimos dez anos, no País".

Atenciosamente,

Deputado NESTOR DUARTE

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1993.

### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno da  
Câmara dos Deputados.

### Título V DA APECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

#### CAPÍTULO II Do Recebimento e da Distribuição das Proposições

Art. 137. Toda proposição recebida pela Mesa será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, para serem distribuídos aos Deputados, às Lideranças e Comissões.

§ 1º Além do que estabelece o art. 125, a Presidência devolverá ao Autor qualquer proposição que:

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

II - versar matéria:

a) alheia à competência da Câmara;

b) evidentemente inconstitucional;

c) anti-regimental.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o Autor da proposição recorrer ao Plenário, no prazo de cinco sessões da publicação do despacho, ouvidos-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em igual prazo. Caso seja provido o recurso, a proposição voltará à Presidência para o devido trâmite.

# **REQUERIMENTO DE CPI Nº 14, DE 1991** (Deputado Nestor Duarte)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o favorecimento nas concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos últimos dez anos, no País.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 35 do Regimento Interno desta Casa, a instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o favorecimento nas concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos últimos dez anos, no País.

## **J U S T I F I C A Ç Ã O**

É fato sabido e bastante noticiado pela imprensa que o Poder Executivo, através do então Ministério das Comunicações, especialmente pouco antes da promulgação da Constituição de 1988, distribuiu fartamente concessões de emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Os critérios utilizados nunca foram explicitados e, por tudo o que noticiado, ficou claro que favorecimentos ilícitos foram praticados. As emissoras de rádio e TV se transformaram em verdadeira moeda de troca entre o Poder Executivo e os beneficiados.

Pelo exposto, achamos que se impõe uma completa investigação dos fatos, justificando-se plenamente a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, respaldada pelas assinaturas que acompanham esta proposição.

Sala das Sessões, em 07 de Novembro de 1991.

Deputado **NESTOR DUARTE**

001 NESTOR DUARTE  
002 MANOEL MOREIRA  
003 LUIZ CARLOS SANTOS  
004 MENDES RIBEIRO  
005 AÉCIO DE BORSA  
006 LUIZ TADEU LEITE  
007 WILSON CUNHA  
008 PEDRO TASSIS  
009 VALTER PEREIRA  
010 DOMINGOS JUVENIL  
011 MARCOS MEDRADO  
012 SEBASTIÃO FERREIRA  
013 PINHEIRO LANDIM  
014 EDUARDO MOREIRA  
015 MARCELO BARBIERI  
016 JOMI VARISCO  
017 OTTO CUNHA  
018 IVÂNIO GUERRA  
019 WALDIR GUERRA  
020 ANTÔNIO UENO  
021 JOÃO ROSA  
022 JORGE TADEU MUDALEN

023 AMAURY MÜLLER  
024 MARINO CLINGER  
025 CARLOS CARDINAL  
026 MÁRCIA CIBILIS VIANA  
027 GIOVANNI QUEIROZ  
028 PAULO PORTUGAL  
029 EDI SILIPRANDI  
030 JOSÉ THOMAZ NONO  
031 ROBERTO MAGALHÃES  
032 MAGALHÃES TEIXEIRA  
033 MUNHOZ DA ROCHA  
034 JOAQUIM SUCENA  
035 BENEDITO DE FIGUEIREDO  
036 JOÃO PAULO  
037 PAULO DE ALMEIDA  
038 PAUDERNEY AVELINO  
039 RUBEM BENTO  
040 JOÃO FAUSTINO  
041 GUSTAVO KRAUSE  
042 RENATO VIANNA  
043 ADRIALDO STRECK  
044 LUIZ GIRÃO  
045 EDSON SILVA

046 NEIF JABUR  
047 FELIPE NERI  
048 ARY KARA  
049 ROBERTO ROLLEMBERG  
050 WALTER MORY  
051 SIMÃO SESSIM  
052 PAULO MANDARINO  
053 CARLOS SCARPELINI  
054 ROMERO FILHO  
055 PAULO DUARTE  
056 JARVIS GAIDZINSKI  
057 ANGELA AMIN  
058 NELSON JOBIM  
059 JOSÉ FELINTO  
060 VIMONDDES CRUVINEL  
061 ZILA BEZERRA  
062 HÉLIO BICUDO  
063 UBIRATAN AGUIAR  
064 FLORESTAN FERNANDES  
065 ADÃO PRETTO  
066 GILVAN BORGES  
067 ZAIRNE REZENDE  
068 RONALDO PERIM  
069 WILSON CAMPOS  
070 IVANDRO CUNHA LIMA  
071 MURILO REZENDE  
072 WANDA REIS  
073 SAID FERREIRA  
074 NILMÁRIO MIRANDA,  
075 JOSÉ TELES  
076 VITTÓRIO MEDIOLI  
077 CARLOS SANTANA  
078 JOÃO HENRIQUE  
079 AÉCIO NEVES  
080 VITAL DO REGO  
081 FÁBIO FELDMANN  
082 WILSON MÜLLER  
083 PAULO BERNARDO  
084 SAULO CORLEO  
085 ARMANDO COSTA  
086 JOSÉ CARLOS SABÓIA  
087 JOSÉ DIRCEU  
088 OLAVO CALHEIROS  
089 MEMDONÇA NETO  
090 DEJANDIR DALPASQUALE  
091 CID CARVALHO  
092 JOÃO ALMEIDA  
093 JAIR BOLSONARO  
094 PAULO HARTUNG  
095 GEDDEL VIEIRA LIMA  
096 VIVALDO BARBOSA  
097 JURANDYR PAIXÃO  
098 ANTÔNIO BRITTO  
099 JOSÉ DUTRA  
100 FERNANDO BEZERRA CORLEO  
101 MAURO BORGES  
102 SÉRGIO GUERRA  
103 LÚCIA VÂNIA  
104 JAMES RIBEIRO  
105 JÓRIO DE BARROS  
106 LUIS ROBERTO PONTE  
107 NELSON PROENÇA  
108 LUIZ VIANA NETO  
109 ANNIBAL TEIXEIRA  
110 MAURÍLIO FERREIRA LIMA  
111 NEUTO DE CONTO

112 NILTON BAIANO  
113 ANTÔNIO FALEIROS  
114 DELCINO TAVARES  
115 NILSON GIBSON  
116 LUIZ CARLOS HAULY  
117 TUGA ANGERAMI  
118 HAROLDO SABÓIA  
119 GERMANO RIGOTTO  
120 NAM SOUZA  
121 ALOÍZIO SANTOS  
122 SIGMARINGA SEIXAS  
123 LAIRE ROSADO  
124 CRILOS LUPI  
125 HAROLDO LIMA  
126 JANDIRA FEGHALI  
127 RENEILDO CALHEIROS  
128 BERALDO BOAVENTURA  
129 RUBENS BUENO  
130 ELIEL RODRIGUES  
131 JACKSON PEREIRA  
132 MIRO TEIXEIRA  
133 LIBERATO CABOCLO  
134 JUNTO ABI-RAMIA  
135 CIDINHA CAMPOS  
136 EDEN PEDROSO  
137 SÉRGIO GAUDENZI  
138 JAQUES WAGNER  
139 PAULO RAMOS  
140 AUGUSTO CARVALHO  
141 JOSÉ FORTUNATI  
142 SANDRA STARLING  
143 RAUL PONT  
144 EDUARDO JORGE  
145 PAULO SILVA  
146 FLÁVIO ARNS  
147 JAMIL HADDAD  
148 ALDO REBELO  
149 ROBERTO VALADÃO  
150 MARIA LUIZA FONTENELE  
151 ODACIR KLEIN  
152 ALOÍZIO VASCONCELOS  
153 EULER RIBEIRO  
154 BENEDITA DA SILVA  
155 SIDNEY DE MIGUEL  
156 BETH AZIZE  
157 SOCORRO GOMES  
158 LAERTE BASTOS  
159 SÉRGIO CURY  
160 ÉLIO DALLA-VECCHIA  
161 MIGUEL ARRAES  
162 LUIZ PIAUHYLINO  
163 CÉLIO DE CASTRO  
164 ULDURICO PINTO  
165 ÁLVARO RIBEIRO  
166 ROBERTO FRANCA  
167 ADYLSOM MOTTA  
168 VLADIMIR PALMEIRA  
169 ROBERTO FREIRE  
170 IRMA PASSONI  
171 RUBERVAL PILOTTO  
172 EDÉSIO FRIAS  
173 REGINA GONDILHO  
174 DÉRCIO KNOP  
175 AROLD GÖES  
176 LUIZ GUSHIKEN

|                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|
| 177 ALBERTO GOLDMAN      | 195 ERNESTO GRADELLA     |
| 178 PAULO ROCHA          | 196 RICARDO MORAES       |
| 179 TILDEN SANTIAGO      | 197 ALCIDES MODESTO      |
| 180 GONZAGA MOTA         | 198 VALDIR GANZER        |
| 181 PEDRO TONELLI        | 199 AGOSTINHO VALENTE    |
| 182 LUCI CHOINACKI       | 200 JOSÉ GENOINO         |
| 183 CARRION JÚNIOR       |                          |
| 184 IBRAHIM ABI-ACKEL    | 201 CHICO VIGILANTE      |
| 185 REDITÁRIO CASSOL     | 202 PAULO DELGADO        |
| 186 FERNANDO DINIZ       | 203 LOURIVAL FREITAS     |
| 187 OSMÂNIO PEREIRA      | 204 JOSÉ CICOTE          |
| 188 TIDEI DE LIMA        | 205 EDÉSIO PASSOS        |
| 189 MARCELO LUZ          | 206 MARIA LAURA          |
| 190 ALOÍZIO MERCADANTE   | 207 NÍCIAS RIBEIRO       |
| 191 JORGE UEQUED         | 208 OSVALDO BENDER       |
| 192 JOSÉ VICENTE BRIZOLA | 209 JOSÉ CARLOS COUTINHO |
| 193 VALDOMIRO LIMA       | 210 CLÓVIS ASSIS         |
| 194 EDUARDO MASCARENHAS  | 211 WALDIR PIRES         |

## PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## I-RELATÓRIO

Com arrimo no art. 137, § 2º, do Regimento Interno, o nobre Dep. NESTOR DUARTE ofereceu o presente Recurso contra ato do Presidente da Casa que devolveu o Requerimento nº 14/91, de sua autoria, que "requer a criação de CPI destinada a investigar o favorecimento nas concessões de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos últimos dez anos, no País."

O Presidente acolheu as razões seguintes:

" Sem denúncia específica. Refere-se a "favorecimentos ilícitos", sem mencionar em que casos e quem teria se beneficiado. Prazo de dez anos muito abrangente, sendo inespecífico. Sugere-se devolução ao Autor."

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal, em seu art. 58, § 3º, estabelece:

" § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, PARA APURAÇÃO DE FATO DETERMINADO e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores." ( O destaque é meu )

O sempre festejado PINTO FERREIRA, em seus "Comentários à Constituição Brasileira" assim leciona:

" O fato determinado deve possuir característica própria, a fim de não incidir em rota de colisão com outros dispositivos constitucionais..

Tais fatos podem ser especificados como aqueles referentes à ordem pública, política, econômica, social, BEM DETERMINADOS E CARAC

TERIZADOS NO PRÓPRIO REQUERIMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO; DEVE SER UM FATO OBJETIVO, CLARO, PRECISO, DETERMINADO."

( São Paulo, Ed. Saraiva, 1992, 3º vol., p. 125, sendo o destaque meu ).

Analisando o mesmo dispositivo da Carta Magna, o mestre paulista MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO ensina:

" Além disto, as comissões de inquérito devem ter OBJETO DETERMINADO, DE MODO PRECISO. É para indicá-lo que a Constituição se refere a "fato determinado". Como observa Pontes de Miranda, "não se pode abrir inquérito ... sobre crises in abstracto" ( Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n. 1 de 1969, t. 3, p. 50).

Isto melhor se compreende quando se leva em conta a distinção formulada pela doutrina italiana entre inchiesta legislativa e inchiesta politica ( cf. Alessandro Pace, Inchiesta Parlamentare, Enciclopedia del Diritto, Milão, Giuffrè, 1970, vol. 20 ).

As da segunda, que realizam a inchiesta politica, são incompatíveis com o sistema presidencial. Visam a um controle ( não no sentido de vigilância ou fiscalização, mas no de supervisão, aprobatória ou desaprobatória ) que o Parlamento somente possui no sistema parlamentar de governo ( cf. Paulino Jacques, "Comissão parlamentar de inquérito", RF, 151:83 ). " ( in " Comentários à Constituição Brasileira de 1988, São Paulo, Ed. Saraiva, 1992, vol. 2, p. 70/71, sendo o destaque meu ).

No meu entender, o Requerimento do nobre e ilustre Deputado baiano situa-se na categoria dos que pretendem uma investigação política. Não há indicação precisa do fato a ser objeto da CPI. Busca-se estudar, isto sim, a política desenvolvida para o setor de telecomunicações, nos últimos dez anos.

Agiu acertadamente o Presidente da Câmara ao devolver o Requerimento nº 14/91, que não preenchia os requisitos da Constituição para ser acolhido.

DIANTE DO EXPOSTO, voto pelo INDEFERIMENTO do presente Recurso nº 118/93.

Sala de Reuniões, em 01 de setembro de 1993

DEPUTADO NILSON TIBSON ( PMDB-PE )  
Relator

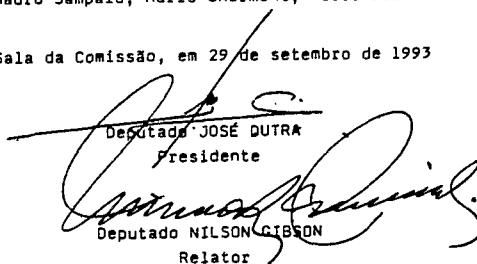
## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pelo não acolhimento do Recurso nº 118/93, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, José Thomaz Nonô e Jesus Tajra - Vice-Presidentes, Ary Kera José, João Natal, José Luiz Clerot, Maurici Mariano, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Tarcísio Delgado, Maurício Najjar, Roberto Magalhães, Tourinho Dantas, Fernando Diniz, Osvaldo Melo, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Vital do Rêgo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Hélio Bicudo, José Dirceu, José Genoíno, João de Deus Antunes, Reditário Cassol, Augusto Farias, Haroldo Lima, Armando Viola, Chico Amaral, Átila Lins, Everaldo de Oliveira, Maurício Calixto, Fernando Freire, Vitorio Malta, Jorge Ueques, Mauro Sampaio, Mário Chermont, José Burnett e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 29 de setembro de 1993

  
Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente  
Deputado NILSON GIBSON  
Relator

## RECURSO Nº 135, DE 1993

### Contra Declaração Conclusiva de Comissão

(Do Sr. Roberto Freire e Outros)

Requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 2.350, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos regimentais, recorremos da decisão das Comissões, para que seja apreciado pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 2.350-B, de 1991, de autoria do Senhor Deputado Hugo Bialhl, que "Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas".

Sala das sessões, de setembro de 1993.

ASSINATURA

ROBERTO FREIRE  
MAURILIO FERREIRA LIMA  
AUGUSTO CARVALHO  
RENILDO CALHEIROS  
ZAIRE REZENDE  
JOSE REINALDO  
JOSE LOURENCO  
MARIA VALADAO  
ARIOSTO HOLANDA  
MURILO PINHEIRO  
MAURO SAMPAIO  
LUCIANO CASTRO  
JULIO CABRAL  
JOAO DE DEUS ANTUNES  
ATILA LINS  
WALDIR GUERRA  
JOAO PAULO  
LUIZ SOYER  
DERVAL DE PAIVA  
ROBERTO TORRES  
NEIF JABUR  
ELIEL RODRIGUES

RUBEN BENTO  
LEOMAR QUINTANILHA  
PEDRO CORREA  
SERGIO AROUCA  
CARLOS BENEVIDES  
DARCI COELHO  
NEY LOPES  
JESUS TAJRA  
JORGE KHOURY  
WERNER WANDERER  
CARLOS LUPI  
ALACID NUNES  
DELIO BRAZ  
EZIO FERREIRA  
REDITARIO CASSOL  
PAULO ROMANO  
ANTONIO DOS SANTOS  
ROBERTO VALADAO  
SIGMARINGA SEIXAS  
FERNANDO DINIZ  
TONY GEL  
MAURI SERGIO

CLOVIS ASSIS  
JAIR BOLSONARO  
IVO MAINARDI  
ISRAEL PINHEIRO

ALDO REBELO  
FRANCISCO EVANGELISTA  
JOSE LINHARES

|   |    |
|---|----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 51 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0  |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 0  |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 0  |
| ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM.....         | 0  |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 1  |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0  |

LICENCIADO  
12 - ORLANDO PACHECO

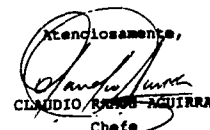
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Roberto Freire, que "Solicita apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 2.350-B, de 1991", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

051 assinaturas válidas; e  
001 assinatura de deputado licenciado.

Atenciosamente,  
  
CLÁUDIO ROBERTO AGUIAR  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S A

## LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.

#### Título V DA APECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES Capítulo I DA TRAMITAÇÃO

Art. 131. Cada proposição, salvo emenda, recurso ou parecer, terá curso próprio.

Art. 132. Apresentada e lida perante o Plenário, a proposição será objeto de decisão:

I - do Presidente, nos casos do art. 114;  
II - da Mesa, nas hipóteses do art. 115;  
III - das Comissões, em se tratando de projeto de lei que dispensar a competência do Plenário, nos termos do art. 24, II;  
IV - do Plenário, nos demais casos.

§ 1º Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das Comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de requerimento.

§ 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no Diário do Congresso Nacional e no aviso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido de um décimo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara.

.....



**PROJETO DE LEI Nº 2.350-B, DE 1991**

(Do Sr. Hugo Biehl)

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação; e, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

(PROJETO DE LEI Nº 2.350, DE 1991, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

**SUMÁRIO**

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Finanças e Tributação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos dos valores:

I - das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização;

II - das deduções mensais, a que faria jus o contribuinte, não computadas nos meses em que os rendimentos deixaram de ser pagos, atualizadas monetariamente, desde o mês em que não foram computadas, até o mês do recebimento ou crédito dos rendimentos acumulados;

III - que deixaram de ser diminuídos das bases de cálculo de incidência mensal do imposto, caso os rendimentos recebidos acumuladamente tivessem sido recebidos nos vários meses a que correspondem, seja pelo não aproveitamento dos limites de isenção da tabela de cálculo do imposto, seja pela não incidência de alíquota menor que a aplicada sobre os rendimentos acumulados, caso fossem pagos, de forma distribuída, em vários meses.

**Parágrafo único** A atualização monetária das deduções mensais, a que se refere o inciso II, será efetuada pelos mesmos critérios de atualização dos débitos fiscais federais, vigentes nos meses em que deixaram de ser pagos os rendimentos recebidos acumuladamente."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

A regra de tributação, pelo imposto de Renda das Pessoas Físicas, dos rendimentos recebidos acumuladamente, consignada no art. 12 da Lei nº 7.713/88, encerra algumas injustiças que reclamam por reparos.

A regra é aplicada, normalmente, nos casos de ações trabalhistas, em que os trabalhadores logram obter reparação de injustiças, nos casos de simples atrasos da reposições salariais.

Em todos esses casos, bem como em outros possíveis, é preciso considerar que, se os rendimentos recebidos acumuladamente tivessem sido pagos de forma distribuída, nos vários meses a que correspondem, certamente a carga tributária do contribuinte seria menor que a incidente pelo critério do art. 12 da Lei nº 7.713/88. Isso porque, segundo o critério latente no referido art. 12, o contribuinte eventualmente pode deixar de aproveitar deduções mensais a que faria jus; pode ser enquadrado na faixa de rendimentos de alíquota superior à faixa de rendimentos em que normalmente se enquadraria, ou pode, ainda, deixar de aproveitar os limites de isenção da tabela de cálculo do imposto, tantas vezes, quantos os meses em que os rendimentos deixaram de ser pagos regularmente.

O Projeto de Lei que ora apresentamos tem por objetivo corrigir essas distorções. Contamos, pois, com o apoio dos

nobres Parlamentares do Congresso Nacional, para vê-lo aprovado.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1991

Deputado **HUGO BIEHL**

**LEGISLAÇÃO CITADA:**

**LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988**

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

**Art. 12. No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.350/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 19, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 1/4/92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 1992.

**Wladimir Aguiar**  
Maria Linda Magalhães  
Secretária

**PARECER DA**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

Propõe o ilustre Deputado HUGO BIEHL a alteração do art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que tra-

ta da tributação, pelo imposto de renda, dos rendimentos recebidos acumuladamente.

De acordo com o citado art. 12, no caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incide, no mês do recebimento, sobre o total dos rendimentos, diminuído do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

Pela proposta, além dos valores acima referidos, poderão ser deduzidos, para efeito da incidência do imposto, os valores das deduções mensais não computados nos meses em que os rendimentos deixaram de ser pagos, bem como os limites mensais de isenção da tabela para cálculo do imposto, atualizados monetariamente pelos mesmos critérios de correção dos débitos fiscais federais.

Observa o autor que a regra é aplicada, em geral, nos casos de ações trabalhistas, em que os trabalhadores logram obter reparação de injustiças, nos casos de simples atrasos de reposições salariais. Salienta, ainda, que se os rendimentos recebidos acumuladamente tivessem sido pagos de forma distribuída, nos vários meses a que correspondem, certamente a carga tributária do contribuinte seria menor que a incidente pelo critério do art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988.

#### II - VOTO DO RELATOR

Julgamos oportuna e justa a iniciativa sob exame, entendendo, como o autor, que de conformidade com o critério do art. 12 da Lei nº 7.713/88 o contribuinte, eventualmente, pode deixar de aproveitar deduções mensais a que faria jus, pode ficar submetido a alíquota superior àquela que normalmente se enquadraria ou pode, ainda, deixar de aproveitar os limites de isenção da tabela de cálculo do imposto, tantas vezes quanto forem os meses em que os rendimentos deixaram de ser pagos regularmente.

Não há que se falar em inadequação financeira e orçamentária, porque a iniciativa não tem por objetivo reduzir imposto, mas sim fazer com que a incidência se faça de forma correta, exatamente como se os rendimentos tivessem sido recebidos regularmente, nos meses a que correspondem.

Nessas condições, votamos pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.350, de 1991.

Sala da Comissão, em 29 de junho de 1993.

Deputado SÉRGIO BAUDENZI  
Relator

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.350/91, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Francisco Dornelles, Presidentes Basílio Villani, Vice-Presidentes Júlio Cabral, Mussa Demes, Germano Rigotto, Luís Roberto Ponte, Elío Dalla Vecchia, Sérgio Baudenzi, José Lourenço, Jackson Pereira, José Dirceu, Paulo Mandarino, Nelson Bornier, Luiz Carlos Hauly, Simão Sessim, Hélio Rosas, Valdomiro Lima, Roberto Campos, José Maria Eymael e Ázio Ferreira.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 1992

Deputado FRANCISCO DORNELLES  
Presidente

Deputado SÉRGIO BAUDENZI  
Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.350-A/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/09/92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 1992

LUIZ HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário em exercício

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### I - RELATÓRIO

Com a proposição sob exame, o ilustre autor pretende alterar a forma de tributação, pelo imposto de renda das pessoas físicas, dos rendimentos recebidos acumuladamente, de tal forma que, na determinação da base de cálculo do imposto, sejam descontados todos os valores (atualizados) que seriam descontados, caso os rendimentos fossem recebidos mensalmente, ao longo dos meses a que se referem.

A douta Comissão de Finanças e Tributação manifestou-se pela aprovação do projeto. A seguir, o processo foi encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, para examinar a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica de elaboração legislativa e redação.

##### II - VOTO DO RELATOR

Compete à União legislar sobre os impostos federais, cabendo ao Congresso Nacional (art. 48 da Constituição federal) dispor sobre o assunto, por iniciativa de qualquer de seus membros (art. 61). Não há conflitos entre as disposições do projeto de lei sob exame e dispositivos da Carta Magna ou princípios dela decorrentes.

Resultam, pois, atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Quanto à regimentalidade, à técnica de elaboração legislativa e à redação, não há reparos a fazer.

Sala da Comissão, em 22 de junho de 1993

Deputado NELSON TRAD  
Relator

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.350-A/91, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, José Thomaz Nonô, Jesus Tajra e Sigmaringa Seixas - Vice-Presidentes, José Luiz Clerot, Maurício Mariano, Mendes Ribeiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Mau

cio Najjar, Messias Góis, Ney Lopes, Paes Landim, Roberto Magalhães, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Gerson Peres, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Dércio Knop, Vital do Rêgo, Luiz Máximo, Melvécio Castelo, Moroni Torgan, Edésio Passos, José Dirceu, José Genoíno, Nelson Trad, Reditário Cassol, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Robson Tuma, Armando Viola, Chico Amaral, Rubem Medina, Afonso Pinheiro, Antônio Morimoto e Carlos Kayath.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado NELSON TRAD  
Relator

**RECURSO Nº 136, DE 1993**  
Contra Declaração Conclusiva de Comissão  
(Do Sr. Roberto Freire e Outros)

Requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 1.026-B, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos regimentais, recorremos da decisão das Comissões, para que seja apreciado pelo Plenário, o Projeto de lei nº 1.026-B, de 1991, da autoria da Senhora Deputada Rita Camata, que "Dispõe sobre a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais".

Sala das sessões, de setembro de 1993.

| ASSINATURA             |                       |
|------------------------|-----------------------|
| ROBERTO FREIRE         | NEIF JABUR            |
| LUCIANO CASTRO         | ELIEL RODRIGUES       |
| MAURILIO FERREIRA LIMA | RUBEN BENTO           |
| ROBERTO MAGALHÃES      | LEOMAR QUINTANILHA    |
| AUGUSTO CARVALHO       | PEDRO CORREA          |
| RENILDO CALMEIROS      | SERGIO AROUCA         |
| JOSE ELIAS             | DARCI COELHO          |
| ZAIRE REZENDE          | NEY LOPES             |
| FATIMA PELAES          | JESUS TAJRA           |
| JOSE REINALDO          | JORGE KHOURY          |
| JOSE LOURENCO          | WERNER WANDERER       |
| MARIA VALADAO          | ALACIO NUNES          |
| ARIOSTO HOLANDA        | DELIO BRAZ            |
| MURILIO PINHEIRO       | EZIO FERREIRA         |
| MAURO SAMPAIO          | REDITARIO CASSOL      |
| JULIO CABRAL           | PAULO ROMANO          |
| JOAO DE DEUS ANTUNES   | ANTONIO DOS SANTOS    |
| ATILA LINS             | ROBERTO VALADAO       |
| WALDIR GUERRA          | SIGMARINGA SEIXAS     |
| JOAO PAULO             | FERNANDO DINIZ        |
| LUIZ SOYER             | HILARIO COIMBRA       |
| CARLOS BENEVIDES       | MAURI SERGIO          |
| DERVAL DE PAIVA        | CLOVIS ASSIS          |
| ROBERTO TORRES         | JAIR BOLSONARO        |
|                        | IVO MAINARDI          |
|                        | FRANCISCO EVANGELISTA |
|                        | JOSE LINHARES         |

|   |    |
|---|----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 51 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0  |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 0  |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 0  |
| ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM.....         | 0  |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 2  |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0  |

**ASSINATURAS IRREGULARES**

LICENCIADO:  
2 - ORLANDO PACHECO  
36 - PAULO LIMA

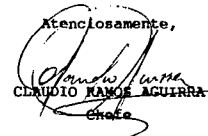
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Roberto Freire, que "Solicita apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 1.026-B, de 1991", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

051 assinaturas válidas; e  
002 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,  
  
CLAUDIO MANOEL AGUIAR  
Chefe

À Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S T A

**PROJETO DE LEI Nº 1.026-B, DE 1991**  
(Da Srª Rita Camata)

Dispõe sobre a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais; tendo pareceres: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação, com Substitutivo; e, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.

(PROJETO DE LEI Nº 1.026, DE 1991, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

**S U M Á R I O**

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Minas e Energia:
  - emendas apresentadas na Comissão
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - 1º substitutivo oferecido pelo relator
  - emendas apresentadas ao substitutivo
  - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
  - parecer do relator às emendas oferecidas ao substitutivo
  - 2º substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão (texto final)
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º - O Decreto-Lei nº. 227, de 28 de fevereiro de 1967, que alterou a redação do Decreto-Lei nº. 1.385, de 29 de janeiro de 1940 e estabeleceu o novo Código de Mineração, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 11 .....

I - o direito de preferência do proprietário do solo que, por isto, será notificado pelo DNPM da existência de pedido por parte de terceiro, para pesquisa e lavra, devendo dizer, no prazo a ser fixado em regulamento,

se exercerá a preferência ou co-participará do empreendimento, na forma do disposto no inciso seguinte:

II - se o proprietário não exercer o direito de preferência para exploração da jazida, terá participação garantida de 5% (cinco por cento) do faturamento decorrente da comercialização da lavra;

III - havendo desinteresse do proprietário do solo, a prioridade entre terceiros será deferida ao que, atendidos os demais requisitos previstos neste Código, por primeiro protocolizou seu requerimento junto ao DNPM;

IV - nenhuma pesquisa será deferida em área que goze de benefício fiscal do Incra ou que por esse tenha sido destinada a implantação de projeto agrícola;

V - os alvarás de pesquisa e lavra terão que ser requeridos por brasileiros ou por empresas constituídas exclusivamente por brasileiros".

"Art. 79 - .....

1º - os componentes da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo, podem ser pessoas físicas ou jurídicas, exclusivamente nacionais, nominalmente representadas no instrumento de constituição da empresa.

2º - a firma individual também só poderá ser constituída por brasileiros.

Art. 2º - É revogado o 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação..

#### JUSTIFICAÇÃO

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no 2º do Art. 176, assegura ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

A presente proposição, além de regulamentar o dispositivo constitucional, resgata o antigo Código de Minas (Decreto-Lei nº 1.985, de 1940) que assegurava ao proprietário do solo e que sempre foi tido como correto e moral.

Este direito nasceu com a Constituição de 1934, que instituiu no País a separação da propriedade do solo e do subsolo, para efeito de exploração e aproveitamento industrial, dando fim ao regime acessionista que atribuía ao dominus soli também a propriedade do subsolo.

A título de compensação, a Carta de 1934 garantiu ao superficiário participação nos resultados da lavra realizada em terrenos de sua propriedade.

Mantido em todas as Constituições que se seguiram, em 1967 assumiu particular importância, uma vez que substituiu o direito de preferência que a Lei Magna de 1946 assegurava ao dono da superfície.

Novamente acolhido pelos constituintes de 1988, o direito dos superficiários requer, agora, regulamentação específica, tendo em vista que as mudanças operadas no sistema tributário incluíram a supressão do imposto único sobre mineral, que vigorara por algumas décadas no Brasil.

Neste projeto, estamos introduzindo algumas modificações necessárias à atualização da legislação. Por exemplo, a determinação que não se devam pedidos de pesquisa em áreas beneficiadas pelo Incra ou por esse destinadas à implantação de projetos agrícolas e a estabelecer a obrigatoriedade de as autorizações serem concedidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas nacionais constituídas de cidadãos brasileiros.

São estes motivos que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, e alterar o vigente Código de Mineração.

Sala das Sessões, em 15 de Maio de 1991.

Deputada RITA CAMATA

#### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

#### Título VII

#### DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### Capítulo I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 2º - É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei

DECRETO-LEI Nº 217 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967  
DA NOVA REDAÇÃO AO DECRETO-LEI NÚMERO 1.985 (CÓDIGO DE MINAS) DE 29 DE JANEIRO DE 1940

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Serão respeitados na aplicação do regime de Autorização e Concessão, subordinados aos preceitos deste Código:

a) o "direito de prioridade", que é a precedência de entrada do requerimento no DNPM, pleiteando a autorização de pesquisa ou concessão de lavra designando-se por "prioritário" o respectivo requerente;

b) o "direito de participação nos resultados da lavra", que corresponde ao dízimo do imposto único sobre minerais, aplica-se às concessões outorgadas após 14 de março de 1967.

#### CAPÍTULO VII - DA EMPRESA DE MINERAÇÃO

Art. 7º - Entende-se por empresa de mineração para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída e domiciliada no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, e entre cujos objetivos esteja o de realizar aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º - Os componentes da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo podem ser pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, mas nominalmente representados no instrumento de constituição da empresa.

§ 2º - A firma individual só poderá ser constituída por brasileiro.

Art. 8º - A empresa de mineração, para obter outorga do direito de pesquisar ou lavrar jazida mineral, ou exercer atividade de mineração no País, depende de autorização para funcionar, emitida por Alvará do Ministro das Minas e Energia, mediante requerimento da empresa já constituída apresentado ao DNPM, acompanhado dos seguintes elementos de instrução e de prova:

§ 1º - As pessoas jurídicas estrangeiras comprovarem sua personalidade, apresentando os seguintes documentos, legalizados e traduzidos:

a) escritura ou instrumento de Constituição;

b) estatutos, se exigidos, no país de origem;

c) certificação de estarem legalmente constituídas na forma das leis do país de origem.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| EMENDA Nº                   |                  |
| 01/91                       |                  |
| CLASSIFICAÇÃO               |                  |
| PROJETO DE LEI Nº           | 1.026 / 91       |
| ( ) SUPLENÇÃO               | ( ) SUBSTITUIÇÃO |
| ( ) ADIÇÃO                  | ( ) ABOLIÇÃO     |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA |                  |
| DEPUTADO                    | JOSÉ MARIA EYMAL |
| PARTIDO                     | PDC              |
| UF                          | SP               |
| DATA                        | 01/02            |

Suprima-se no Art. 1º do Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, o Inciso I do Art. 11, renumerando-se os demais.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto em exame propõe o restabelecimento do antigo direito de preferência do proprietário do solo para a pesquisa e a lavra de substâncias minerais, sob o fundamento de que a atual Constituição o teria novamente acolhido, quando, em seu artigo 176, § 2º, assegura "a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e valor que dispuser a lei".

Em que pese a intenção da nobre Deputada em beneficiar o proprietário do solo, revigorando-lhe o então direito de preferência contemplado em legislações anteriores a 1967, ou seja, já extinto há 24 anos, tal posicionamento e entendimento, contudo, é inadequado ao desenvolvimento sócio econômico do País, na medida em que se pretende de fender o retorno de um princípio que, enquanto vigorou, foi altamente pernicioso à mineração brasileira e ao Brasil.

Tal assertiva comprova-se pelos próprios números. Assim é que no período de 1934/1967, vigente o direito de preferência, registraram-se no DNPM um fluxo de 5.582 pedidos de pesquisas, enquanto que no período de 1968/1988, por exemplo, ao abrigo do direito de prioridade, os pedidos de pesquisa somaram 202.833 (Fonte: DNPM).

A instituição do direito de prioridade e a supressão do direito de preferência, em 1967, talvez tenha sido o episódio de maior importância de tudo quanto ocorreu na evolução da legislação mineral brasileira. É que, se por um lado estimulou o descobrimento de novas jazidas, garantindo-lhe o direito de acesso à pesquisa e à lavra mineral, por outro definiu com clareza, conforme legislação vigente - o que também se reveste de importância fundamental - os direitos do proprietário do solo decorrentes da extinção do direito de preferência, quais sejam, na fase de pesquisa, a indenização por danos causados à propriedade e renda pela ocupação dos terrenos; e na fase de lavra, a participação nos resultados da exploração mineral.

Por outro lado, na verdade o que a Constituição vigente dispõe não se trata da reintrodução do direito de preferência do proprietário do solo, mas, tão somente, da manutenção de sua participação nos resultados da lavra, diante do comprometimento de sua propriedade superficial, já que, abaixo dela, e com prioridade de exploração, se encontra outra propriedade distinta, que abriga os recursos minerais, os quais, nos termos da Constituição, são de propriedade e administração da União.

Verifica-se, pois, que o Projeto de Lei, em exame, ao pretender regulamentar o § 2º, do artigo 176 da atual Constituição, propõe que seja resgatado o antigo direito de preferência do proprietário do solo, se baseada em uma visão que não procede, eis que o dispositivo constitucional citado se limita, apenas, a garantir, como aliás já faz o atual Código de Mineração na alínea "b", do artigo 11, a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, não podendo, pois, ser entendido - já que nenhuma expressão menção se faz, - como restauração do antigo e ultrapassado direito de preferência.

Desta forma, o que o § 2º, do artigo 176, da Constituição está a exigir, conforme clareza de seu enunciado, se resume na necessidade de se editar, tão somente uma lei específica, disciplinadora da forma e do valor da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| EMENDA Nº                   |                  |
| 02/91                       |                  |
| CLASSIFICAÇÃO               |                  |
| PROJETO DE LEI Nº           | 1.026 / 91       |
| ( ) SUPLENÇÃO               | ( ) SUBSTITUIÇÃO |
| ( ) ADIÇÃO                  | ( ) ABOLIÇÃO     |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA |                  |
| DEPUTADO                    | JOSÉ MARIA EYMAL |
| PARTIDO                     | PDC              |
| UF                          | SP               |
| DATA                        | 01/01            |

Dê-se nova redação no Art. 1º do Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, ao Inciso II:

"II - Se o proprietário não exercer o direito de preferência para exploração da jazida, terá participação garantida de 5% (cinco por cento) do imposto incidente sobre substância mineral extraída."

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estabelece a participação do proprietário em função do imposto. Como o novo imposto incidente sobre o produto mineral não mais é o imposto único extinto pela Constituição de 68, e sobre o qual o proprietário do solo recebia como participação um valor correspondente a 10% do mesmo, sugere-se a adotar a metade deste percentual, ou seja, 5%, já que o ICMS, agora incidente sobre os produtos minerais, passou a representar o dobro da carga tributária então suportada pelos minerais.

Desta forma, a participação do proprietário estaria resguardada em função direta da efetiva produção mineral tributada, mesmo que a participação em função de eventual faturamento, de difícil fiscalização, e que pode até não ocorrer em determinadas ocasiões.

12/11/91

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| EMENDA Nº                   |                  |
| 03/91                       |                  |
| CLASSIFICAÇÃO               |                  |
| PROJETO DE LEI Nº           | 1.026 / 91       |
| ( ) SUPLENÇÃO               | ( ) SUBSTITUIÇÃO |
| ( ) ADIÇÃO                  | ( ) ABOLIÇÃO     |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA |                  |
| DEPUTADO                    | JOSÉ MARIA EYMAL |
| PARTIDO                     | PDC              |
| UF                          | SP               |
| DATA                        | 01/01            |

Inclua-se ao final do Inciso IV, no artigo 1º do Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, a seguinte ressalva:

"Salvo na ocorrência de comprovada existência de jazida mineral na região, cujo interesse em sua exploração, a critério do DNPM, supere a atividade agrícola."

## JUSTIFICAÇÃO

A proibição de se vedar a pesquisa em áreas que gozem de benefício fiscal do INCRA - ou que, por aquele órgão tenha sido destinada à implantação de projeto agrícola, - deve ser eliminada, a fim de se evitar que, dada a rigidez locacional das jazidas minerais, por vezes projetos agrícolas sejam planejados sobre áreas promissoras em recursos minerais. Nesta hipótese, verifica-se ser possível deslocar o objeto agrícola para outra região próxima, o que não o é em se tratando de jazida mineral.

12/11/91

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.026/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 12, I, da Resolução nº 18/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para a apresentação de emendas, a partir de 06/11/91, por cinco sessões, tendo, ao seu término, este órgão Técnico recebido 03 (três) emendas.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 1991.

Maria Eunice Torres Vilas Boas  
Secretária

PARECER DA  
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

## I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo regulamentar o disposto no Art. 176, § 2º, da Constituição

Federal, que assegura ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra dos minérios existentes nos terrenos de sua propriedade.

Na justificativa, o autor expõe que o princípio de separação da propriedade do solo e do subsolo fora introduzido pela Constituição de 1934 que, a título de compensação, garantiu ao proprietário do primeiro participação nos resultados da lavra realizada em sua propriedade. Expõe, igualmente, que a preferência ao proprietário do solo para pesquisa e lavra das substâncias minerais existentes em terrenos de sua propriedade fora introduzida pela Constituição de 1946 e cancelada pela de 1967. Concluindo, afirma o autor que o disposto no § 2º do art. 176 da atual Constituição está a requerer regulamentação específica devido às mudanças ocorridas no sistema tributário, que incluíram a supressão do imposto único sobre Minerais.

O Projeto veda a autorização de pesquisas minerais em área que goze de benefício fiscal do INCRA ou que por ele tenha sido destinada à implantação de projeto agrícola. Altera, igualmente, dispositivos do Código de Mineração em vigor no sentido de evidenciar o preceito constitucional que restringe a brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional a autorização ou concessão de pesquisa ou lavra de recursos minerais.

Foram apresentadas três emendas, todas de autoria do Deputado José Maria Eymael.

## II - VOTO DO RELATOR

A Constituição de 1934 instituiu no País a separação da propriedade do solo e do subsolo, para efeito de exploração e aproveitamento industrial, princípio mantido em todas as Constituições que a sucederam, sendo fixo ao regime acessionista anterior, que atribuía ao *dominus soli* a propriedade integral do subsolo. Como compensação, instituiu o preceito que assegura ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra dos minérios existentes nos terrenos de sua propriedade.

A Constituição de 1946 alterou o estabelecido em 1934, atribuindo ao proprietário do solo direito de preferência, em relação a terceiros, para a pesquisa e a lavra de substâncias minerais existentes em sua propriedade. Esse preceito foi cancelado pela Constituição de 1967, após cerca de vinte anos de estagnação vividos pelo setor mineral, devido ao desestímulo às pesquisas minerais representado pela preferência garantida ao superficiário para a lavra dos minerais porventura identificados.

A Carta de 1988 consagrou de forma explícita e incontroversa os princípios: a) da dualidade imobiliária, segundo o qual a propriedade do subsolo se constitui em uma propriedade imóvel distinta e não aderente à propriedade da superfície do terreno; e b) da propriedade dos bens minerais pela União, cujo aproveitamento é realizado por terceiros sob sua concessão.

A mineração não é uma atividade trivial, que possa ser exercida por leigos no assunto, exigindo conhecimento técnico e capacidade financeira adequados. A pesquisa geológica imprescindível à descoberta e identificação da jazida mineral é uma atividade de alto risco e os recursos nela empregados não têm remuneração garantida. O ressarcimento dos prejuízos incorridos pelo superficiário em decorrência da ocupação de sua propriedade pela pesquisa ou lavra de uma jazida mineral são cobertos pelo titular da autorização ou concessão, nos termos do Capítulo IV do Código de Mineração, podendo atingir o valor venal máximo de toda a propriedade, quando os danos forem de molde a inutilizar, para fins agrícolas e pastoris, toda a propriedade em que estiver encravada a área necessária aos trabalhos de mineração, em qualquer de suas fases.


Nesse contexto, não há justificativas para atribuir-se preferência ao proprietário do solo para o aproveitamento dos bens minerais existentes em terrenos de sua propriedade e a aderente participação nos resultados da lavra afigura-se uma benesse garantida pela Constituição. A aplicação, em nosso País, do princípio de preferência traria problemas adicionais face à realidade fundiária de grandes extensões de terra marcadas por conflitos entre posseiros e pretensos proprietários.

A proposta do autor de não se deferir pesquisa mineral em área que goze de benefício fiscal do INCRA, ou que por ele tenha sido destinada à implantação de projeto agrícola, afigura-se-nos muito restritiva. Sua aprovação impediria o conhecimento da realidade mineral dessas áreas, inviabilizando o aproveitamento de expressivos depósitos, porventura existentes, que dariam um retorno econômico para a sociedade superior ao da atividade agropecuária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, na forma do Substitutivo em anexo, ao qual incorporamos sugestões contidas nas emendas de nº 1 e 3, com cujo mérito concordamos.

Em nosso substitutivo alteramos, igualmente, a forma com que o autor modifica o Código de Mineração no sentido de evidenciar as restrições constitucionais quanto à titularidade da autorização ou concessão de pesquisa e lavra de substância mineral. Restringimos essas modificações ao art. 79, que dispõe sobre a Empresa de Mineração, incorporando à letra do Código o texto constitucional sobre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 1992.

  
Deputado **ALCIDES ROBERTO**  
Relator

## 1º SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR

Regulamenta o disposto no § 2º do art. 176 da Constituição Federal e altera dispositivos do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28.02.67) adotando-se as normas constitucionais vigentes.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 11 .....

a) .....

b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

§ 1º A participação de que trata a alínea b do caput deste artigo será fixada por livre negociação entre o superficiário e o titular da concessão, não podendo ser superior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido resultante da comercialização do produto da lavra, apurado após o pagamento dos impostos e obrigações sociais devidas.

§ 2º Não havendo acordo entre o concessionário e o proprietário do solo, a

matéria será decidida pelo Juiz da Comarca de situação da jazida, mediante processo instaurado por iniciativa de qualquer das partes interessadas, observado o rito estabelecido nos arts. 275 a 281 do Código de Processo Civil.

Art. 28 O artigo 79 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79 Entende-se por Empresa de Mineração, para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída sob as leis brasileiras que tenha sua sede e administração no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, com o objetivo principal de realizar exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º .....

§ 2º O controle efetivo da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo deverá estar em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato ou de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

§ 3º A firma (individual) só poderá ser constituída por brasileiros.

Art. 38 A lavra de substâncias minerais em área de projeto de colonização ou assentamento, em implantação ou já implantada, ou que goze de benefício de redução do Imposto Territorial Rural - ITR, nos termos da Lei nº 4.594, de 30 de novembro de 1964, somente poderá ser concedida após consulta ao órgão federal responsável pelas atividades de desenvolvimento agrário, ouvidas as entidades representativas das comunidades residentes na área em questão.

Art. 48 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 58 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 1992.

Deputado ALCIDES MODESTO  
Relator

EMENDAS APRESENTADAS AO SUBSTITUTIVO

|  |  |
|--|--|
| 001 / 92   |  |
| PLANO DE LEI Nº  | CLASSIFICAÇÃO                                |
| 1.026 / 91   | ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE |
| ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE   | ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA  |  |
| RELATOR  | PRIMEIRO VOTANTE                             |
| RITA CAMATA  | PRIMEIRO VOTANTE                             |
| DE-CC - O parágrafo 12 da alínea "b" do Artigo 12 do SUBSTITUTIVO DO RELATOR, ao Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, a seguinte redação: |  |

§ 1º - A participação de que trata a alínea "b" do caput deste artigo será de 50% (cinquenta por cento) do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da Administração Direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no caput do Art. 62 da Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989 e no Art. 22 da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 2º - O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la.

§ 3º - O não cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior implicará correção do débito pela variação diária da taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o montante apurado.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, oferecida ao Substituto do Relator, Deputado Alcides Modesto, visa ao comento anular a redação proposta, pois o substitutivo prevê que a participação não pode ser superior a 5% do lucro líquido resultante da comercialização do produto da lavra, apurado após o pagamento dos impostos e obrigações sociais devidas.

A continuação desta redação, inúmeros proprietários de minas serão prejudicados na exploração de suas jazidas.

Deputado RITA CAMATA

|   |  |
|---|--|
| EMENDA Nº   |  |
| 002 / 92  |  |
| PLANO DE LEI Nº   | CLASSIFICAÇÃO                                |
| 1.026 / 91  | ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE |
| ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE  | ( ) SUPLENTE ( ) SUBSTITUTIVO ( ) ADITIVO DE |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA   |  |
| RELATOR   | PRIMEIRO VOTANTE                             |
| ELISIO CURVO  | PRIMEIRO VOTANTE                             |
| DE-CC - O parágrafo 12 da alínea "b" do art. 11 do Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, na forma proposta no art. 1º do SUBSTITUTIVO DO RELATOR, a seguinte redação:  |  |
| b - o direito do proprietário do solo à participação nos resultados da lavra, correspondente a 5% (cinco por cento) do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), incidente sobre os bens minerais produzidos na área concedida e devido pelo concessionário. |  |
| JUSTIFICAÇÃO  |  |
| A participação do superficiário nos resultados da lavra não deve ser estabelecida em função do empreendimento mineral ou do seu lucro, o que tornaria o proprietário do solo uma espécie de sócio do projeto mineral, para o qual em nada contribuiu.   |  |
| Propõe-se, em substituição, um valor (5%), vinculado ao tributo incidente sobre os bens minerais, reeditando a fórmula adotada na Constituição de 1977, que nos parece mais adequada e justa.   |  |
| 29/05/92  |  |

|   |                  |
|---|------------------|
| EMENDA Nº   |                  |
| 003 / 91  |                  |
| CLASSIFICAÇÃO   |                  |
| ( ) SUPLENTE  | ( ) SUBSTITUTIVO |
| ( ) ALTERNATIVA   | ( ) AMPLIATIVA   |
| PROJETO DE LEI Nº   |                  |
| 1.026/91  |                  |
| COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA   |                  |
| AUTOR ELISIO CURVO  |                  |
| PARECER PRM Nº MS 1/1   |                  |
| JUSTIFICATIVA   |                  |
| <p>Dê-se ao § 1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, na forma proposta no art. 1º do SUBSTITUTIVO DO RELATOR, a seguinte redação:</p> <p>"§ 1º - A participação de que trata a alínea "b" do caput deste artigo será estabelecida por livre negociação entre o proprietário do solo e o titular da concessão, vedada sua fixação em valor superior ao estipulado na referida alínea."</p> |                  |
| O propósito da emenda é adequar a redação do dispositivo à modificação proposta na Emenda nº 2.   |                  |
| 20/03/92  |                  |

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 1.026/91

Nos termos do art. 119, caput, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e a divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para a apresentação de emendas. A partir de 25.05.92, por cinco sessões, tendo, ao seu término, este órgão técnico recebido 83 emendas.

Sala da Comissão, em 01 de junho de 1992

MARIA SUMA DE TORRES VILAS BOAS  
Secretária

#### PARECER REFORMULADO

##### 1 - RELATORIO

Ao ser aberto o prazo de apresentação ao meu Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 1.026/91, foram oferecidas 3 Emendas, duas do Deputado Elísio Curvo e outra da autora do projeto Deputada Rita Camata.

A Emenda Nº 001 da Deputada Rita Camata propõe que o parágrafo 1º da alínea "b" de Artigo II do Código de Mineração, alterado pelo art. 1º do Substitutivo, seja substituído por três outros parágrafos com a seguinte redação:

"§ 1º - A participação de que trata a alínea "b" do Caput deste artigo será de 50% (cinquenta por cento) do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da Administração Direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no Caput do Artigo 6º da Lei Nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989 e no Artigo 2º da Lei Nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 2º - O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerado, devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la.

§ 3º - O não cumprimento do prazo estabelecido no § anterior implicará correção de débito pela variação diária da taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la, juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o montante apurado".

A emenda nº 002 e 003 do Deputado Elísio Curvo também trata da participação do proprietário do solo no resultado da lavra.

#### VOTO DO RELATOR

Após aveliar exaustivamente as emendas apresentadas, achamos por bem acatar na íntegra a Emenda nº 001 da Deputada Rita Camata, por acreditar que a mesma garante o que já se encontra na Constituição e facilitará as relações advindas da proposta do projeto de lei e rejeitar as emendas do Deputado Elísio Curvo, por entendermos que a Emenda acatada já é suficiente para regulamentar as relações do proprietário do solo e quem for proceder a lavra.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1993

*Alcides Modesto*  
ALCIDES MODESTO  
DEPUTADO FEDERAL  
PT-BR

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.026/91

Regulamenta o disposto no § 2º do art. 176 da Constituição Federal e altera dispositivos do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227 de 28.02.67), adaptando-o às normas constitucionais vigentes.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11º - .....

a).....  
b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

§ 1º - A participação que trata a alínea b do caput deste artigo será de 50% (cinquenta por cento) do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da Administração Direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no caput do Art. 6º da Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989 e no art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 2º - O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la.

§ 3º - O não cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior implicará correção do débito pela variação diária da taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la, juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o montante apurado.

Art. 2º - o artigo 79 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79 - Entende-se por Empresa de Mineração para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída sob as leis brasileiras que tenha sua sede e administração no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, com o objetivo principal de realizar exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º - .....

§ 2º - O controle efetivo da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo deverá estar em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato ou de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

§ 3º - A firma individual só poderá ser constituída por brasileiros.

Art. 3º - A lavra de substâncias minerais em área de projeto de colonização ou assentamento, em implantação ou já implantado, ou que goze de benefício de redução do Imposto Territorial Rural - ITR, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, somente poderá ser concedida após consulta ao órgão federal responsável pelas atividades de desenvolvimento agrário, ouvidas as entidades representativas das comunidades residentes na área em questão.



Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993

Deputado ALCIDES MODESTO

Relator

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Minas e Energia, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.026/90, com Substitutivo, nos termos do parecer do Relator, contra o voto do Sr. Elísio Curvo.

Estiveram presentes os senhores Deputados:

Alberto Haddad-Presidente, Werner Wanderer, Edi Sili-prawski, Vítorio Malta, Elísio Curvo, Jório de Barros, Ruben Bento, João Faustino, Marcos Lima, Avenir Rosa, Adroaldo Streck, Agostinho Valente, Carlos Azambuja, Murilo Pinheiro, Victor Faccioni, José Santana, Aracely de Paula, Neuto de Conto e Sérgio Barcellos.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993

Deputado ALBERTO HADDAD  
Presidente

Deputado ALCIDES MODESTO  
Relator

PROJETO DE LEI Nº 1.026/91

#### TEXTO FINAL

Regulamenta o disposto no § 2º do art. 176 da Constituição Federal e altera dispositivos do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28.02.67), adaptando as normas constitucionais vigentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11º - .....

a).....

b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

§ 1º - A participação que trata a alínea b do caput deste artigo será de 50% (cinquenta por cento) do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da Administração Direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no caput do Art. 6º da Lei nº 7.990, de 29 de Dezembro de 1989 e no art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 2º - O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la.

§ 3º - O não cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior implicará correção do débito pela variação diária da taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la, juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o montante apurado.

Art. 2º - o artigo 79 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79 - Entende-se por Empresa de Mineração para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída sob as leis brasileiras que tenha sua sede e administração no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, com o objetivo principal de realizar exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º - .....

§ 2º - O controle efetivo da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo deverá estar em caráter permanente sob a titularidade direta ou

indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato ou de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

§ 3º - A firma individual só poderá ser constituída por brasileiros.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993

Deputado ALBERTO HADDAD  
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.026-A/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24/05/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1993.

LUIS HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I - RELATÓRIO:

O projeto em questão vem a exame por iniciativa da nobre Deputada Rita Camata que pretende ver alterado os artigos 11 e 79, revogando o nº 80, todos do Decreto Lei 227 de 28/02/67 que alterou a redação do Decreto Lei 1985 de 29/01/40 e estabeleceu o novo código de Mineração.

A Ilustre Parlamentar assim justifica a sua proposição:

"A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no 2º do Art. 176, assegura ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

A presente proposição, além de regulamentar o dispositivo constitucional, resgata o antigo Código de Minas (Decreto-Lei 1.985, de 1940) que assegurava ao proprietário do solo e que sempre foi tido como correto e moral.

Este direito nasceu com a Constituição de 1934, que instituiu no País a separação da propriedade do solo e do subsolo, para efeito de exploração e aproveitamento industrial, dando fim ao regime acessionista que atribuía ao *dominus soli* também a propriedade do subsolo.

A título de compensação, a Carta de 1934 garantiu ao superficiário participação nos resultados da lavra realizada em terrenos de sua propriedade.

Mantido em todas as Constituições que se seguiram, em 1967 assumiu particular importância, uma vez que substituiu o direito de preferência que a Lei Magna de 1946 assegurava ao dono da superfície.

Novamente acolhido pelos constituintes de 1988, o direito dos superficiários requer, agora, regulamentação específica, tendo em vista que as mudanças operadas no sistema que vigorava por algumas décadas no Brasil.

Neste projeto, estamos introduzindo algumas modificações necessárias à atualização da legislação. Por exemplo, a determinação que não se defiram pedidos de pesquisa em áreas beneficiadas pelo Incra ou por esse destinadas à implantação de projetos agrícolas e a estabelecer a obrigatoriedade de as autorizações serem concedidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas nacionais constituídas de cidadãos brasileiros.

São estes motivos que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, e alterar o vigente Código de Mineração".

Na Comissão de mérito o projeto recebeu as emendas de nºs 1, 2 e 3 de autoria do Deputado José Maria Eymael, folhas 6/10. O nobre Deputado Alcides Modesto relatando a matéria, folhas 11/14, acolheu as emendas de nºs 1 e 3, e ofereceu o substitutivo de folhas 15/17, onde conclui, folhas 14:

"Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.026, de 1991, na forma do Substitutivo em anexo, ao qual incorporamos sugestões contidas nas emendas de nº 1 e 3, com cujo mérito concordamos.

Em nosso substitutivo alteramos, igualmente, a forma com que o autor modifica o Código de Mineração no sentido de evidenciar as restrições constitucionais quanto à titularidade da autorização ou concessão de pesquisa e lavra de substância mineral. Restringimos essas modificações ao art. 79, que dispõe sobre a Empresa de Mineração, incorporando à letra do Código o texto constitucional sobre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional".

Incluído o Projeto de Lei na ordem do dia, o Presidente da Comissão de Minas e Energia determinou a reabertura de prazo para oferecimento de emendas. Na oportunidade ao substitutivo do Relator foram oferecidas três emendas, folhas 18/21. Adviejo novo relatório e o nobre Deputado Alcides Modesto em derradeiro voto acolheu a emenda nº 01, folhas 19, do punho da Deputada Rita Camata rejeitando as demais de não menos nobre Deputado Elísio Curvo, que, na matéria ficou vencido.

Assim conclui o Relator naquela Comissão, folhas 23:

"Após avaliar exaustivamente as emendas apresentadas, achamos por bem acatar na íntegra a Emenda nº 001 da Deputada Rita Camata, por acreditar que a mesma garante o que já se encontra na Constituição e facilitará as relações advindas da proposta do projeto de lei e rejeitar as emendas do Deputado Elísio Curvo, por entendermos que a Emenda acatada já é suficiente para regularizar as relações do proprietário do solo e quem for proceder a lavra".

Parecer da Comissão de Minas e Energia, folhas 24. Texto final do substitutivo, folhas 25/26.

Nesta Comissão não foram oferecidas quaisquer emendas.

## II - VOTO

As emendas oferecidas em duas oportunidades na Comissão de Minas e Energia não merecem reprimenda sob o aspecto da constitucionalidade, embora algumas tenham sido inaproveitadas.

Quanto ao substitutivo de folhas 24/25, guarda ele pertinência com as normas do mandamento constitucional, artigo 176 da Lei Maior.

Com efeito, a conclusão é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de folhas 24/25, da Constituição de Minas e Energia, dada a sua constitucionalidade, juridicidade, boa técnica e redação.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 1993.

Deputado José Luiz Clerot  
Relator

## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.026-A/91 e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jesus Tajra - Vice-Presidente no exercício da Presidência, José Luiz Clerot, Maurício Mariano, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Maurício Najjar, Messias Góis, Roberto Magalhães, Tourinho Dantas, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Gerson Peres, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dêrcio Knop, Wilson Müller, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgon, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Dirceu, José Genofino, Gastone Righi, Benedito Domingos, João de Deus Antunes, Tony Gel, Haroldo Lima, Robson Tuma, Armando Viola, Walter Pereira, Everaldo de Oliveira, Armando Pinheiro, Vitorio Malta, Paulo Portugal, Carlos Kayath, José Burnett e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 1993

Deputado JESUS TAJRA

Vice-Presidente no

exercício da Presidência

Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

Relator

## RECURSO Nº 137, DE 1993

Contra Declaração Conclusiva de Comissão  
(Do Sr. Roberto Freire e Outros)

Requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 1.602, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos regimentais, recorremos da decisão das Comissões, para que seja apreciado pelo Plenário, o Projeto de Lei nº 1.602-B, de 1991, de autoria do Senhor Deputado Jackson Peziera, que "Dispõe sobre o parcelamento de débitos para com o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, dos órgãos que especifica".

Sala das sessões, de setembro de 1993.

### ASSINATURA

ROBERTO FREIRE  
JOSE ELIAS  
MAURILIO FERREIRA LIMA  
AUGUSTO CARVALHO  
RENILDO CALHEIROS  
ZAIRE REZENDE  
JOSE REINALDO  
JOSE LOURENCO  
MARIA VALADAO  
ARIOSTO HOLANDA  
MURILO PINHEIRO  
MAURO BANHAO  
CARLOS BENEVIDES  
REDITARIO CASSOL  
PAULO ROMANO  
ANTONIO DOS SANTOS

ROBERTO VALADAO  
SIGMARINGA SEIXAS  
JOSE LUIZ CLEROT  
FERNANDO DINIZ  
TONY GEL  
MAURI SERGIO  
CLOVIS ASSIS  
NEY LOPES  
JESUS TAJRA  
JORGE KHOURY  
WERNER WANDERER  
DELIO BRAZ  
EZIO FERREIRA  
ROBERTO MAGALHAES  
DERVAL DE PAIVA  
ROBERTO TORRES  
NEIF JABUR  
ELIEL RODRIGUES

RUBEN BENTO  
LEOMAR QUINTANILHA  
PEDRO CORREA  
SERGIO AROUCA  
DARCI COELHO  
LUCIANO CASTRO  
JULIO CABRAL  
JOAO DE DEUS ANTUNES  
ATILA LINS  
WALDIR GUERRA  
JOAO PAULO  
LUIZ SOYER  
JAIR BOLSONARO  
IVO MAINARDI  
FRANCISCO EVANGELISTA  
JOSE LINHARES  
GIOVANNI QUEIROZ  
ZILA BEZERRA

|   |    |
|---|----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 52 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0  |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 2  |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 0  |
| ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM.....         | 0  |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 2  |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0  |

### ASSINATURAS IRREGULARES

#### REPETIDA:

JAIR BOLSONARO  
IVO MAINARDI

#### LICENCIADO:

PAULO LIMA  
ORLANDO PACHECO

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Roberto Freire, que "Solicita apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 1.602-B, de 1991", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

052 assinaturas válidas; e  
002 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,

Claudio Ramos Aguiar  
Chefe

À Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
N E S T A

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

*Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.*

**Título V  
DA APECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES  
Capítulo I  
DA TRAMITAÇÃO**

Art. 131. Cada proposição, salvo emenda, recurso ou parecer, terá curso próprio.

Art. 132. Apresentada e lida perante o Plenário, a proposição será objeto de decisão:

- I - do Presidente, nos casos do art. 114;
- II - da Mesa, nas hipóteses do art. 115;
- III - das Comissões, em se tratando de projeto de lei que dispensar a competência do Plenário, nos termos do art. 24, II;
- IV - do Plenário, nos demais casos.

§ 1º Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das Comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de requerimento.

§ 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no *Diário do Congresso Nacional* e no avulso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido de um décimo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara.

.....

**PROJETO DE LEI Nº 1.602-B, DE 1991**

(Do Sr. Jackson Pereira)

Dispõe sobre o parcelamento de débitos para com o FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, dos órgãos que especifica; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação, contra os votos dos Srs. Germano Rigotto, Manoel Castro, Luiz Carlos Hauly e, em separado, do Sr. José Dirceu; e, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

(PROJETO DE LEI Nº 1.602, DE 1991, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Finanças e Tributação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer vencedor
  - parecer da Comissão
  - voto em separado
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º § a Caixa Econômica Federal autorizada a consolidar e efetuar o parcelamento dos débitos dos órgãos das administrações direta, indireta e fundacional da União, Estados e Municípios, inclusive das empresas a eles ligadas, para com o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 2º Os débitos a que se refere o artigo anterior poderão ser pagos em até 25 (vinte e cinco) anos, corrigidos nos mesmos índices fixados para atualização dos depósitos de poupança e acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 3º Os órgãos e empresas interessados deverão requerer, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta lei, à Caixa Econômica Federal a consoli-

dação e posterior parcelamento de seus débitos, ressalvado o disposto no art. 5º, item IX, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em virtude da grave situação econômica e financeira do País, os órgãos e empresas das três esferas da administração pública encontram-se com sérias dificuldades para fazer frente a suas despesas, não dispondo, em sua maioria, de recursos até mesmo para o pagamento de seus funcionários e empregados.

Essa situação, que já se prolonga por vários anos, causa prejuízos irreparáveis não apenas ao Fundo como, principalmente, aos trabalhadores, principais vítimas das incertezas da política econômica.

Como não há solução possível a curto prazo, espelhamos a aprovação do projeto que ora apresentamos, em virtude de seu grande alcance social.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1991

Deputado JACKSON PEREIRA

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta Lei.

Art. 2º - O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta Lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º - Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do caput deste artigo:

- a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;
- b) dotações orçamentárias específicas;
- c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º - As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º - O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por três representantes da categoria dos trabalhadores e três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Ministério da Ação Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º - A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º - Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus

membros poderá fazê-la, no prazo de quinze dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 56 - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de sete de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 57 - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 58 - As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 59 - Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 60 - Aos membros do Conselho Curador, no tocante a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

Art. 40 - A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal - CEF o papel de Agente Operador.

Art. 50 - Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador e dos Agentes Financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

Art. 60 - Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes da aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS;

VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

VII - definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Art. 70 - À Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, cabe:

I - centralizar os recursos do FGTS, manter a controle as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III - definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social;

IV - elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI - elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social;

VII - implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo Único - O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 80 - O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 90 - As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;

II - correção monetária igual à das contas vinculadas;

III - taxa de juros média mínima, por projeto, de três por cento ao ano;

IV - prazo máximo de vinte e cinco anos.

§ 10 - A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reservas técnicas para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 20 - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 30 - O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, sessenta por cento para investimentos em habitação popular.

§ 40 - Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 50 - Nos financiamentos concedidos a pessoa jurídica de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

Art. 10 - O Conselho Curador, por meio de diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações e os juros do FGTS, visando a:

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Art. 11 - Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 10 de outubro de 1993, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 12 - No prazo de um ano, a contar da promulgação desta Lei, a Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do art. 70, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes arrecadadores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.

§ 10 - Enquanto não ocorrer a centralização prevista no caput deste artigo, o depósito efetuado no decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador, no primeiro dia útil do mês subsequente.

§ 20 - Até que a Caixa Econômica Federal implemente as disposições do caput deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentro dos parâmetros autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.

§ 30 - Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização prevista no caput deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

§ 40 - Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 20, § 10.

§ 50 - Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regu-

lamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia dez do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia dez subsequente, após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º - Até que ocorra a centralização prevista no item I do art. 7º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º - Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia dez de cada mês, com base no saldo existente no dia dez do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia dez seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 3º - Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de três por cento ao ano:

I - três por cento, durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - quatro por cento, do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - cinco por cento, do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - seis por cento, a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 4º - O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 14 - Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data de promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º - O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º - O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de sessenta por cento da indenização prevista.

§ 3º - É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta Lei.

§ 4º - Os trabalhadores poderão a qualquer momento optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 15 - Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregados ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigá-lo.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

Art. 16 - Para efeito desta Lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerce cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 17 - O empregador é obrigado a comunicar mensalmente aos trabalhadores os dados recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos liquidatários.

Art. 18 - Ocorre rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a pagar di-

retamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este diretamente ao trabalhador importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º - Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de vinte por cento.

§ 3º - As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e exibirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

Art. 19 - No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 14 desta Lei, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 20 - A conta vinculada do trabalhador ao FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, expressão de parte de suas atividades, ou ainda falcimentamento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, far-se-á ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes da financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) seja a operação financeira nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer três anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 4.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

Art. 21 - Após a centralização das contas de que trata o art. 12 desta Lei, o saldo da conta não individualizada

e da conta vinculada sem depósito há mais de cinco anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.

Art. 22 - O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei no prazo fixado no art. 15, responderá pela atualização monetária da importância correspondente. Sobre o valor atualizado dos depósitos incidirão ainda juros de mora de um por cento ao mês e multa de vinte por cento, ajustando-se, também, as obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 168, de 19 de dezembro de 1968.

§ 1º - A atualização monetária de que trata o caput deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de variação do Índice do Tesouro Nacional Fiscal (ITN Fiscal) ou, na falta deste, do título que vier a sucedê-lo, ou ainda, o critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.

§ 2º - Se o débito for pago até o último dia útil do mês do seu vencimento, a multa prevista neste artigo será reduzida para dez por cento.

§ 3º - Para efeito de levantamento do débito para com o FGTS, o percentual de oito por cento incidirá sobre a remuneração atualizada até a data da respectiva operação.

Art. 23 - Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuar ou comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso da outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º - Constituem infrações para efeito desta Lei:

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS;

II - o não cumprimento das obrigações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º - Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de dois a cinco ITN, no caso dos incisos II e III;

b) de dez a cem ITN, no caso dos incisos I, IV e V.

§ 3º - Nos casos de fraude, simulação, artifício, arbil, resistência, embargo ou descato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º - Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo ITN Fiscal.

§ 5º - O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 6º - Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma da lei.

§ 7º - A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.

Art. 24 - Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a dez por cento do montante da conta de empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 25 - Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compelir a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta Lei.

Parágrafo único - A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 26 - É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta Lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único - Nas reclamações trabalhistas que objetivem o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, o que, direta ou indiretamente, implique essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa acionada proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 27 - A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta ou Fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta, ou Fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrate de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extensão.

Art. 28 - São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 29 - Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta Lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 30 - Fica reduzida para um e meio por cento a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 31 - O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 32 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 11 de maio de 1993.  
1699 da Independência e 182º da República.

FERNANDO COLLOR  
Zélio M. Cardoso de Mello  
Antonio Magri  
Margarida Proença

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.602/91

Ata da Comissão, em 14 de novembro de 1991.

Ubiratanes Galliano  
Secretaria

PADECE DA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I e II. COLADOR E LUIZ DE ALCAIDE

A medida apresentada pelo nobre Deputado Jackson Pereira é não apenas meritória como também extremamente oportuna. A dívida dos órgãos públicos com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço tem sido constantemente lembrada como um dos problemas que mais afligem tanto os próprios órgãos devedores como os seus servidores.

Não resta dúvida que se trata de uma dívida a ser paga o quanto antes. Principalmente porque é uma dívida contraída de duas formas. Por um lado, os órgãos públicos contraem empréstimos para obras de saneamento básico e outras. Por outro, deixam de pagar as contribuições devidas a seus

funcionários. Os funcionários das administrações públicas têm o FGTS a melhor proteção contra as demissões imotivadas e simplesmente não podem ficar sem esses recursos justamente na hora em que mais precisam deles. Isso para não falar da possibilidade de financiamento da casa própria, um sonho sempre alentado, mas às vezes frustrado pela inadimplência do empregador.

A necessidade dos funcionários, no entanto, não pode justificar iniciativas de cobrança descabidas que ignorem a realidade das administrações públicas, principalmente as municipais. É justamente nesse ponto que reside o mérito da proposta que estamos analisando. Ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de pagamento das dívidas do FGTS, o Projeto também oferece condições razoáveis de pagamento. É bom que se frise, também, que não se está promovendo nenhum perdão de dívida. Muito pelo contrário, a taxa de juros cobrada é de seis por cento acima da remuneração básica da poupança, ou seja, chega a doze por cento ao ano, mais correção monetária plena.

Nem é preciso ser muito conhecedor da situação financeira da maioria dos Estados e Municípios brasileiros para saber que todos vão ter dificuldades para pagar uma taxa de financiamento tão alta, mas, uma vez que foi dado um prazo relativamente longo, os compromissos mensais certamente não serão assustadores.

Como se pode ver, a proposta é equilibrada e, com toda certeza, garantirá o legítimo direito dos servidores públicos dos órgãos beneficiados com a medida. De outra forma, não vemos como se possa compatibilizar os interesses dos servidores com as possibilidades das administrações.

Tendo tudo isso em vista e que votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.402, de 1991.

Brasília, 26 de outubro de 1992

Deputado JOSÉ LOURENÇO

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, contra os votos dos Deputados Germano Risotto, Manoel Castro, Luiz Carlos Hauly e, em separado, do Deputado José Dirceu, primitivo relator, o Projeto de Lei nº 1.402/91, nos termos do parecer vencedor do Deputado José Lourenço.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Francisco Dornelles, Presidente; Manoel Castro, Vice-Presidente; Cesar Souza, Flávio Palmeira da Veiga, José Falcão, Germano Risotto, Luís Roberto Ponte, Carrion Júnior, Elie Dalia Vecchia, Delfia Netto, José Lourenço, José Dirceu, Jackson Pereira, Flávio Rocha, Nelson Bornier, Luiz Carlos Hauly, Sídio Sessia, Roberto Campos, Rose de Freitas, Laire Rosado e José Maria Eusebi.

Sala da Comissão, em 2 de dezembro de 1992

Deputado FRANCISCO DORNELLES  
Presidente

Deputado JOSÉ LOURENÇO  
Relator designado

VOTO EM SEPARADO DO SENHOR JOSÉ DIRCEU

### 1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre representante do larar, pretende o parcelamento de débitos para

o FGTS dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional da União, Estados e Municípios, inclusive das empresas a eles ligadas.

O autor, ao enviar a presente proposição, traz consigo a grave situação econômica e financeira porque passa o País, bem como as sérias dificuldades por que passam as empresas e as demais três esferas da administração pública, que, não dispondo dos recursos para o pagamento dos encargos sociais devidos, encontram-se sempre inadimplentes para com o FGTS.

Assim, entende o nobre parlamentar, que essa situação causa prejuízos irreparáveis não apenas ao Fundo como, principalmente, aos trabalhadores, principais vítimas das incertezas da política econômica.

É o relatório.

### 1.1. VOTO DO RELATOR

Entendemos que o projeto de lei deve ser analisado e discutido sem revestimento e sem qualquer parcialidade, já que o assunto se presta a um sem número de distorções ou entendimentos subjetivos.

A apresentação de qualquer projeto de lei que trate de criação ou parcelamento de débitos, ou de endividamento de empresas ligadas ao Estado, na presente conjuntura, tem trazido à Câmara dos Deputados um desgaste penoso e nunca compreendido pela opinião pública. Tais atos tem, contudo, trazido efeitos gravosos ao larar, como foi o caso da criação da dívida dos Estados aprovada no final dos trabalhos legislativos em 1991.

Para examinarmos a questão do parcelamento do FGTS, deveremos fazer uma rápida digressão sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seu resultado orçático, não só para os verdadeiros beneficiários - os trabalhadores -, como também para o financiamento de moradias e obras de infraestrutura básica, a teor do que dispõe a Lei nº 8.036/90.

Desde a sua criação, no idos dos anos 70, o FGTS tem contribuído para a solução de alguns problemas brasileiros, como o caso da moradia popular, embora algumas distorções tenham levado a estes financiamentos para construções de moradias de outros extratos sociais mais elevados, sem que tenham estes mesmos financiamentos retornado de forma segura para os lares públicos, nem para transformarem-se em novos benefícios.

O nosso entendimento com relação ao parcelamento de quaisquer débitos deve ser o mais severo possível, já que a sistemática de cobrança do FGTS, bem como sua forma de atualização remetem-se por tabelas próprias, que tem diminuído as defasagens salariais dos trabalhadores, malgrado todos os planos econômicos executados ao longo dos últimos vinte anos.

A garantia que tem o trabalhador, ao tirar o seu fundo de garantia, conforme estabelece o artigo 29 da Lei nº 1.178/89, a qual o mesmo tem a obrigação de manter o valor retido em seu nome ao longo da contratualidade, podendo ser acionado a qualquer empregador seja público ou privado, perante a Justiça do Trabalho, caso não haja recolhimento correto.

Após examinarmos as propostas de parcelamento do FGTS, somente para as empresas ligadas à administração direta, indireta e fundacional das três esferas, vemos que a mesma cria tratamento diferenciado com relação às demais empresas, bem como possibilita vantagens fiscais e tributárias, que são expressamente vedadas pela Carta Constitucional.

Por outra, ao se admitir privilégio às empresas da administração direta, indireta e fundacional da União, Estados e Municípios, pelo parcelamento em até 25 anos para com o FGTS, estaremos inviabilizando uma das únicas poupanças de que dispõe o trabalhador, seja quando da despesa imotivada para o sustento imediato, seja para complementar financiamento da casa própria no sistema financeiro da habitação.

Assim sendo, somos pela rejeição do projeto de lei em tela, pelos motivos acima alegados.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1992.

Dep. JOSÉ DIRCEU

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

## PROJETO DE LEI Nº 1.602-A/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 16/02/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de fevereiro de 1993

LUIZ HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário em exercício

## PARECER DA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre Deputado Jackson Pereira, visa disciplinar o parcelamento de débitos para com o FGTS dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional da União, Estados e Municípios, inclusive das empresas a eles vinculadas.

Assinala o Autor, na justificação, que a grave situação econômica e financeira dos órgãos e empresas das três esferas da administração pública tem atingido não apenas ao Fundo como também aos trabalhadores, e, exatamente imbuído do propósito de beneficiá-los apresentou o presente projeto na tentativa de solucionar o problema.

A proposição, de apreciação terminativa das Comissões, foi aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação e chega a este órgão técnico para análise constitucional, jurídica e de técnica legislativa, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

No que tange a competência desta Comissão, restrita regimentalmente à análise constitucional, jurídica e de técnica legislativa, nada há a obstar ao prosseguimento do projeto.

Encontram-se atendidos todos os preceitos da Lei Maior relativamente à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade de iniciativa.

Quanto à técnica legislativa, também, verifica-se satisfatória.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.602, de 1991.

Sala das Reuniões, em 02 março 1993

Deputado ANTONIO DOS SANTOS  
Relator

## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.602-A/91, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presepentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, José Thomaz Nonô, Jesus Tajra e Sigmaringa Seixas - Vice-Presidentes, José Luiz Clerot, Maurício Mariano, Mendes Ribeiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Maurício Najar, Messias Góis, Ney Lopes, Paes Landim, Roberto Magalhães, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Gerson Peres, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Décio Knop, Vital do Rêgo, Luiz Máximo, Helvécio Castelo, Moroni Torgan, Edésio Passos, José Dirceu, José Genoíno, Nelson Trad, Reditário Cassol, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Robson Tuma, Armando Viola, Chico Amaral, Rubem Medina, Armando Pinheiro, Antônio Morimoto e Carlos Kayath.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado ANTONIO DOS SANTOS  
Relator

## RECURSO Nº 138, DE 1993

### Contra Decisão Conclusiva de Comissão

### (Do Sr. Roberto Freire e Outros)

requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 3.501, de 1993, seja apreciado pelo Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos regimentais, recorremos da decisão das Comissões, para que seja apreciado pelo Plenário, o Projeto de lei nº 3.501-B, de 1993, de autoria do Senhor Deputado Jackson Pereira, que "Estabelece a obrigatoriedade de contabilidade própria para os fundos administrados por instituições financeiras públicas".

Sala das sessões, de setembro de 1993.

## ASSINATURA

ROBERTO FREIRE  
MAURILIO FERREIRA LIMA  
AUGUSTO CARVALHO  
RENILDO CALHEIROS  
ZAIRE REZENDE  
JOSE REINALDO  
JOSE LOURENCO  
MARIA VALADAO  
ARIOSTO HOLANDA  
MURILO PINHEIRO  
MAURO SAMPAIO

LUCIANO CASTRO  
JULIO CABRAL  
JOAO DE DEUS ANTUNES  
ATILA LINS  
WALDIR GUERRA  
LUIZ SOYER  
DERVAL DE PAIVA  
ROBERTO TORRES  
NEIF JABUR  
ELIEL RODRIGUES  
RUBEN BENTO



LEOMAR QUINTANILHA  
PEDRO CORREA  
SERGIO AROUCA  
CARLOS BENEVIDES  
DARCI COELHO  
NEY LOPES  
JESUS FAJRA  
JORGE KHOURY  
WERNER WANDERER  
DELIO BRAZ  
EZIO FERREIRA  
REDITARIO CASSOL  
PAULO ROMANO  
ANTONIO DOS SANTOS  
ROBERTO VALADAO

SIGMARINHA SEIXAS  
FERNANDO DINIZ  
HILARIO COIMBRA  
TONY GEL  
MAURI SERGIO  
CLOVIS ASSIS  
JAIR BOLSONARO  
IVO MAINARDI  
ISRAEL PINHEIRO  
ALDO REBELO  
OSVALDO MELO  
JOSE ELIAS  
FRANCISCO EVANGELISTA  
JOSE LINHARES

(PROJETO DE LEI Nº 3.501, DE 1993, A QUE SE REFEREM OS  
PARECERES)

## SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Finanças e Tributação
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão

|   |    |
|---|----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 51 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0  |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 0  |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 0  |
| ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM.....         | 0  |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 2  |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0  |

## LICENCIAMENTO

- 12 - ORLANDO PACHECO
- 32 - PAULO LIMA

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Roberto Freire, que "Solicita apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 3.501-B, de 1993", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

- 051 assinaturas válidas; e
- 002 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,

CLAUDIO RAMOS AGUIRRE

A Sua Senhoria o Senhor  
DR. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S A

**PROJETO DE LEI Nº 3.501-B, DE 1993**  
(Do Sr. Jackson Pereira)

Estabelece a obrigatoriedade de contabilidade própria para os fundos administrados por instituições financeiras públicas; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Fundos administrados por instituições financeiras públicas ou que recebam recursos do Orçamento da União são obrigados a manter contabilidade própria, de acordo com as normas de contabilidade aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado em geral.

§ 1º Constará da prestação de contas anual feita aos órgãos de controle interno e externo parecer de auditores independentes.

§ 2º A fiscalização exercida pelos auditores de que trata o parágrafo anterior não prejudica a competência própria dos órgãos públicos encarregados da fiscalização financeira e orçamentária.

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª Revogam-se as disposições em contrário.

## Justificação

Como se sabe, os Fundos Especiais, que recebem recursos do Orçamento da União e são administrados por instituições financeiras públicas, contam com ampla autonomia financeira e o desvio de verbas é bastante curto. Mas há uma justificação plausível para tal sistemática de gasto. Em alguns casos, o Estado precisa de certa flexibilidade administrativa e financeira para atingir as metas a que se propõe, o que é impossível na estrutura da administração direta, dados os obstáculos já bastante conhecidos por todos nós.

Infelizmente, temos notado que as instituições administradoras desses Fundos têm mostrado flagrante descaso com o interesse público transformando a gestão dos recursos ali alocados em verdadeiras "caixas-pretas". A situação se agrava ainda mais, visto que, além da autonomia financeira, os fundos contam ainda com a prerrogativa legal de transferir para o exercício seguinte todos os saldos verificados no final do ano, o que

não acontece com nenhum outro órgão público. Assim, é uma prática muito comum nos Ministérios a transferência para os fundos dos recursos orçamentários não empenhados até 31 de dezembro, o que evita que os recursos revertam em favor do Tesouro Nacional.

Diante de tudo isso, impõe-se um rigoroso e eficaz acompanhamento da gestão de verbas dos fundos, razão pela qual apresentamos a presente proposição e esperamos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1993. —  
Deputado Jackson Pereira.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 3.501/93

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura — e divulgação na Ordem do Dia das Comissões — de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/02/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 05 de março de 1993.

*Maria Linda Magalhães*  
Maria Linda Magalhães  
Secretária

### **PARER DA** **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

#### **I - RELATÓRIO**

Com o Projeto de Lei sob análise, o nobre Deputado Jackson Pereira pretende estabelecer a obrigatoriedade de contabilidade própria para os fundos administrados por instituições financeiras públicas. Além disso, prevê o Projeto que os fundos submeterão sua contabilidade a auditores independentes, sem prejuízo da fiscalização privativa dos órgãos de fiscalização financeira e orçamentária.

Nos termos regimentais, a matéria foi distribuída às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, cabendo aos membros da Comissão de Finanças e Tributação dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito da proposta.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Vem em momento bastante oportuno a proposta de fiscalização mais rigorosa dos fundos públicos, que, embora recebam recursos diretamente do Orçamento da União, não estão sujeitos às mesmas normas de prestação de contas dos demais órgãos federais. A situação se agrava quando se sabe que esses fundos dispõem da prerrogativa peculiar de transferir para os exercícios seguintes os saldos contábeis verificados nos seus balanços financeiros. É comum, portanto, que os órgãos públicos criem fundos somente com a intenção de transferir-

lhes seus saldos de final de ano, de contrário os recursos reverterão ao Tesouro Nacional. Daí a extraordinária proliferação de fundos especiais.

Ao sujeitar os recursos dos fundos à contabilidade própria e à fiscalização de auditores independentes, garante-se, pelo menos, a diminuição da probabilidade de desvio dos recursos e uma aplicação mais voltada para o interesse público. Claro está, portanto, que nenhum óbice deve ser colocado diante de tal medida, nem do ponto de vista da adequação financeira, nem do mérito.

Diante do que foi exposto, votamos pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.501, de 1993 e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em 23 de março de 1993.

*Luiz Carlos Hauly*  
Deputado LUIZ CARLOS HAULY  
Relator

### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela adequação financeira e orçamentária e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.501/93, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Manoel Castro, Presidente; Jackson Pereira e Carlos Kayath, Vice-Presidentes; Germano Rigotto, Moley Margon Van, José Lourenço, Luís Roberto Ponte, Pedro Novaes, Benito Gama, José Falcão, José Anibal, Basílio Villani, Delfim Netto, Francisco Dornelles, Edem Pedrosa, Sérgio Gaudenzi, Aloísio Mercadante, Francisco Silva, Luiz Carlos Hauly, Félix Mendonça, Wagner do Nascimento, José Carlos Aleluia, Simão Sessim, Vilmar Rocha e José Maria Eymael.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993.

*Manoel Castro*  
Deputado MANOEL CASTRO  
Presidente

*Luiz Carlos Hauly*  
Deputado LUIZ CARLOS HAULY  
Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

#### **TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS**

PROJETO DE LEI Nº 3.501-A/93

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura — e divulgação na Ordem do Dia das Comissões — de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10/05/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 14 de maio de 1993.

*Luiz Henrique C. de Azevedo*  
LUIZ HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário

**PARECER DA**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**I - RELATÓRIO**

O Projeto prevê a obrigatoriedade de manutenção de contabilidade própria para os fundos administrados por instituições financeiras públicas, inclusive com recursos do Orçamento da União.

Além da fiscalização de competência dos órgãos de controle interno e externo, tais fundos estariam sujeitos a auditoria independente, cujo parecer integraria a prestação de contas anual.

O Autor ressalta em sua justificação a flexibilidade com que conta a Administração através de mecanismos como os fundos, geridos por entidades com autonomia. A isso deverá corresponder um maior controle, e que seja específico, haja vista a manipulação que se tem observado ultimamente por parte dos gestores de tais recursos, cujos saldos, inclusive, se transferem para exercício financeiro subsequente. Aliás, a transferência de recursos para os fundos é prática usual, com o que se evita a sua reversão para o Tesouro Nacional.

O Projeto é de caráter terminativo nas Comissões, tendo sido examinado inicialmente pela Comissão de Finanças e Tributação, que o aprovou unanimemente, tanto no que se refere à adequação orçamentária e financeira, como quanto ao mérito.

Vem agora o Projeto a esta Comissão, onde não recebeu emendas.

**II - VOTO DO RELATOR**

Cabe-nos, pois, manifestar-nos quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.501, de 1993.

De acordo com a Constituição Federal (art. 24), compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro (inciso I) e orçamento (inciso II). À União cabe o estabelecimento de normas gerais (§ 1º), e o Projeto faz menção ao recebimento de recursos do Orçamento da União.

Por outro lado, previu-se a exigência de lei complementar - art. 165, § 9º - para o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. A falta dessa lei, hoje, aplica-se, no que couber, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, cuja leitura deve ser feita à luz das circunstâncias presentes, notoriamente diversas das prevaletentes à época de sua promulgação. De toda a maneira, a matéria objeto da Proposição - por se tratar da sistemática de controle dos fundos - não requer lei complementar, senão lei ordinária.

É bom notar que os fundos são formas de gestão financeira descentralizada, que proliferam em nosso País, até como mecanismo de "fuga" dos controles

convencionais e da aplicação das normas orçamentárias e contábeis usuais.


Além do mais, o desenvolvimento acelerado dos conceitos e técnicas contábeis foi de tal ordem que até neste campo há interessantíssimas novidades, a ponto de se vir adotando mesmo em organizações privadas a chamada "contabilidade por fundos".

Deste modo, o setor público não pode ficar à margem de um importante instrumento de controle gerencial, que, ademais, é de fundamental interesse para os sistemas de controle interno e externo, e, portanto, para a fiscalização a ser exercida pelo Poder Legislativo.

Finalmente, em se tratando de matéria financeira e que envolve instituições financeiras e suas operações, a competência é do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48, inciso XIII), sendo admissível a iniciativa por qualquer membro do Legislativo (art. 61).

Voto, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.501, de 1993, porque atende aos requisitos concernentes à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1993.

  
Deputado LUIS MÁXIMO  
Relator


**III - PARECER DA COMISSÃO**

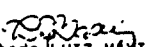
A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.501-A/93, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, Sigmaringa Seixas - Vice-Presidente, José Luiz Clerot, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Maurício Najar, Messias Góis, Ney Lopes, Gerson Peres, Paulo Mourão, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Edésio Passos, José Dirceu, José Genoíno, Mendes Botelho, Nelson Trad, Benedito Domingos, Reditário Cassol, Tony Gel, Everaldo de Oliveira, Jofran Frejat, Rubem Medina, Mauro Sampaio, Antônio Morimoto e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 1993

  
Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

  
Deputado LUIS MÁXIMO  
Relator

**RECURSO Nº 139, DE 1993**  
**Contra Decisão Conclusiva de Comissão**  
**(Do Sr. Roberto Freire e Outros)**

Requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 2.196, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos regimentais, recorremos da decisão das Comissões, para que seja apreciado pelo Plenário, o Projeto de lei nº 2.196-B, de 1991, de autoria do Senhor Deputado George Takimoto, que "Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências".

Sala das sessões, de setembro de 1993.

**ASSINATURA**

ROBERTO FREIRE  
 MAURILIO FERREIRA LIMA  
 LUCIANO CASTRO  
 JOSE ELIAS  
 AUGUSTO CARVALHO  
 RENILDO CALHEIROS  
 ZAIRE REZENDE  
 FATIMA PELAES  
 JOSE REINALDO  
 JOSE LOURENCO  
 MARIA VALADAO  
 ARIOSTO HOLANDA  
 MURILO PINHEIRO  
 MAURO SAMPAIO  
 JULIO CABRAL  
 JOAO DE DEUS ANTUNES  
 ATILA LINS  
 WALDIR GUERRA  
 LUIZ SOYER  
 JOAO PAULO  
 CARLOS BENEVIDES  
 DARCI COELHO  
 DERVAL DE PAIVA  
 NEIF JABUR  
 ELIEL RODRIGUES  
 RUBEN BENTO

LEOMAR QUINTANILHA  
 PEDRO CORREA  
 SERGIO AROUCA  
 MAURI SERGIO  
 CLOVIS ASSIS  
 JAIR BOLSONARO  
 IVO MAINARDI  
 NEY LOPES  
 JESUS TAJRA  
 JORGE KHOURY  
 WERNER WANDERER  
 EZIO FERREIRA  
 DELIO BRAZ  
 ROBERTO MAGALHAES  
 REDITARIO CASSOL  
 PAULO ROMANO  
 ANTONIO DOS SANTOS  
 ROBERTO VALADAO  
 SIGMARINGA SEIXAS  
 JOSE LUIZ CLEROT  
 FERNANDO DINIZ  
 HILARIO COIMBRA  
 TONY GEL  
 FRANCISCO EVANGELISTA  
 JOSE LINHARES

|   |    |
|---|----|
| ASSINATURAS CONFIRMADAS.....              | 51 |
| ASSINATURAS DE APOIAMENTO.....            | 0  |
| ASSINATURAS REPETIDAS.....                | 0  |
| ASSINATURAS ILEGÍVEIS.....                | 0  |
| ASSINATURAS QUE NÃO CONFEREM.....         | 0  |
| ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS..... | 2  |
| ASSINATURAS DE SENADORES.....             | 0  |

**ASSINATURAS IRREGULARES**

LICENCIADO:  
 2 - ORLANDO PACHECO  
 38 - PAULO LIMA

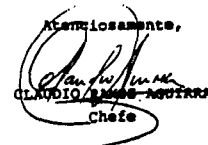
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Roberto Freire, que "Solicita apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 2.196-B, de 1991", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

051 assinaturas válidas; e  
 002 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,  
  
 CLAUDIO VAZ DE AGUIAR  
 Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
 Dr. MORGANT VIANNA DE PAIVA  
 Secretário-Geral da Mesa  
 Câmara dos Deputados  
 M E S A

**PROJETO DE LEI Nº 2.196-B, DE 1991**  
**(Do Sr. George Takimoto)**

Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, pela aprovação, com emenda; e, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, deste e da emenda apresentada na Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior.

(PROJETO DE LEI Nº 2.196, DE 1991, A QUE SE REFEREM OS PARÁGRAFOS)

**S U M Á R I O**

**I- Projeto inicial**

**II- Na Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior:**

- emenda apresentada na Comissão
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão
- texto final

**III- Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- emendas oferecidas pelo relator (2)
- parecer da Comissão
- emendas adotadas na Comissão (2)
- texto final

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º - O artigo 14 da Lei 5.108 de 21/09/1966 - Código Nacional de Trânsito - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:  
 "§3º - Nas rodovias brasileiras e nas vias rápidas urbanas será permitida a velocidade máxima de 100 km/hora, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontrem a redução desse limite, em função de condições específicas".  
 Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA**

A atual tecnologia de fabricação de veículos automotores torna segura e possível a condução de veículos a velocidades superiores aos 80 km/hora atualmente permitidos via portarias dos órgãos de trânsito.  
 A redução de um limite maior, tecnicamente compatível o aumento, impulsionado e determinado por lei, principalmente em rodovias asfaltadas, e vias rápidas ou expressas, viabiliza o planejamento e a realidade atual.

O reconhecimento dessa realidade, ou seja a regulamentação legal dessa maior velocidade virá ao encontro dos anseios de todos aqueles que se valem do transporte rodoviário urbano, intermunicipal ou interestadual, e que já a utilizam na prática, e extinguiria de uma vez por todas a verdadeira indústria de multas por "excesso" de velocidade.

Indiscutível que ninguém atualmente anda nas rodovias a velocidade igual ou inferior a 30 km/h, somente quando em longas viagens.

O limite de 100 km/h possibilitaria, dentro da realidade atual, que a lei cumprida, e ao costume consuetudinariamente se transfira em lei. É o que propomos.

Nela das sessões.

Deputado Carlos Santana

## LEI N. 5.108, DE 21 DE SETEMBRO DE 1966,

Institui o Código Nacional de Trânsito.

### CAPÍTULO III

#### DAS REGRAS GERAIS PARA A CIRCULAÇÃO

Art. 14. De acordo com as conveniências de cada local a autoridade de trânsito poderá: (V. art. 46 do RCNT.)

I — Instituir sentido único de trânsito em determinadas vias públicas ou em parte delas.

II — Proibir a circulação de veículos, bem como a passagem ou trânsito de animais em determinadas vias.

III — Estabelecer limites de velocidade e de peso por eixo, para cada via terrestre. (V. arts. 40, 41, 45, 46, 79, 81 a 84, 189, § 1.º, 190, 239 a 241 do RCNT.)

IV — Proibir conversões à esquerda ou à direita e de retorno.

V — Organizar áreas especiais de estacionamento em logradouros públicos.

VI — Determinar restrições de uso das vias terrestres ou parte delas, mediante fixação de horários e períodos destinados ao estacionamento, embarque ou desembarque de passageiros e carga ou descarga.

VII — Permitir o estacionamento e a parada de veículos nos viadutos e outras obras de arte, respeitadas as limitações técnicas.

VIII — Permitir estacionamentos especiais, devidamente justificados.

IX — Disciplinar a colocação de ondulações transversais ao sentido da circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos que ministrem instrução de 1.º e 2.º graus, na forma em que dispuser o Conselho Nacional de Trânsito.

o Inciso IX acrescentado pela Lei n. 6.124, de 25-10-1974.

§ 1.º O Regulamento deste Código estabelecerá os limites máximos de dimensões e peso dos veículos, ficando facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontram as vias públicas reduzir estes limites em função das condições específicas.

- § 1.º com redação dada pelo Decreto-lei n. 237, de 28-2-1967.
- No texto original constava a expressão "estabelecimentos", no lugar de "estabelecimentos".
- V. Resoluções no. 528/77, 592/82, 603/82, 631/84 e 635/84. V. arts. 34, 36, XVI, XX e XXX, e, do CNT. V. Ofício 9/73 do Conselho Nacional de Trânsito.

§ 2.º Nenhum veículo poderá transitar com peso bruto superior ao fixado pelo fabricante e aprovado pelo Ministério da Indústria e Comércio.

o § 2.º com redação dada pelo Decreto-lei n. 237, de 28-2-1967.

### EMENDA APRESENTADA NA COMISSÃO

EMENDA Nº

001/92

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº

2.196 / 91

CLASSIFICAÇÃO

( ) SUPLENTE ( ) REINTEGRANTE ( ) OUTRO DE

( ) ALTERNATIVA ( ) MODIFICADORA

COMISSÃO DE VIAGEM E TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

DEPUTADO CARLOS SANTANA

PROJETO

PT

RJ

1

2

TEXTO JUSTIFICATIVA

Substitua-se a redação do § 3º parágrafo (§ 3), pela seguinte redação: -

§ 3º - Nas rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, será permitida a velocidade máxima de 100 KM/hora, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontra, a redução desse limite, em função de condições de segurança ou outras condições específicas.

#### JUSTIFICATIVA

A generalização do autor, a nosso ver, é temerária. As estradas brasileiras são de um modo geral inseguras, traçadas inadequadamente, mal construídas, manutenção péssima, falta de sinalização adequada, fiscalização e patrulhamento precários. Os veículos são também inseguros na sua maioria; os novos, com maior capacidade de velocidade, são em número pequeno (no máximo 3% da frota); os veículos antigos, mais de 90%, são dos mais obsoletos, sem as mínimas condições de segurança para velocidades superiores a 80 KM/hora; os caminhões, em boa parte, trafegam caindo aos pedaços, com sistema de iluminação noturna dos mais deficientes.

Só as vias expressas, com pistas duplas, bem sinalizadas e sinalizadas, podem suportar um limite superior de velocidade com um mínimo de segurança. E o caso bem sucedido de São Paulo, em rodovias como a dos Bandeirantes, Imigrantes, entre outras. No momento, não é recomendável estender para qualquer tipo de rodovia o limite de 100 KM/hora; isto só seria possível quando as estradas fossem significativamente melhoradas.

PARLAMENTO

23/04/92

DATA

AUTORIA

COMISSÃO DE VIAGEM E TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 2.196/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 19, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 14/04/92, por cinco sessões, tendo, ao seu término, este Órgão Técnico recebido 01 emenda...

Sala da Comissão, em 24 de abril de 1992.

Ronaldo de Oliveira Noronha  
RONALDO DE OLIVEIRA NORONHA  
Secretário

PARECER DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES,  
I . RELATÓRIO DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Através deste projeto de lei, pretende o ilustre Deputado George Takimoto acrescentar parágrafo ao art. 14 do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21.09.66) determinando:

"§ 3º Nas rodovias brasileiras e nas vias rápidas urbanas será permitida a velocidade máxima de 100 km/hora, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontrem, a redução desse limite, em função de condições específicas."

Convicto de que a atual tecnologia confere maior segurança aos veículos, o autor defende sua iniciativa afirmando que a medida proposta virá simplesmente oficializar o que já é uma realidade.

Em sua opinião, ninguém anda nas rodovias a velocidade igual ou inferior a 80 km/h, limite hoje estabelecido em portarias dos órgãos de trânsito, e, mais, esta situação levou à criação de uma verdadeira indústria de multas por excesso de velocidade.

Anexado a este, encontra-se o Projeto de Lei nº 2.197/91, do mesmo autor, que altera a redação do inciso V do art. 89 do Código. Este dispositivo estabelece:

"Art. 89. É proibido a todo condutor de veículo:

V - Ultrapassar pela direita bonde parado em ponto regulamentar de embarque ou desembarque de passageiro, salvo quando houver refúgio de segurança para o pedestre.

Penalidade: Grupo 2."

De acordo com o projeto, a expressão "bonde" deve ser substituída por "veículo de transporte de passageiros".

Durante o período aberto para recebimento de emendas, foi apresentada apenas uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.196/91 com a seguinte redação:

"§ 3º Nas rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, será permitida a velocidade máxima de 100 km/hora, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontra, a redução desse limite, em função de condições de segurança ou outras condições específicas."

Em sua justificação, o nobre Deputado Carlos Santana, autor da emenda, afirma que a generalização do autor da proposta é temerária pois as estradas brasileiras são, de um modo geral, inseguras. Traçadas inadequadamente, mal construídas, manutenção péssima, falta de sinalização adequada, fiscalização e patrulhamento precários.

Diz ainda o nobre parlamentar que, salvo os carros novos que oferecem mais segurança, os veículos antigos (90% da frota) são obsoletos, sem as mínimas condições de segurança para velocidades superiores a 80 km/h. Os caminhões, em boa parte, trafegam caindo aos pedaços, com sistema de iluminação noturna dos mais deficientes.

II . VOTO DO RELATOR

No âmbito da competência desta Comissão, cabe-nos apreciar o mérito da matéria.

O limite de velocidade em 80 km/h nas rodovias brasileiras representou economia de combustível e, principalmen-

te, fator importante para a diminuição do número de acidentes. No entanto, verifica-se que esse limite, hoje, não é mais respeitado pela grande maioria dos motoristas.

Devemos levar em consideração também que nossas estradas não são projetadas e construídas visando a grandes velocidades, além de que o péssimo estado de conservação em que se encontram não admite limite superior aos 80 km/h.

O aumento do limite para 100 km/h só pode ser aceito, de fato, em algumas poucas rodovias que possuem características de vias expressas, com pistas duplas.

Por estas razões, a emenda apresentada pelo ilustre Deputado Carlos Santana nos parece mais adequada à nossa realidade e tem o mérito de se preocupar basicamente com a segurança.

Quanto ao projeto apensado, somos da opinião que trata de assunto alheio ao que estamos examinando e, por isso, deve ter tramitação independente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.196/91, na forma do Substitutivo oferecido pelo Deputado Carlos Santana, e pela desapensação do Projeto de Lei nº 2.197/91.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 1992.

*Murilo Rezende*  
Deputado MURILO REZENDE

- Relator -

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, por unanimidade, o PROJETO DE LEI Nº 2.196/91, A EMENDA APRESENTADA NA COMISSÃO E A DESAPENSACÃO DO PL Nº 2.197/91, nos termos do Parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Augusto Carvalho, 3º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Laire Rosado, Junot Abi-Ramia, Murilo Rezende, Munhoz da Rocha, Carlos Albuquerque, Nilmaro Miranda, Luiz Pontes, Etevalda G. de Menezes, Maria Valadão, Ernesto Gradella, Lael Varela, Pedro Irujo, César Bandeira, Aloizio Santos, Fernando Carrion, Prisco Viana, Antônio Bárbara, Francisco Diógenes, Paulo Paiva, Valdomiro Lima, Dércio Knop, Antônio Morimoto, Paulo Rocha, Saulo Coelho, Roberto Franca, Simão Sessim, Carlos Scarpelini, Paulo de Almeida, Carlos Benevides, Leopoldo Sessone, João Baptista Motta, Mário Martins e João Colaco.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 1992

*Augusto Carvalho*  
Deputado AUGUSTO CARVALHO  
3º Vice-Presidente no  
exercício da Presidência

*Murilo Rezende*  
Deputado MURILO REZENDE  
Relator

EMENDA ADOTADA - CVTDUI

Substitua-se a redação do parágrafo 3º do art. 14, do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966).

"§ 3º - Nas rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, será permitida a velocidade máxima de 100 Km/h, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontra, a redução desse limite, em função de condições de segurança ou outras condições específicas."

Sala da Comissão, 24 de junho de 1992.

*Augusto Carvalho*  
Deputado AUGUSTO CARVALHO  
3º Vice-presidente  
no exercício da Presidência

*Murilo Rezende*  
Deputado MURILO REZENDE  
Relator

## TEXTO FINAL

Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito.


## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

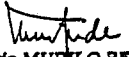
Art. 1º - O artigo 14 da Lei 5.108, de 21 de setembro de 1966 Código Nacional de Trânsito - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º - Nas rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, será permitida velocidade máxima de 100 Km/h, facultado aos órgãos cuja jurisdição se encontra a redução desse limite, em função de condições de segurança ou outras condições específicas".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 1992.

  
Deputado AUGUSTO CARVALHO  
3º Vice-presidente  
no exercício da Presidência

  
Deputado MURILO REZENDE  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.196-A/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 09 / 06 / 93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 1993.

  
LUIZ HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário

## PARECER DA

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## I - RELATÓRIO

Através da proposição em epígrafe, o ilustre Deputado George Takimoto pretende seja elevado de 80 para 100 km/h o limite de velocidade, nas rodovias brasileiras e nas vias rápidas urbanas, facultado aos órgãos competentes, em função das condições específicas, a redução desse limite.

Em sua justificativa, o nobre Autor, comentando o avanço tecnológico na produção dos veículos automotores, pondera que a medida projetada apenas virá legalizar uma situação de fato ocorrente: a de que o limite atualmente estabelecido não é obedecido.

A proposição foi apreciada pela D. Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, que concluiu pela sua aprovação, na forma de emenda substitutiva apresentada pelo nobre Deputado Carlos Santana, no sentido de se restringir o aumento do limite de velocidade às rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, mantida a faculdade concedida aos órgãos competentes locais.

Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto, nesta Comissão.

Cabe-nos apreciar a proposição em comento, quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

## III - VOTO DO RELATOR

O projeto de Lei nº 2.196/91, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de mérito, atende aos pressupostos de constitucionalidade, relativos à competência legislativa da União, atribuição do Congresso Nacional, legitimidade de iniciativa e elaboração de lei ordinária. A proposição é jurídica. Quanto à técnica legislativa, cumpre observar que o art. 2º deve ser desmembrado, tratando-se separadamente as cláusulas de vigência e de revogação, motivo pelo qual apresentamos emendas.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do projeto de Lei nº 2.196-A/91, na forma das emendas, em anexo.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1993.

  
Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

## EMENDAS OPERADAS PELO RELATOR

Dá-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1993.

  
Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

Nº 02

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 3º:

"Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário".

Sala da Comissão, em 3 de junho de 1993.

  
Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

TUT - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, do Projeto de Lei nº 2.196-A/91 e da Emenda da Comissão de Viação e Transportes, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, Sigmaringa Seixas - Vice-Presidente, José Luiz Clerot, Mendes Ribeiro, Nilson Gibson, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Maurício Najer, Messias Góis, Ney Lopes, Gerson Peres, Paulo Mourão, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Edésio Passos, José Dirceu, José Genofino, Mendes Botelho, Nelson Trad, Benedito Domingos, Reditário Cassol, Tony Gel, Everaldo de Oliveira, Jofran Frejat, Rubem Medina, Mauro Sampaio, Antônio Morimoto e Jair Bolsonaro.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

EMENDA ADOTADA Nº 1 - CCJR

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

EMENDA ADOTADA Nº 2 - CCJR

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 3º:

"Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

PROJETO DE LEI Nº 2.196-A/91TEXTO FINAL

Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 14 da Lei 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito - passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º Nas rodovias brasileiras pavimentadas, com características de vias rápidas ou expressas, será permitida velocidade máxima de 100 km/h, facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontra a redução desse limite, em função de condições de segurança ou outras condições específicas."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado TARCÍSIO DELGADO  
Relator

## RECURSO Nº 140, DE 1993

### Contra Declaração de Prejudicialidade

### (Do Sr. Victor Faccioni)

Requer, na forma do artigo 164, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.136, de 1992.

(PUBLIQUE-SE. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PARA SE PRONUNCIAR)

Senhor Presidente,

Com base no artigo 164, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, recorro ao Plenário contra a decisão de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.136, de 1992, de minha autoria, que "Dispõe sobre a oferta de ensino noturno regular por estabelecimentos públicos de ensino de 2º e 3º graus, nos termos do art. 208, inciso VI, da Constituição Federal", interposta pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, tendo em vista a aprovação do Projeto de Lei nº 1258/88, que "Fixa as diretrizes e bases da educação nacional", na atual sessão legislativa.

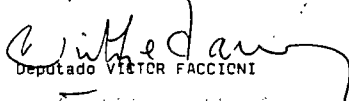
Entendo, entretanto, que a aprovação do PL 1258, de 1988, na Câmara dos Deputados, não significa o fim do processo legislativo, eis que a proposição tramita no Senado Federal, podendo ainda retornar a esta Casa. Ademais, o PL 3136/92 trata



de matéria que inclusive viria a complementar o PL 1258/88, razão porque deve ser exaustivamente analisada e debatida pela composição plenária da Casa.

Diante do exposto, e por julgar extemporânea a declaração de prejudicialidade do PL 3136/92, recorro ao Plenário para o reexame da matéria.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1.993.

  
Deputado VÍTOR FACCIÓNI

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

*Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.*

**Título V  
DA APRECIACÃO DAS PROPOSIÇÕES**

**CAPÍTULO XI  
Da Prejudicialidade**

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

- I - por haver perdido a oportunidade;
- II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

§ 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, sendo o despacho publicado no Diário do Congresso Nacional.

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subsequente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

§ 3º Se a prejudicialidade, declarada no curso de votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação será proferido oralmente.

§ 4º A proposição dada como prejudicada será definitivamente arquivada pelo Presidente da Câmara.

**PROJETO DE LEI Nº 3.136, DE 1992**

(Do Sr. Vítor Faccioni)

**Dispõe sobre a oferta de ensino noturno regular por estabelecimentos públicos de ensino de 2º e 3º graus, nos termos do art. 208, inciso VI, da Constituição Federal.**

(Apense-se ao Projeto de Lei nº 581, de 1991).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos públicos de ensino de 2º e 3º graus oferecerão obrigatoriamente ensino noturno regular que atenda, respectivamente, à população escolarizável da faixa etária própria e à real demanda qualificada, identificadas por levantamentos periódicos realizados pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino, no caso do

2º grau, e pelos próprios estabelecimentos, no caso do 3º grau.

§ 1º A oferta de ensino supletivo não exige da obrigatoriedade de oferta do ensino regular noturno de 2º grau.

§ 2º Os estabelecimentos de 3º grau oferecerão cursos de graduação em áreas ou habilitações que melhor atendam às necessidades do meio social em que se inserem, sem prejuízo da oferta de outros cursos que lhes seja cometida pelas disposições legais em vigor.

Art. 2º É concedido aos sistemas de ensino o prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta lei, para o integral cumprimento do disposto no art. 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Para todos aqueles que acompanham de perto o drama da educação brasileira, não é necessária uma justificação muito extensa para a proposta de tornar concreta a oferta regular de ensino noturno de 2º e 3º graus nos estabelecimentos mantidos pelo Poder Público.

É fato sobejamente conhecido que, no caso do 2º grau, muitos brasileiros abandonam seu processo de escolarização porque não encontram escolas onde possam realizar seus estudos à noite, pois durante o dia devem dedicar-se ao trabalho para a própria sobrevivência.

Do mesmo modo, é fácil constatar que uma larga parcela do corpo discente da rede privada de escolas superiores aí se encontra, apesar de sua carência econômica, pelo fato de não dispor de alternativas de cursos noturnos no ensino público.

Estas foram, sem dúvida, algumas das motivações maiores que inspiraram a inscrição, no texto constitucional, da obrigatoriedade do Estado em garantir a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Este projeto de lei tem por objetivo estabelecer alguns balizamentos e prazos para que o mandamento constitucional seja efetivamente cumprido por todos quantos têm responsabilidade nos sistemas públicos de ensino.

Estou convencido de que tais razões são mais do que suficientes para levar os ilus-

tres pares a emprestarem o indispensável a poio a esta proposição.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 1992.  
Deputado Victor Faccioni.

LEGISLAÇÃO CITADA. ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VIII  
Da Ordem Social

CAPÍTULO III  
Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I  
Da Educação

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I \_ ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II \_ progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III \_ atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV \_ atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V \_ acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI \_ oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício Nº P- 6-7 /93

Brasília, 15 de setembro de 1993

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exª, nos termos do art. 163, I, do Regimento Interno da Casa, que esta Presidência declarou prejudicado o Projeto de Lei nº 581/91, do Sr. Francisco Diógenes, que "dispõe sobre cursos noturnos nas universidades federais", e o de nº 3.136/92, apensado, tendo em vista a aprovação, nesta sessão legislativa, do PL nº 1.258/88, do Sr. Octávio Elisio, que "fixa as diretrizes e bases da educação nacional"

Atenciosamente,

Deputada ANGELA AMIN  
Presidente

Exmº Senhor  
Deputado INOCÊNCIO DE OLIVEIRA  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

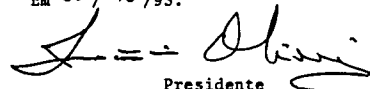
RECURSO Nº 140, DE 1993  
(Do Sr. Victor Faccioni)

CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Requer, na forma do art. 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3136, de 1992.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

"Publique-se.  
A CCJR para se pronunciar".  
Em 08/10/93.

  
Presidente

RECURSO Nº 141, DE 1993  
Contra Parecer Terminativo de Comissão  
(Do Sr. Sidney de Miguel e Outros)

Requer, na forma do artigo 144, c/c artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 1.610/91, de sua autoria, seja apreciado pelo Plenário, quanto à sua constitucionalidade, em face do parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

(SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 1º do Regimento Interno, recorremos ao Plenário desta Casa contra decisão proferida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação no sentido da injuridicidade do Projeto de Lei nº 1610/91, que "cria a Área de Proteção Ambiental de Búzios, no Distrito de Armação dos Búzios, Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro".

Apresentamos, em anexo, as razões do recurso ora interposto.

Sala das Sessões, em

  
Deputado SIDNEY DE MIGUEL

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

A decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação no sentido da injuridicidade do Projeto de Lei nº 1610/91 carece de qualquer amparo constitucional e regimental, devendo ser revista pelo Plenário.

Com efeito, os argumentos constantes do parecer aprovado por aquele órgão técnico são contraditórios e inconsistentes, além de adentrarem o mérito do projeto, extrapolando a competência da Comissão sobre o assunto.

Senão, vejamos.

Aduz o nobre Relator do voto vencedor, Deputado NILSON GIBSON, que a matéria contemplada no projeto estaria reservada aos Municípios, nos termos do art. 30, incisos I e VIII da

Constituição Federal. Logo a seguir, o mesmo Relator admite tratar-se de competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, tendo em vista o disposto no art. 23, incisos III e VI. Mais adiante, contradiz-se novamente ao afirmar que a matéria competiria, concorrentemente, nos termos do art. 24, apenas à União, aos Estados e ao Distrito Federal (excluídos, portanto, os Municípios), cabendo à União a edição de normas gerais sobre o assunto. Finalmente, conclui seu indeciso voto no sentido da "injuridicidade" do projeto "por invadir competência municipal."

Convenhamos, data maxima venia, que o parecer em apreço não prima pela coerência e objetividade, sendo evidente o desconhecimento entre os fundamentos ali expendidos e a conclusão do respectivo voto.

Na verdade, a criação de áreas de proteção ambiental teve disciplina específica no art. 225, §1º, III, do texto constitucional, que determinou ser da competência do Poder Público a definição, em todas as unidades da federação, de espaços territoriais a serem especialmente protegidos. Ora, Poder Público, se a Constituição não distingue especificamente, pode ser tanto a União quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tratando-se, inequivocamente, de expressão da competência comum prevista genericamente no art. 23, III e VI, da Constituição Federal.

Cumpra observar, inclusive, que a própria Comissão de Constituição e Justiça e de Redação já reconheceu, ao emitir parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 1498/93 (que "Declara área de proteção ambiental a ilha do Bananal") ser esta matéria de competência da União, não havendo óbice constitucional à sua tramitação (cf. documento em anexo).

O parecer ora recorrido, amparado em argumentos obscuros e contraditórios, não encontra sustentação jurídica razoável, perdendo-se em considerações a respeito do mérito da proposição, o que não é de sua competência regimental.

Por todos os motivos expostos, recorremos ao Plenário desta Casa para que se reforme o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e se aprove o Projeto de Lei nº 1610/91 quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado SIDNEY DE MIGUEL

MARCIA CIBILIS VIANA  
DJENAL GONCALVES  
ALDO REBELO  
HAROLDO LIMA  
AUGUSTO CARVALHO  
SOCORRO GOMES  
LUCIANO CASTRO  
SILVAM BORGES  
JOSE VICENTE BRIZOLA  
VALDOMIRO LIMA  
EDESIO PASSOS  
JAMIL HADDAD  
VIVALDO BARBOSA  
LOURIVAL FREITAS  
PAULO ROCHA  
SANDRA STARLING  
FLORESTAN FERNANDES  
TILDEN SANTIAGO  
SERGIO AROUCA  
JOSE DIRCEU  
ALOIZIO MERCADANTE  
CARLOS SANTANA  
NILTON BAIANO

PEDRO TASSIS  
ODACIR KLEIN  
ADROALDO STRECK  
MARCOS LIMA  
ZAIRE REZENDE  
ROBERTO VALADAO  
ADELAIDE NERI  
ZILA BEZERRA  
MAURI SERGIO  
WALTER NORRY  
AIRTON SANDOVAL  
VALDIR COLATTO  
ERNESTO GRADELLA  
ROBERTO FRANCA  
VALDIR GANZER  
ALCIDES MODESTO  
SERGIO MIRANDA  
RENILDO CALHEIROS  
MORONI TORGAN  
VALTER PEREIRA  
ELISIO CURVO  
DOMINGOS JUVENIL  
ALVARO PEREIRA

OSMANIO PEREIRA  
AGOSTINHO VALENTE  
GONZAGA MOTA  
COSTA FERREIRA  
HELIO ROSAS  
DERCIO KNOP  
MAURICIO CALIXTO  
FERNANDO LYRA  
HAROLDO SABOIA  
PAULO SILVA  
JOAO THOME  
JOAO HENRIQUE  
EDEN PEDROSO  
AMAURY MULLER  
JESUS TAJARA  
LUIZ CARLOS HAULY  
FERNANDO DINIZ  
PAULO OCTAVIO  
BETH AZIZE  
GIOVANNI QUEIROZ  
EDUARDO MASCARENHAS  
WILSON MULLER  
JOSE GENOINO

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Brasília, 01 de outubro de 1993.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso do Senhor Sidney de Miguel, "Contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação no sentido da injuridicidade do Projeto de Lei

nº 1.610, de 1991", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

070 assinaturas válidas; e

002 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,  
  
CLÁUDIO JOSÉ AGUIAR  
CHS

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
Câmara dos Deputados  
M E S A

## LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

*Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.*

#### Título II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

##### CAPÍTULO I Da Mesa

##### Seção IX Da Admissibilidade e da Apreciação das Matérias pelas Comissões

Art. 58. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria

a proposição e respectivos pareceres serão mandados a publicação e remetidos à Mesa até a sessão subsequente, para serem anunciados na Ordem do Dia.

§ 1º Dentro de cinco sessões da publicação referida no caput, poderá ser apresentado o recurso de que trata o art. 58, § 2º, I, da Constituição.

#### Título V DA Apreciação DAS PROPOSIÇÕES

##### CAPÍTULO I Da Tramitação

Art. 132. Apresentada e lida perante o Plenário, a proposição será objeto de decisão:

§ 2º Não se dispensará a competência do Plenário para discutir e votar, globalmente ou em parte, projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões se, no prazo de cinco sessões da publicação do respectivo anúncio no Diário do Congresso Nacional e no avulso da Ordem do Dia, houver recurso nesse sentido de um décimo dos membros da Casa, apresentado em sessão e provido por decisão do Plenário da Câmara.

##### CAPÍTULO III Da Apreciação Preliminar

Art. 144. Haverá apreciação preliminar, em Plenário, quando for provido recurso contra parecer terminativo de Comissão, emitido na forma do art. 54.

Parágrafo único. A apreciação preliminar é parte integrante do turno em que se achar a matéria.

## PROJETO DE LEI Nº 1.610-B, DE 1991

(Do Sr. Sidney Miguel)

Cria a Área de Proteção Ambiental de Búzios, no Distrito de Armação dos Búzios, Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela inconstitucionalidade, contra os votos dos Srs. Vital do Rêgo e, em separado, do Sr. Hélio Bicudo.

(PROJETO DE LEI Nº 1.610, DE 1991, A QUE SE REFEREM OS PA-  
RECERES)

## S U M Á R I O

- I - Projeto inicial.
- II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:
  - emendas oferecidas na Comissão (2)
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator vencedor
  - parecer da Comissão
  - voto em separado

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica criada, sob a denominação de APA de Búzios, Área de Proteção Ambiental no Distrito de Armação dos Búzios, Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º. A APA de Búzios tem o objetivo de proteger a vegetação de restinga e de mata da restinga, bem como as formações de coral, que abrigam espécies raras e ameaçadas de extinção; garantir o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades calcáreas, integradas ao ecossistema regional; controlar o uso turístico e garantir o acesso da população às praias litorâneas, para atividades de lazer, sem danos ao meio ambiente; e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na área.

Art. 3º. A APA de Búzios apresenta a seguinte delimitação: inicia-se ao sul da Ponta de Emerença no ponto de coordenadas geográficas 22 48'39" de latitude e 41 55'42" de longitude (ponto 1); segue a partir daí a linha da costa em direção sul até a praia de José Gonçalves, no ponto de coordenadas aproximadas 22 48'40" e 41 56'12", onde a serra das Emerenças avança para o continente (ponto 2); a partir de então, contorna a serra acima citada pela cota 25m até o trecho mais estreito do vale por onde passa a estrada de acesso a Búzios, procedente de Cabo Frio (RJ/Ponto 3); segue por esta estrada até o canal do DNOCs que desemboca na praia de Mangueiros (ponto 4) daí prossegue pela margem direita do referido canal até a praia (ponto 5); segue por linha reta seca, com extensão de 5,25km, até o ponto extremo oeste da Ilha Feia (ponto 6); contorna o costão da ilha pelo lado norte até ao extremo leste deste acidente geográfico (ponto 7); segue a partir de então até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 22 43'30" e 41 54'35", situadas a cerca de 1km a norte da lagoa das Enxovas (ponto 8); prossegue em linha reta, e seca, de 13,6km de extensão, até o extremo norte da Ilha da Ancora (ponto 9); contorna a referida ilha pelo lado leste até o extremo sul deste acidente geográfico (ponto 10); segue deste, através de linha reta e seca, de 14,0 km de extensão, que tangencia a parte sul da Ilha de Gravata, até o ponto de coordenadas aproximadas 22 49'15" e 41 55'30", situado ao sul das Ilhas das Emerenças (ponto

11); prossegue por linha reta e seca de 1.100 metros de extensão, até o ponto 1 desta descrição, fechando o perímetro da área em apreço, num total de 10.270 hectares, incluindo as Ilhas Feia, da Ancora, Gravata, Branco e ilhotas do Gravata e Emerença.

Art. 4º. Na implantação e funcionamento da APA de Búzios serão adotadas as seguintes medidas:

I - elaboração de plano de manejo pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em articulação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Prefeitura do Município de Cabo Frio, comunidades locais, através de entidades civis notórias, e representantes da comunidade científica, no prazo de 120 dias após a aprovação desta lei;

II - a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros, fiscais e governamentais, para assegurar a proteção das zonas de vida silvestre, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - a aplicação, quando necessária, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

IV - a elaboração de projetos de educação ambiental, em consonância com a Secretaria de Educação do Município, para a divulgação dos objetivos previstos nesta lei, visando à conscientização e esclarecimento da comunidade local.

Parágrafo único. O IBAMA designará um grupo de assessoramento técnico para a realização do plano de manejo da APA de Búzios no prazo de 30 dias da publicação desta lei.

Art. 5º. Na APA de Búzios ficam proibidas as seguintes atividades:

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar a biota e os recursos locais;

II - a realização de obras de terraplanagem, quando estas implicarem a remoção da cobertura vegetal nativa, ou causarem alterações das condições ecológicas, principalmente das zonas de vida silvestre;

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras;

IV - o exercício de atividades que ameaçam extinguir as espécies raras da biota regional;

V - o uso de biocidas, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;

VI - a coleta de espécies vegetais e animais nativos, inclusive de espécies das comunidades coralíneas e a extração mineral, excluindo a coleta para pesquisa científica, previamente autorizada pelo IBAMA;

VII - a retirada de areia e material rochoso, bem como construções de qualquer natureza, exceto embarcações, nos terrenos de Marinha e acréscidos, definidos nos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 6º. A abertura de vias de comunicação, de canal e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem na realização de obras que causem alterações ambientais, dependerão da autorização prévia do IBAMA, que somente poderá concedê-las:

I - após estudo do projeto, avaliação das consequências ambientais e emissão das alternativas possíveis;

II - mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

Parágrafo único. As autorizações concedidas pelo IBAMA não dispensam outras autorizações e licenças advindas de órgãos federais, estaduais e municipais exigíveis.

Art. 7: Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor e de degradação ambiental das construções destinadas ao uso humano na APA de Búzios, não serão permitidas:

I - a construção de edificações em terrenos que não compõem, pelas suas características, a existência simultânea de poços de abastecimento d'água e poços para o despejo de águas esgóticas, quando não houver rede de coleta e estações de tratamento de esgotos em funcionamento;

II - o despejo, no mar e em outros corpos receptores, de esgotos e outros efluentes, sem o tratamento adequado que impeça a contaminação das águas;

III - os projetos de urbanização que, pelas suas características, possam provocar deslizamento de solo e outros processos erosivos.

Art. 8: Ficam estabelecidas na APA de Búzios zonas de vida silvestre, destinadas, prioritariamente, à salvaguarda da biota nativa, para garantia da reprodução das espécies, proteção dos habitats das espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, como definidas no regulamento.

§1. As zonas de vida silvestre terão as suas delimitações determinadas por equipe técnica, na ocasião da elaboração do plano de manejo.

§2. As zonas de vida silvestre incluirão necessariamente a região insular, os costões, os mangues e as formações coralinas, bem como as áreas mencionadas no artigo 10 da Lei n. 4.730, de 21 de agosto de 1965, as quais, quando de domínio privado, serão consideradas como reservas ecológicas particulares ou como áreas de preservação permanente, de acordo com o art. 3. da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 9: Nas zonas de vida silvestre, visando a proteção da biota, não serão permitidas:

I - a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisas no local;

II - atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental e não previamente autorizadas pelo IBAMA, inclusive a porta de armas e de artefatos de fogo ou instrumentos de destruição da biota.

Art. 10: Nas áreas finais externas e de acesso à APA de Búzios serão afixadas placas onde estarão escritas as nome da APA, restrições, mensagens incentivadoras à conservação do meio ambiente, da localidade de boa visualização, que não prejudicem a paisagem.

Art. 11: As penalidades previstas nas leis n. 4.702, de 27 de abril de 1964 e n. 4.730, de 21 de agosto de 1965 serão aplicadas pelo IBAMA aos transgressores das disposições desta lei, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Art. 12: A APA de Búzios será supervisionada e fiscalizada pelo IBAMA, que terá função executiva.

Parágrafo único. Fica criado um Conselho de Administração composto por representantes de entidades não-governamentais locais, com preocupações ecológicas, entidades de controle ambiental do Estado, da Prefeitura de Município e da Capitania das Portas do Ministério da Marinha, cujos membros não perceberão qualquer remuneração, seja a que título for.

Art. 13: O IBAMA expedirá as instruções normativas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 14: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15: Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O 3. Distrito do Município de Cabo Frio, Distrito de Armação dos Búzios, distante 200km do Rio de Janeiro, é constituído por uma península, com enseadas naturais, que formam cerca de 20 praias. Sua excepcional beleza cênica já seria, por si só, motivo suficiente para a criação de uma área de Proteção Ambiental.

Além disso, as formações florísticas que ocorrem no local possuem uma significativa importância ecológica e científica,

sobretudo em se considerando que o Município conta hoje com menos de 10% da sua cobertura vegetal nativa.

A partir da década de 50, Armação dos Búzios, que até então sempre teve na pesca sua principal atividade econômica, começou a se desenvolver como importante polo turístico. A rápida ocupação humana, sempre crescente, não foi acompanhada da correspondente implantação de infraestrutura urbana e de saneamento, até hoje praticamente inexistente. Consequentemente, o Poder Público encontra-se despreparado para administrar os graves problemas que vem afetando o meio ambiente local, como o lixo, os esgotos, a poluição das praias e os desmatamentos.

Mesmo sofrendo tantos impactos, ainda podem ser encontradas, nas matas remanescentes do Distrito, árvores como o anjico, o ipê amarelo, algumas espécies vegetais endêmicas, como o cacto *Pilosocereus ulii*, a bromélia *Neoregelia sapientissima*, o Jacarandá *Nachseria obovatum* ou raro, como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), todas já com um número bem reduzido de indivíduos.

Com relação à fauna, há referências, por exemplo, da presença do macaco-preto (*Leopoldus geoffroyi*) na Serra das Socorrenças. Nestas áreas, em virtude da grande supressão alimentar proporcionada pela diversidade florística, a avifauna é expressiva.

A costa de Búzios pode ser dividida em dois grandes ambientes. O primeiro, entre as praias de Seridó e a Ponta João Fernandes, apresenta flora e fauna tipicamente subtropical, devido à influência de resurgências, comuns na região. O segundo ambiente, que ocorre entre as praias de João Fernandes e da Tartaruga, apresenta uma rica comunidade coralina, única no Estado do Rio de Janeiro. Lá são encontrados diversos espécies de corais, esponjas, esponjas e também peixes típicos, que se integram em associações muito complexas e frágeis.

A interferência indiscriminada do homem neste ambiente, quer por cada submarino ou por coleta de corais, destrói ou altera, muitas vezes irreversivelmente, esta comunidade. Por outro lado, o uso racional deste ambiente, para o turismo ecológico e cultural, pode render muitos dividendos para a população, sem destruição dessa riqueza natural.

A elaboração de um plano de manejo atende aos anseios da comunidade, ao definir critérios para a ocupação e a utilização dos recursos naturais da APA. A proposição de usos admissíveis e de restrições, para as zonas de vida silvestre, as zonas rurais e urbanas, em harmonia com as potencialidades e limitações de cada ambiente, possibilita um uso racional e sustentável dos recursos naturais da APA, incluindo a proteção dos ecossistemas e a manutenção dos mananciais hídricos, o que significa, consequentemente, melhoria na qualidade de vida do Distrito.

Búzios não poderá manter sua atual vocação turística se se sacrificar o seu patrimônio natural. Não haverá futuro para a região se não forem tomadas, desde já, medidas para a sua preservação, medidas estas que são o produto e a justificativa do presente projeto, para cuja aprovação contamos com o apoio dos nossos pares nesta Casa.

Sala das sessões, 17 de agosto de 1991.

Deputado Federal do Rio de Janeiro

#### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

DECRETO-LEI N.º 9.700 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1946

Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Art. 18 - São transformadas em reservas ou estações ecológicas, sob a responsabilidade da SEMA, as florestas e as demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 29 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal, e os pontos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

Parágrafo único - As pessoas físicas ou jurídicas que, de qualquer modo, degradarem reservas ou estações ecológicas, bem como outras áreas declaradas como de relevante interesse ecológico, estão sujeitas às penalidades previstas no art. 14 desta Lei.

#### LEI Nº 4.771 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 INSTITUI O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Art. 3.º — Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; a auxiliar a defesa do território a critério das autoridades militares;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítio de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; (3)
- f) a salvar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1.º — A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2.º — As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra g) pelo só efeito desta Lei.

LEI Nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 19 - Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista.

§ 19 - 90% (noventa por cento) ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada, em caráter permanente, e definida em ato do Poder Executivo, à preservação integral da biota.

§ 29 - Na área restante, desde que haja um plano de zoneamento aprovado, segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural.

§ 39 - As pesquisas científicas e outras atividades realizadas nas Estações Ecológicas levarão sempre em conta a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes.

Art. 29 - As Estações Ecológicas serão criadas pela União, Estados e Municípios, em terras de seus domínios, definidos, no ato de criação, seus limites geográficos e o órgão responsável pela sua administração.

Art. 39 - Nas áreas vizinhas às Estações Ecológicas serão observados, para a proteção da biota local, os cuidados a serem estabelecidos em regulamento, e na forma prevista nas Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 49 - As Estações Ecológicas serão implantadas e estruturadas de modo a permitir estudos comparativos com as áreas de mesma região ocupadas e modificadas pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais.

Art. 59 - Os órgãos federais financiadores de pesquisas e projetos no campo da ecologia darão atenção especial aos trabalhos científicos a serem realizados nas Estações Ecológicas.

Art. 69 - Caberá ao Ministério do Interior, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), zelar pelo cumprimento da destinação das Estações Ecológicas, manter organizado o cadastro das que forem criadas e promover a realização de reuniões científicas, visando à elaboração de planos e trabalhos a serem nelas desenvolvidos.

Art. 79 - As Estações Ecológicas não poderão ser reduzidas nem utilizadas para fins diversos daqueles para os quais foram criadas.

§ 19 - Na área reservada às Estações Ecológicas será proibido:

a) presença de rebanho de animais domésticos de propriedade particular;

b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais, que não importem em prejuízo para a manutenção da biota nativa, ressalvado o disposto no § 29 do art. 19;

c) porte e uso de armas de qualquer tipo;

d) porte e uso de instrumentos de corte de árvores;

e) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura.

§ 29 - Quando destinados aos trabalhos científicos e à manutenção da Estação, a autoridade responsável pela sua administração poderá autorizar o uso e o porte dos objetos mencionados nas alíneas g, d e e do parágrafo anterior.

§ 39 - A infração às proibições estabelecidas nesta Lei sujeitará o infrator à apreensão do material proibido, pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, e ao pagamento de indenização pelos danos causados.

§ 49 - As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas pela Administração da Estação Ecológica.

Art. 89 - O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Art. 90 - Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas;

b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;

c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;

d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

§ 1º - A Secretaria Especial do Meio Ambiente, ou órgão equivalente no âmbito estadual, em conjunto ou isoladamente, ou mediante convênio com outras entidades, fiscalizará a supervisão nas Áreas de Proteção Ambiental.

§ 2º - Nas Áreas de Proteção Ambiental, o não cumprimento das normas disciplinadoras previstas neste artigo sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usadas nas essas atividades, à obrigação de reposição e reconstrução, tanto quanto possível, da situação anterior e a imposição de multas graduadas de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 2.600,00 (dois mil cruzeiros), aplicáveis, diariamente, em caso de infração continuada, e reajustáveis de acordo com os índices dos ORNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

§ 3º - As penalidades previstas no parágrafo anterior serão aplicadas por iniciativa da Secretaria Especial do Meio Ambiente ou do órgão estadual correspondente e constituirão, respectivamente, receita da União ou do Estado, quando se tratar de multas.

§ 4º - Aplicam-se às multas previstas nesta Lei as normas da legislação tributária e do processo administrativo fiscal que disciplinam a imposição e a cobrança das penalidades fiscais.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de abril de 1991;  
1609 da Independência e 939 da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Mário David Andreazza

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.610 / 91

Nos termos do Art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo Art. 1º, I, da Resolução Nº 10/91, o Sr. Presidente da Comissão determinou a abertura

- e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25/11/91, por cinco sessões. Esotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 02 de dezembro de 1991.

Aurenilton Araújo de Almeida  
Secretário

## PARECER DA

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

### I - RELATÓRIO.

O Projeto de Lei nº 1.610/91 foi distribuído ao Deputado Raul de Freitas na Sessão Legislativa anterior, que o devolveu com parecer pela aprovação, que transcrevo a seguir e adoto em seu inteiro teor:

"O ilustre Deputado Sidney de Miguel propõe, através do projeto em discussão, a criação de Área de Proteção Ambiental (APA) de Búzios, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, com área de 10.270 hectares, entre áreas terrestres e marinhas, incluindo as ilhas Feia, da Incarna, Gravetá, Branca e Ilhotas de Gravetá e Emerença.

A APA de Búzios tem o propósito de proteger a vegetação de restinga e de mata da região e as formações de coral, que abrigam espécies raras e ameaçadas de extinção; garantir o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades costeiras; controlar o uso turístico das praias; e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na área.

No seu justificativo, o autor informa que, a partir da década de 1950, o Distrito de Armação de Búzios, que até então sempre teve na pesca sua principal atividade econômica, começou a se desenvolver como importante polo turístico. Entretanto, a rápida ocupação humana da região não foi acompanhada pela necessária infra-estrutura urbana e de saneamento e de medidas adequadas para proteger os ricos ecossistemas terrestres e marinhos.

Conclui o nobre Deputado afirmando que não haverá futura para a região se não forem tomadas, desde já, as medidas necessárias para conter e reverter a destruição do patrimônio natural de Búzios.

É o relatório.

### II - Voto do Relator

O turismo representa, não há dúvida, a melhor e talvez a única possibilidade efetiva de desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população de Armação de Búzios.

A criação de uma Área de Proteção Ambiental é uma medida adequada e oportuna para racionalizar a ocupação e o aproveitamento dos recursos naturais do Distrito. A elaboração de um Plano de Manejo, com a participação ativa da comunidade, proporcionará um instrumento valioso para ajustar os processos antrópicos às limitações ecológicas de cada ambiente, criando as condições necessárias para um desenvolvimento racional, equilibrado e sustentável de Armação de Búzios.

Por estes motivos, votamos pela aprovação do presente projeto de lei."

Sala da Comissão, em 15 de junho de 1992

José Otávio de  
Deputado TUGA ANGERAMI  
Relator

## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei Nº 1.610/91, nos termos do Parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Tuga Angerami, Presidente, Marco Penaforte e Sidney de Miguel, Vice-Presidentes, Flávio Derzi, Antonio de Jesus, Jório de Barros, Rita Cavata, Socorro Gomes, Edson Silva, Aldir Cabral, Hildário Coimbra, Valdir

Ganzer, Nan Souza, Wellington Fagundes, Paulo Portugal, Eliane  
 PAV, Acordado Strecker, Diogo Nomura, Benedito Domingos.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 1992

*Benedito Domingos*  
 Benedito Domingos  
 Vice-Presidente  
 da Comissão da Presidência

*Tuga Angerami*  
 Tuga Angerami  
 Relator

|   |  |                            |  |
|---|--|----------------------------|--|
| EMENDA Nº   |  | 01 / 92                    |  |
| PROJETO DE LEI Nº   |  | 1.610 / 91                 |  |
| COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO   |  | PDS MG 01/01               |  |
| AUTOR: IBRAHIM ABI-ACKEL  |  | REDAÇÃO: IBRAHIM ABI-ACKEL |  |
| EMENDA MODIFICATIVA   |  |                            |  |
| <p>Dê-se ao Parágrafo único do artigo 12 do Projeto de Lei nº 1.610, de 1991, da Câmara dos Deputados, a seguinte redação:</p> <p>"Art. 12 .....<br/>         Parágrafo único - Fica criado um Conselho de Administração, composto por representantes de entidades não governamentais locais, com preocupações ecológicas, entidades de controle ambiental do Estado e da Prefeitura do Município, membros estes que não perceberão qualquer remuneração, seja a que título for".</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A criação pretendida com o presente Projeto de Lei de se proteger e preservar o ecossistema da região e de estabelecer critérios racionais de uso e ocupação na área é justa e razoável.</p> <p>Com a aprovação do parágrafo único como está redigido no PL, as Capitais dos Portos do Ministério da Marinha passam a fazer parte como membro permanente do Conselho Administrativo, conflitando assim com o disposto no artigo 61 do § 1º item II, letra E, da Constituição Federal, uma vez que, por este dispositivo, são de iniciativa privativa do Presidente da República as Leis que disponham sobre as atribuições dos Ministérios e Órgãos da Administração Pública.</p> <p>Na tentativa de melhorar sua redação, e impedir que o Projeto se torne inconstitucional, apresentamos a presente emenda, excluindo aquele Órgão da Administração Direta, e contando com sua aprovação pelos nossos pares.</p> |  |                            |  |
| 06/08/92  |  |                            |  |
| EMENDA Nº   |  | 02 / 92                    |  |
| PROJETO DE LEI Nº   |  | 1.610 / 91                 |  |
| COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO   |  | PDS MG 01/01               |  |
| AUTOR: IBRAHIM ABI-ACKEL  |  | REDAÇÃO: IBRAHIM ABI-ACKEL |  |
| EMENDA SUPRESSIVA   |  |                            |  |
| <p>Suprima-se no inciso VI do artigo 50 do Projeto de Lei nº 1.610, de 1991, a seguinte expressão:</p> <p>"previamente autorizada pelo IBAMA".</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A obrigatoriedade de se solicitar autorização ao IBAMA, para que se possa fazer coletas para pesquisas científicas, trará difi-</p>   |  |                            |  |

culdades às Universidades e Centros de Pesquisa, notadamente aos localizados no Estado do Rio de Janeiro, que perderiam um tempo precioso, com trâmites burocráticos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.610-A/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 06/08/92, por cinco sessões, tendo, ao seu término, este Órgão Técnico recebido as emendas.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 1992.

*Hilda de Sena Correa*  
 HILDA DE SENA CORREA  
 WIEDERHECKER  
 Secretária

#### PARECER DA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I - II - RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

Este projeto, de autoria do nobre e ilustre Deputado SIDNEY DE MIGUEL, busca criar a área de Proteção Ambiental de Búzios, do Distrito de Armação dos Búzios, no município fluminense de Cabo Frio. O projeto delimita os objetivos da pretendida Área e sua extensão territorial, além de indicar as medidas a serem adotadas para a sua implantação, além de explicitar as atividades que ficam proibidas e definir os requisitos para a abertura de vias de comunicação, de canais e para a implantação de projetos de urbanização. Outrossim, estabelece as zonas de vida silvestre, definindo as atividades que nela serão permitidas.

Desejo ressaltar, em especial, este trecho da justificativa:

"A elaboração de um plano de manejo atende aos anseios da comunidade. .... Búzios não poderá manter sua atual vocação turística se se sacrificar o seu patrimônio natural. Não haverá futuro para a região se não forem tomadas, desde já, medidas para sua preservação, medidas estas que são o propósito e a justificativa do presente projeto.....".

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias opinou favoravelmente à aprovação da matéria, acolhendo Parecer do nobre Dep. TUGA ANGERAMI.

Nesta Comissão, o nobre Dep. HÉLIO BICUDO apresentou Parecer concluindo pela aprovação da matéria e das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas nesta Comissão.

Solicitei vista e, após examinar detidamente a matéria, passo a proferir meu voto.

Com a máxima vênia, ousou discordar do entendimento manifestado pelo culto e ilustre Relator.

A Constituição Federal reservou aos municípios certos e definidos âmbitos de legislação, conforme se lê no art. 30, merecendo destaque dois de seus itens:

"Art. 30. Compete aos Municípios:  
 I - legislar sobre assunto de interesse local;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

Por seu turno, a mesma Carta Política reserva, como competência de índole comum da União, dos Estados, do Distri-



to Federal e dos Municípios "proteger as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos", além de "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" (art. 23, itens III e VI). Mais adiante, defere-se competência concorrente aos mesmos titulares para que legislem, concorrentemente, sobre "conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição" além de "proteção ao meio patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico".

Note-se: a própria Constituição Federal fala em competência comum, em competência concorrente. Os limites para a atuação dessas competências estão definidos no § 1º do art. 24, a saber:

Art. 24. ....  
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".

Entendo que uma lei federal não pode pretender a criação de uma Área de Proteção Ambiental, tal como ora se discute.

Trago ainda outro argumento, este mais de acordo com a realidade da região de Cabo Frio. Recebi, por intermédio de ilustres colegas da representação fluminense, abaixo-assinado da Fundação Pró-Búzios, da Associação dos Amigos de Búzios, da Sociedade dos Amigos da Praia de João Fernandes e da Associação dos Hotéis de Búzios demonstrando a contrariedade dessa parte da comunidade local relativamente ao que o projeto pretende estabelecer. Reputo significativos os argumentos ali expendidos:

- em Búzios não existem construções com mais de dois pavimentos, as taxas de ocupação são reduzidas, as praias são limpas e totalmente abertas ao público, as encostas e os costões são preservados por lei e, além disso, em plena recessão, existe uma economia de pleno emprego, inexistindo favelas naquele Distrito;

- existe legislação municipal (Lei nº 593/86) que, juntamente com a Lei Federal nº 6.513/77, atende a essa preservação ambiental, sendo todos os projetos de loteamento, desmembramento, condomínios e hotéis obrigados a atender ao disposto nas normas de uso do solo para a Península de Búzios, tudo isso sem prejuízo da atuação do IBAMA e dos demais órgãos de fiscalização ambiental;

- no Estado do Rio existem dois exemplos de decretação de Área de Proteção Ambiental que produziram efeitos diametralmente opostos aos almejados, paralisando a atividade econômica, trazendo o desemprego e a pobreza e, com estes, a degradação ambiental: Angra dos Reis (A.P.A. de Tamoios) e São Pedro da Aldeia;

- Em Angra dos Reis, dez anos após sua decretação, a A.P.A. de Tamoios sequer foi delimitada e os empreendimentos só obtêm licença de obra via mandado de segurança. Este fato gerou um clima de desconfiança que acabou por afastar os empresários turísticos da região, resultando em pobreza, favelização e degradação ambiental;

- Em São Pedro da Aldeia, que há dez anos era um dos municípios mais promissores da Região dos Lagos, a A.P.A. tinha apenas 180 dias para ser regulamentada. Hoje, sete anos após, o Município tem 70% de seu território congelado e tornou-se decadente;

- A pretendida Área de Proteção Ambiental de Búzios abrange, exatamente, uma zona urbana, com 90% de seu território já urbanizado e um Distrito protegido como poucos do país, do ponto de vista da legislação urbana e ambiental.

Volto a destacar o trecho da justificativa do autor do projeto: "a elaboração de um plano de manejo atende aos anseios da comunidade". Pelo visto, existe franca oposição a esse plano. E, diante da argumentação daqueles que vivem o problema, e tendo em vista a impropriedade de se decretar uma

Área de Preservação Ambiental mediante lei federal, por invadir competência municipal,

VOTO pela injuridicidade deste P.L. 1.610/91.

Sala das Reuniões, em 30 de março de 1993.

DEPUTADO NILSON GIBSON (PMDB-Pe)

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Vital do Rêgo e, em separado, Hélio Bicudo, primitivo Relator, pela injuridicidade do Projeto de Lei nº 1.610-A/91, nos termos do parecer do Deputado Nilson Gibson, designado Relator do vencedor.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Thomaz Nonô - 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Jesus Tajra - 2º Vice-Presidente, João Natal, José Luiz Clerot, Maurici Mariano, Mendes Ribeiro, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Messias Góis, Roberto Magalhães, Vilmar Rocha, Fernando Diniz, Osvaldo Melo, Paulo Mourão, Prisco Viana, Dércio Knop, Vital do Rêgo, Wilson Müller, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Genóino, Gastone Righi, Mendes Botelho, Nelson Trad, Benedito Domingos, João de Deus Antunes, Reditário Cassol, Irani Barbosa, Haroldo Lima, Robson Tuma, Armando Viola, Chico Amaral, Walter Pereira, Everaldo de Oliveira, Rubem Medina, Fernando Carrion, Jorge Uequed, Mauro Sampaio, José Burnett, Jair Bolsonaro e Tony Gel.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 1993

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ  
Vice-Presidente no exercício da Presidência  
Deputado NILSON GIBSON  
Relator do vencedor

### VOTO EM SEPARADO DO SR. HÉLIO BICUDO

#### I - RELATORIO

O Deputado Sidney Miguel propõe, por intermédio do Projeto de Lei nº 1.610/91, a criação da "Área de Proteção Ambiental de Búzios, no Distrito de Arraço dos Búzios, Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro".

Após definir os objetivos da Área de Proteção Ambiental (art. 2º) e delimitar a sua extensão (art. 3º), o projeto indica as medidas a serem adotadas para a sua implantação (art. 4º), explicita as atividades que ficam proibidas (art. 5º), e define os requisitos para a abertura de vias de comunicação, de canais e para a implantação de projetos de urbanização (art. 6º).

A proposição também estabelece, na Área de Proteção Ambiental de Búzios, as zonas de vida silvestre (art. 8º), definindo as atividades que nela não serão permitidas (art. 9º).

Na justificativa, o autor esclarece que "a elaboração de um plano de manejo atende aos anseios da comunidade, ou definir critérios para a ocupação e a utilização dos recursos da Área de Proteção Ambiental".

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias opinou favoravelmente pela aprovação do presente projeto de lei, não tendo sido apresentada emenda.

Nesta Comissão, o nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel apresentou duas emendas.

E o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

E explicita a competência do Congresso Nacional para dispor sobre o assunto (art. 48, caput), por iniciativa de qualquer de seus membros (art. 61, caput), sem qualquer impedimento constitucional quanto à admissibilidade do projeto. Não há qualquer conflito entre a matéria disciplinada pela proposição e dispositivos da Constituição ou princípios dela decorrente.

As emendas apresentadas pelo Deputado Ibrahim Abi-Ackel objetivam aperfeiçoar a proposição ao aprimorar a composição do Conselho de Administração (Emenda nº 1) e da Área de Proteção Ambiental (Emenda nº 1) e suprimir a exigência de prévia autorização do IBAMA para que se possa fazer coletas de espécies vegetais e animais (Emenda nº 2).

Ante o exposto, voto favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica administrativa do Projeto de Lei nº 1.498/91 e das emendas nºs 1 e 2 apresentadas nesta Comissão.

E o parecer.

Sala da Comissão, em

Deputado Hélio Bicudo

*Hélio Bicudo*  
RELATOR

SUBSÍDIO ANEXADO PELA AUTOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1498 DE 1991

Declara área de proteção ambiental a ilha do Bananal.

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO DE JESUS  
RELATOR: DEPUTADO NELSON TRAD

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.498, de autoria do nobre Deputado Antonio de Jesus, pretende declarar "Área de Proteção Ambiental a Ilha do Bananal, no Estado de Tocantins, denominando-a de APA da ilha do Bananal (art.1º).

Objetivo do Projeto de Lei conciliar as atividades humanas com as potencialidades e as limitações de uso de sistemas naturais, tudo para melhorar a qualidade de vida da população local e proteger o ecossistema regionais (art.2º).

Explicita, ainda, que na implantação e funcionamento da APA serão adotadas medidas de estímulo, de limitação, restrição ou proibição, de acordo com a legislação aplicável. (art. 3º e 4º).

A proposição também define os requisitos para abertura de vias de comunicação, de canais, barragens em cursos d'água e para a implantação de projetos de urbanização (art.5º).

Fixa também o Projeto de Lei que o APA da ilha Bananal será implantada, supervisionada, administrada e fiscalizada pelo IBAMA, articulado com o órgão estadual do meio ambiente do Estado de Tocantins (art. 7º), firmar convenios com órgãos e entidades públicas ou privadas (art.7º).

Acréscita o Projeto de Lei que as penalidades previstas nas Leis nº 6.902/81 e 6.938/81 serão aplicadas, pelo IBAMA, aos transgressores (art.8º)

Na justificativa, o autor esclarece que "apesar de sua importância, a ilha vem sendo submetida a um processo intenso de degradação."

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias opinou favoravelmente pela aprovação do presente Projeto de Lei, não tendo sido apresentada emenda.

E o relatório.

## II - VOTO

Na verdade, embora avance nas minhas atribuições regimentais, não posso deixar de observar que nenhuma política ambiental logrará êxito se não estiver alicerçada no conhecimento adquirido pela vivência e pelas pesquisas locais. Em uma região já ocupada e conservada o legislador precisa antes de mais nada conhecer o "modus vivendi" adotado nos anos de utilização da região.

De qualquer forma, deve ser obdiente à determinação regimental e portanto, limitar-se aos aspectos formais do Projeto de Lei.

Assim, é explícita a competência do Congresso Nacional para dispor sobre o assunto (art. 48, caput), por iniciativa de qualquer dos seus membros (art. 61, caput.).

Não há impedimento constitucional para justificar a inadmissibilidade do Projeto. Inexiste qualquer conflito entre a matéria disciplinada pela proposição e dispositivos de Constituição ou princípios dela decorrente.

Ante o exposto, apenas nos aspectos formais, voto favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de Lei nº 1498/91.

E o parecer.

Sala da Comissão, em 01-04-º 1993.

*Nelson Trad*  
DEPUTADO NELSON TRAD  
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.498-A, DE 1991

## PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra o voto do Deputado Hélio Bicudo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.498-A/91, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Dutra - Presidente, José Thomaz Nonó, Jesus Tajra e Sigmaringa Seixas - Vice-Presidentes, Maurício Mariano, Nelson Jobim, Roberto Rolemberg, Tarcísio Delgado, Antônio dos Santos, Maurício Najar, Paes Landim, Tourinho Dantas, Vilmar Rocha, Gerson Peres, Davaído Melo, Paulo Mourão, Prisco Viana, Benedito de Figueiredo, Dércio Knop, Wilson Müller, Helvécio Castelo, Luiz Máximo, Moroni Torgan, Edésio Passos, Hélio Bicudo, José Dirceu, Mendes Botelho, Nelson Trad, Reditário Cassol, José Maria Eymael, Augusto Farias, Chico Amaral, Felipe Neri, Fernando Freire, Carlos Kayath, Mário Chermont e Jairo Azi.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 1993

Deputado JOSÉ DUTRA  
Presidente

Deputado NELSON TRAD  
Relator

# RECURSO Nº 142, DE 1993

Contra Declaração de Prejudicialidade  
(Do Sr. Francisco Rodrigues)

Requer, na forma do artigo 164, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/91.

(PUBLIQUE-SE. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PARA SE PRONUNCIAR)

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, com base no art. 164, § 2º, do Regimento Interno, recorre ao Plenário contra a decisão de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/91, em face da alegada perda de oportunidade decorrente de edição do Decreto s/n de 25 de maio de 1992, que homologa a demarcação da terra indígena Yanomami.

Entende o recorrente que há, aqui, algo mais para ser examinado e discutido pelo Plenário da Casa. A alegação de que a edição do Decreto, apontado como hierarquicamente superior à Portaria e, por isso, gerando motivo suficiente para prejudicar o PDL é bizantina pois, pela formalidade, pretende-se subtrair aos representantes do povo o dever - mais que o direito - de dizer ao Executivo que se acatele no trato do interesse nacional.

O relator deste tema, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias reconhece "in petto" que o mérito periclitava, ao registrar suas inferências, verbis:

"Se, portanto, a Constituição tivesse querido excetuar das garantias territoriais que reconhecem aos índios as terras localizadas na faixa de fronteira o teria feito, expressamente. Mas não."

Ora, S. Exa. infere o que quer e o que melhor lhe aprez para sustentar a posição que abraçou. Não podemos trabalhar com o "teria feito".

Ao admitir isto, o preclaro Relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias torna público sua dúvida, e a de nós todos, sobre a validade do ato, tendo em conta seus resultados.

Logo em seguida, vem com citação à Lei Complementar, verbis:

"As únicas ressalvas à nulidade com que fulmina todo ato incidente sobre as terras indígenas ou os

recursos naturais nelas existente foram remetidos à lei complementar, não à mera regulamentação ordinária. Se esta lei complementar, ainda inexistente, decidir abrigar cautelas especiais relativas às regiões localizadas em faixa de fronteira, poderá fazê-lo. Mas por ora, pendente de regulamentação a excessão não opera.

Ora, se reconhece a dúvida quanto ao interesse nacional, pendente de lei complementar!

Ao aplicar-se o princípio do "in dubio pro reo" teremos que refletir. O réu aí é o Brasil que, em face de pressões externas de toda ordem, convive com uma possível expectativa de ameaça sobre a área das reservas indígenas.

Desse modo, a elementar consideração de que o Executivo deveria ter tomado as providências de precaver-se de fazer dislates legislativos, que pudessem vir a ser usados contra o Brasil, indica que deveria ter sido ouvido, pelo menos, o Conselho de Defesa Nacional (art. 91, inciso III, CF).

A opinião do Relator em seu parecer de que, verbis:

"Ocorre que nem o § 2º do art. 20 nem o art. 91 aplicam-se à terras indígenas" é só opinião. Mais uma vez ele faz inferências e ilações para se sustentar.

Quanto ao mérito, chega por aqui! A dúvida se o Executivo agiu bem ou mal já indica a necessidade de sustação dos efeitos.

Mas não é só isso! Se o Decreto homologatório é sobre a Portaria 580 e se o Congresso decidir que esta portaria tenha seus efeitos suspensos, fenece, decorrentemente o Decreto de s/n de 25 de maio de 1992. Não há prejudicialidade!

O tema, por mais que opinem em contrário os formalistas da lei, permanece vivo; como é vivo o interesse nacional que a sustação dos efeitos da Portaria 580 vai atender.

Pelos motivos supra registrados, recorro à sapiência do Plenário para o reexame da matéria.

Sala das Sessões, em de de 199 .

Deputado Francisco Rodrigues

## LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.

#### Título V DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

##### CAPÍTULO XI Da Prejudicialidade

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

- I - por haver perdido a oportunidade;
- II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

§ 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, sendo o despacho publicado no Diário do Congresso Nacional.

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na

hipótese do parágrafo subseqüente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

§ 3º Se a prejudicialidade, declarada no curso de votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação será proferido oralmente.

§ 4º A proposição dada como prejudicada será definitivamente arquivada pelo Presidente da Câmara.

**(\*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 145, DE 1991  
(Do Sr. Francisco Rodrigues)**

Susta a eficácia da Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991, do Ministro de Estado da Justiça, que declara como posse permanente do grupo indígena Yanomami a área que es-

**PERÍMETRO - (ART. 12)**  
(AS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINÉRIAS; DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 12 - Fica sustada a eficácia da Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991, do Ministro de Estado da Justiça, que declara, para efeito de demarcação, como de posse permanente do grupo indígena Yanomami, a área com superfície e perímetros aproximados de 9.419.108 ha., localizada nos Municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Caracaraí e Mucajá, no Estado de Roraima, e Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado FRANCISCO RODRIGUES

**JUSTIFICATIVA**

As implicações de ordem constitucional, como também, razões de segurança nacional levam-nos a propor a presente medida legislativa com vistas a "sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa", nos termos do que prescreve o inciso V do art. 49 da Constituição Federal, como atribuição de competência específica do Congresso Nacional.

O Ministro da Justiça, no dia 15 de novembro do corrente ano, atendendo ao despacho exarado pelo Presidente da FUNAI no processo BSB/2192/84, resolveu, com a Portaria nº 580 (DOU 18.11.91, pág. 25926 e segs), declarar como de posse permanente indígena, para efeito de demarcação, a terra ocupada pelo grupo Yanomami, com superfície e perímetro aproximados de 9.419.108 ha. e 3.071 km., respectivamente, localizada nos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Caracaraí e Macajá, no Estado de Roraima, e Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas.

A medida adotada pelo governo, através da Portaria do Sr. Ministro da Justiça, carece de novos estudos por parte dos órgãos interessados, principalmente no interesse da própria população Yanomami, quanto à sua integridade física e de seu "habitat".

Sala das Sessões, 05/10/91  
Deputado FRANCISCO RODRIGUES

(\*) Republica-se em virtude do novo despacho do Sr. Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA:**

**CONSTITUIÇÃO**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**Título IV**

**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**Capítulo I**

**DO PODER LEGISLATIVO**

**Seção II**

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV — aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI — mudar temporariamente sua sede;

VII — fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII — fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX — julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X — fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI — zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII — apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII — escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV — aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV — autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI — autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

**XVII — aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.**



### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 220, DE 16 DE ABRIL DE 1991

O Ministro do Estado da Justiça, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 231 da Constituição, no art. 67 da Lei das Disposições Constitucionais Transitórias e no art. 79, § 1º, do Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1981, e considerando que é dever do Estado responder os interesses das povoações indígenas, de acordo com o que disposto na Lei nº 5.371, de 03/12/67, e 5.081, de 19/12/73, principalmente quando se encontram ameaçadas dos conflitos com a sociedade envolvente;

e a necessidade da tomada de medidas capazes de garantir a integridade física e cultural do Grupo Indígena Yanomami e de sua região;

os termos do Parecer nº 02, de 10/07/91, Resolução nº 02, de 16/07/91 e Despacho nº 02, de 22/07/91, todos da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, publicados no D.O.U. de 25/07/91 e ainda o conteúdo no Processo FUNAI/048/1028/91; resolve:

1 - Declarar como de posse permanente indígena para efeito de demarcação, a terra ocupada pelo grupo indígena YANOMAMI, com superfície e perímetro aproximados de 9.415.100 ha (nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil e cento e cinco hectares e 3.071 km (três mil e setenta e um quilômetros) respectivamente, localizada nos municípios de Alto Alegre, Bonito, Viana, Caracaraí e Pacajai, Estado do Roraima, e Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, assim delimitadas:

1.1. Partida do Marco 01 de coordenadas geográficas aproximadas 04°09'32"W e 62°03'32"Wgr., localizada no limite internacional Brasil/Venezuela nas proximidades da cabeceira do Rio Isabura (do lado Venezuelano); daí, segue por uma linha reta até o Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 04°04'30"W e 62°03'05"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 04°02'05"W e 62°02'07"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 04°00'10"W e 62°05'45"Wgr., localizada na confluência com o Rio Ajarani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'30"W e 62°03'22"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'35"W e 62°04'35"Wgr., localizada na confluência do Rio Tridão com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°53'00"W e 62°03'34"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 03°53'40"W e 62°08'37"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até a confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 03°44'25"W e 62°06'40"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 03°42'40"W e 62°08'05"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Paca-Sibi; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 03°30'46"W e 62°15'00"Wgr., localizado na confluência com o Rio Uaticui; daí, segue por este no sentido jusante até a confluência com o igarapé Cunialme; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 03°23'20"W e 62°12'00"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 03°16'10"W e 62°09'20"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pela igarapé principal, sem denominação, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 03°15'18"W e 62°08'10"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este último até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 03°14'42"W e 62°08'00"Wgr., localizada na Cachoeira Feia; daí, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 03°13'50"W e 62°05'20"Wgr., localizada no outro extremo da Cachoeira na margem direita do Rio Uaticui; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 03°13'30"W e 62°03'40"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 03°10'00"W e 62°05'00"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 03°08'42"W e 62°02'10"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário no sentido jusante até o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 03°06'18"W e 62°02'10"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 03°04'45"W e 62°01'20"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 03°02'10"W e 61°59'30"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 03°03'00"W e 61°57'40"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 03°04'37"W e 61°56'00"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 03°19'30"W e 61°53'05"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 02°52'10"W e 61°53'50"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 02°48'40"W e 61°51'30"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'20"W e 61°51'10"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 02°41'50"W e 61°50'10"Wgr., localizada na confluência com o Rio Mucajai; daí, segue por linha reta até o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas

02°38'00"W e 61°47'30"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 02°33'40"W e 61°48'30"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 02°30'00"W e 61°45'50"Wgr., localizada na confluência com o Rio Ajarani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 02°21'50"W e 62°02'05"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 02°17'10"W e 62°01'00"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 02°11'00"W e 62°01'40"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 02°00'20"W e 61°54'00"Wgr., localizada na confluência com o Rio Ajarani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 02°00'10"W e 61°52'00"Wgr., localizada na interseção com a BR-210 Perimetral Norte; daí, segue pela Perimetral Norte até o Ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 02°00'40"W e 61°28'20"Wgr., localizada na confluência com o igarapé Repartimento do Ajarani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 02°16'10"W e 61°33'00"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 39 de coordenadas geográficas aproximadas 01°48'30"W e 61°22'20"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 01°57'20"W e 61°25'30"Wgr., localizada na confluência com o Rio Ajarani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 01°45'10"W e 61°26'30"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação.

SUL: De Ponto 39 segue por linha reta até o Ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 01°45'50"W e 61°31'50"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'20"W e 61°35'00"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas 01°48'30"W e 61°40'30"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas 01°42'55"W e 61°51'10"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas 01°38'00"W e 61°54'00"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas 01°34'10"W e 61°53'40"Wgr., localizada na confluência com o Rio Pacu; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 46 de coordenadas geográficas aproximadas 01°29'20"W e 61°59'50"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 01°25'10"W e 62°10'00"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 01°24'50"W e 62°14'00"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 01°16'40"W e 62°13'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 01°14'00"W e 62°10'40"Wgr., localizada na cabeceira do igarapé Marara; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'20"W e 62°11'00"Wgr., localizada na confluência com o igarapé Canthanho; daí, segue ainda pelo igarapé Marara no sentido jusante até o Ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 01°03'50"W e 62°10'55"Wgr., localizada na confluência com o Rio Carimani; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 53 de coordenadas geográficas aproximadas 01°14'10"W e 62°27'00"Wgr., localizada na confluência com o igarapé Xeriana; daí, segue por linha reta até o Ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 01°06'30"W e 62°36'50"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 00°58'40"W e 62°40'20"Wgr., localizada na confluência com o Rio Demini; daí, segue por este no sentido jusante pela margem direita até o Ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 00°51'10"W e 62°34'30"Wgr., localizada na confluência com o igarapé de Diogo; daí, segue por linha reta até o Ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 00°49'40"W e 62°40'15"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 58 de coordenadas geográficas aproximadas 00°47'30"W e 62°41'50"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 59 de coordenadas geográficas aproximadas 00°51'30"W e 62°45'20"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 60 de coordenadas geográficas aproximadas 00°52'00"W e 62°46'40"Wgr., localizada na confluência com o igarapé Grande; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 61 de coordenadas geográficas aproximadas 00°54'50"W e 62°48'30"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 62 de coordenadas geográficas aproximadas 01°01'10"W e 62°51'35"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 63 de coordenadas geográficas aproximadas 01°03'40"W e 62°59'00"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 64 de coordenadas geográficas aproximadas 01°09'10"W e 63°03'40"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 65 de coordenadas geográficas aproximadas 01°13'30"W e 63°05'40"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 66 de coordenadas geográficas aproximadas 01°15'50"W e 63°07'30"Wgr., localizada na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Demini; daí, segue por este no sentido jusante pela margem esquerda até o Ponto 67 de coordenadas geográficas aproximadas 01°20'20"W e 63°15'00"Wgr., localizada na interseção com a Perimetral Norte BR-210; daí, segue por esta pela margem direita no sentido Leste-Oeste até o Ponto 68 de coordenadas geográficas aproximadas 01°13'30"W e 63°29'40"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 69 de coordenadas geográficas aproximadas 01°09'20"W e 63°29'40"Wgr., localizada em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 70 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'30"W e 63°29'35"Wgr., localizada na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 71 de coordenadas geográficas aproximadas 01°04'50"W e 63°32'40"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 72 de coordenadas geográficas aproximadas

01°06'40"N e 63°33'20"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 73 de coordenadas geográficas aproximadas 01°06'10"N e 63°40'50"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 74 de coordenadas geográficas aproximadas 01°05'40"N e 63°41'50"Wgr., localizado na interseção com a Perimetral Norte BR-210; daí, segue por esta pelo bordo direito no sentido Leste-Oeste até o Ponto 75 de coordenadas geográficas aproximadas 00°59'50"N e 63°45'20"Wgr., localizada na confluência com o Igarapé Deminizinho; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 76 de coordenadas geográficas aproximadas 00°53'00"N e 63°51'10"Wgr., localizada na confluência com o Rio Aracá; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 77 de coordenadas geográficas aproximadas 00°56'40"N e 63°53'00"Wgr., localizada na interseção com a parte planejada da Perimetral Norte BR-210; daí, segue por esta pelo bordo direito até o Ponto 78 de coordenadas geográficas aproximadas 00°54'40"N e 64°53'15"Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 79 de coordenadas geográficas aproximadas 00°52'10"N e 64°54'55"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 80 de coordenadas geográficas aproximadas 00°23'53"N e 64°57'15"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal, sem denominação, no sentido jusante até o Ponto 81 de coordenadas geográficas aproximadas 00°24'50"N e 64°57'10"Wgr., localizado na confluência com o Rio Guariba; daí, segue por este até o Ponto 82 de coordenadas geográficas aproximadas 00°24'18"N e 64°58'07"Wgr., localizado na confluência com um braço formador afluente da margem direita; daí, segue por linha reta até o Ponto 83 de coordenadas geográficas aproximadas 00°15'20"S e 65°01'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até a confluência com o Igarapé Tibarrá, e por este no sentido jusante até o Ponto 84 de coordenadas geográficas aproximadas 00°18'40"S e 64°57'30"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 85 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'20"S e 65°00'40"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 86 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'20"S e 65°07'20"Wgr., localizado na confluência com o Rio Marauá; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 87 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'25"S e 65°08'40"Wgr., localizado na confluência com um braço formador afluente da margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 88 de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'30"S e 65°08'40"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 89 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'40"S e 65°10'20"Wgr., localizado na confluência do Igarapé Arizana com outro igarapé sem denominação; daí, segue pelo Igarapé Arizana no sentido montante até o Ponto 90 de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'40"N e 65°15'25"Wgr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 91 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'30"N e 65°16'05"Wgr., localizada na confluência de dois braços formadores de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo braço formador esquerdo no sentido montante até o Ponto 92 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'00"N e 65°16'00"Wgr., localizada na interseção com a parte planejada da Perimetral Norte BR-210; daí, segue por esta pelo bordo direito no sentido Leste-Oeste até o Ponto 93 de coordenadas geográficas aproximadas 00°13'00"N e 66°02'40"Wgr., localizado na confluência com o Rio Malá; daí, segue por este no sentido jusante pela margem direita até o Ponto 94 de coordenadas geográficas aproximadas 00°03'10"N e 66°07'00"Wgr.; localizado na confluência com o Rio Cauaburi; daí, segue por este no sentido montante pela margem esquerda até o Ponto 95 de coordenadas geográficas aproximadas 00°11'18"N e 66°23'38"Wgr., localizada na interseção com a parte planejada da Perimetral Norte BR-210.

OESTE: Do Ponto 95 segue ainda pelo Rio Cauaburi no sentido montante até o Ponto 96 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'10"N e 66°24'45"Wgr., localizada na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 97 de coordenadas geográficas aproximadas 00°16'40"N e 66°27'10"Wgr., localizada na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue ainda pelo igarapé principal sem denominação, até o Ponto 98 de coordenadas geográficas aproximadas 00°29'30"N e 66°27'10"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 99 de coordenadas geográficas aproximadas 00°31'35"N e 66°24'40"Wgr., localizada na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé principal sem denominação no sentido jusante até o Ponto 100 de coordenadas geográficas aproximadas 00°30'12"N e 66°20'40"Wgr., localizado na confluência com o Rio Cauaburi; daí, segue por este no sentido montante até a confluência com um igarapé sem denominação, e por este no sentido montante até o Ponto 101 de coordenadas geográficas aproximadas 00°32'18"N e 66°19'40"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 102 de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'20"N e 66°17'40"Wgr., localizada na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Bussu; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 103 de coordenadas geográficas aproximadas 00°37'05"N e 66°16'00"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Ponto 104 de coordenadas geográficas aproximadas 00°41'40"N e 66°14'50"Wgr., localizada na confluência de um igarapé sem denominação com o Canal Maracá; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 105 de coordenadas geográficas aproximadas 00°45'20"N e 66°19'20"Wgr., localizado junto ao Marco do Salto Mãe no limite internacional Brasil/Venezuela; daí, segue pelo referido limite até o ponto 106 de coordenadas geográficas aproximadas 04°17'20"N e 64°47'30"Wgr.

NORTE: Do ponto 106 segue no rumo NE, pelo limite internacional Brasil/Venezuela, até o Marco N-2 início deste memorial.

II - Determinar à FUNAI que promova a demarcação administrativa da terra ocupada pelo grupo indígena YANOMAMI, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 9º do Decreto nº 22/91 e art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19/12/73.

III - Proibir o ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não índios dentro do perímetro ora especificado, ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais, bem como a de particulares especialmente autorizados, desde que sua atividade não seja nociva, inconveniente ou danosa à vida, aos bens e ao processo de assistência aos indígenas.

IV - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

Reconsidero o despacho de distribuição do Projeto de Decreto Legislativo nº

145/91 incluindo a Comissão de Defesa Nacional. Publique-se.

Em 1 / 7 / 92

Presidente

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

OF. COM-P/Nº 173 / 92

Brasília, 26 de Junho de 1992

Senhor Presidente

Solicito de V. Exa. providências urgentes no sentido de incluir a Comissão de Defesa Nacional na distribuição do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/91, por tratar de assuntos referentes à faixa de fronteira e às áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional, conforme o que dispõe o Art. 32, V, c), 1º do Regimento Interno desta Casa.

No ensejo, renovo a V. Exa. protestos de elevada consideração e apreço.

Deputado JOSÉ AUGUSTO CURVO  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado ISEN PINHEIRO  
DO. Presidente da Câmara dos Deputados

RECURSO Nº 142, DE 1993  
(Do Sr. Francisco Rodrigues)

CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Requer, na forma do art. 164, § 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 145/91.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

"Publique-se.  
À CCJR para se pronunciar".  
Em 08 / 10 / 93.

Presidente

**RECURSO Nº 143, DE 1993****Contra Declaração de Prejudicialidade****(Do Sr. Victor Faccioni)**

Requer, na forma do artigo 164, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.477/84.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PARA SE PRONUNCIAR)

Senhor Presidente,

Com base no artigo 164, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, recorro ao Plenário, contra a decisão de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.477/84, que "Dispõe sobre aposentadoria dos funcionários públicos que desempenham atividades policiais", interposta pelo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do disposto no art. 163, I, também do Regimento Interno.

Ocorre que a Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que "Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal" que obviamente não é a de 1.988, e se refere a policiais do sexo masculino. De lá para cá, admitiu-se um sem número de policiais do sexo feminino, de cuja aposentadoria trata o Projeto de Lei nº 4477/84, de minha autoria, estipulando aposentadoria tanto por tempo de serviço como por idade, tanto para policiais homens como mulheres.

Diante do exposto, e por entender que o Projeto de Lei 4.477/84 vem a sanar inclusive um lapso da Lei Complementar nº 51/85, e que portanto a matéria deve ser exaustivamente debatida, recorro ao Plenário para o competente reexame do projeto.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1993.

*Victor Faccioni*  
DEPUTADO VICTOR FACCIONI

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989**

**Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.**

**Título V  
DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES**

**CAPÍTULO XI  
Da Prejudicialidade**

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subseqüente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 51, de 20 de dezembro de 1985.

Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O funcionário policial será aposentado:

I - voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

Art. 2º - Subsiste a eficácia dos atos de aposentadoria expedidos com base nas Leis nºs 3.313, de 14 de novembro de 1957, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1985;  
1649 da Independência e 979 da República.

**JOSE SARNEY**  
Fernando Lyra

**(\*) PROJETO DE LEI Nº 4.477, DE 1984**

**(Do Sr. Victor Faccioni)**

Dispõe sobre aposentadoria dos funcionários públicos que desempenham atividades policiais.

(As Comissões de Constituição e Justiça; de Serviço Público; e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos funcionários públicos que desempenham atividades policiais aposentadoria, da seguinte forma.

I — compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se do sexo masculino, e aos sessenta anos, se do sexo feminino;

II — voluntariamente, após trinta anos de serviço, se do sexo masculino, e aos vinte e cinco, se do sexo feminino; ou

III — por invalidez;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Acolhendo sugestões que recebi do Deputado Estadual Pedro Américo Leal, num trabalho elaborado a partir da vivência do mesmo na área dos assuntos de segurança pública, Chefe de Polícia que foi, do Estado do Rio Grande do Sul, é que estamos apresentando o presente projeto.

O funcionário policial civil guarda, frente a seus pares da Polícia Militar e, por que não dizer, também de seus irmãos das Forças Armadas, uma situação de flagrante injustiça na conquista de sua aposentadoria.

A comunidade de segurança, em sua operacionalidade, na guerra psicológica e subversiva, utiliza mais o policial civil do que os militares. As últimas décadas apresentam episódios que nos dispensam de tecer comentários para ilustrar o que afirmamos.

Todavia, inexplicavelmente, os militares em geral e os policiais militares conquistaram constitucionalmente o direito de passarem à aposentadoria cinco anos antes de seus colegas policiais civis.

(\*) Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente — art. 2º da Resolução nº 6/89.

O policial civil cumpre 35 anos de serviço sob constante risco, sujeito a transferências frequentes como escalas de serviços em domingos e feriados, às vezes sozinho numa DP do interior, tendo que manter a lei e a ordem, precisando valer-se do apoio de populares não treinados para este fim específico.

Seus filhos, na maioria das vezes, ficam separados dos pais, em outros municípios, para cursarem o segundo grau, as faculdades, da mesma maneira como são obrigados a se afastar dos lares os filhos dos militares das Forças Armadas e dos policiais militares.

Por que este tratamento diferenciado para o policial civil, mantendo-o mais cinco anos no trabalho ativo?

Numa vida de constantes riscos, o desgaste psicofísico é muito acentuado, conduz a um envelhecimento prematuro.

São evidências que relatamos, apenas para relembrar a todos o tratamento desigual e injusto do policial civil. É por isso que tomamos a iniciativa de tentar corrigir este estado de coisa.

É preciso que tenhamos coragem de reconhecer o que se passa no universo da comunidade de segurança, sobretudo no que tange ao tempo de serviço prestado por cada um de seus membros.

Se o policial militar e as Forças Armadas cumprem trinta anos de serviço, o policial civil deve ter o mesmo direito. É nossa opinião que já é com relativo atraso, mas ainda em tempo, que podemos corrigir esse erro e essa injustiça.

Sala das Sessões, de 1984. — Victor Faccioni.

#### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969

##### TÍTULO I

##### Da Organização Nacional

##### CAPÍTULO VI

##### Do Poder Legislativo

##### SEÇÃO VI

##### Do Orçamento

Art. 65. É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

##### CAPÍTULO VII

##### Do Poder Público

##### SEÇÃO VIII

##### Dos Funcionários Públicos

Art. 101. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade; ou

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço, ressalvado o disposto no art. 165, item XX.

Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é de trinta anos para as mulheres.

Art. 102. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se do feminino; ou

b) se invalidez por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do art. 101.

Art. 103. Lei complementar, de iniciativa exclusiva do presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para inatividade e disponibilidade.

Art. 109. Lei federal, de iniciativa exclusiva do presidente da República, respeitado o disposto no art. 97 e seu § 1.º e no § 2.º do art. 108, definirá:

I — o regime jurídico dos servidores públicos da União, do Distrito Federal e dos Territórios;

Excelentíssimo Senhor

Deputado Paes de Andrade

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Requeiro nos termos regimentais da Resolução n.º 6/89, o desarquivamento de minhas proposição, conforme relação em anexo.

N. termos

P. Deferimento,

Brasília, 2 de maio de 1989. — Deputado Victor Faccioni.

Relação dos projetos de lei apresentados pelo Deputado Victor Faccioni:

N.º PEC. 00002/88 — PL. 00417/88 — PL. 01053/83 — PL. 03494/84 — PL. 03854/84 — PL. 03901/84 — PL. 03998/84 — PL. 04054/84 — PL. 04477/84 — PL. 04871/81 — PL. 05414/85 — PL. 06072/85 — PL. 06376/85 — PL. 06730/

85 — PL. 06763/85 — PL. 06764/85 — PL. 07105/85 — PL. 07601/86 — PL. 08167/86 — PLP. 00013/83 — PLP. 00074/83 — PLP. 00411/86 — PLP. 00426/86 — PRO 00019/87 — PRC 00217/84 — PRC 00460/86.

#### RESOLUÇÃO N.º 6, DE 4 DE ABRIL DE 1989

Determina o arquivamento das proposições que menciona.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1.º Das proposições que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, ficam arquivadas as seguintes, tenham ou não parecer:

a) as de iniciativa de deputados ou de Comissão permanente; e

b) as que, iniciadas na forma da alínea a, foram emendadas no Senado Federal.

Parágrafo único. Não estão sujeitos ao arquivamento os projetos que, embora na situação prevista no caput deste artigo, sofreram anexação de outros apresentados a partir de 5 de outubro de 1988.

Art. 2.º Fica facultado ao autor, no prazo de 30 (trinta) dias de promulgação desta resolução, requerer o desarquivamento das proposições referidas no art. 1.º, caso em que se fará nova distribuição, mantendo-se porém, o número original e sua procedência para todos os efeitos regimentais.

Art. 3.º As proposições de iniciativa de outros Poderes ou do Senado Federal, que se encontravam em tramitação no dia 4 de outubro de 1988, serão remetidas à Mesa para efeito de redistribuição, considerando-se não escritos os pareceres emitidos até aquela data.

Art. 4.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 4 de abril de 1989. — Deputado Paes de Andrade, Presidente da Câmara dos Deputados.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Of. n.º P-108/93

Brasília, 22 de setembro de 1993.

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 163, I, do Regimento Interno, comunico a V. Exa. que declarei prejudicado o Projeto de Lei n.º 4.477/84, do Sr. Victor Faccioni, que "dispõe sobre aposentadoria dos funcionários públicos que desempenham atividades policiais".

Atenciosamente,

Deputado Manoel Castro  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Inocêncio Oliveira

Presidente da Câmara dos Deputados



# RECURSO Nº 144, DE 1993

## Contra Declaração de Prejudicialidade (Do Sr. Roberto Freire)

Requer, na forma do artigo 164, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a manifestação do Plenário sobre a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.004/93.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PARA SE PRONUNCIAR)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Nos termos do art. 164, do parágrafo 2º, venho recorrer da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4004/93, de autoria do Poder Executivo, que "Torna obrigatória a inclusão do ensino de língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus".

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1993.

  
Deputado ROBERTO FREIRE

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO  
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

*Aprova o Regimento Interno  
da Câmara dos Deputados.*

### Título V DA APRECIACÃO DAS PROPOSIÇÕES

#### CAPÍTULO XI Da Prejudicialidade

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subsequente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

## PROJETO DE LEI Nº 4.004, DE 1993

(Do Poder Executivo)  
MENSAGEM Nº 415/93

Torna obrigatória a inclusão do ensino de língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Art. 2º Os Conselhos Estaduais de Educação fixarão, para os respectivos sistemas de ensino e tendo em vista as condições e peculiaridades sociais e culturais regionais, a amplitude e o conteúdo dos programas letivos.

Art. 3º Caberá, também, aos Conselhos Estaduais de Educação dispor sobre a gradual implantação do ensino da língua espanhola, a partir do ano letivo de 1994, considerando os aspectos pedagógicos e didáticos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossas Excelências, de acordo com o art. 61 da Constituição Federal, o anexo Projeto de Lei que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

A designação da cidade de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil, para sediar a III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo simboliza a especial importância com que o governo brasileiro considera o movimento de consolidação das relações entre os países americanos de origem ibérica.

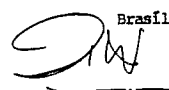
Estudamos a história da nossa Pátria para saber quanto custou definir as nossas fronteiras dentro do continente sul-americano. Não menos laborioso tem sido o processo de integração do Brasil à comunidade cultural ibero-americana, porque as vicissitudes do comércio internacional e os meios de comunicação de massa nos aproximaram mais da Europa ou da América do Norte do que das Nações co-irmãs da América Latina.

A organização das conferências Ibero-Americanas e também o Mercosul são iniciativas voltadas para resgate do tempo perdido no processo de integração da comunidade Ibero-Americana.

No que diz respeito ao Brasil, entretanto, esforço maior deve ser feito porque é, no continente latino-americano, o único descendente da cultura ibérica de língua portuguesa.

Torna-se imperioso, portanto, proporcionar às gerações jovens do País a oportunidade do estudo da língua espanhola, objetivando habilitá-las à comunicação mais intensa com as dos países nossos vizinhos.

É com esse propósito que apresento ao Congresso Nacional o Projeto de Lei em anexo que, aprovado por Vossas Excelências, permitirá seja suprida lacuna do nosso sistema educacional.

 Brasília, 6 de julho de 1993.

Aviso nº 1.406 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 6 de julho de 1993.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Torna obrigatória a inclusão do ensino de língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus".

Atenciosamente,

HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES  
Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da  
Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado WILSON CAMPOS  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
BRASILIA-DF.

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — Passa-se à

#### IV — HOMENAGEM

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — A presente sessão solene, solicitada por requerimento pelo nobre Deputado Pedro Valadares, destina-se a homenagear os quarenta anos de criação da Petrobrás S.A.

Convido inicialmente os presentes para, de pé, assistirem à apresentação do Hino Nacional, pelo coral da Petrobrás.

(É executado o Hino Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — Ex<sup>o</sup> Sr. Azouz Ennifar, DD. Embaixador da Tunísia; Exm<sup>o</sup> Sr. João Carlos Franca de Luca, representando o Presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó; Ilm<sup>o</sup> Sr. Orlando Galvão Filho, Diretor da Petrobrás; Ilm<sup>o</sup> Sr. José Machado Sobrinho, Diretor da Petrobrás; Ilm<sup>o</sup> Sr. Nelson Figueiredo Rodrigues, Superintendente de Serviços Gerais; Ilm<sup>o</sup> Sr. Djalma Rodrigues de Souza, Superintendente de Perfuração; Ilm<sup>o</sup> Sr. Milton Luiz Gabrielli, Superintendente de Produção; Ilm<sup>o</sup> Sr. Walter Pereira Formosinho, Secretário-Geral; Ilm<sup>o</sup> Sr. Carlos Leonam, representando o Superintendente de Relações Institucionais; Sr. Sérgio Possato, representando o Superintendente de Exploração; Sr. Reinaldo Alloy, Diretor da BR-Distribuidora; Ilm<sup>o</sup> Sr. Mário Ramos, Vice-Presidente da BR—Distribuidora; Srs. Deputados, “o petróleo é uma substância que tem a singular propriedade de não permitir que se converse calmamente a seu respeito”. Era assim que o grande San Tiago Dantas definia o objeto das maiores polêmicas de sua época. Com certeza, no Brasil, como em todo o mundo, é um dos temas mais controvertidos deste século.

Entre nós, contudo, os debates sobre o chamado “ouro negro” trazem implicações mais imediatas, porque a eles subjazem sempre — e naturalmente — as questões do monopólio estatal e da Petrobrás.

Eis que hoje nos reunimos, Srs. Deputados, para celebrar quarenta anos de existência da Petrobrás. Mas, para que se possa avaliar adequadamente a importância da empresa para o Brasil, é imprescindível recuar no tempo, até alguns anos antes do histórico 3 de outubro de 1953.

Em sua origem, com efeito, encontra-se uma das mais importantes jornadas cívicas que empolgaram a sociedade brasileira: a campanha do “petróleo é nosso”. Durante cerca de cinco anos, os mais díspares segmentos se viram ombreados naquela luta: Da direita nacionalista aos políticos de inclinação mais à esquerda, dos estudantes aos militares, dos operários à intelectualizada classe média urbana, não houve quem se abstivesse. Hoje, com a autoridade conferida pelos anos, podemos afirmar sem receio que ali se assentaram os pilares da nossa atual independência econômica.

A Petrobrás tornou-se a maior empresa brasileira. Jamais deixou, assim, de ocupar o proscênio. Ora combatida pelos adversários do monopólio estatal do petróleo, ora exibida como exemplo de capacidade tecnológica; vilipendiada pela corrupção, ou reconhecida como promotora maior do desenvolvimento industrial brasileiro, espelha ela em sua história as agudas contradições que marcaram nossa economia nesta segunda metade do século.

O azedume das críticas que a denunciavam fracassada em seu principal objetivo — libertar o País do ônus da importação do Petróleo — afasta-se tanto da verdade quanto distam os 670 mil barris diários de petróleo — marca da produção

atual — dos minguados 2.700 barris que se extraíam em 1953. Se ainda não alcançamos a auto-suficiência, a única razão é que felizmente o acentuado desenvolvimento de nossa economia nesse período elevou o consumo interno de petróleo em índices bem superiores aos das mais otimistas expectativas: cerca de 1 milhão de barris diários.

A mais dura empreitada levada a cabo pela Petrobrás, entretanto, foi derrotar a idéia de que o Brasil padeceria de uma incapacidade insuperável no que tange à tecnologia petrolífera, crença que ameaçava atrelar-nos para sempre à volátil boa vontade de nações mais avançadas. Tornamo-nos hoje exportadores de tecnologia de ponta. Setenta por cento de nosso petróleo é extraído nas condições adversas da plataforma continental, atingindo recordes mundiais na produção em grandes profundidades.

Para se avaliar com honestidade os verdadeiros resultados desses quarenta anos de operação, é necessário considerar ainda outros dados. A Petrobrás é hoje responsável por cerca de 10% do produto industrial do País. Por volta de 85% de suas encomendas são direcionadas à iniciativa privada, incentivando a formação de novos parques industriais. Em termos de eficiência, seus custos, a despeito do monopólio que detém, situam-se entre os mais baixos do mundo, quando comparados com os de outras empresas petrolíferas, estatais ou privadas.

À medida que se aproxima o momento da revisão constitucional, Srs. Deputados, já se pode sentir como a temperatura dos debates confirma a atualidade daquele diagnóstico de San Tiago Dantas. Se há os que são visceralmente contrários, até por questões ideológicas, ao monopólio do petróleo, a eles se contrapõem, igualmente radicais, os que consideram ainda tímida a interferência do Estado, por não estender-se também à distribuição de derivados, como forma de financiar as pesquisas e a prospecção.

Em meio a essas correntes antagônicas encontra-se, com certeza, o ponto de equilíbrio em que deveremos situar os interesses da economia brasileira.

Acima de todas as divergências, no entanto, aqui estamos para homenagear, na Petrobrás, a capacidade do homem brasileiro. Surgida do nada, há apenas quarenta anos, hoje entre as maiores empresas do mundo, a Petróleo Brasileiro S. A. é prova viva de nossa competência como nação, afirmação materializada de que, no Brasil, qualquer idéia é possível, qualquer projeto é viável, qualquer sonho é realizável.

Sejam quais forem os rumos da discussão sobre o petróleo nacional, a Petrobrás tem historicamente assegurada sua condição de patrimônio do povo brasileiro. Patrimônio econômico-financeiro; patrimônio científico e tecnológico; mas, acima de tudo, patrimônio de auto-estima, porque conquista autêntica da cidadania e emblema de nossa verdadeira capacidade empreendedora.

Num tempo em que o cotidiano ferve de episódios tristes e lamentáveis, é fundamental destacar o sucesso, como forma de reacender a confiança dos brasileiros na grandeza de seu futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao primeiro orador, nobre Deputado Pedro Valadares, autor do requerimento para que se realizasse esta homenagem. (Palmas.)

A Presidência pede permissão ao nobre orador para registrar aqui as presenças dos Srs. Sérgio Escobar, Embaixador da Colômbia; Luiz Bassuma, Presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia; José Samuel Magalhães, Presidente do

Sindicato dos Petroleiros de São Paulo; Carlos Cotia Barreto, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Mauá, em São Paulo; José Genivaldo da Silva, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Santos e Diretor da Federação Única Cutista Petroleira; e Siegfried Bernich, Diretor da FENAPE — Federação Nacional dos Petroleiros.

Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Valadares.

**O SR. PEDRO VALADARES** (PP — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados, o País está enfermo, atacado pela pior das doenças, a corrupção, que mina o organismo social, contamina as instituições e põe em perigo a tranquilidade pública. Esta Casa, mais que nunca, tem um grande papel a cumprir, procurando os remédios eficazes para o mal que ataca a vida brasileira.

Ninguém pode ficar indiferente diante de uma crise com tantos e tão sérios agravantes. Esta Casa é um espelho da sociedade, é ela que reflete a pluralidade social brasileira, da mesma forma como é ela que assume, diante da história, os mais legítimos compromissos com as causas do povo brasileiro.

É preciso reagir. A democracia possui seus mecanismos de defesa, e através deles, com certeza, o Brasil responderá positivamente, aperfeiçoando, cada dia mais, o funcionamento das instituições. Os erros e os crimes devem ser devidamente exemplarizados, para que as novas gerações não percam o respeito pela vida democrática nacional.

Hoje esta Casa dá o testemunho de sua importância, ao evocar os quarenta anos da criação da Petrobrás, pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Naqueles dias, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados, o Brasil estava conturbado pela agitação, dividido em dois partidos, um deles recebendo a influência nociva dos que queriam a todo custo impedir a exploração do petróleo. Esta Casa repetiu, alto e bom som, a frase comum das ruas, fazendo coro com os que lutaram para gritar, em nome de tudo o que de mais importante reclamava o País, “o petróleo é nosso”.

Foi mesmo preciso ouvir-se o grito das ruas, o clamor do povo, como agora se repete, pondo em risco o monopólio do petróleo e a própria empresa — a Petrobrás. Mais uma vez, no entanto, esta Casa está atenta, vigilante, para não permitir as manobras urdidas por quem defende interesses subalternos, a pretexto de modernizar a economia e de retirar do Estado certas e determinadas funções que têm sido, ao longo do tempo e das peculiaridades da História do Brasil, justificadas plenamente.

Esta sessão solene, comemorativa, contém o simbolismo de ser marco de uma nova luta, na oportunidade da revisão constitucional que está, embora de forma atordoadada, em curso. A Petrobrás continua para o Brasil como um patrimônio intocável, que não deve servir à cobiça das grandes empresas internacionais, ou seus prepostos brasileiros. Resistir aos assédios de quebra do monopólio é uma palavra de ordem, que se ouve nos sindicatos, nas associações comunitárias, nos partidos, nas ruas, como a expressão mais fiel do sentimento nacional dos brasileiros, ainda que alguns, para confundirem a opinião pública, digam o contrário.

Tenho, como disse em outra oportunidade, grande satisfação de interpretar, nesta Casa, a manifestação do povo sergipano, que pode ser compreendida como uma manifestação também simbólica do povo brasileiro. Porque Sergipe, pequeno e ativo, saiu às ruas em luta pelo petróleo, gritou bem alto que o petróleo é nosso e concorreu, com os seus Parlamentares, como Orlando Dantas, para a aprovação da Lei nº 2.004.

Repito, quarenta anos depois, o gesto de defesa, consciente de que cumprio com a minha responsabilidade perante o meu Estado e o meu País.

A Petrobrás é o que de melhor a Administração Pública do País produziu, reunindo ciência e tecnologia, modernizando o Brasil e dando à economia brasileira uma autonomia fundamental, que vem sendo mantida dia a dia, graças ao esforço da pesquisa e da produção de petróleo e gás, nos campos terrestres e do mar continental brasileiro.

Defender a Petrobrás é firmar, com o País e com a sociedade, um vínculo de valorização nacional, num momento decisivo de coragem e de afirmação de quais são os interesses verdadeiramente brasileiros. É preciso superar os chavões da moda, vencer o patrulhamento, encarar a realidade de frente, sem retoques ou maquiagens. É preciso não ter medo de defender o interesse maior do País. É preciso não temer o rótulo, com o qual os adversários semeiam os seus ataques disfarçados. É preciso ter a coragem cívica de refugar a tutela que querem impor ao Brasil, do mesmo modo que é necessário expor o orgulho de ser patriota, de defender, nos limites da responsabilidade, o nacionalismo de que o País precisa para dar resposta aos problemas que enfrenta.

Sergipe tem uma ligação indissolúvel com a Petrobrás e com a história do petróleo no Brasil. Foi no campo de Carmópolis, em 1963, que pela primeira vez foi descoberto petróleo fora da Bahia. Foi na plataforma continental, em Aracaju, que, em 1968, foi descoberto gás natural, também pela primeira vez, favorecendo o avanço tecnológico de prospecção em lâmina d'água. Isto sem citar o aumento da produção nacional, a partir da exploração dos campos de terra e mar do Estado de Sergipe. Celebram-se, portanto, duas datas: os quarenta anos de criação da Petrobrás, e os trinta anos da presença da Petrobrás em Sergipe. E, ainda, os vinte e cinco anos da descoberta de óleo e gás na plataforma continental sergipana.

São muitas as razões para esta celebração. E mais ainda: Sergipe obteve, da Petrobrás, uma subsidiária inteiramente voltada à exploração da mina de potássio de Taquari-Vasouras, em Rosário do Catete, depois de anos de chantagem por parte do grupo Lume, cuja aventura em Sergipe retardou, em pelo menos dez anos, o processo do desenvolvimento econômico, a partir da industrialização das amplas reservas mineiras.

Sergipe deve à Petrobrás a mudança do seu eixo econômico. Pode-se dizer, sem medo de erro, que a história da economia sergipana divide-se em duas partes. Uma antes da Petrobrás, outra depois da Petrobrás. Nenhuma empresa privada, por mais duração e conceito que tenha tido, jamais fez tanto por Sergipe como a Petrobrás, a estatal que honra o Estado brasileiro e que em quarenta anos nunca deixou de ser modelo de grande empresa, cuja eficiência não tem sido, de nenhum modo, contestada. Aliás, talvez a cobiça de liquidar a Petrobrás tenha sua origem na boa performance da empresa, no seu desempenho exemplar, nos seus resultados financeiros, nos seus êxitos abastecendo o País de combustível, movendo a frota, auxiliando a indústria e vencendo, ainda, os desafios da crise, incorporando o álcool como alternativa para atender aos brasileiros, evitando racionamentos ou prejuízos.

Nesta hora em que o Brasil precisa banir de sua vida pública os políticos corruptos, os maus brasileiros, entreguistas e lobbistas das grandes empresas transnacionais, a Petrobrás pode ser o objeto de mais uma luta, porque ela simboliza,

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um patrimônio público do povo brasileiro, representa um atestado de capacidade e de idoneidade passado ao longo de quarenta anos de atividades essenciais. Ela representa a lisura, a decência, a competência, que são atributos insuperáveis para qualquer país e para todo e qualquer povo.

A Petrobrás é o Brasil. Defendê-la é abraçar a mais justa causa nacional. É o que faço, seguindo as trilhas dos bravos patriotas e nacionalistas, que legaram ao Brasil este grande patrimônio do povo, que ninguém tem o direito de usurpar dos brasileiros. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta)** — Antes de passar a palavra ao próximo orador, a Presidência deseja registrar a presença do Dr. Ricardo Moura Maranhão, representante do Clube de Engenharia, na condição de Vice-Presidente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Osório Adriano, que falará pelo Bloco Parlamentar.

**O SR. OSÓRIO ADRIANO (Bloco Parlamentar — DF.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados; Sr. Embaixador da Tunísia, Azouz Ennifar; Sr. Embaixador da Colômbia, Sérgio Escobar; Srs. Diretores da Petrobrás, demais autoridades presentes a esta sessão solene de comemoração dos quarenta anos da Petrobrás, criada em 3 de outubro de 1953, a Petrobrás chega aos quarenta anos como uma das mais importantes e poderosas empresas da economia nacional. Muito mais do que por sua grandeza econômica, cresceu a Petrobrás no correr desse quase meio século pela profunda identificação que desde o início mantém com o povo brasileiro, ao representar o anseio de desenvolvimento e de prosperidade que ainda hoje sonhamos ver concretizado. Poucas instituições associam tão intimamente sua imagem ao nome do Brasil quanto a Petrobrás, razão por que não poderia faltar o PFL a esta sessão, em que a Câmara dos Deputados lhe rende justa homenagem pelo quadragésimo aniversário de fundação.

Quando o País se vê em meio a uma crise que amedronta e preocupa a todos, é preciso conhecer a história da Petrobrás, um roteiro de desafios e vitórias, de lutas e de êxitos, de arrojo e de coragem. Aos pessimistas que se acham condenados ao descrédito e à pobreza, a Petrobrás atesta a competência, a qualificação e a capacidade de trabalho do profissional brasileiro. Em 17º lugar entre as maiores empresas de petróleo do mundo, classifica-se, hoje, como a maior companhia do ramo em todo o hemisfério sul. Estabelecida apenas para o final do ano, a meta de 700 mil barris diários de petróleo acaba de ser alcançada no início deste mês de outubro. Não bastasse o recorde, o custo do nosso barril é 30% menor que o preço médio do óleo cru no mercado internacional. Na vanguarda mundial da extração de petróleo em águas profundas, operamos atualmente, na bacia de Campos, um poço localizado a 781 metros da superfície do mar.

Limitada no começo à prospecção e à exploração de jazidas petrolíferas, a Petrobrás participa hoje de toda a cadeia industrial e econômica do produto, que vai do poço ao posto, da perfuração ao abastecimento. Explorando 100 plataformas fixas e móveis e cerca de 5.500 poços em terra e no mar, o índice de sucesso exploratório da empresa é tal que a inclui entre as mais eficientes do mundo no setor: na década de 80, o grau de aproveitamento foi de 32%, bem superior aos 26% registrados pelos americanos e equivalente ao anunciado pelas companhias que trabalham no mar do Norte.

No segmento não monopolizado de petroquímica, fertilizantes e distribuição de derivados, a Petrobrás, embora na

disputa somente a partir de 1971, assumiu a liderança, concorrendo em igualdade de condições com as demais distribuidoras num mercado, todos sabemos, altamente competitivo. A Petrobrás Distribuidora faz chegar os seus produtos a cerca de 8.000 clientes industriais. Dos 7.032 postos de venda de combustível por ela abastecidos, 1.904 são rodoviários, 4.996 urbanos e 132 flutuantes. Na pesquisa “Maiores e Melhores” da revista *Exame*, a Petrobrás ocupou, nos últimos sete anos, quatro vezes o primeiro lugar e três vezes o segundo, no quesito “Desempenho Global” da categoria “Distribuidores de Petróleo”.

Mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos são gerados, em todo o País, pela Petrobrás. A participação da empresa em nosso PIB industrial gira em torno dos 10%, e 85% das suas compras e encomendas são feitos à indústria nacional. As atividades da companhia possibilitaram ao País economizar, desde 1987, nada menos que 55,5 bilhões de dólares, equivalentes à metade da dívida externa brasileira. Em 1992, os impostos — incluídos *royalties* —, taxas e contribuições pagos chegaram a 4,3 bilhões de dólares. Os investimentos em pesquisas e desenvolvimento somaram 112,5 milhões de dólares, cerca de 1% do faturamento da empresa. Para este ano, o investimento total previsto é de 2,6 bilhões de dólares. Note-se que a Petrobrás não recebe nenhuma quantia do Tesouro Nacional, de quem, pelo contrário, é credora de mais de 4 bilhões de dólares. Os recursos com que conta provêm dela mesma, gerados pela venda de serviços e produtos.

A par de todo esse poderio econômico, é admirável o esforço da Petrobrás em prol do meio ambiente, da educação, da cultura — enfim, da sociedade, a cujas ações toda grande empresa deve incentivo e apoio. O Projeto Tamar, que em doze anos de trabalho já garantiu a sobrevivência de mais de 1 milhão de tartarugas marinhas, e o patrocínio da Orquestra Pró-Música, consagrada por elogios unânimes, são exemplos expressivos da dimensão social que, transcendendo as fronteiras da economia, faz da empresa um núcleo gerador de prosperidade e de promoção humana.

Ao completar quarenta anos, a Petrobrás é prova eloquente de que este País pode dar certo, desde que prevaleçam, como entre os seus milhares de funcionários, a competência, a responsabilidade, a certeza de que, pela dedicação e pelo trabalho, haveremos de construir um Brasil melhor, mais feliz, mais digno e mais justo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldir Pires, que falará pelo PSDB.

**O SR. WALDIR PIRES (PSDB — BA.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Adylson Motta, cujas palavras iniciais significam o seu compromisso patriótico com o que tem sido e com o que é a luta pelo petróleo em nosso País, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dirigentes da Petrobrás, funcionários e técnicos da empresa que aqui se encontram, minhas senhoras, meus senhores, quero dar uma palavra de saudação ao Coral da Petrobrás, que, de forma tão forte e viva, pôde cantar — quem sabe? — como um acicate nesta hora do País, o Hino Nacional.

Sr. Presidente, quero registrar, lamentando, que, num instante de conturbação do País, de perplexidades, de vacilações, quando por vezes se põe em risco, no debate de alguns, no subterfúgio de outros, a idéia da conquista do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás como instituição, aqui não

está presente o Presidente da empresa. A mim me parece, Sr. Presidente, que é tão importante a luta da Petrobrás para o Brasil que quem exerce a Presidência da empresa tem o dever ético da plena, da absoluta, da constante solidariedade à idéia do monopólio estatal do petróleo, que não é uma questão ligada a governos, a administrações transitórias, a essas ou aquelas tendências que possam ser, em determinados instantes, predominantes, mas é uma idéia ligada ao Estado democrático brasileiro. Não é de governo, não é de administração, não é de ministérios, não é de política de empresa. É uma política do Estado democrático do Brasil.

São quarenta anos que hoje, nesta Casa, desejamos comemorar o grande ato de constituição da Petrobrás. Eram tempos da minha juventude. A Petrobrás nasceu das ruas, da consciência profunda desta Nação; nasceu das idéias de que este País é viável; nasceu da idéia de um projeto nacional, de uma grande Nação livre e democrática; nasceu num instante difícil e ao mesmo tempo carregado de horizontes dos nossos sonhos, das nossas utopias. Era o pós-guerra. O mundo tinha vencido as forças da opressão, tinha derrubado a brutalidade, o obscurantismo, a vilania, a intolerância, o nazi-fascismo. Naquele momento, cresceram no Brasil e no mundo forças que sonhavam com uma sociedade democrática, com nações democráticas, fraternas, abrangendo a todos.

A Petrobrás é um símbolo de independência. E, como todos compreendíamos e compreendemos ainda hoje — e creio que será assim ao longo dos tempos —, a independência produz a liberdade. Evidentemente, quando não se é livre, não se pode pensar em ser independente. A Petrobrás foi, naquele momento, símbolo de tudo quanto, na minha geração e, depois, nas gerações sucessivas, se imaginou pudesse ser este País. Eram enormes as nossas expectativas. A idéia básica era a de que o mundo iria gerar uma grande transformação do seu conhecimento, da sua capacidade tecnológica, da sua ciência e, a partir disso, sobre estruturas de uma sociedade democrática, seria capaz de construir uma humanidade fraterna, solidária.

Em nosso País era isso. Por isso, o nosso Presidente Adilson Motta nos lembrou que o petróleo é nosso. É nosso porque não se tratava simplesmente de matéria como as outras, de um dado da riqueza mineral, como tantos outros. O petróleo era diferente e é diferente. O petróleo era uma expressão de poder e de hegemonia, e, conseqüentemente, o cuidado político na disciplina desse poder significaria, como significa, a nossa capacidade de dialogar e de nos inserir nos grandes conflitos e na determinação de um projeto nacional.

Nasceu, portanto, das ruas, da juventude, dos homens e mulheres, dos civis e militares, dos trabalhadores e dos empresários, enfim, do povo brasileiro, um sentimento que seria um dos suportes da construção de uma nação digna e decente.

Esses sonhos do mundo daquele tempo nós não os vimos vitoriosos, infelizmente. Em nosso País há o mundo do **apartheid**. No mundo, no universo deste planeta, há também, ainda, o quadro dos **apartheids**. Perdemos a paz daqueles momentos. Os sonhos dos aliados no pós-guerra, no fim dos anos 40 e começo dos anos 50, como o sonho de 1953, estes não se consolidaram na organização da sociedade — eu diria na estrutura da sociedade do mundo, não apenas na calamidade e na perversidade da estrutura da sociedade brasileira de hoje.

Um grande estadista daquele momento, um dos grandes vitoriosos daquele instante, o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, pouco antes de morrer chegou a mandar

um dos seus embaixadores, Wendel Wilke, que tinha sido seu opositor na campanha presidencial, pelo mundo afora com uma palavra: a construção de um mundo só. Este um mundo só não o temos até hoje. O mundo se dividiu, e dividiu-se cruelmente. O mundo de hoje é um mundo dos que podem e dos que não podem, até o extremo do sofrimento maior.

Grande combatente da Petrobrás, figura generosa, esplêndida, inteligente, grande cientista do Nordeste brasileiro, com uma produção intelectual que revolucionou a percepção dos problemas do Universo naquele momento, Josué de Castro, quando escreveu **Geografia da Fome** e, posteriormente, **Geopolítica da Fome**, acicatou duramente o Universo, perguntando, com noção já tão profunda do conhecimento das coisas, da forma de controlar a natureza: Como é possível tolerar que neste mundo de hoje esteja a humanidade dividida em dois terços que não dorme porque tem fome; e, de outro lado, um terço que também não dorme porque tem medo dos que têm fome?

Hoje, o processo da transformação e da revolução tecnológica e científica acentuou-se muito, tornou-se extraordinariamente admirável, e o mundo foi capaz de conhecê-lo nos instantes mais significativos da inteligência, mas aquela chicotada de Josué de Castro na consciência dos estadistas, dos homens de negócios, das classes dirigentes das décadas de 50 e de 60 ainda mais se agravou. Não somos uma humanidade dividida em dois terços e um terço, somos uma humanidade com quatro quintos de homens, mulheres e crianças que passam privações e fome e, de outro lado, apenas um quinto que controla os bens, a riqueza e a vida.

A Petrobrás nasceu num instante forte. E eu creio que, apesar de tudo o que está ocorrendo ou — quem sabe? — a partir de tudo que está ocorrendo, estamos começando a viver no Brasil um novo instante forte, nascido igualmente das ruas, que vai preservar a Petrobrás, assegurá-la e salvá-la da sanha dos que não crêem nesta Nação. Nasce na sociedade civil brasileira, de baixo para cima, da juventude pintando suas caras, das universidades, das instituições, a idéia básica de uma nova ética a disciplinar a vida das nossas instituições, a disciplinar a vida desta Casa, a disciplinar a vida do Executivo, a disciplinar a vida do Judiciário, a disciplinar a vida das instituições privadas. Um novo modelo de comportamento e de compromissos, de costumes éticos, para preservar a dignidade na vida pública e na vida privada. Este País foi capaz de destituir nas ruas o Chefe da Nação, o Presidente da República, por ter traído os mais elementares deveres morais para com a Nação. Este País — estou sentindo — vai ser capaz de destituir mandatários nesta Casa e no Senado Federal, devolvendo ao Parlamento a respeitabilidade, o crédito, o conceito, a confiança da grande representação do povo brasileiro. Este País vai ser capaz de chegar ao Judiciário e às instituições privadas, porque não pode concordar com uma sociedade que se está deliquescendo, que se está degradando e já não merece nenhuma confiança do nosso povo, muito menos da juventude.

Creio, Sr. Presidente, que este momento forte está surgindo e afirmará a Petrobrás, porque, antes como hoje, petróleo é expressão de poder. De lá para cá, não tivemos variação estratégica, de lá para cá, essencialmente não há variação estratégica. Não adianta a mistificação da modernidade neoliberal, que arrebou a economia da Inglaterra e que está gerando no mundo, mesmo nas nações ricas, um quadro de desintegração da vida das populações, que é capaz, hoje, com a grande tecnologia do mundo moderno, de produzir 35 mi-

lhões de desempregados nos países ricos. Um quadro de desigualdades e de miséria que nos envergonha e que produziu, neste País, uma sociedade que tem hoje 40 milhões de analfabetos, 20 milhões de meninos abandonados e 32 milhões de indigentes, de seres humanos — crianças, mães e pais de família — que não têm o que comer. Esta sociedade é incompatível com os deveres mais elementares da democracia.

E a Petrobrás nasceu para servir ao Estado democrático. Nós a queremos eficiente, forte, altiva, limpa. É assim que vemos e queremos a Petrobrás, empresa que é a expressão do êxito da nossa gente, empresa que marca a inteligência e a capacidade realizadora e criativa do nosso País, empresa que foi capaz de produzir 184 bilhões de dólares de economia de divisas, o que equivale a quase o dobro da dívida externa do Brasil. Ela é credora disto.

A Petrobrás produz hoje 700 mil barris diários de óleo e 19 milhões de metros cúbicos de gás. Não deve um centavo ao Governo e não precisa de um centavo do Governo. É, ao contrário, credora. Os registros contábeis indicam que é credora de 4 bilhões de dólares do Governo. Essa empresa que paga impostos em quantidade extraordinária não pode ser arrebatada. Essa empresa que se tornou a maior empresa do setor na América Latina, essa empresa que cresceu tecnologicamente, essa empresa que se tornou líder nos mecanismos difíceis da busca do petróleo lá nas águas profundas dos mares, Sr. Presidente, essa empresa não vai cair.

Precisaremos interpelar os que porventura não estejam solidários com ela, precisaremos voltar às ruas, como estamos voltando. É nesta Casa e nas ruas que essa batalha vai ser ganha. Hoje, mais do que nunca, o oligopólio se concentra. As experiências dos dias atuais são indicativas, de forma nítida, da cartelização do petróleo, tão grande ou maior do que era há quarenta anos. Assistimos, recentemente, a um episódio dramático do mundo que, afora problemas de vizinhança e de geopolítica, resultou do desafio pelo controle do petróleo. A grande Guerra do Golfo, no fundo, nada mais era do que uma visão estratégica. De um lado, a segurança de abastecimento para as nações ricas, industriais; do outro, o controle de preços. E a hegemonia contemporânea assegura, de forma inequívoca, o oligopólio do petróleo. A mentira, o cinismo de pretender falar em iniciativa privada na exploração do petróleo, na política de petróleo, há de ser repudiado neste País. A iniciativa privada — a brasileira — tem sido convocada para ajudar a Petrobrás. Quando a Petrobrás mobiliza 90% de seus investimentos contratando serviços e obras de milhares de empresas da iniciativa privada brasileira, ela está realizando uma unidade dos setores público e privado em benefício do Brasil.

Sr. Presidente, digo nesta hora que, assim como nesses quarenta anos — e vejo aqui em minha frente uma figura símbolo da minha geração, da luta daqueles momentos, nosso querido ex-companheiro de Casa, mas representante permanente do povo brasileiro, Fernando Santana (palmas) —, a Petrobrás restará. Não passarão sobre ela. Não passarão sobre os nossos sonhos. Não hão de passar sobre as utopias que construíram tudo quanto a humanidade pôde avançar, tudo quanto a humanidade pôde crescer, não à base do pragmatismo episódico, mas à base dos sonhos, dos ideais, da crença e da fraternidade. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — A Presidência registra a presença ilustre do Almirante Maximiano Fonseca, Conselheiro da Petrobrás; do Sr. Clotário Cardoso, Superintendente de Recursos Humanos da Petrobrás; do Sr. Roberto

Wagner, Diretor da Rede Manchete, em Brasília; do Sr. Henri Omar Koudou, Conselheiro da Embaixada da Costa do Marfim, que representa o Embaixador neste ato.

A Presidência comunica aos presentes que o Sr. João Carlos de Luca, Diretor da Petrobrás, se encontra neste ato representando o Presidente da Petrobrás, que está em viagem aos Estados Unidos, a negócios, tratando de interesses da empresa naquele país. E também faz uma referência ao nosso querido amigo Fernando Santana, que se constitui em uma das unanimidades em termos de simpatia, amizade e respeito dentro desta Casa. Fica a homenagem desta Presidência ao nosso querido ex-colega Fernando Santana. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adylson Motta) — Tem a palavra o próximo orador inscrito, nobre Deputado Jaques Wagner, que falará pelo PT.

**O SR. JAQUES WAGNER** (PT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da Petrobrás e demais autoridades presentes, antes de começar a ler o discurso que havia preparado para esta ocasião, quero relatar um contratempo que acabo de passar na vinda do aeroporto para esta Casa. Ontem participei no Rio de Janeiro do almoço que o Automóvel Clube do Brasil promoveu em homenagem aos quarenta anos da Lei nº 2.004, quando desfilaram brasileiros de diversas convicções ideológicas, todos unânimes na defesa do monopólio estatal do petróleo, completo, sem flexibilização.

Cheguei hoje pela manhã em Brasília e, como de hábito, embarquei na caminhonete da Câmara dos Deputados do Brasil para vir participar deste ato em homenagem a empresa que considero símbolo da inteligência e da capacidade brasileira de realização, emblema que se confunde com a nossa bandeira, empresa que juntou homens progressistas e conservadores — como já disse — de diversos matizes ideológicos, mas que têm em comum o amor à Pátria, o amor a esta terra, que tentam dizer que nada mais vale.

Na caminhonete da Câmara dos Deputados do Brasil, Sr. Presidente, viajava um cidadão que eu não conheço. Solicitei ao motorista que, se possível se apressasse, porque já me encontrava atrasado, em virtude da demora do meu voo, para esta sessão de comemoração dos quarenta anos da Lei nº 2.004 e da Petrobrás. O cidadão sentado à minha frente, com sotaque não-brasileiro, teve a ousadia de me perguntar se algo havia para comemorar. Para não ser o que S. Sa. deve ser — racista — com a autoridade que me cabe, não pedi que descesse do veículo que pertence à esta Casa e, portanto, ao povo brasileiro. Disse-lhe que havia muito o que comemorar, apesar das aves agorantes como S. Sa. Depois fiquei sabendo que S. Sa. é jornalista da imprensa internacional e vinha, infelizmente, do meu Estado, onde pesquisou ações da Companhia Vale do Rio Doce, para escrever artigos que seguramente pouco terão de verdadeiros, mas atenderão aqueles que lhe encomendaram os artigos.

Sr. Presidente, falo neste momento para brasileiros como V. Ex<sup>a</sup>. Acredito que os verdadeiros brasileiros não são apenas os que integram o meu partido, os que comungam das minhas convicções ideológicas, mas tantos quantos querem ver este País brotar do verdadeiro desenvolvimento com justiça social. Falo também para aqueles que, infelizmente, sob o canto da sereia do neoliberalismo, se comportam, sem querer, como os silvícolas que habitavam o País quando os portugueses aqui chegaram. Eles compravam espelhos como se tivessem muito valor, intimidavam-se com o álcool pegando fogo, pen-



sando que alguém era capaz de tocar fogo nas águas dos rios. Hoje, Sr. Presidente, os espelhos e o álcool são a cantilena que nos trazem de fora para dentro através da malfadada tese do neoliberalismo, já condenada nos Países de ponta.

Não somos nós, de esquerda, mas os teóricos do conservadorismo e do capitalismo que dizem ser necessária a regulação do Estado para que a sociedade possa se desenvolver com justiça social. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a todos os presentes que conhecem a questão industrial, se o Japão usa uma voltagem diferente da do resto do mundo, como inteligente forma de proteção para que não se importem produtos eletroeletrônicos, por acaso. Sr. Presidente, eu ou o Presidente Itamar Franco estipulamos 70% de taxa sobre os produtos nacionais, para garrotar a economia brasileira? Foi V. Ex<sup>a</sup> ou alguma empresa nacional que prospectou petróleo no País até 1954, dizendo que nada havia neste solo? Foi V. Ex<sup>a</sup> ou alguma empresa nacional que teve o poder de adentrar neste País para investir em telefonia e nada fez até 1977, até que os Governos militares, que não eram da minha matriz ideológica, contra os quais lutei, foram obrigados a fundar a Telebrás? Os Governos militares fundaram a Telebrás e a Petrofertil para que este País começasse a caminhar no sentido do desenvolvimento.

Sr. Presidente, é mentira, não há nada de irmandade na tese neoliberal. Se assim o fosse, as fronteiras não se levantariam na Europa para impedir que trabalhadores, carentes de emprego em seus países, lá fossem disputar o mercado de trabalho. Fronteiras baixas querem apenas para o capital, para invadir esta terra, não com o espírito da Petrobrás, de função social, mas como gângsteres, para retirar deste País o que de melhor ele tem.

Sr. Presidente, não só a Petrobrás é intocável, mas, também, a Lei nº 2.004, que fixou o monopólio estatal do petróleo. Queremos a Petrobrás. Queremos o monopólio estatal do petróleo. Dificilmente uma empresa privada se disporá a montar um centro de desenvolvimento ou de entrega de gasolina em locais que signifiquem prejuízo. A quem restará essa obrigação? À empresa estatal. Para fazer isso ela precisa desenvolver-se também onde apresentar lucro.

Quero saber se a ATrá interesse em montar os mais de mil pontos de telefonia que dão prejuízo à Telebrás. A Telebrás o faz porque tem uma visão de nacionalidade, porque dispõe de outros pontos que dão lucro para se equilibrar. Será que alguma empresa multinacional vai entregar gás liquefeito de petróleo, do qual os brasileiros precisam para cozinhar, em locais de difícil acesso, ou essa será obrigação dos que foram os verdadeiros desbravadores deste País?

Sr. Presidente, vou abster-me de ler o discurso que havia preparado e que entregarei à Mesa, para que mande transcrevê-lo nos Anais, porque considero que, em sessões deste tipo, fala melhor o coração do que a razão.

É preciso, repito, conversar com os verdadeiros brasileiros que se encontram iludidos com o canto da sereia, achando que este País marchará para o desenvolvimento, ao quebrar seus grandes redutos de desenvolvimento. Reconheço que alguns brasileiros são necessários e estes são defensores da tese neoliberal. Para eles não existe Pátria, mas a nacionalidade do banco onde estará depositado o que ganharem com as negociações que pretendem fazer.

Quero conversar com os Deputados e Senadores de diversos matizes ideológicos que vão visitar as instalações da Petrobrás. Espero que se orgulhem daquilo que brasileiros conseguiram fazer, quando muitos acham que não temos capacidade

tecnológica. A Petrobrás é fruto do monopólio, que deve ser mantido — caso contrário, podem arrebentar com a empresa. É fruto da nossa inteligência.

Sou um pouco filho dessa empresa, porque passei toda a minha vida profissional na Indústria Petroquímica de Camaçari, como técnico de manutenção, e, na minha vida política, represento os trabalhadores do seu sindicato. Orgulho-me por ter sido escolhido pelo Partido dos Trabalhadores para, nesta ocasião, juntar minha voz em prol da Lei nº 2.004, em defesa do monopólio e da nacionalidade.

Será possível que os americanos gostarão tanto dos brasileiros quanto gostam dos seus filhos legítimos? Será que os japoneses amarão tanto esta Pátria quando podem amar o próprio Japão? Será que farão haraquiri em defesa de algum Presidente brasileiro que morra? Isto é balela, Sr. Presidente! As nações têm algo que as une. A nacionalidade sem xenofobia deve ser estimulada, guardada, porque é dela que vivem os países. Queria saber se os franceses não olham para a queda da Bastilha com o mesmo orgulho com que nós olhamos para Tiradentes! Essa é a nossa história, e parte dela é a Petrobrás, que se confunde com a nossa bandeira.

Viva a Lei nº 2.004! Viva a Petrobrás! Somos todos brasileiros! (Palmas. O orador é cumprimentado.)

#### DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR.

No momento em que se tenta, através de uma revisão inoportuna e inadequada, dilapidar o patrimônio brasileiro, entregando-o a grupos econômicos por preços aviltados e favorecidos, gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para o que representa para a Nação a perda de parte deste patrimônio: a Petrobrás.

E por que a Petrobrás é considerada um patrimônio nacional? Nos seus quarenta anos de existência, após um dos maiores movimentos populares deste País, o da sua criação, esta empresa vem mostrando, com competência, que o povo brasileiro é capaz de construir o seu futuro. Quero daqui prestar a ela minha homenagem.

Nestes quarenta anos, a Petrobrás foi capaz de descobrir reservas para permitir ao País atingir a auto-suficiência. Temos hoje reservas exploráveis de 8 bilhões de barris, com possibilidade de chegar a 20 bilhões. Estas reservas permitem atingir a produção de 1 milhão de barris/dia em 1997 ou 1,5 milhão no ano 2000, o que ficaria próximo da auto-suficiência.

Para se ver como isto é importante, Sr. Presidente, se a Petrobrás investir 96 bilhões de dólares até 1997 a produção diária de petróleo chegará a 1,5 milhão de barris/dia. Entretanto, se não investir na produção, ela cairá para 300.000 barris/dia, e o País gastará em importação de petróleo, cerca de 14,5 bilhões de dólares. Portanto é muito mais econômico produzir no País, através de reservas já descobertas, do que importar. Além disto, geram-se empregos, desenvolvem-se e consolidam-se tecnologias, alavanca-se o desenvolvimento industrial.

Quais foram os benefícios proporcionados ao País pela Petrobrás? Além dos já citados, vamos lembrar mais alguns:

1 — nos seus quarenta anos a Petrobrás economizou 184 bilhões de dólares de divisas (até dez/92) em produção de petróleo, transporte, importação/exportação de derivados;

2 — a Petrobrás investiu no País cerca de 80 bilhões de dólares contra 75 bilhões de dólares de todas as empresas estrangeiras em toda a sua existência no País, em todos os segmentos;

3 — a Petrobrás gera de impostos, anualmente, cerca de 4 bilhões de dólares;

4 — gera cerca de 2 milhões de empregos indiretos e compra 80% no mercado nacional, incrementando o setor produtivo.

5 — em 1992 conseguiu o prêmio máximo da indústria petrolífera mundial, no Offshore Technology Conference, nos Estados Unidos, concorrendo com as maiores empresas do mundo. Isto projetou o Brasil tecnologicamente no mundo já que ela foi premiada pelos seus feitos em águas profundas;

6 — no período 1987 a 1991, a Petrobrás foi considerada a empresa que melhor se comportou, usando-se indicadores físicos: crescimento de reservas, refino, vendas, tecnologia.

E qual a principal razão para a quebra do monopólio e a privatização da Petrobrás? A meu ver, Sr. Presidente, é o fato de 93% das reservas mundiais estarem em poder das empresas estatais, inclusive a Petrobrás. Pois bem, tendo descoberto que os segmentos de refino e distribuição são os mais lucrativos, as estatais resolveram ingressar nestes segmentos adquirindo refinarias e distribuidoras.

De repente, as seis irmãs acordaram para o fato de que, sem a matéria-prima em seu poder, elas não têm como competir e sobreviver. E onde buscar reservas? Lógico, na América Latina, onde não existem conflitos e a criatividade e capacitação dos técnicos é muito boa. Em adiantamento, podemos mencionar também que os EUA só têm petróleo para mais nove anos, se importarem os 45% atuais, ou cinco anos, se dependerem só da produção interna. Os EUA, como maiores consumidores de energia do mundo, sem petróleo estariam perdidos, têm de consegui-lo a todo custo. E a América Latina é a presa mais fácil.

Inventaram agora uma tal de flexibilização mal assobrada: sob a alegação de que a Petrobrás não tem dinheiro, dizem que a empresa tem que se abrir para o capital, “venha de onde vier”. Então, entregamos as reservas de Campos, o transporte, as refinarias, onde todo o risco já foi corrido pela Petrobrás. Só que a Petrobrás não tem dinheiro porque o Governo não deixa. É o caso do vampiro vigiando o banco de sangue.

*Durante o discurso do Sr. Jaques Wagner, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Campos, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos)** — Concedo a palavra ao Deputado Nilson Gibson, que falará pelo PMDB.

**O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres e ilustre Deputado Wilson Campos; ilustre Dr. João Carlos França de Luca, representando o Presidente da Petrobrás, Dr. Joel Mendes Rennó, que se encontra no exterior; demais diretores da Petrobrás, Srs. Embaixadores; nobre e ilustres companheiros desta Casa, por uma iniciativa do Deputado Pedro Valadares, aliás, muito oportuna, muito feliz, estamos, nesta ocasião, homenageando os quarenta anos da criação da Petrobrás.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Exª para que as minhas palavras sejam dirigidas aos trabalhadores, aos homens que, com suas mãos, movimentam a alavanca do desenvolvimento da Petrobrás há quarenta anos. Realmente, minhas primeiras palavras são da saudação a vocês, trabalhadores, por intermédio dos Srs. Luiz Bassuma, Presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia; José Samuel Magalhães, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo; Carlos Cotia Barreto, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Mauá, São Paulo; José Genivaldo da Silva, Presidente do Sindicato dos

Petroleiros de Santos e Diretor da Federação Única Cutista Petroleira, e Siegfried Bernich, Diretor da FENAPE — Federação Nacional dos Petroleiros. Faço este primeiro registro porque considero que os diretores passam, mas vocês, trabalhadores, permanecem na atividade, movimentando, como eu disse inicialmente, a alavanca do desenvolvimento da empresa.

Sr. Presidente, estamos juntos para celebrar os quarenta anos de existência da Petrobrás. Entretanto, para que possamos melhor avaliar a importância da empresa para o Brasil, é necessário relembrar — como o fez um dos homens públicos de maior envergadura do País, ex-Governador do Estado da Bahia e ex-Consultor Jurídico da República, uma das grandes representações que temos no País, Waldir Pires — e luta travada nos idos de 1953 no Palácio Tiradentes.

Disse o Deputado Adylson Motta:

“Em sua origem, com efeito, encontra-se uma das mais importantes jornadas cívicas que jamais empolgaram a sociedade brasileira: a campanha “O petróleo é nosso.”

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, a Petrobrás tornou-se a maior empresa brasileira. O mercado do petróleo, no Brasil, representa um negócio superior a 22 bilhões de dólares ao ano. No mundo, é um negócio de mais de 900 bilhões de dólares.

As críticas que denunciam a Petrobrás como fracassada no seu principal objetivo — libertar o País do ônus da importação do petróleo — afastam-se da realidade quando chegamos à marca atual de 670 mil barris de petróleo ao dia. Relembramos, como frisou o nobre e ilustre Deputado Jaques Wagner, que estamos distantes daqueles minguados 2.700 barris que eram extraídos na época em que o Deputado Waldir Pires participava da campanha “O petróleo é nosso”. Nossa produção era de 2.700 barris/dia, e hoje produzimos mais de 670 mil barris diários de petróleo — se não deseja corrigir-me o Conselheiro Almirante Maximiano Fonseca.

A Petrobrás derrotou a idéia de que o Brasil padeceria de uma incapacidade insuperável no que tange à tecnologia petrolífera. Hoje, essa tese está totalmente afastada. Somos exportadores de tecnologia de ponta. Setenta por cento do nosso petróleo é extraído nas condições adversas da plataforma continental, atingindo recordes mundiais na produção em grandes profundidades.

Registro ainda que, desses quarenta anos de operação, podemos detectar outros dados. A Petrobrás hoje é responsável por cerca de 10% do produto industrial do Brasil; por volta de 85% de suas encomendas são direcionadas à iniciativa privada, incentivando a formação de novos parques industriais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados — dirijo-me agora particularmente a nomes da estirpe do Deputado Prisco Viana, uma das grandes cabeças desta Casa — confirma-se de antemão que vamos ter grandes entevos na Revisão Constitucional. Alguns lutam para derrubar o monopólio e a estatização, outros, para que possamos até ir mais longe, estendendo-os à distribuição dos derivados. Convoco os ilustres Parlamentares que vão participar da Revisão, inclusive o Deputado Armando Costa, que representa Minas Gerais e que para nossa honra, preside no Estado o PMDB, nosso partido, para que possamos encontrar o equilíbrio entre uma tese e outra e manter intocada a Petrobrás e o seu monopólio. As correntes contrárias realmente não terão êxito nessa empreitada.



Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Deputados, é hora de concluir. É hora de usar aquela mesma expressão dos idos de 1953: "O petróleo é nosso".

Deixo as homenagens do nosso partido aos quarenta anos de existência da Petrobrás. Homenageio especialmente o trabalhador da Petrobrás, que luta nos locais mais distantes, no mar, passando tanto tempo distante da sua família, dos prazeres, da vida cotidiana com a nossa sociedade. Meus parabéns ao Coral.

Até outra oportunidade, se Deus permitir. O petróleo é nosso. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Campos) — Por necessidade de passar a Presidência a outro companheiro, porque haverá uma reunião da Mesa Diretora da revisão constitucional, convido o companheiro Waldir Pires para presidir os trabalhos, em homenagem ao seu passado de luta em favor da Petrobrás. (Palmas.)

Antes, porém, ao saudar a presença de todos os que aqui se encontram, quero fazer menção especial a dois companheiros que já foram homenageados: Fernando Santana, pelo seu passado de luta nesta Casa — e tenho certeza de que, mesmo sem mandato, continuará a ser um grande baluarte dos problemas sociais do Brasil — e o ex-Deputado Mário Lima, funcionário da Petrobrás, que conheço ao longo de quarenta anos de vida pública. (Palmas.)

Portanto, ao me retirar, quero congratular-me com a Petrobrás pelos seus quarenta anos e, ao mesmo tempo, com o nobre Deputado Pedro Valadares, que representa com grande dignidade o Estado de Sergipe e que teve a feliz idéia de requerer a realização desta sessão.

Com satisfação, passo a Presidência destes trabalhos ao Deputado Waldir Pires.

*O Sr. Wilson Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldir Pires, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Concedo a Palavra ao nobre Deputado Aldo Rebelo, para falar pelo PC do B.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Waldir Pires, Sr<sup>es</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>es</sup> e Srs. convidados, diretores e funcionários da Petrobrás, o Partido Comunista do Brasil incorpora-se nestes momentos tão difíceis da vida do nosso País e do nosso povo, à luta de defesa e de resistência que ensina os quarenta anos da Petrobrás.

Poderíamos fazer deste momento apenas um ato de festa, de celebração dos feitos, das conquistas, das vitórias, da realização do nosso povo e da nossa nacionalidade. Poderíamos descrever em alusões intermináveis os feitos dos pioneiros, até dos que hoje sustentam com a sua inteligência e o seu trabalho as realizações da Petrobrás.

No entanto, as circunstâncias nos impõem algo além da comemoração e da festa, as circunstâncias nos impõem que façamos deste ato e deste momento uma declaração de luta e de guerra. Àqueles que tentaram impedir que a Petrobrás fosse criada, àqueles que tentaram, durante todo esse período de sua trajetória, sabotar o seu trabalho, repetimos que aquilo que foi construído com luta em defesa da soberania do País será defendido até as últimas conseqüências.

Sabemos, Sr. Presidente, dos verdadeiros interesses e objetivos daqueles que, a pretexto de obter a supremacia do mercado pela iniciativa privada, na verdade conspira contra

a soberania do Brasil e contra a própria existência do Estado nacional.

Estamos conscientes das transformações sofridas pelo mundo nos últimos anos, do estabelecimento, no plano mundial, dos grandes blocos econômicos que disputam o mercado como aves de rapina. Observamos o cenário do universo, e parece que nos deparamos com um novo Império Romano depois da destruição de Cartago. Vivemos num mundo unipolar, onde a única potência militar pode deslocar suas tropas, mesmo que o faça em nome da Organização das Nações Unidas, ora para o Iraque, ora para a Somália, ora para Granada, ora para o Haiti, ora, mesmo que em exercício aparentemente inofensivo, para as fronteiras brasileiras, no território da Guiana.

A hegemonia militar de uma única nação, de um único Estado nacional, convive com a hegemonia econômica de três grandes blocos: o próprio bloco norte-americano, o bloco europeu, liderado pela Alemanha, e o bloco asiático, liderado pelo Japão. Essa tríade, ou como outros chamaram, essa trilateral, de fato observa o cenário internacional, tentando livrar-se de concorrentes ou daqueles que possam apresentar-se para com ela disputar o mercado, já tão disputado e tão pequeno. E entre essas nações, para orgulho nosso, para orgulho dos brasileiros, o nosso País se apresenta numa situação favorável.

Temos um imenso território, uma grande população laboriosa, reservas minerais e humanas inesgotáveis e já construímos um grande patrimônio, do qual naturalmente faz parte a Petrobrás.

Essas forças que querem implantar no País o neoliberalismo, que é uma planta muito perversa, porque semeada no Terceiro Mundo, produz frutos no Primeiro. Agora, na revisão da Constituição, fazem a terceira tentativa de impor esse modelo ao nosso País. A primeira tentativa fracassou com a saída do seu idealizador, do seu grande comandante, o ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello. A segunda tentativa foi através daquela espécie de parlamentarismo conservador, em que as correntes neoliberais achavam que poderiam hegemonizar o poder no País. A terceira tentativa ocorre justamente sob o pretexto da revisão constitucional, quando tentarão quebrar o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, para fazer da reforma do Estado a grande panacéia para os dilemas, os impasses e a encruzilhada em que vivemos. Nada mais falso, porque, conhecedores que somos, mesmo que superficialmente, da história econômica dos povos e do nosso País, sabemos que foi a presença do Estado justamente o que potencializou, o que deu condições para o desenvolvimento do Brasil.

A Petrobrás teve não apenas a importância econômica de retirar do subsolo brasileiro e das águas profundas da nossa plataforma continental a riqueza mais importante da terra. Ela teve também a importância de formar um corpo técnico de especialistas, de geólogos; de ajudar na distribuição de renda no País; de valorizar a ascensão meritória nos quadros da função pública e das empresas estatais, através dos concursos que realizou; de competir com as empresas privadas no pagamento de salários justos para seus técnicos e funcionários; de valorizar a auto-estima do povo brasileiro, que observa as realizações da Petrobrás e se sente reconhecido na sua própria capacidade de transformar, realizar e construir.

Tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Deputados, está em jogo neste momento. As pressões são colossais, porque, além das forças internas, além da quinta coluna que age dentro das próprias fronteiras do País, forças gigantescas e poderosas

pressionam de fora para dentro para quebrar as resistências das forças democráticas, das correntes nacionais neste momento tão difícil que atravessamos.

Por essa razão, esta sessão realizada pela Câmara dos Deputados tem também a tarefa, o dever de levantar esse brado, esse grito de alerta não apenas em defesa da Petrobrás, mas do Brasil, da sua soberania, porque, entre todas as empresas ameaçadas, entre todo o patrimônio público ameaçado, é através da bandeira da defesa da Petrobrás que podemos sensibilizar e levantar a opinião pública do País.

Ela é que tem a história mais antiga, ela é que foi construída com a participação popular mais autêntica e mais intensa.

Para criar a Petrobrás mobilizaram-se os trabalhadores, através dos seus sindicatos, e os estudantes, através da sua entidade nacional. Não me lembro, Sr. Presidente, porque lamentavelmente, no ano em que a empresa foi criada, eu não havia nascido, mas vi nos registros dos centros acadêmicos que torres foram instaladas nas portas das faculdades de Direito, onde os estudantes vigiavam diuturnamente, até que fosse aprovada a lei que criou a Petrobrás. Da criação da empresa também participou a intelectualidade progressista, que existia de mais avançada na inteligência nacional, a partir de Monteiro Lobato, que emprestou a sua verve, a sua pena e a sua voz para que a companhia fosse criada. Na construção da Petrobrás empenharam-se também os militares, patriotas e democratas, que entenderam que o Brasil precisava de uma empresa desse tipo.

Por todas essas razões a Petrobrás tem raízes tão sólidas e tão profundas. E se os vendilhões da Pátria, os recrutas e os mercenários da quinta coluna imaginam que poderão ser vitoriosos, encontrarão pela frente a consciência nacional e o Brasil inteiro nas trincheiras da resistência.

A defesa da Petrobrás hoje interessa fundamentalmente aos operários da cidade e do campo, aos trabalhadores que se beneficiam dos importantes serviços que ela presta ao povo brasileiro, desde a distribuição dos combustíveis até a do gás de cozinha, que chega a todas as famílias, e à do querosene, que chega ao campo, onde não existe luz elétrica. Ela gera empregos e o próprio sentimento de viver numa Nação em que os trabalhadores precisam resistir e continuar lutando.

Como há quarenta anos, hoje se faz necessária a consolidação dessa ampla frente, dessa ampla unidade de todas as forças que não querem assistir passivamente à destruição do nosso País. Nós, que não temos sentimentos chauvinistas de grande nação, que não pensamos em ocupar um palmo de território alheio, que não pensamos em roubar uma gota de suor do trabalho de ninguém, de nenhum outro país, de nenhuma outra nação, pensamos apenas que os frutos do nosso esforço e do nosso trabalho devem reverter em benefício do povo brasileiro. Essa é a razão da nossa luta neste momento.

Tenho absoluta convicção de que desperta no mais profundo sentimento do nosso povo essa determinação de resistir em todos os momentos e fundamentalmente agora, contra essa revisão açodada, aventureira. O Congresso Nacional, que deve investigar, sob os olhos da opinião pública, os atos de uma pequena parte de seus membros não pode permitir que, ao mesmo tempo, o suspeito e investigado se transforme em juiz da Petrobrás, em juiz do patrimônio público. A Nação brasileira não irá permitir que isso aconteça.

O Partido Comunista do Brasil empresta sua modesta e pequena força e, acima de tudo, sua tradição e sua coerência para que, ao lado dos demais Parlamentares de todos os parti-

dos que nesta Casa têm opinião semelhante, se levante no Brasil, do Rio Grande do Sul até o Acre, do Mato Grosso até o Espírito Santo, em todos os sindicatos, em todas as igrejas, em todos os escritórios de advogado, em todas as escolas e em todas as faculdades, a voz uníssona, forte e comum do povo brasileiro, para dizer que a Petrobrás é nossa e continuará nossa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Pires)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos, que falará pelo PDT.

**O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Deputados, companheiros e companheiros da Petrobrás, tive oportunidade, há poucos meses, de visitar a capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. E desloquei-me na cidade através do transporte coletivo, andando de ônibus. Em um dos percursos, vi um casal extremamente mal vestido, maltrapilho, com a fisionomia cansada, demonstrando as agruras a que estava submetido. Observando-o mais, percebi que estava descalço; nem sequer esgarçados chinelos cobriam aqueles pés sujos. E percebi que o casal, de braços dados, dava uma clara demonstração da sua dignidade. Percebi também que ali estavam presentes não só o sofrimento, mas a resistência e a dignidade do povo brasileiro.

Afinal de contas, o que tem a ver essa simples passagem com os quarenta anos da Petrobrás? Não me lembro do nome do poeta que usou a expressão de que todo sorriso se tece de mil prontos e toda a vida se tece de mil mortes. A Petrobrás é o resultado do sacrifício e da dignidade do povo brasileiro e representa o esforço e a capacitação dos brasileiros. A Petrobrás representa, portanto, a Pátria brasileira, e já houve quem dissesse que a pátria é o povo. E quando voltamos os nossos olhos para a realidade do povo brasileiro passamos a compreender o sentido maior e a dignidade maior da defesa da Petrobrás. Porque a empresa, não simplesmente pela sua pujança e pelo seu significado na economia brasileira, mas pelo seu significado na afirmação da soberania nacional, guarda direta vinculação com tudo aquilo que há de ser feito no País para que o povo não ande maltrapilho e descalço.

Olho desta tribuna e vejo os ex-Deputados Fernando Santana e Mário Lima e o Prof. Batista Vidal, com quem tivemos oportunidade de conviver durante a elaboração da Constituição: Lembro-me de que o Deputado Fernando Santana manifestava permanentemente sua preocupação com a defesa do subsolo brasileiro. Lembro-me de que, para comemorar um de seus aniversários, fomos à sua casa sem que ele soubesse. Ele se encontrava na Bahia e, quando chegou, ao ver um grande número de Deputados em sua residência, surpreendeu-se com a homenagem. Depois de saudado por um dos presentes, foi-lhe dada a palavra, e ele disse: "Vou agradecer, mas vou falar sobre o subsolo". Talvez nem ele mesmo lembre desta passagem.

Quando tivemos oportunidade de aprovar um mínimo de nacionalização do nosso subsolo, nós, que integrávamos a Frente Parlamentar Nacionalista, corremos para abraçar o ex-Deputado Fernando Santana. E ele, sentado numa das cadeiras da extremidade da mesa, olhou-nos pálido e disse: "Acho que vou morrer hoje". Ele próprio talvez também não se lembre deste episódio.

Mas há outra passagem vinculada ao Deputado Fernando Santana, que envolve a Petrobrás. Integrávamos a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, considerada uma espécie de divisor de águas, e o ex-Deputado havia apresentado uma emenda que incluía no monopólio

do petróleo também a distribuição dos seus derivados. Sua proposta foi aprovada na Comissão de Sistematização, para desespero daqueles que pertenciam ao grupo dos que chamo de entreguistas.

Estive ontem no Rio de Janeiro, numa reunião da ABI, e o Prof. Barbosa Lima Sobrinho mais uma vez lembrava, como tem feito reiteradamente, que só há dois partidos no Brasil: o partido de Tiradentes e o partido de Silvério dos Reis. Certamente aqueles que hoje procuram participar desse projeto chamado neoliberal, um projeto entreguista, que tem o claro objetivo de inviabilizar o Brasil como nação independente, pertencem ao partido de Silvério dos Reis. Mas tenho certeza de que os ex-Deputados Fernando Santana e Mário Lima estão do lado do partido de Tiradentes. Falo do Deputado Mário Lima homenageando os funcionários da Petrobrás.

Hoje estamos vivendo não a maior crise pela qual o País já passou, estamos vivendo uma grande crise, uma crise que nos dará a oportunidade de fazer a perfeita distinção entre aqueles que integram o partido de Tiradentes e os que se engajam no partido de Silvério dos Reis. Não há nenhuma dúvida hoje de que para aqueles que integram o partido de Silvério dos Reis só existe uma forma de convencimento, a corrupção. Não é possível que brasileiros lúcidos, inclusive aqueles que alcançam uma cadeira no Parlamento, não tenham compreendido o jogo de forças, o jogo do imperialismo internacional, o jogo das potências hegemônicas, que procuram estabelecer não simplesmente para o Brasil, mas para todos os países subdesenvolvidos, um modelo de sociedade que contempla uma minoria e joga na rua da amargura a maioria esmagadora da população.

Não preciso citar aqui os indicadores sociais de nosso povo. O Brasil é um País de miseráveis. Mas foi este País de miseráveis que construiu a Petrobrás. Foi este povo miserável que fez essa empresa. Não terá sido por acaso que simultaneamente, enquanto o Brasil estava submetido a uma ditadura militar, praticamente todos os países da América Latina também o estavam. Quando o povo brasileiro, resistindo, impôs a chamada transição para a democracia, os demais países da América Latina igualmente estavam subordinados a um processo de transição, pela pressão popular. Praticamente todos passaram por assembleias nacionais constituintes e praticamente todos elegeram, pela via direta, o Presidente da República.

Desgraçadamente para nós, nesse trajeto houve a morte de Tancredo Neves e conseqüentemente a posse do Sr. José Sarney, que estava na Presidência da República quando o povo brasileiro conquistou a Assembleia Nacional Constituinte. E, não obstante todas as conquistas da Constituinte de 1987 e 1988, o festival de corrupção nesta Casa foi conhecido. Se não avançamos mais foi porque a corrupção também influiu na elaboração da Constituição. Não é à toa que esta Casa não consegue constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber quais são hoje os detentores dos canais de rádio e televisão.

Mas, superado o ciclo, eleito pelo voto direto o ex-Presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, eleito pelo mesmo esquema de corrupção que deu sustentação à ditadura, a eleição de 1990 estabeleceu no Congresso Nacional uma correlação de forças que somente agora começa a ser percebida pelo conjunto da sociedade. Os defensores, os integrantes do partido de Tiradentes são minoritários nesta Casa. É preciso que os servidores da Petrobrás saibam que somos minoritários nesta Casa. E aqueles que integram a maioria

do partido de Silvério dos Reis certamente verão vários nomes agora não enxovalhados, mas levados à execução pública pelo envolvimento na mais grossa corrupção. E é exatamente essa maioria que tudo tem feito para fazer a revisão constitucional.

O Programa Nacional de Desestatização, nesta fase concluída, promoveu a conversão da dívida interna em patrimônio privado, transferiu o patrimônio público para mãos privadas através da conversão da dívida interna, com as chamadas moedas podres. E agora — e as medidas já estão sendo tomadas — pretende-se fazer a conversão da dívida externa para abocanhar a parcela mais expressiva do patrimônio público. Mas, para assumir o patrimônio público através da conversão da dívida externa, eles precisam promover mudanças na Constituição. Para isso é preciso acabar com o monopólio do petróleo e com o monopólio das telecomunicações. Mas felizmente todo esse lodo que envolve o Congresso Nacional foi divulgado a tempo, demonstrando à sociedade brasileira que a Casa só terá autoridade moral para promover qualquer modificação na Constituição depois de apurado esse escândalo, depois de todos serem responsabilizados, depois de o povo brasileiro tomar conhecimento da extensão da corrupção no Parlamento.

Não é verdade que o Parlamento brasileiro representa a sociedade brasileira. Não é verdade que os defeitos da sociedade brasileira existam no Parlamento brasileiro. Não é verdade! O Parlamento brasileiro é muito pior do que a sociedade brasileira. A sociedade brasileira se compõe de cidadãos descalços e maltrapilhos, como o casal de João Pessoa.

Hoje venho aqui, em nome do meu partido, o PDT, para dizer, em homenagem aos quarenta anos da Petrobrás, que aqueles que integram o partido de Tiradentes precisam estar unidos, acima de qualquer divergência mais imediata, acima principalmente das questões eleitorais, porque, depois de promulgada a Constituição de 1988, foi impossível a mesma unidade conseguida durante a sua elaboração, foi impossível a mesma unidade para regulamentá-la, porque a eleição presidencial dar-se-ia no ano seguinte, em 1989.

Estamos diante do mesmo dilema, mas precisamos construir a nossa unidade. Então venho, em nome do PDT, parabenizar os funcionários da Petrobrás e dizer que a responsabilidade maior na defesa da Petrobrás está nos ombros dos próprios servidores. Se não houver unidade dos funcionários da Petrobrás em defesa da Petrobrás, dificilmente poderemos mobilizar o conjunto da sociedade.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, homenageando a Petrobrás, homenageando os servidores da Petrobrás dizendo “não” à revisão, “sim” à preservação do monopólio do petróleo e “sim” a um Brasil independente, a um Brasil soberano e socialmente justo, que só será possível se preservarmos as conquistas do povo brasileiro, e a Petrobrás é uma das suas principais conquistas. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernesto Gradella, que falará pelo PSTU.

**O SR. ERNESTO GRADELLA** (PSTU — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Deputados, Senhores representantes da direção da Petrobrás, Senhores representantes dos funcionários da Petrobrás, em nome do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, queremos nos somar às comemorações dos quarenta anos de história da Petrobrás. Acreditamos que temos muito a comemorar. Aqueles sindicalistas, trabalhadores e populares que, há mais de quarenta anos, participaram da campanha “O petróleo é nosso” talvez

não esperassem que a vitória que tiveram naquele momento fosse se tornando cada vez mais expressiva, e que a Petrobrás representasse hoje o que significa para o desenvolvimento do nosso País.

O petróleo é um recurso energético não renovável, e, portanto, o seu controle é estratégico para o interesse nacional. E, devido a isso, a única maneira de termos controle sobre esse recurso é através do monopólio estatal. E chamamos a atenção de todos para o fato de que o monopólio estatal do petróleo nunca esteve tão ameaçado como está nos dias de hoje.

A revisão constitucional que se arrasta nesta Casa, revisão inoportuna, ilegítima e inconstitucional, pode significar um revés na vitória dos trabalhadores durante todo esse período. E, para evitarmos esse ataque que pode acontecer contra os interesses nacionais, precisaremos garantir ampla mobilização da sociedade e nesta Casa, a mobilização daqueles Parlamentares que se têm posicionado firmemente em defesa do monopólio estatal do petróleo. Precisamos constituir uma frente parlamentar que reflita de maneira unificada o que pensam os trabalhadores, o que pensam os sindicatos, o que pensa a maioria da população deste País, que infelizmente não está retratada nos Parlamentares que hoje compõem a maioria desta Casa.

Precisamos ter aqui essa frente parlamentar até mesmo para se contrapor aos lobbies que passeiam de maneira mais ou menos pública pelos corredores e pelos gabinetes desta Casa, fazendo o jogo das empresas multinacionais no sentido de lhes garantir melhores negócios. Então, aí os lobbies dos setores de telecomunicações; estão aí os lobbies do setor do petróleo. E teríamos até que fazer uma análise, pois os milhões de dólares desviados — e a população se revolta ao ver o desvio divulgado pela CPI do Orçamento e que deu origem às denúncias de diversos Parlamentares desta Casa — significam muito dinheiro se considerarmos as necessidades da população brasileira, mas significam muito pouco perto dos bilhões de dólares que representarão a perda do monopólio estatal do petróleo.

São esses bilhões de dólares que poderão ser roubados neste País, e sem o testemunho das câmeras da televisão que hoje acompanham de maneira seguida o trabalho da CPI do Orçamento. É muito importante o trabalho da imprensa para que sejam esclarecidos e punidos os responsáveis, mas provavelmente, pelo controle que existe sobre os meios de comunicação, estes não farão a mesma cobertura quando se tentar roubar bilhões de dólares com o fim do monopólio estatal do petróleo e do setor de telecomunicações.

Por isso, nós, do PSTU, nos somamos a todos aqueles que, neste momento de ameaça, de risco aos interesses nacionais, se colocam ao lado dos trabalhadores e dos sindicatos contra qualquer alteração, qualquer flexibilização no monopólio estatal do petróleo, contra qualquer modificação nos artigos da Constituição que preservam os interesses nacionais.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Minhas senhoras e meus senhores, estamos chegando ao encerramento desta admirável sessão de homenagem à Petrobrás, de louvar aos seus trabalhadores, aos seus técnicos e aos seus dirigentes e de confiança em nosso País. Mas a homenagem derradeira será a apresentação — e através desta Casa o País o ouvirá — do coral da Petrobrás.

Ouvimos inicialmente “A Invocação em Defesa da Pátria”, de Villa-Lobos. depois “Aquarela do Brasil”, de Ari Barroso, e finalmente “Aleluia”, de Handel.

(Apresentação do coral.)

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Com os aplausos da Casa, parabeno o coral da Petrobrás.

Quero lembrar às Srs. e aos Srs. Deputados que hoje, após a sessão do Congresso, convocada para as 15h, haverá sessão deliberativa da Câmara dos Deputados.

## V — ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Waldir Pires) — Encerro a Sessão, designando para hoje terça-feira, dia 26, após a sessão do Congresso a seguinte

## ORDEM DO DIA

### URGÊNCIA

(Artigo 155 do Regimento Interno)

#### Votação

1

PROJETO DE LEI Nº 4.100-C, DE 1993

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único do Projeto de Lei nº 4.100-B, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com Substitutivo (Relator: Sra. Fátima Pelaez). PARECERES DOS RELATORES DESIGNADOS PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO ÀS COMISSÕES: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, com emendas (Relator: Sr. Jackson Pereira); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Gastone Righi). PARECERES ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO DOS RELATORES DESIGNADOS PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO ÀS COMISSÕES: de Seguridade Social e Família, pela aprovação das de nºs 1, 4, 6, 8, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20; e rejeição das de nºs 2, 3, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 21 e 22 (Relator: Sra. Fátima Pelaez); de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (Relator: Sr. Jackson Pereira); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Gastone Righi).

2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 1993  
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 146, de 1993, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Pendente de pareceres das Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

**PRIORIDADE****Votação**

3

**PROJETO DE LEI Nº 1.589-B, DE 1991  
(DO SENADO FEDERAL)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei Nº 1.589-A, de 1991, que estabelece normas para o parcelamento de débitos de estados e municípios junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; tendo pareceres das Comissões: de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição dos de nºs 598/91 e 922/91, apensados (Relator: Sr. Germano Rigotto); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da emenda da Comissão de Finanças e Tributação, e dos de nºs 598/91 e 922/91 (Relator: Sr. Nilson Gibson).

4

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 156-A, DE 1993  
(DA MESA)**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 156, de 1993, que dispõe sobre as áreas, especializações e funções comissionadas a que se referem as Resoluções nºs 30, de 1990, e 21, de 1992, e dá outras providências; tendo parecer, da Mesa, pela aprovação (Relator: Sr. Wilson Campos). PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Mesa, pela aprovação da de nº 1, com subemenda, e rejeição da de nº 2 (Relator: Sr. Wilson Campos).

Obs.: a matéria teve sua votação adiada, por 5 sessões, em 6-7-93

5

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123-B, DE 1989  
(DO SR. KOYU IHA)**

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 123-A, de 1989, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos, nos termos do artigo 59, parágrafo único, da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e do de nº 75/91, apensado (Relator: Sr. Prisco Vianna). PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição, contra os votos dos Srs. Hélio Bicudo e Edésio Passos (Relator: Sr. Edésio Passos).

**Discussão**

6

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 181, DE 1993  
(DA MESA)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1993, que altera dispositivos da Resolução nº 181, de 1971, que institui o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados e dá outras providências.

Obs.: a matéria teve sua discussão adiada por 1 sessão, em 26-08-93.

7

**PROJETO DE LEI Nº 2.545-B, DE 1992  
(DO SENADO FEDERAL)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.545, de 1992, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências; tendo pareceres das Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Sr. Chico Vigilante); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Edésio Passos).

Obs.: matéria incluída em virtude de provimento de recurso aprovado em 26-8-93.

8

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 273-A, DE 1990  
(DOS SRS. HAROLDO SABÓIA E NELTON FRIEDRICH)**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 273, de 1990, que autoriza os estados a legislar sobre o aproveitamento de pequenas e médias quedas d'água, na forma que especifica; tendo pareceres: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação (Relator: Sr. Carlos Azambuja); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Gérson Peres).

9

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40-A, DE 1991  
(DA SRA. RITA CAMATA)**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 40, de 1991, que estabelece indenização compensatória no caso de despedida de empregos que contem com idade igual ou superior a 50 anos; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (Relator: Sr. José Luiz Clerot); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Sr. Chico Amaral).

10

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150-A, DE 1993  
(DO SR. ALDIR CABRAL)**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 1993, que dá nova redação ao item 23 da Lista de Serviços a que se refere o artigo 8º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, alterada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987; tendo pareceres: da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo (Relator: Sr. Sérgio Gaudenzi); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com adoção do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Sr. Osvaldo Melo).

**ORDINÁRIA****Votação**

11

**PROJETO DE LEI Nº 1.498-B, DE 1989  
(DO SR. HÉLIO ROSAS)**

Votação, em turno único do Projeto de Lei nº 1.498-A, de 1989, que acrescenta dispositivo à Lei nº 1.060, de 5 de feve-

reio de 1950, que estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Eduardo Siqueira Campos); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Sr. José da Conceição). PARECERES ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação da de nº 1, e com subemenda, da de nº 2 (Relator: Sr. Jair Bolsonaro); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1 e 2 e da subemenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Relator: Sr. Rubem Medina).

#### Discussão

12

#### PROJETO DE LEI Nº 211-E, DE 1991

(DO SR. SAID FERREIRA)

Discussão, em turno único, da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 211-D, de 1991, que acrescenta dispositivo ao inciso IV do artigo 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, remetendo aos municípios competência para a execução dos serviços de planejamento familiar, tendo pareceres das Comissões de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relator: Sr. Nilton Baiano); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Sr. Paes Landim).

Obs.: matéria reincluída após cumprimento do prazo de adiamento da discussão por 5 sessões, aprovado em 26-8-93.

13

#### PROJETO DE LEI Nº 2.508-A, DE 1989

(DO SR. KOYU IHA)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 2.508, de 1989, que estabelece prazo para a prestação de informações pelos órgãos públicos; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.508/89 e do Projeto de Lei nº 1.014/91 com emenda, apensado (Relator: Sr. Mauri Sérgio); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.508/88 e dos Projetos de Lei nºs 1.014/91 e 3.124/92, apensados, e pela aprovação com emenda do Projeto de Lei nº 1.674/91, apensado, com voto em separado do Sr. Zaire Rezende (Relator: Sr. Chico Vigilante).

14

#### PROJETO DE LEI Nº 149-B, DE 1991

(CARLOS CARDINAL)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 149, de 1991, que altera o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e rejeição do de nº 398/91, apensado (Relator: Sr. Augusto Carvalho); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 398/91, apensado (Relator: Sr. Nilson Gibson).

Obs.: matéria incluída em virtude de provimento de recurso aprovado na sessão de 19-10-93.

15

#### PROJETO DE LEI Nº 868-B, DE 1991

(DO SR. MARCELO BARBIERI)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 868-A, de 1991, que dispõe sobre autorização para condução de veículos automotores por terceiros; tendo pareceres das Comissões de Viação e Transportes, pela aprovação, com emenda, contra os votos dos Srs. Jairo Azi, Augusto Carvalho, Ernesto Gradella e Munhoz da Rocha (Relator: Sr. Murilo Rezende); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Viação e Transportes (Relator: Sr. José Maria Eymael).

Obs.: matéria incluída em virtude de provimento de recurso aprovado na sessão de 19-10-93.

16

#### PROJETO DE LEI Nº 1.498-B, DE 1991

(DO SR. ANTÔNIO DE JESUS)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 1.498, de 1991, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Bananal, no Estado de Tocantins; tendo pareceres das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (Relator: Sr. Genebaldo Correia); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, contra o voto do Sr. Hélio Bicudo (Relator: Sr. Nelson Trad).

Obs.: matéria incluída em virtude de provimento de recurso aprovado na sessão de 19-10-93.

17

#### PROJETO DE LEI Nº 2.331-B, de 1991

(DO SR. MAGALHÃES TEIXEIRA)

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 2.331-A, de 1991, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA, no Distrito de Joaquim Egídio, Município de Campinas, Estado de São Paulo; tendo pareceres das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação, com emendas (Relator: Sr. Marco Penaforte); e de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (Relator: Sr. Paes Landim).

Obs.: matéria incluída em virtude de provimento de recurso aprovado na sessão de 19-10-93.

### AVISOS

#### PROPOSIÇÕES EM FASE DE EMENDAS OU RECURSOS

#### I - EMENDAS

1

#### PROJETO DE LEI Nº 4.233, DE 1993

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a concessão de anistia, nas condições que menciona.

Prazo de tramitação na Câmara dos Deputados (art. 64, § 1º da Constituição Federal): até 4-12-93.

Prazo de 5 sessões para apresentação de emendas \_ Ato da Mesa nº 177/89.

1º dia: 26-10-93

Último dia: 01-11-93

## II \_ RECURSOS

**1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO \_ ART. 24, II PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO:** Art. 58, § 1º INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: Art. 58 § 3º combinado com Art. 132.

### 1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS:

#### **PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO:**

**Nº 267-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Floriano, Estado do Piauí.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 287-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio TV do Amazonas S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 293-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stéreo FM Lagoa Santa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 306-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que outorga permissão à 98 Timburi FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andirá, Estado do Paraná.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 307-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que outorga concessão à TV Amazônia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 316-A/93 (COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)** Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema RB de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

### 1.2 COM PARECERES QUANTO AO MÉRITO CONTRÁRIOS (ART. 133)

#### **PROJETOS DE LEI**

**Nº 863/91 (NILSON GIBSON)** \_ Dispõe sobre a suspensão das anuidades para com os órgãos fiscalizadores das profissões liberais, pelos detentores de mandato popular.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 1.419/91 (ÁLVARO VALLE)** \_ Dispõe sobre ocupantes de cargos ou funções com acesso a informações privilegiadas.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 1.947/91 (JACKSON PEREIRA)** \_ Assegura ao empregado, nas condições que especifica, a manutenção do contrato de trabalho e de todos os direitos trabalhistas.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 2.126/91 (BETO MANSUR)** \_ Institui o Fundo Especial para Campanhas Educativas e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 2.167/91 (NILSON GIBSON)** \_ Dispõe sobre o grupo a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que "estabelece diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais".

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 2.600/92 (COSTA FERREIRA)** \_ Dispõe sobre contribuição de intervenção do domínio econômico em benefício da Embratur.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

**Nº 2.701/92 (DÉRCIO KNOP)** \_ Determina a intermediação do corretor de imóveis nas transações que especifica.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

#### **2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO \_ ART 54**

(SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIAÇÃO PRELIMINAR, NOS TERMOS DO ART. 144, § 1º)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 3º combinado com o ART. 132, § 2º

### 2.1 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA E PELA INADIMISSIBILIDADE PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 134/92 (JOSÉ SERRA e OUTROS)** \_ Altera o prazo da revisão constitucional de que trata o artigo 3º do Ato das



Disposições Constituições Transitórias da Constituição Federal.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 158/93 (ELÍSIO CURVO E OUTROS) \_ Dispõe sobre a revisão constitucional prevista no artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

#### PROJETOS DE LEI

Nº 294/91 (RENATO VIANNA) \_ Estende a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores, movidos a álcool, aos representantes comerciais autônomos, empregados viajantes e praticistas, desde que sindicalizados.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 1.349/88 (MAX ROSENMAN) \_ Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de assistência farmacêutica ao trabalhador.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 3.350/92 (ANTONIO DE JESUS) \_ Institui o vale-remédio e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

3. CONTRA DECLARAÇÃO PREJUDICIALIDADE \_ art. 164, § 1º

(SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJR. NOS TERMOS DO ART. 164, § 2º E § 3º).

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 164, § 2º

#### PROJETOS DE LEI

Nº 2.277/91 (CARLOS CARDINAL) \_ Dispõe sobre ensino de língua estrangeira moderna no ensino fundamental e médio e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 2.294/91 (ERALDO TRINDADE) \_ Autoriza o Poder Executivo a transferir o acervo patrimonial dos órgãos que especifica para os extintos territórios de Amapá e Roraima.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 4.022/93 (PAULO LIMA) \_ Dispõe sobre o registro de diploma dos cursos de graduação e pós-graduação.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

SUJEITO A DEVOLUÇÃO AO AUTOR, nos termos do art. 137, § 1º do RL Prazo para apresentação de recurso art. 137, § 2º (5 sessões) de:

#### PROJETOS DE LEI

Nº 4.172/93 (CARLOS LUP) \_ Dispõe sobre o Colégio Pedro II.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

Nº 4.207/93 (OSWALDO STECCA) \_ Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Ipanema, no Município de Iperó, Estado de São Paulo e dá outras providências.

Prazo: 4º dia: 26-10-93

Último dia: 27-10-93

#### RELAÇÃO DOS DEPUTADOS INSCRITOS NO GRANDE EXPEDIENTE - DO MÊS OUTUBRO 1993 -

| Data | Dia      | Hora  | Nome                |
|------|----------|-------|---------------------|
| 26   | 3ª-feira | 15:30 | Benedito Domingos   |
|      |          | 15:50 | Luiz Gushiken       |
|      |          | 16:10 | Alufzio Alves       |
| 27   | 4ª-feira | 15:30 | Antonio Faleiros    |
|      |          | 15:50 | Paulo Duarte        |
|      |          | 16:10 | Murilo Rezende      |
| 28   | 5ª-feira | 15:30 | Marcelo Barbieri    |
|      |          | 15:50 | Osorio Adriano      |
|      |          | 16:10 | Delio Braz          |
| 29   | 6ª-feira | 10:00 | Luciano Castro      |
|      |          | 10:25 | Maria Valadão       |
|      |          | 10:50 | Luiz Moreira        |
|      |          | 11:15 | Vicente Fialho      |
|      |          | 11:40 | Jandira Feghali     |
|      |          | 12:05 | Armando Viola       |
|      |          | 12:30 | Edson Menezes Silva |
|      |          | 12:55 | Nilson Gibson       |
|      |          | 13:20 | Elias Murad         |
|      |          |       |                     |



**27 DE OUTUBRO DE 1993**

**QUARTA-FEIRA**

# **ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**

### **21ª REUNIÃO**

**CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E  
DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA QUE APURA O  
ENDIVIDAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA**

**Local: sala 114 - Bloco das Lideranças**

**Data: 27.10.93**

**Horário: 10horas**

**Presença do Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Deputado  
DEJANDIR DALPASQUALLE**

**AVISO Nº 18/93**

#### **PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS**

**Início: 25.10.93**

**Local: Sala 116. Bloco das Lideranças**

**Término: 29.10.93**

**Horário: 9 às 12h e 14 as 18h**

**1) PROJETO DE LEI Nº 4.158/93 - do Sr. João Thomé - que altera o artigo 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".**

**RELATOR: Deputado WALDIR GUERRA**

2) PROJETO DE LEI Nº 4.193/93 - do Sr. Edison Andrino - que "Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de uso exclusivo do pescador artesanal e dá outras providências".

RELATOR: Deputado HUGO BIEHL

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

Local: Sala 10, Anexo II

Horário: 11:00 h

### **PAUTA Nº 25/93**

#### **A) REQUERIMENTO**

01) REQUERIMENTO Nº 6/93 - dos Srs. Deputados Paulo Heslander e Irma Passoni - solicitando que todos os projetos oriundos do Ministério das Comunicações, que versarem sobre assuntos setoriais da EMBRATEL ou TELEBRAS, se façam acompanhar do respectivo parecer técnico da área envolvida, bem como de uma descrição sucinta da propositura e, ainda, de uma breve análise sócio-econômica.

#### **B) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:**

#### **URGENTE**

02) MENSAGEM Nº 302/92 - do Poder Executivo - que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 101, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão da Rádio Panati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Patos, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado VALDEMAR COSTA NETO

PARECER: Favorável

VISTA: Solicitada pelo Deputado Vivaldo Barbosa que devolveu sem manifestação escrita.

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

03) PROJETO DE LEI Nº 3.827/93 - do Sr. Paulo Ramos - que "proíbe loterias televisivas".

RELATOR: Deputado ROBERTO CAMPOS

PARECER: Contrário

04) PROJETO DE LEI Nº 3.878/93 - do Sr. Victor Faccioni - que "dispõe sobre a execução diária do Hino Nacional do Brasil na abertura e no encerramento das atividades das emissoras de rádio e televisão".

RELATOR: Deputado LUIZ VIANA NETO

PARECER: Contrário

**AVISO Nº 21/93****PRAZO PARA RECEBIMENTO DE DESTAQUES**

Início: 26/10/93

Local: Anexo II, sala 8

Término: 27/10/93

Horário: 9h às 12h e 14h às 18h

A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ DESTAQUES APRESENTADOS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO:

PROJETO DE LEI Nº 4.019/93 - do Sr. José Fortunatti - que " esta belece em 5 (cinco) horas diárias a jornada de trabalho dos produtores de rádio".

RELATOR: Deputado ROBERTO CAMPOS

PARECER: Contrário ao Projeto e à Emenda apresentada na Comissão

Sala 10 - Anexo II

Horário: 10:00 horas

**PAUTA Nº 24/93****REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUTIR A PORTARIA 647/93, DO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**TEMA:** Reunir elementos conclusivos para a emissão do Parecer Final da Portaria 647/93 do Ministério das Comunicações, sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PARTICIPANTES:**

- Representante das empresas requerentes;
- Representante das empresas julgadas beneficiadas;
- Secretário Executivo do Ministério das Comunicações;
- Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e
- Representante da ABINE

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

LOCAL: Sala 1, Anexo II

HORÁRIO: 10 h

**PAUTA Nº 53/93  
(REMANESCENTE)**

**A - Proposições sujeitas à apreciação pelo Plenário da Casa:**

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 1) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PL Nº 2.957-A/92 - que**  
"determina a obrigatoriedade da participação do  
Ministério Público nos processos envolvendo litígio pela  
posse da terra".

**RELATOR:** Deputado HÉLIO BICUDO

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica  
legislativa e, no mérito, pela aprovação, com  
subemenda

**VISTA:** concedida ao Deputado LUIZ MÁXIMO em 11/08/93,  
que devolveu a proposição reservando-se o direito  
de pronunciar-se sobre a matéria durante a  
discussão na Comissão.

**VOTO EM SEPARADO:** O Deputado HELVÉCIO CASTELLO manifestou-  
se pela const., jurid., boa técnica le-  
gislativa e, no mérito, pela aprovação  
do substitutivo apresentado em Plenário  
ao PL 2.957-A/92, com conseqüente rejei-  
ção da subemenda supressiva do Relator.

**PAUTA Nº 58/93  
(REMANESCENTE)****A - Proposições sujeitas à apreciação pelo Plenário da Casa:  
TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 1) **CONSULTA Nº 6/93** - da Presidência da Câmara dos Deputados - que "solicita a manifestação da Comissão de Constituição de Justiça e de Redação sobre declaração de vacância de mandato por incidência do disposto no art. 54, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal, em função da diplomação do titular em outro cargo eletivo".

**RELATOR:** Deputado VITAL DO RÊGO

**PARECER:** pela incompatibilidade na titularidade de mais de uma mandato público eletivo

**VISTA:** CONJUNTA, concedida aos Deputados JOSÉ BURNETT, HÉLIO BICUDO e HELVÉCIO CASTELLO em 25/08/93. O Deputado HELVÉCIO CASTELO apresentou voto em separado no sentido de responder à Consulta nº 6/93 negando a possibilidade jurídica de declaração de vacância da cadeira do Deputado RICARDO MURAD; no mesmo sentido manifestou-se o Deputado JOSÉ BURNETT

**PAUTA Nº 58/93  
(REMANESCENTE)****A - Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa:****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 1) **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 166/93** - da Mesa - que "define os serviços ou atividades essenciais na Câmara dos Deputados, para fins do disposto no art. 9º, §§ 1º 2º da Constituição Federal".

**RELATOR:** Deputado PRISCO VIANA

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda

**VISTA:** O Deputado HÉLIO BICUDO que pedira vista, devolveu a proposição apresentando voto em separado pela inconstitucionalidade e injuridicidade

**PAUTA Nº 62/93****A - Procedimento Definido pelo art. 24º do Regimento Interno:**

- 1) **REPRESENTAÇÃO SEM Nº/93** - do Sr. Presidente da Câmara - que "encaminha representação contra o Senhor Deputado Federal JAIR BOLSONARO, para que se aplique a sanção cabível por ofensa ao decoro parlamentar".

**RELATOR:** Deputado MENDES RIBEIRO

**PARECER:** pelo arquivamento da Representação

**PAUTA Nº 64/93**

**(REMANESCENTE)**

**A - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões.****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 5) **PROJETO DE LEI Nº 3.677/93** - do Sr. Jackson Pereira - que "revoga a Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público".

**RELATOR:** Deputado ARY KARA

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

**VISTA:** concedida ao Dep. LUIZ MÁXIMO em 29/09/93, que devolveu a proposição sem manifestação.

**PAUTA Nº 71/93****A - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões.****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 1) **PROJETO DE LEI Nº 2.938/92** - do Sr. Ulysses Guimarães - que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB".

**RELATOR:** Deputado NELSON JOBIM

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa deste, dos PLs nºs 1.301/91, 1.773/89, 1.621/91 e 3.515/93, apensados e da emenda apresentada na Comissão

No mérito pela aprovação deste, da emenda apresentada na Comissão e pela rejeição dos PLS apensados, com emendas.

VISTA: O Deputado LUIZ MÁXIMO, que pedira vista em 29/09/93, devolveu a proposição reservando-se o direito de se pronunciar quando da discussão da matéria.

**PAUTA Nº 74/93  
(REMANESCENTE)**

**B - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões:**

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 7) PROJETO DE LEI Nº 1.002/91 - do Sr. Paulo Ramos - que "altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, com as modificações posteriores".

RELATOR: Deputado JESUS TAJRA

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

VISTA: concedida ao Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL em 28/04/92, que devolveu a proposição sem manifestação em 24/09/93

**PAUTA Nº 77/93**

**A - Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa.**

**URGENTE**

- 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 330/93 - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 258/93-PE) - que "aprova o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, em 21 de julho de 1992".

RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 2) **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 341/93** - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 388/93-PE) - que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Turística, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, em 26 de março de 1993".

RELATOR: Deputado FELIPE NÉRI

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda

#### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 3) **EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PDL Nº 159-A/92** - que "dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal".

RELATOR: Deputado VITAL DO RÊGO

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

#### B - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões.

#### PRIORIDADE

- 4) **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 314/93** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Mensagem nº 314/93-PE) - que "aprova o ato que outorga permissão à Televisão Cidade Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Mato Grosso".

RELATOR: Deputado GASTONE RIGHI

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 5) **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334/93** - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Mensagem nº 304/92-PE) - que "aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio Panati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Patos, Estado da Paraíba".

RELATOR: Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa



**PAUTA Nº 78/93****A - Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa.****URGENTE**

- 1) **SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PL Nº 3.019-B/92** - que estende aos educandos das APAES e aos educandos que recebam atendimento especializado o disposto nos artigos 1º, 4º e 5º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e dá outras providências”.

**RELATOR:** Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

**TRAMITAÇÃO ESPECIAL (art. 95, § 8º, do R.I.)**

- 2) **RECURSO Nº 51/92** - do Sr. Luiz Eduardo - que “requer seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação sobre decisão de Questão de Ordem, proferida na sessão plenária de 06 de março de 1992, que permitiu a aprovação parcial de emenda do Senado oferecida em função revisora ao Projeto de Lei nº 2.747-C, de 1992, que dispõe sobre política nacional de salários”.

**RELATOR:** Deputado JOSÉ GENÓINO

**PARECER:** pelo não acolhimento do recurso

**PRIORIDADE**

- 3) **PROJETO DE LEI Nº 1.627/89** - do Sr. César Maia - que “regulamenta o que dispõe o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, acerca dos critérios para ocupação dos cargos em comissão e das funções de confiança”.

**RELATOR:** Deputado ROBERTO MAGALHÃES

**PARECER:** pela inconstitucionalidade deste e do PL nº 1.835/89, apensado

- 4) **PROJETO DE LEI Nº 5.806/90** - do Senado Federal (PLS nº 343/89) - que “regulamenta o exercício da profissão de desenhista e dá outras providências”.

**RELATOR:** Deputado BENEDITO DOMINGOS

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL nº 2.535/92, apensado, com emendas a este último

#### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 5) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PL Nº 2.072-A/89 - que e "regulamenta a profissão de arqueólogo e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado REDITÁRIO CASSOL

**PARECER:** pela prejudicialidade das emendas

- 6) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PL Nº 2.998-A/89 - que "introduz alterações nos arts. 660, 662 e 663 da Consolidação das Leis do Trabalho".**

**RELATOR:** Deputado NILSON GIBSON

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 7) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PL Nº 3.014-A/89 - que e "altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências".**

**RELATOR:** Deputado BENEDITO DOMINGOS

**PARECER:** pela injuridicidade e falta de técnica legislativa

- 8) PROJETO DE LEI Nº 3.941/93 - do Sr. Carlos Azambuja - que "institui, em caráter permanente, a Hora Brasileira de Verão - HBV, e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado NELSON TRAD

**PARECER:** pela oitiva da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Minas e Energia

#### **PAUTA Nº 79/93**

**A - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões:**

#### **PRIORIDADE**

- 1) PROJETO DE LEI Nº 3.803/93 - do Poder Executivo (Mensagem nº 255/93) - que "altera os dispositivos do**

**Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar".**

**RELATOR:** Deputado NELSON JOBIM

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

- 2) PROJETO DE LEI Nº 3.810/93 - do Poder Executivo (Mensagem nº 237/93) - que altera os dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de execução".**

**RELATOR:** Deputado NELSON JOBIM

**PARECER:** pela const., jurid. e téc. legislativa deste e das emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação deste e rejeição das emendas

#### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 3) PROJETO DE LEI Nº 442/91 - do Sr. Renato Vianna - que "revoga os dispositivos legais que menciona, referentes à prática do jogo do bicho".**  
(apensos os Projetos de Lei nºs 1.101, 1.176 e 1.212, de 1991)

**RELATOR:** Deputado DÉRCIO KNOP

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 1.101, 1.176 e 1.212, de 1991, apensados, nos termos do Substitutivo apresentado.

**VISTA: CONJUNTA:** concedida aos Deputados ARMANDO VIOLA, EDÉSIO PASSOS e NILSON GIBSON em 01/09/93. Os Deputados ARMANDO VIOLA e NILSON GIBSON apresentaram voto em separado pela constitucionalidade, jurid cidade e técnica legislativa das proposições e, no mérito, pela aprovação do PL nº 442/91, na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator.

- 4) PROJETO DE LEI Nº 534-B/91 - do Sr. José Carlos Coutinho - que "dispõe sobre passe livre aos deficientes visuais, no sistema de transportes coletivo público".**

**RELATOR:** Deputado ÉDEN PEDROSO

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes

- 5) PROJETO DE LEI Nº 1.058-A/91 - do Sr. Maurici Mariano - que "concede às cooperativas de trabalho a preferência na obtenção de contratos públicos e dá outras providências".

RELATOR: Deputado GERSON PERES

PARECER: pela inconstitucionalidade deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

- 6) PROJETO DE LEI Nº 1.978-A/91 - do Sr. Edison Fidelis - que "altera os arts. 846, 847 e 848, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados na audiência inaugural das Juntas de Conciliação e Julgamento".

RELATOR: Deputado BENEDITO DE FIGUEIREDO

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 7) PROJETO DE LEI Nº 2.058-B/91 - do Sr. Neuto de Conto - que "introduz modificação no Plano Nacional de Viação, incluindo o trecho rodoviário que especifica".

RELATOR: Deputado JOSÉ DUTRA

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 8) PROJETO DE LEI Nº 2.581-A/92 - do Sr. José Maria Eymael - que "revoga artigos do Título V da CLT que tratam da organização sindical".

RELATOR: Deputado ARY KARA JOSÉ

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 9) PROJETO DE LEI Nº 3.123-A/92 - do Sr. José Maria Eymael - que "dispõe sobre o prazo de publicação, pelo Departamento da Receita Federal, dos modelos de Declaração do Imposto de Renda".

RELATOR: Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Finanças

PAUTA Nº 80/93

**A - Redações Finais.**

RELATOR: Deputado NILSON GIBSON

- 1) PROJETO DE LEI Nº 4.782/90 - do Poder Executivo ( Mensagem nº 144/90-PE) - que "dispõe sobre a capacidade jurídica da mulher, mediante alterações na Lei de Introdução ao Código Civil e no Código Civil".
- 2) PROJETO DE LEI Nº 4.881/90 - Do Senado Federal (PLS nº 260/89) - que "dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e dá outras providências".
- 3) PROJETO DE LEI Nº 429-A/91 - do Sr. Eraldo Trindade - que "dispõe sobre a prestação de serviço militar inicial em órgãos federais responsáveis pelas ações de fiscalização e proteção de reservas florestais".
- 4) PROJETO DE LEI Nº 1.140-A/91 - do Sr. Jamil Haddad - que "veda a destinação de recursos e auxílios públicos que especifica".
- 5) PROJETO DE LEI Nº 3.157-A/92 - do Poder Executivo (Mensagem nº 526/92) - que "dá nova redação ao § 2º do art. 1º da Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992".

**PAUTA Nº 81/93****A - REDAÇÕES FINAIS:**

RELATOR: Deputado NILSON GIBSON

- 1) PROJETO DE LEI Nº 4.596/90 - do Sr. Elias Murad - que "modifica a redação da alínea "a" do § 4º do art. 654 da CLT, que estabelece as condições para inscrição no concurso para ingresso na magistratura do trabalho".
- 2) PROJETO DE LEI Nº 217-A/91 - do Sr. Roberto Jefferson - que "dispõe sobre inspeção em barragens e obras de arte".
- 3) PROJETO DE LEI Nº 1.104-A/91 - do Sr. Eduardo Jorge e Sra. Sandra Srtarling - que "dá nova redação ao inciso II do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho".

- 4) PROJETO DE LEI Nº 1.382-A/91 - do Sr. Edson Silva - que "proíbe as instituições oficiais de crédito a conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS".
- 5) PROJETO DE LEI Nº 1.620-A/91 - do Sr. Vadão Gomes - que "cria o ticket café com leite para os bóias-frias".
- 6) PROJETO DE LEI Nº 1.701-A/91 - do Sr. Sidney de Miguel - que "cria a Estação Ecológica da Ilha do Medo, na ilha de mesmo nome, Município de Itaparica".
- 7) PROJETO DE LEI Nº 2.223-A/91 - do Sr. Nelson Bornier - que "institui o Dia do Petroquímico".
- 8) PROJETO DE LEI Nº 2.525-A/92 - do Sr. Cunha Bueno - que "inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social".
- 9) PROJETO DE LEI Nº 3.126-A/92 - do Sr. Luiz Carlos Santos - que "acrescenta § 5º ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho integrando ao salário, para todos os fins, o adicional noturno pago habitualmente".

#### PAUTA Nº 82/93

A - Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa:

#### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 1) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PL Nº 1.040-A/88 - que "assegura ao locatário o direito de participar das reuniões de condomínio".

RELATOR: Deputado AUGUSTO FARIAS

PARECER: pela anti-regimentalidade das emendas oferecidas em Plenário

- 2) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PL Nº 3.807-A/89 - que "dispõe sobre a adição de extrato de ipeca (nauseante e vomitivo) aos produtos à base de codeína e zipeprol a

fim de impedir o seu uso abusivo como "droga", em dose alta".

RELATOR: Deputado MESSIAS GÓIS

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269/93 - do Sr. Adroaldo Streck - que "estabelece critérios para, a juízo do Congresso Nacional, homologar os atos de renovação de concessão ou permissão de emissoras de rádio e televisão".

RELATOR: Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

**B - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões:**

**PRIORIDADE**

- 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/93 - da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Mensagem nº 193/90-PE) - que "aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Rural S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado JOFRAN FREJAT

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/93 - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 292/90-PE) - que "aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado ANTÔNIO DOS SANTOS

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 6) PROJETO DE LEI Nº 1.177-A/91 - do Sr. Laprovita Vieira - que "dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado BENEDITO DE FIGUEIREDO

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Trabalho

- 7) **PROJETO DE LEI Nº 2.267-A/91** - do Sr. José Fortunati - que "acrescenta § 2º ao art. 860 da Consolidação das Leis do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado JOSÉ DIRCEU

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo

- 8) **PROJETO DE LEI Nº 2.407-A/91** - do Sr. Jackson Pereira - que "dispõe sobre a indexação de contratos em geral".

**RELATOR:** Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda

#### **PAUTA Nº 103/93**

#### **A - Proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Casa:**

##### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 1) **EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PL Nº 3.298-A/89** - que "introduz dispositivos na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta".

**RELATOR:** Deputado MENDES RIBEIRO

**PARECER:** pela injuridicidade e falta de técnica legislativa

- 2) **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116/92** - do Sr. Luciano Pizzatto - que "institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a situação ambiental brasileira".

**RELATOR:** Deputado OSVALDO MELO

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

#### **B - Proposições suj. à apreciação conclusiva das Comissões:**



**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 3) **PROJETO DE LEI Nº 4.775-A/90** - da Sra. Rita Camata - que "dá nova redação ao caput do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho".  
(apenso o Projeto de Lei nº 1.572/91)

**RELATOR:** Deputado MESSIAS GÓIS

**PARECER:** pela prejudicialidade deste e do PL nº 1.572/91, apensado.

- 4) **PROJETO DE LEI Nº 5.017-A/90** - do Sr. Paulo Delgado - que "acrescenta inciso ao art. 659 da Consolidação das Leis do Trabalho - Concessão de Liminar pelo Juiz do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado JOSÉ DUTRA

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo

- 5) **PROJETO DE LEI Nº 489-A/91** - do Sr. Costa Ferreira - que "altera a redação do § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado TARCÍSIO DELGADO

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

- 6) **PROJETO DE LEI Nº 1.727-B/91** - do Sr. Paulo Portugal - que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares".

**RELATOR:** Deputado MESSIAS GÓIS

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das emendas oferecidas pela Comissão de Def. do Consumidor, M.Ambiente e Minorias e das emendas oferecidas pela Comissão de Minas e Energia

- 7) **PROJETO DE LEI Nº 3.835/93** - do Sr. Edmar Moreira - que "altera a redação do art. 20 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, determinando condições de sigilo na condução do inquérito policial".

**RELATOR:** Deputado MESSIAS GÓIS

**PARECER:** pela inconstitucionalidade

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Local: Anexo II, Sala, 13

Horário: 10:00h

## PAUTA Nº 21/93

### A) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS E RELATÓRIOS EM GERAL:

01) Requerimento dos Deputados JOSÉ FELINTO E CARLOS SCARPELINI, que propõe a convocação do Diretor Superintendente da FIAT do Brasil S/A, Engenheiro Pacífico Paoli, para depor em reunião de audiência pública sobre as várias denúncias de lesão ao consumidor.

02) Requerimento do Deputado MARCO PENAFORTE propondo a realização de reunião de audiência pública com representantes de órgãos/entidades governamentais e não governamentais ligadas à defesa do consumidor consorciado, com o objetivo de discutir proposta de legislação para os consórcios.

03) Requerimento do Deputado SIDNEY DE MIGUEL propondo a realização de reunião audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 239, de 1987 - do Poder Executivo - que "dispõe sobre a escolha de locais para depósito intermediário seletivo de rejeitos radioativos e dá outras providências", e das proposições a ele apensadas: Projeto de Lei nº 4.017/89 - do Sr. Vladimir Palmeira - que "dispõe sobre a instalação e o funcionamento de reatores nucleares e de depósitos de dejetos radioativos"; Projeto de Lei nº 1.300, de 1991 - do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame - que "dispõe sobre a escolha de locais para depósito intermediário seletivo de rejeitos radioativos e dá outras providências".

04) Requerimento da Deputada SANDRA STARLING propondo a realização de reunião de audiência pública com as Sras. Elisa Martins Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; Maria Lúcia Scarpelli, do PROCOM de Belo Horizonte; e Doutor Antônio Joaquim Fernandes Neto, Promotor de Justiça de Belo Horizonte, para prestarem esclarecimentos sobre a atuação dos PROCON's em nível Municipal, Estadual e Federal e iniciar debate sobre a municipalização dos mesmos.

**B) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:****URGENTE**

05) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 260/93 - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 847/92) - que "aprova os textos do Convênio Constitutivo e do de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, celebrado, em princípio, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e os países doadores, entre os quais o Brasil, em 11 de fevereiro de 1992".

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN

Parecer: FAVORÁVEL

06) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 272/93 - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 132/93) - que "aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992".

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN

Parecer: FAVORÁVEL

07) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 284/93 - da Comissão de Relações Exteriores (Mensagem nº 82/93) - que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992."

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN

Parecer: FAVORÁVEL

**PRIORIDADE**

08) EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 8.606-A/86 - do Senado Federal (PLS nº 221/85) - que "dispõe sobre isenção do Imposto territorial Rural para propriedades até 300 hectares na Amazônia Legal".

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN

Parecer: Favorável, com subemenda

Vista: O Deputado EDINHO FERRAMENTA que pediu Vista, devolveu o Projeto sem manifestação escrita

09) PROJETO DE LEI Nº 3.491/93 - do Senado Federal (PLS nº 274/91) - que "dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências".

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN  
Parecer: Favorável, com emendas

#### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

10) PROJETO DE LEI Nº 1.646/89 - do Sr. Carlos Cardinal - que "dispõe sobre a organização de plebiscito para a aprovação de obras públicas ou particulares que possam prejudicar a ecologia".

Relator: Deputado NÓBEL MOURA

Parecer: Contrário a este e ao de nº 792/91, apensado

#### C) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:

#### PRIORIDADE

11) PROJETO DE LEI Nº 1.444/91 - do Senado Federal (PLS nº 79/91) - que "dispõe sobre o reflorestamento com a espécie 'Araucária Angustifolia Brasiliensis', nas regiões do planalto meridional dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

Relator: Deputado LUCIANO PIZZATTO

Parecer: Favorável, com substitutivo

Vista: O Deputado Sidney de Miguel que pediu vista; apresentou voto em separado favorável ao substitutivo do Relator, com subemendas

12) PROJETO DE LEI Nº 1.817/91 - do Senado Federal (PLS nº 142/91) - que "dispõe sobre a destinação das multas e indenizações decorrentes de danos ao meio ambiente".

Relatora: Deputada LÚCIA VÂNIA

Parecer: Favorável a este, com emendas, à emenda nº 1/91 apresentada na Comissão e contrário ao Projeto de Lei nº 1.684/91, apensado

13) PROJETO DE LEI Nº 6.061/90 - dos Srs. Haroldo Saboia e Nelson Friedrich - que "regulamenta o parágrafo 6º do artigo 225 da Constituição Federal, dispondo sobre a localização de usinas que operem com reator nuclear".

Relator: Deputado SIDNEY DE MIGUEL

Parecer: FAVORÁVEL

## TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

14) PROJETO DE LEI Nº 1.708/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "dispõe sobre a proibição de lançamento de esgotos e lixo em cursos de água naturais e artificiais".

Relator: Deputado SIDNEY DE MIGUEL

Parecer: Favorável, com emendas e contrário às emendas nºs 1/91, 2/91 e 3/91, apresentadas na Comissão

15) PROJETO DE LEI Nº 2.082-A/91 - do Sr. Sidney de Miguel - que "dispõe sobre a proteção da fauna silvestre e dá outras providências".

Relator: Deputado JOSÉ FORTUNATI

Parecer: Favorável, com substitutivo

16) PROJETO DE LEI Nº 2.260-A/91 - do Sr. Fernando Carrion - que "cria o Programa de Correção dos Solos Brasileiros - PCSB, e dá outras providências

Relator: Deputado LAERTE BASTOS

Parecer: Favorável, na forma do texto final da Comissão de Agricultura e Política Rural, com emenda

17) PROJETO DE LEI Nº 2.697/92 - do Sr. José Maria Eymael - que "estabelece incentivos ao desenvolvimento de projetos relativos à preservação e ao uso sustentado do meio ambiente".

Relator: Deputado FÁBIO FELDMANN

Parecer: Favorável, com substitutivo

Obs.: O Deputado SIDNEY DE MIGUEL apresentou dez destaques

18) PROJETO DE LEI Nº 2.862/92 - do Sr. Neuto de Conto - que "cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal da Pequena Propriedade Rural".

Relator: Deputado MARCOS MEDRADO

Parecer: Favorável a este e pela incompetência da Comissão para se pronunciar sobre as emendas nºs 1 a 4/92, apresentadas na Comissão

19) PROJETO DE LEI Nº 3.370/92 - do Sr. Antonio de Jesus - que "concede incentivo a dispêndios com educação ecológica, para fins de determinação do imposto de renda".

Relator: Deputado JOSÉ FORTUNATI

Parecer: CONTRÁRIO

Vista: O Deputado SIDNEY DE MIGUEL que pediu vista, devolveu o Projeto sem manifestação escrita

20) PROJETO DE LEI Nº 3.391/92 - do Sr. Mendonça Neto - que "dispõe sobre a extinção do sistema de consórcios para aquisição de bens imóveis e de bens móveis duráveis."

Relatora: Deputada ZILA BEZERRA

Parecer: CONTRÁRIO

21) PROJETO DE LEI Nº 3.689/93 - do Sr. Ibrahim Abi-Ackel - que "dá nova redação ao inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.002, de 14 de março de 1990, que 'dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor'".

Relator: Deputado JOSÉ FORTUNATI

Parecer: CONTRÁRIO

22) PROJETO DE LEI Nº 3.860/93 - do Sr. Sérgio Cury - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação de tecido e calçado do tipo popular, pelas indústrias do ramo, e dá outras providências."

Relator: Deputado MARCOS MEDRADO

Parecer: CONTRÁRIO

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Local: Sala 19, Anexo II

Horário: 9h

### PAUTA Nº 9/93

#### A - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:

#### PRIORIDADE

- 1) EMENDAS DO SENADO AO PL. Nº 3.464-B, DE 1992, - que "dá nova redação ao art. 81, da Lei nº 8237, de 30 de setembro de 1991".

RELATOR: Deputado FÁBIO MEIREILLES

PARECER: Favorável

#### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 2) PROJETO DE LEI Nº 4.034/93 - da Sra. Raquel Cândido - que "dispõe sobre controle e fiscalização de operações financeiras cujos recursos apresentem indícios de irregularidade e coíbe a lavagem de dinheiro decorrente do narcotráfico".

RELATOR: Deputado JOSÉ DIRCEU

PARECER: Contrário

**B - PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:****TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 3) **PROJETO DE LEI Nº 1.337-A/91** - do Sr. Paulo Ramos - que "restabelece direitos aos servidores militares que se encontrem e/ou passarem para a inatividade".

**RELATOR:** Deputado **ALACID NUNES**

**PARECER:** Contrário a este e ao de nº 1.525/91 apensado

- 4) **PROJETO DE LEI Nº 4.000/93** - do Sr. Eduardo Jorge - que "institui o Serviço Civil Profissional e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado **WERNER WANDERER**

**PARECER:** Favorável

- 5) **PROJETO DE LEI Nº 4.012/93** - da Sra. Benedita da Silva - que "autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, delegacias especializadas em crimes raciais e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado **ROBERTO MAGALHÃES**

**PARECER:** Contrário

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

**REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**LOCAL:** SALA 15, Anexo II

**HORÁRIO:** 10h

**TEMA:** Exposição e debates sobre a matéria de que trata o Projeto de Lei nº 3.901/93, de autoria do Sr. Eduardo Jorge, que "dispõe sobre a prevenção do uso indevido de drogas".

**CONVIDADO:** Ministro de Estado da Justiça, DR. MAURÍCIO CORRÊA, que designou, para representá-lo, o DR. NELSON MASSINI, Assessor do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN.

**AVISO Nº 49/93**

**PRAZO PARA RECEBIMENTO DE DESTAQUES**

Início: 22/10/93  
Término: 28/10/93

Local: Anexo II, sala 15  
Horário: 9h às 12h e 14h às 18h30

**A PROPOSIÇÃO ABAIXO SOMENTE RECEBERÁ DESTAQUES APRESENTADOS POR MEMBROS DA COMISSÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº 3.117/92 - do Sr. Antonio de Jesus - que "veda ao Poder Público o patrocínio de atividades carnavalescas".**

**RELATOR: Deputado Alvaro Valle**  
**PARECER: contrário**

**AVISO Nº 50/93**

**PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS**

Início: 26/10/93  
Término: 01/11/93

Local: Anexo II, sala 15  
Horário: 9h às 12h e 14h às 18h30

**PROJETO DE LEI Nº 4.213/93 - do Sr. Aldir Cabral - que "acrescenta parágrafo ao artigo 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, e dá outras providências".**

**RELATOR: Deputado Fábio Raunheitti**



# COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

LOCAL: SALA 5, ANEXO II - Horário: 10 h

PAUTA Nº 16/93

## A - RELATÓRIOS:

1) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 78/93 - do Sr. Jackson Pereira - que "propõe que a Comissão de Finanças e Tributação requeira ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria especial, para apurar irregularidade em licitação para construção do Hospital Municipal de Cacoal, no Estado de Rondônia".

RELATOR: Deputado José Aníbal

PARECER: pela implementação do relatório prévio

2) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 80/93 - do Sr. Jackson Pereira - que "propõe que a Comissão de Finanças e Tributação, na forma regimental e de conformidade com a legislação vigente, desenvolva trabalho para analisar os procedimentos adotados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nos processos abertos para apurar irregularidades praticadas no mercado de capitais".

RELATOR: Deputado José Aníbal

PARECER: pela implementação do relatório prévio

## B - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:

### URGÊNCIA

3) EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.713-D/93 - que "cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Germano Rigotto

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária das Emendas

**PRIORIDADE**

**4) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 845-A/88 -** que "autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a alienar os imóveis que menciona".

**RELATOR:** Deputado Luiz Carlos Hauly

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

**5) PROJETO DE LEI Nº 3.404/92 -** da Comissão de Agricultura e Política Rural - que "cria o Fundo de Apoio à Pesquisa e à Extensão Rural (FAPER) e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado Sérgio Guerra

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com duas emendas

**VISTA:** o Deputado Jackson Pereira devolveu o Projeto apresentando voto em separado, pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**6) PROJETO DE LEI Nº 1.147/88 -** do Poder Executivo (MSG Nº 473/88) - que "modifica a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976".

**RELATOR:** Deputado Sérgio Guerra

**PARECER:** pela aprovação, com substitutivo

**VISTA:** o Deputado Basílio Villani devolveu o projeto, apresentando voto em separado pela aprovação, com substitutivo

**7) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.267-A/89 -** que "dispõe sobre as medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimento e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado Flávio Rocha

**PARECER:** pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3 e 5; e pela rejeição da de nº 4

**8) SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 2.482-B/89 - que "cria e regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Éden Pedroso

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

**VISTA:** o Deputado Jackson Pereira devolveu o projeto sem manifestação escrita

**9) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.930-A/89 - que "isenta de imposto a importação de material médico e odontológico, para utilização em procedimentos clínicos, de pesquisas e terapêutico e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Fernando Freire

**PARECER:** pela aprovação

**10) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 4.241-B/89 - que "estabelece, na forma do art. 153, § 2º, item II, da Constituição Federal, os termos e limites da imunidade fiscal das pensões e dos proventos percebidos pelos maiores de sessenta e cinco anos de idade".**

**RELATOR:** Deputado Pedro Novais

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 2, 4 e 6, e pela rejeição das de nºs 3, 5 e 7

**11) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133/92 - do Sr. Munhoz da Rocha - que "altera o artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, ampliando os casos de saque dos valores do PIS-PASEP".**

**RELATOR:** Deputado Geddel Vieira Lima

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**VISTA:** o Deputado Francisco Dornelles devolveu o Projeto sem manifestação escrita

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**12) PROJETO DE LEI Nº 2.613/89** - do Sr. Haroldo Lima - que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI na aquisição de caminhões pelos caminhoneiros profissionais autônomos".

**RELATOR:** Deputado Luís Roberto Ponte

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e dos PL nºs 2.575/92 e 2.636/92, apensados, e, no mérito, pela rejeição

**13) PROJETO DE LEI Nº 3.028/89** - do Sr. José Santana de Vasconcelos - que "acrescenta parágrafo 3º ao artigo 458 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado Éden Pedroso

**PARECER:** reformulado, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo

**C - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:**

**PRIORIDADE**

**14) PROJETO DE LEI Nº 4.243-C/89** - do Senado Federal (PLS Nº 112/88) - que "concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos, nas condições que especifica".

**RELATOR:** Deputado Pedro Novais

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com emenda, e da emenda apresentada na Comissão; com adoção da Subemenda da CCJR e da emenda da CTASP

**15) PROJETO DE LEI Nº 4.581-B/90 - do Senado Federal (PLS nº 158/89) - que "dispõe sobre o Fundo Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Haley Margon

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**16) PROJETO DE LEI Nº 3.769/93 - do Senado Federal (PLS Nº 251/91) - que "dispõe sobre a remuneração dos recursos transferidos pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios ou aos órgãos e entidades por eles controlados e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Félix Mendonça

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

**17) PROJETO DE LEI Nº 3.528-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**18) PROJETO DE LEI Nº 3.530-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**19) PROJETO DE LEI Nº 3.531-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**20) PROJETO DE LEI Nº 3.532-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**21) PROJETO DE LEI Nº 3.533-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**22) PROJETO DE LEI Nº 3.534-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**23) PROJETO DE LEI Nº 3.535-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**24) PROJETO DE LEI Nº 3.536-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**25) PROJETO DE LEI Nº 3.537-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**26) PROJETO DE LEI Nº 3.538-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**27) PROJETO DE LEI Nº 3.539-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**28) PROJETO DE LEI Nº 3.540-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**29) PROJETO DE LEI Nº 3.541-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**30) PROJETO DE LEI Nº 3.542-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**31) PROJETO DE LEI Nº 3.543-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

**32) PROJETO DE LEI Nº 3.544-A/93 - do Tribunal Superior do Trabalho - que "cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária

#### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

**33) PROJETO DE LEI Nº 185/91 - do Sr. Inocêncio Oliveira - que "dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982, estendendo aos representantes comerciais e praticistas os mesmos benefícios proporcionados aos motoristas de táxi".**

**RELATOR:** Deputado Luís Roberto Ponte

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PL nºs 324/91, 719/91, 1.193/91 e 1.194/91, apensados; pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.890/93, apensado, e, no mérito, pela rejeição



**34) PROJETO DE LEI Nº 1.041/91 - da Sra. Lúcia Braga - que "acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço".**

**RELATOR:** Deputado José Dirceu

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária, com emendas

**VISTA:** o Deputado Francisco Dornelles devolveu o projeto, apresentando voto em separado, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda

**35) PROJETO DE LEI Nº 1.330-A/91 - do Sr. José Felinto - que "cria área de livre comércio no município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná".**

**RELATOR:** Deputado José Aníbal

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto e do PL nº 2.527/92, apensado

**36) PROJETO DE LEI Nº 2.004/91 - do Sr. Munhoz da Rocha - que "altera a redação do artigo 2º e revoga a parte final do artigo 8º da Lei 8.199, de 28 de junho de 1991, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Luís Roberto Ponte

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do projeto e do apensado de nº 4.185/93

**37) PROJETO DE LEI Nº 2.083/91 - do Sr. José Augusto Curvo - que "isenta dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados, os instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado Luís Roberto Ponte

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição, do projeto e dos apensados de nºs 3.361/92 e 2.578/92, das emendas apresentadas na Comissão e pela declaração de prejudicialidade do PL nº 3.056/92, apensado

**38) PROJETO DE LEI Nº 2.241-A/91 - do Sr. Fetter Júnior - que "assegura preferência de venda de imóvel rural ao pequeno proprietário, na forma que especifica".**

**RELATOR:** Deputado Otto Cunha

**PARECER:** pela rejeição

**39) PROJETO DE LEI Nº 2.393-A/91 - da Sra. Márcia Cibilis Viana - que "dispõe sobre incentivos à pesquisa agropecuária na área de produção de alimentos básicos".**

**RELATOR:** Deputado Paulo Mandarino

**PARECER:** pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**40) PROJETO DE LEI Nº 2.427-B/91 - do Sr. Luiz Soyer - que "dispõe sobre o financiamento do seguro-desemprego, regulando a complementação do respectivo fundo pelas empresas de maior rotatividade da mão-de-obra, na forma do artigo 239, caput, e parágrafo 4º da Constituição Federal".**

**RELATOR:** Deputado Éden Pedroso

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com adoção do substitutivo da CTASP

**41) PROJETO DE LEI Nº 2.519/92 - do Sr. Jackson Pereira - que "torna obrigatório o registro do valor real nas transações de bens e dá outras providências".**

**RELATOR:** Deputado MUSSA DEMES

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**42) PROJETO DE LEI Nº 2.565-A/92 - do Sr. Avelino Costa - que "concede redução de contribuição previdenciária aos empregadores que especifica".**

**RELATOR:** Deputado Félix Mendonça

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

**VISTA:** o Deputado Sérgio Gaudenzi devolveu o projeto sem manifestação escrita

**43) PROJETO DE LEI Nº 2.746/92 - do Sr. Jackson Pereira - que**  
"dispõe sobre os prazos para apreciação das contas do Presidente da República, Governadores de Estados e Prefeitos Municipais".

RELATOR: Deputado MUSSA DEMES

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito,  
pela aprovação

**44) PROJETO DE LEI Nº 2.866-A/92 - do Sr. Romel Anísio - que**  
"dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE, nos Municípios de São Simão, Estado de Goiás, e Santa Vitória, Estado de Minas Gerais".

RELATOR: Deputado José Aníbal

PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito,  
pela rejeição

**45) PROJETO DE LEI Nº 2.930/92 - do Sr. Germano Rigotto - que**  
"concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, para produtos relacionados à prática de desportos".

RELATOR: Deputado Luís Roberto Ponte

PARECER: pela incompatibilidade orçamentária e, no mérito, pela  
rejeição

**46) PROJETO DE LEI Nº 2.968-A/92 - do Sr. Jório de Barros - que**  
"dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo".

RELATOR: Deputado José Aníbal

PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito,  
pela rejeição

**47) PROJETO DE LEI Nº 3.026-A/92 - do Sr. Max Rosenmann - que**  
"dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE, no Município de Araucária, Estado do Paraná".

RELATOR: Deputado José Aníbal

PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito,  
pela rejeição

**48) PROJETO DE LEI Nº 3.103-A/92** - do Sr. Waldir Guerra. - que "revoga o parágrafo único do artigo 128 do Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União".

RELATOR: Deputado Carlos Kayath

PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**49) PROJETO DE LEI Nº 3.141-A/92** - do Sr. Amaury Müller - que "dispõe sobre o cancelamento dos efeitos de punições por falta ao serviço em decorrência dos movimentos grevistas a que se refere e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Germano Rigotto

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

**50) PROJETO DE LEI Nº 3.239-A/92** - do Sr. Jaques Wagner e outros 8 - que "dá nova redação ao inciso V do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

RELATOR: Deputado Wilson Moreira

PARECER: pela inadequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**51) PROJETO DE LEI Nº 3.938/93** - do Sr. Itsuo Takayama - que "permite o abatimento da Renda Bruta, para efeito de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa física, das despesas que especifica".

RELATOR: Deputado Mussa Deme

PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição

**52) PROJETO DE LEI Nº 3.985/93** - do Sr. Nelson Morro - que "dá nova redação ao caput do artigo 7º e revoga o seu parágrafo 1º da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992".

RELATOR: Deputado Carlos Kayath

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto e rejeição dos PL nºs 3.992/93, 4.006/93 e 4.013/93, apensados

**53) PROJETO DE LEI Nº 3.993-A/93** - do Sr. Jackson Pereira - que "faculta às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real determinarem a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, segundo as regras de determinação da base de cálculo estimada do imposto sobre a renda".

**RELATOR:** Deputado Francisco Dornelles

**PARECER:** pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação

#### **AVISO Nº 26/93**

##### **PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**

**Início:** 25.10.93

**Local:** Sala 2-A, Anexo II

**Término:** 29.10.93

**Horário:** 9h às 12h e 14h às 18h

#### **A) - ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**1) PROJETO DE LEI Nº 3.697-A/93** - da Sra. Maria Laura - que "dispõe sobre a revisão do valor da pensão de servidor público federal civil, cujo óbito tenha ocorrido anteriormente à vigência da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990".

**RELATOR:** Deputado CARLOS KAYATH

#### **B) - MÉRITO**

**2) PROJETO DE LEI Nº 4.160/93** - do Sr. Sidney de Miguel - que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, para bicicletas sem motor e sem dispositivos para troca de marchas".

**RELATOR:** Deputado GERMANO RIGOTTO

**3) PROJETO DE LEI Nº 4.200/93** - do Senado Federal (PLS Nº 149/91) - que "fixa prazo para a entrega dos recursos do PIN e PROTERRA aos fins a que se destinam".

**RELATOR:** Deputado WILSON MOREIRA

**OBS:** As emendas só serão aceitas em formulários próprios, à disposição na Secretaria da Comissão.

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**Local:** Sala nº 21, Anexo II

**Horário:** 10h

**PAUTA Nº 19/93**

## **A - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:**

### **PRIORIDADE**

- 1 - PROJETO DE LEI Nº 5.941/90** - do Senado Federal - que regulamenta o artigo 174, §§ 3º e 4º da Constituição." (Projetos apensados: 1.888/89, 1.951/89, 2.067/89, 5.096/90, 3.172/89, 3.227/89, 6.052/90 e 3.512/93)

**RELATOR:** Deputado RUBEN BENTO

**PARECER:** pela APROVAÇÃO, com substitutivo

**VISTA :** Deputado AVENIR ROSA, que não apresentou manifestação escrita.

## **D - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:**

### **PRIORIDADE**

- 2 - PROJETO DE LEI Nº 2.501/92** - do Poder Executivo (Mensagem nº 48/92) - que "dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear."

**RELATOR:** Deputado MARCOS LIMA

**PARECER:** pela APROVAÇÃO com emendas, pela aprovação da emenda nº 1 e rejeição das de nºs 2, 3 e 4 apresentadas ao projeto.

**VISTA:** Deputado Werner Wanderer

### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 3 - PROJETO DE LEI Nº 1.248/91** - do Sr. Prisco Viana - que "dispõe sobre a fixação e divulgação dos preços de derivados de petróleo e de outros combustíveis e dá outras providências." (Projetos apensados: 1.649/91, 2.053/91)

**RELATOR:** Deputado ELÍSIO CURVO

**PARECER:** pela REJEIÇÃO

**VISTA:** Deputado CARLOS AZAMBUJA

- 4 - PROJETO DE LEI Nº 2.121/91 - do Sr. Osvaldo Bender - que "dispõe sobre a utilização de combustíveis em veículos automotores."**

**RELATOR:** Deputado JÚLIO CABRAL

**PARECER:** pela REJEIÇÃO

**VISTA:** Deputado RUBEN BENTO

- 5 - PROJETO DE LEI Nº 2.283/91 - do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame - que " altera o Código de Águas, permitindo a empresas brasileiras a exploração de potenciais hidrelétricos, bem como aquisição de hidrelétricas paralizadas, nas condições que menciona, e dá outras providências."**

**RELATOR:** Deputado CARLOS CAMURÇA

**PARECER:** pela APROVAÇÃO

**VISTA CONJUNTA:** Deputados AVENIR ROSA, ABELARDO LUPION e ALCIDES MODESTO que não apresentaram manifestação escrita.

- 6 - PROJETO DE LEI Nº 2.321-A/91 - do Sr. Vasco Furlan - que "altera dispositivo da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que estabelece normas complementares para execução do disposto no artigo 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação dada pela Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985."**

**RELATOR:** Deputado VITÓRIO MALTA

**PARECER:** pela APROVAÇÃO com 01(uma) emenda

- 7 - PROJETO DE LEI Nº 3.000/92 - do Sr. Edmar Moreira - que " dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de proteção contra a corrosão em tanques de combustíveis em postos de revenda." (Projeto apensado: 3.950/93)**

**RELATOR:** Deputado JÚLIO CABRAL

**PARECER:** pela APROVAÇÃO do projeto e da emenda nº 01, e REJEIÇÃO das emendas nºs 2, 3 e 4 e do Projeto de Lei nº 3.950/93, apenso.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Local: Sala 2, Anexo II

Horário: 10 horas

### PAUTA Nº 24/93

A) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:

**PRIORIDADE**

1) MENSAGEM Nº 341/93 - do Poder Executivo - que "submete à elevada consideração do Congresso Nacional os textos do Quarto Protocolo Adicional Modificativo da Constituição da União Postal Universal (UPU) e do Regulamento Geral da UPU, firmados pelo Brasil durante o XX Congresso da UPU, realizado em Washington, em dezembro de 1989".

RELATOR: Deputado COSTA FERREIRA

PARECER: Favorável

2) MENSAGEM Nº 345/93 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional proposta de levantamento de reservas opostas pelo Governo brasileiro aos artigos 15, § 4º, e 16, § 1º, alíneas "a", "c", "g" e "h", da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinada, com as referidas reservas, pela República Federativa do Brasil, em 31 de março de 1981, aprovada pelo Congresso Nacional, com as mesmas reservas, pelo Decreto Legislativo nº 93, de 1983, e promulgada pelo Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984".

RELATORA: Deputada ZILA BEZERRA

PARECER :Favorável

3) MENSAGEM Nº 386/93 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Brasília, em 10 de maio de 1993".

RELATOR: Deputado JÓRIO DE BARROS

PARECER: Favorável

4) MENSAGEM Nº 394/93 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 18 de março de 1993".

RELATOR: Deputado HAROLDO SABÓIA

PARECER: Favorável

5) MENSAGEM Nº 448/93 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas existentes no Mundo, assinada pelo Brasil no dia 13 de janeiro de 1993".

RELATOR: Deputado LUIZ HENRIQUE

PARECER: Favorável



6) MENSAGEM Nº 486/93 - do Poder Executivo - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado Constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos, celebrado em Madri, em 7 de outubro de 1992".

RELATOR: Deputado FERNANDO FREIRE

PARECER: Favorável

7) PROJETO DE LEI Nº 4.583/90 - do Senado Federal - que "altera e acrescenta disposições à Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6964, de 9 de dezembro de 1981, que "define a situação Jurídica do Estrangeiro no Brasil e dá outras providências."

(Apenso Pls. Nºs 1601/89, 2322/89, 2421/89, 4260/89, 4692/90, 1159/91, 4692/90 e 3644/93).

RELATOR: Deputado JORGE UEQUED

VISTA CONJUNTA: Deputados José Lourenço, Aroldo Cedraz e Regina Gordilho

8) PROJETO DE LEI Nº 1.813/91 - do Poder Executivo - que "define a situação jurídica do Estrangeiro no Brasil e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JORGE UEQUED.

B) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:

9) PROJETO DE LEI Nº 2.348/91 - do Sr. Deputado Mauro Borges - que "dispõe sobre a experiência a ser obtida na contabilidade e controle de materiais nucleares".

RELATOR: Deputado ARTUR DA TÁVOLA

PARECER: Pela rejeição

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Local: Sala 9, Anexo II

Horário: 10 h

PAUTA Nº 19/93

### A - REQUERIMENTOS:

- 1) Da Deputada RITA CAMATA, solicitando a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.018-A/91, do Poder Executivo, que "institui o

**Regime Especial de Iniciação ao Trabalho para o adolescente de quatorze a dezoito anos".**

- 2) Do Deputado JOSÉ LINHARES, solicitando a realização de segunda Audiência Pública sobre o aborto.**

**B - PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO DA CASA:**

**URGENTE**

- 3) SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.019-A/92 - que "estende aos educandos da APAES e aos educandos que recebam atendimento especializado o disposto nos artigos 1º, 4º e 5º da Lei nº 6.494/77, e dá outras providências".**  
**RELATORA:** Deputada RITA CAMATA.  
**PARECER:** favorável

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 4) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 1.759-A/89 - do Sr. Floriceno Paixão - que "suprime a exigência de idade para a aposentadoria nas entidades de previdência complementar".**  
**RELATOR:** Deputado OLAVO CALHEIROS.  
**PARECER:** favorável.
- 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 203/92 - do Sr. Luiz Carlos Hauly - que "susta Portaria Inter-Ministerial nº 428, de 22 de maio de 1992, dos Ministros da Economia, Fazenda e Planejamento, e da Previdência Social".**  
**RELATOR:** Deputado RENATO JOHNSON.  
**PARECER:** favorável.
- 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244/93 - do Sr. GILVAN BORGES - que "convoca plebiscito sobre eutanásia".**  
**RELATOR:** Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
**PARECER:** contrário.

**C - PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES**

**PRIORIDADE**

- 7) PROJETO DE LEI Nº 3.201/92 - do Poder Executivo (Mensagem nº 583/92) - que "dispõe sobre a aposentadoria especial de que trata o art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991".

RELATOR: Deputado EULER RIBEIRO.

PARECER: favorável, com substitutivo, a este e aos apensos nºs 7.944/86, 1.100/88, 6.073/90, 142/91, 282/91, 344/91, 346/91, 486/91, 701/91, 774/91, 1.246/91, 1.411/91, 1.526/91, 1.654/91, 1.682/91, 1.683/91, 1.836-A/91, 1.995/91, 2.400/91, 3.042/92, 3.185/92 e 3.219/92; favorável à emenda nº 23; favorável parcialmente, nos termos da subemenda, às emendas de nºs: 4, 8, 16, 27, 32 e 40; e contrário às emendas de nºs: 1 a 3, 5 a 7, 9 a 15, 17 a 26, 28 a 31, 33 a 39, e 41 a 46.

**OBS: Encerrada a discussão em 30.06.93, votação da matéria.**

- 8) PROJETO DE LEI Nº 3.105/92 - do Senado Federal (PLS nº 37/92) - que "regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão".

RELATOR: Deputado RENATO JOHNSON.

PARECER: favorável.

VISTA: o Deputado Liberato Caboclo apresentou voto em separado, favorável, com substitutivo.

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 9) PROJETO DE LEI Nº 5.824/90 - do Sr. Victor Faccioni - que "considera depositário infiel, sujeito às cominações legais, o agente de sonegação fiscal de contribuições devidas ao INPS e ao FGTS".

RELATOR: Deputado ROBERTO JEFFERSON.

PARECER: contrário, com a recomendação de audiência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

VISTA: o Deputado WALDOMIRO FIORAVANTE apresentou voto em separado, concordando com o relator.

- 10) PROJETO DE LEI Nº 48/91 - do Sr. Robson Tuma - que "institui o Fundo Nacional de Amparo ao Idoso e à Criança".

RELATORA: Deputada FÁTIMA PELAES.

PARECER: contrário.

VISTA: o Deputado Delcino Tavares apresentou voto em separado, concordando com a relatora.

- 11) PROJETO DE LEI Nº 312/91 - do Sr. Carlos Cardinal - que "institui a obrigatoriedade da realização do teste sorológico para toxoplasmose no exame pré-natal".

RELATORA: Deputada RITA CAMATA.

PARECER: contrário.

- 12) PROJETO DE LEI Nº 620/91 - do Sr. Euler Ribeiro - que "dispõe sobre consentimento esclarecido do paciente".  
RELATOR: Deputado ROBERTO JEFFERSON.  
PARECER: favorável.  
VISTA: a Deputada Fátima Pelaes não apresentou manifestação escrita.
- 13) PROJETO DE LEI Nº 828-A/91 - do Sr. Edson Silva - que "institui Campanha Nacional de Orientação à População sobre a Cólera".  
RELATOR: Deputado DELCINO TAVARES.  
PARECER: favorável a este e contrário ao de nº 2.652/92, apensado.
- 14) PROJETO DE LEI Nº 953/91 - do Sr. Ricardo Murad - que "revoga o parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família".  
RELATOR: Deputado MAURÍLIO FERREIRA LIMA.  
PARECER: favorável.
- 15) PROJETO DE LEI Nº 1.056/91 - do Sr. Rubens Bueno - que "altera a redação do artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, obrigando a inclusão, no rótulo de medicamentos, do número de registro do produto e do laboratório fabricante".  
RELATOR: Deputado SÉRGIO AROUCA.  
PARECER: favorável.
- 16) PROJETO DE LEI Nº 1.133/91 - da Srª Regina Gordilho - que "torna obrigatória a fluoretização do cloreto de sódio (sal de cozinha), pelas indústrias produtoras, em todo o território nacional".  
RELATOR: Deputado MAURÍLIO FERREIRA LIMA.  
PARECER: favorável.
- 17) PROJETO DE LEI Nº 1.207/91 - do Sr. Nelson Marquezelli - que "altera o parágrafo 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto de fermentação".  
RELATOR: Deputado ELIAS MURAD.  
PARECER: favorável, com adoção da emenda apresentada na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.
- 18) PROJETO DE LEI Nº 1.265/91 - do Sr. Valter Pereira - que "dispõe sobre medidas de controle da produção, comercialização e consumo de substâncias utilizadas na produção de entorpecentes, define crimes e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado ELIAS MURAD.  
PARECER: favorável, com substitutivo.
- 19) PROJETO DE LEI Nº 1.272/91 - do Sr. Fernando Diniz - que "destina ao atendimento de obras sociais, parcela deduzida do Imposto de Renda devido".

**RELATOR:** Deputado CLOVIS ASSIS

**PARECER:** favorável, com substitutivo.

**VISTA:** o Deputado Valter Pereira não apresentou manifestação escrita.

- 20) PROJETO DE LEI Nº 1.516/91 - do Sr. Fausto Rocha - que "institui a figura jurídica "vínculo religioso"".

**RELATOR:** Deputado JOSÉ LINHARES.

**PARECER:** contrário.

- 21) PROJETO DE LEI Nº 1.519-A/91 - do Sr. Fausto Rocha - que "dispõe sobre bebidas alcoólicas e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado ANTÔNIO FALEIROS.

**PARECER:** favorável, com substitutivo e com adoção das emendas nºs 01, 02 e 03 ao substitutivo.

- 22) PROJETO DE LEI Nº 1.521/91 - do Sr. José Moura - que "institui o seguro obrigatório por danos pessoais a espectadores de estádios e casas de diversões públicas e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado RENATO JOHNSON.

**PARECER:** favorável, com emendas.

**VISTA:** o Deputado Valter Pereira, apresentou voto em separado, favorável, com subemenda à emenda nº 1 do Relator.

- 23) PROJETO DE LEI Nº 1.523/91 - do Sr. José Carlos Coutinho - que "acrescenta dispositivo ao artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado JOÃO PAULO.

**PARECER:** favorável, com substitutivo, a este e ao de nº 2.602/92, apensado.

- 24) PROJETO DE LEI Nº 1.599/91 - do Sr. Carlos Alberto Campista - que "dá nova redação ao inciso II do artigo 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.

**PARECER:** favorável a este e contrário ao de nº 2.692/92, apensado.

- 25) PROJETO DE LEI Nº 1.626/91 - do Sr. Carlos Lupi - que "cria o Programa Nacional de Prevenção e Combate ao Tabagismo".

**RELATOR:** Deputado ELIAS MURAD.

**PARECER:** favorável, com substitutivo.

- 26) PROJETO DE LEI Nº 1.651/91 - do Sr. José Fortunati - que "proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado PAULO PORTUGAL.

**PARECER:** contrário.

**VISTA:** O Deputado João Paulo apresentou voto em separado, favorável.

- 27) PROJETO DE LEI Nº 1.664/91 - do Sr. Gilvan Borges - que "determina a participação das agremiações brasileiras de futebol na renda líquida da Loteria Esportiva Federal".  
RELATOR: Deputado RENATO JOHNSON.  
PARECER: contrário, a este e ao PL 3.225/92, apensado.
- 28) PROJETO DE LEI Nº 1.696/91 - do Sr. José Carlos Coutinho - que "dispõe sobre o reajustamento dos benefícios de prestação continuada na Previdência Social".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
- 29) PROJETO DE LEI Nº 1.746/91 - do Sr. Tuga Angerami - que "suprime dispositivos da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que "dispõe sobre impenhorabilidade do bem de família".  
RELATOR: Deputado EULER RIBEIRO.  
PARECER: favorável, com substitutivo.  
VISTA: O Deputado CLÓVIS ASSIS apresentou voto em separado, favorável, com emenda.
- 30) PROJETO DE LEI Nº 1.833/91 - do Sr. José Fortunati - que "dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de "bico anti-jato" em recipientes plásticos para comercialização de álcool e outros combustíveis líquidos de uso doméstico e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado JORGE TADEU MUDALEN.  
PARECER: favorável.
- 31) PROJETO DE LEI Nº 1.961/91 - do Sr. Clóvis Assis - que "isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os medicamentos contendo insulina, estabelece normas para a sua embalagem e comercialização e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado ANTONIO FALEIROS.  
PARECER: contrário.
- 32) PROJETO DE LEI Nº 1.976/91 - do Sr. Edilson Fidelis - que "altera disposições do Código Civil, relativamente à maioria civil e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado ROBERTO JEFFERSON.  
PARECER: favorável.
- 33) PROJETO DE LEI Nº 2.020/91 - do Sr. Clóvis Assis - que "institui a Carteira Nacional de Saúde e determina outras providências".  
RELATOR: Deputado JOÃO RODOLFO.  
PARECER: favorável.  
VISTA: O Deputado Delcírio Tavares não apresentou manifestação escrita.

- 34) PROJETO DE LEI Nº 2.190/91 - do Sr. José Maria Eymael - que "altera a redação do artigo 146 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelecendo forma provisória de reajuste para os benefícios da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
- 35) PROJETO DE LEI Nº 2.216/91 - do Sr. Marcelino Romano Machado - que "altera a redação do caput dos artigos 140 e 141 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social".  
RELATOR: Deputado MAURÍLIO FERREIRA LIMA.  
PARECER: contrário a este, e favorável ao de nº 3.702/92, apensado.
- 36) PROJETO DE LEI Nº 2.316/91 - do Sr. Evaldo Gonçalves - que "exclui dispositivo do texto da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado ANTÔNIO FALEIROS.  
PARECER: contrário.
- 37) PROJETO DE LEI Nº 2.325/91 - do Sr. Jackson Pereira - que "dispõe sobre a utilização por menores, como defesa pessoal, de aparelhos que emitam descargas elétricas de pequena intensidade e de "sprays" portadores de substâncias gasosas paralisantes de efeitos não prejudiciais à vida humana".  
RELATOR: Deputado ROBERTO JEFFERSON.  
PARECER: favorável.
- 38) PROJETO DE LEI Nº 2.352/91 - dos Srs. Paulo Rocha e João Paulo - que "dispõe sobre o Cartão de Seguridade Social, o registro de empregados e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado JOÃO RODOLFO.  
PARECER: contrário.  
VISTA: O Deputado Eduardo Jorge apresentou voto em separado, favorável.
- 39) PROJETO DE LEI Nº 2.424/91 - do Sr. Genésio Bernardino - que "dispõe sobre a inclusão de micronutrientes nos produtos de alimentação popular".  
RELATOR: Deputado SÉRGIO AROUCA.  
PARECER: contrário.  
VISTA: O Deputado ELIAS MURAD apresentou voto em separado, favorável, com substitutivo.
- 40) PROJETO DE LEI Nº 2.461/91 - do Sr. Aécio Neves - que "dispõe sobre facilidades para recebimento de aposentadorias e pensões, nas condições que menciona".  
RELATOR: Deputado MAURÍLIO FERREIRA LIMA.  
PARECER: favorável.

- 41) PROJETO DE LEI Nº 2.479/92 - do Sr. Paulo Ramos - que "torna compulsória a entrega pelo empregador ao empregado, por ocasião do pagamento do salário, dos comprovantes do recolhimento das contribuições obrigatórias relativas ao mês anterior e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado PEDRO CORRÊA.  
PARECER: favorável.
- 42) PROJETO DE LEI Nº 2.538/92 - do Sr. Orlando Pacheco - que "dá nova redação ao artigo 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Plano de Benefícios".  
RELATOR: Deputado ROBERTO JEFFERSON.  
PARECER: contrário.
- 43) PROJETO DE LEI Nº 2.677/92 - do Sr. Jabes Ribeiro - que "altera a redação do art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, estabelecendo critério de compensação dos débitos das Prefeituras Municipais para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS". (Apensos: PLs 2.953/92, 3.413/92, 3.356/92, 3.604/93, 3.819/93, 3.820/93 3.897/93 e 3.897/93).  
RELATOR: Deputado JOÃO PAULO.  
PARECER: contrário.
- 44) PROJETO DE LEI Nº 2.721/92 - do Sr. Walter Nory - que "dispõe sobre a criação do Fundo de Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
- 45) PROJETO DE LEI Nº 2.725/92 - do Sr. João Mellão Neto - que "dispõe sobre a dispensa de pagamento dos encargos sociais por parte das empresas que, em dificuldades, optem pela disponibilidade remunerada dos seus empregados".  
RELATOR: Deputado DELCINO TAVARES.  
PARECER: contrário.
- 46) PROJETO DE LEI Nº 2.742/92 - do Sr. Nan Souza - que "acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, que "altera a legislação do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e do Programa de Integração Social - PIS e dá outras providências"  
RELATOR: Deputado RENATO JOHNSON.  
PARECER: contrário.
- 47) PROJETO DE LEI Nº 2.752/92 - do Sr. George Takimoto - que "institui outra fonte de financiamento da Seguridade Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário a este e ao de nº 2.756/92, apensado.



- 48) PROJETO DE LEI Nº 2.780/92 - do Sr. Adylson Motta - que "obriga os hospitais, casas de saúde e estabelecimentos assemelhados a manter enfermeiros diplomados nas condições que especifica".  
RELATOR: Deputado SÉRGIO AROUCA.  
PARECER: favorável, com emenda.
  
- 49) PROJETO DE LEI Nº 2.787/92 - do Sr. Elias Murad - que "dispõe sobre aplicações financeiras de entidades filantrópicas e sem fins lucrativos que participem do Sistema Único de Saúde (artigo 199 da Constituição Federal)".  
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.  
PARECER: favorável, com emenda, e pelo encaminhamento também à Comissão de Minas e Energia.
  
- 50) PROJETO DE LEI Nº 2.790/92 - do Sr. Augustinho Freitas - que "estabelece prazo para o Conselho Nacional de Serviço Social se pronunciar sobre pedido de registro como entidades interessadas em serem classificadas como de fins filantrópicos".  
RELATOR: Deputado NILTON BAIANO.  
PARECER: favorável.
  
- 51) PROJETO DE LEI Nº 2.830/92 - do Sr. George Takimoto - que "suprime prazo de carência no âmbito da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
  
- 52) PROJETO DE LEI Nº 2.835/92 - do Sr. Eliel Rodrigues - que "torna obrigatória a apresentação de exame laboratorial que constate a inexistência de doença sexualmente transmissível nos requerentes de habilitação para casamento".  
RELATOR: Deputado EDUARDO JORGE.  
PARECER: contrário  
VISTA: Os Deputados Maurílio Ferreira Lima e Liberato Caboclo não apresentaram manifestação escrita.
  
- 53) PROJETO DE LEI Nº 2.842/92 - do Sr. Jackson Pereira - que "altera a redação do "caput" do artigo 48 e do artigo 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO  
PARECER: favorável a este, e contrário ao nº 3.603/93, apensado.
  
- 54) PROJETO DE LEI Nº 2.848/92 - da Srª Regina Gordilho - que "isenta os hospitais públicos do recolhimento de tributos federais e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado VALTER PEREIRA.  
PARECER: contrário.

- 55) PROJETO DE LEI Nº 2.875/92 - do Sr. Mendonça Neto - que "determina atendimento domiciliar aos portadores de deficiência impossibilitados de comparecerem aos hospitais e postos de atendimento".  
RELATORA: Deputada FÁTIMA PELAES.  
PARECER: contrário.
- 56) PROJETO DE LEI Nº 2.898/92 - do Sr. Sérgio Arouca - que "cria a Guia de Pagamento dos Benefícios Previdenciários, dispõe sobre a forma de pagamento dos benefícios da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
- 57) PROJETO DE LEI Nº 2.927/92 - do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame - que "altera a redação do caput do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: favorável, com emenda.
- 58) PROJETO DE LEI Nº 2.928/92 - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "altera a redação do artigo 120, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: favorável.
- 59) PROJETO DE LEI Nº 2.974/92 - do Sr. Francisco Dornelles - que "dá nova redação ao artigo 215 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dispondo sobre o direito do dependente à remuneração do funcionário falecido, nas condições que menciona, e dá outras providências".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: favorável, com emendas.
- 60) PROJETO DE LEI Nº 2.987/92 - do Sr. João Fagundes - que "regulamenta normas constitucionais, dispondo sobre a faixa de fronteira".  
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.  
PARECER: favorável.
- 61) PROJETO DE LEI Nº 2.991/92 - do Sr. Paulo Duarte - que "concede os benefícios sociais que menciona ao trabalhador com remuneração inferior ou igual a três salários mínimos".  
RELATOR: Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO.  
PARECER: contrário.
- 62) PROJETO DE LEI Nº 3.013/92 - do Sr. Jorge Tadeu Mudalen - que "dá nova redação ao artigo 444, da Consolidação das Leis do Trabalho".

**RELATOR:** Deputado JOÃO PAULO.

**PARECER:** pela incompetência da Comissão para se pronunciar sobre a matéria.

- 63) PROJETO DE LEI Nº 3.054/92 - do Sr. Carlos Azambuja - que "torna obrigatória a inclusão de derivados da soja nos cardápios da merenda escolar e das instituições militares".

**RELATOR:** Deputado JORGE TADEU MUDALEN.

**PARECER:** favorável.

- 64) PROJETO DE LEI Nº 3.060/92 - do Sr. Luciano Pizzatto - que "proíbe a destruição ou abandono intencional de alimentos de bens de consumo perecíveis a curto prazo".

**RELATOR:** Deputado JORGE TADEU MUDALEN.

**PARECER:** favorável.

- 65) PROJETO DE LEI Nº 3.065/92 - do Sr. Jackson Pereira - que "assegura às pessoas portadoras de deficiência física locomotora o direito de receber do Governo cadeira de rodas".

**RELATORA:** Deputada FÁTIMA PELAES.

**PARECER:** favorável.

- 66) PROJETO DE LEI Nº 3.083/92 - do Sr. Ricardo Heráclio - que "altera dispositivos da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado ELIAS MURAD.

**PARECER:** contrário.

- 67) PROJETO DE LEI Nº 3.151/92 - do Sr. Antônio de Jesus - que "dispõe sobre a visita de caráter religioso a doentes hospitalares e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado JOSÉ LINHARES.

**PARECER:** favorável, com emenda.

- 68) PROJETO DE LEI Nº 3.204/92 - do Sr. Roberto Franca - que "concede isenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza aos rendimentos auferidos por deficientes físicos".

**RELATOR:** Deputado RENATO JOHNSON.

**PARECER:** favorável, com 3 emendas.

- 69) PROJETO DE LEI Nº 3.269/92 - do Sr. Romel Anísio - que "concede preferência às pessoas de mais de 60 anos ou portadoras de deficiências físicas para atendimento em filas".

**RELATORA:** Deputada FÁTIMA PELAES.

**PARECER:** favorável.

- 70) PROJETO DE LEI Nº 3.358/92 - do Sr. Antonio de Jesus - que "acrescenta exigência para a adoção internacional".  
RELATOR: Deputado RENATO JOHNSON.  
PARECER: favorável.
- 71) PROJETO DE LEI Nº 3.433/92 - do Sr. Antonio de Jesus - que "torna obrigatória a inclusão do fator sanguíneo em qualquer modalidade de cédula de identificação civil ou militar".  
RELATOR: Deputado ANTONIO FALEIROS.  
PARECER: favorável.
- 72) PROJETO DE LEI Nº 3.484/92 - do Sr. Geraldo Alckmin Filho - que "dispõe sobre as condições a serem aplicadas às demandas judiciais relativas à previdência social".  
RELATOR: Deputado ANTÔNIO FALEIROS.  
PARECER: favorável.
- 73) PROJETO DE LEI Nº 3.511/93 - do Sr. Elio Dalla Vecchia - que "dispõe sobre a garantia de uma pensão mensal vitalícia à família do servidor falecido, correspondente à totalidade da respectiva remuneração ou provento".  
RELATOR: Deputado JOSÉ LINHARES.  
PARECER: favorável, com substitutivo.
- 74) PROJETO DE LEI Nº 3.692/93 - da Srª. Socorro Gomes - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de DNA na rede hospitalar pública".  
RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.  
PARECER: favorável, com emendas.
- 75) PROJETO DE LEI Nº 3.739/93 - do Sr. Francisco Evangelista - que "obriga a inserção do grupo sanguíneo e o fator Rh no cartão hospitalar de identificação do recém-nascido".  
RELATOR: Deputado LAIRE ROSADO.  
PARECER: favorável.
- 76) PROJETO DE LEI Nº 3.836/93 - do Sr. Mauri Sérgio - que "acrescenta dispositivo à Lei 7.986, de 28 de dezembro de 1989, garantindo a seus beneficiários o direito à percepção de um abono anual a ser calculado na forma do 13º salário dos trabalhadores em geral".  
RELATOR: Deputado EULER RIBEIRO.  
PARECER: favorável, com substitutivo, a este e ao de nº 3.843/93, apensado.
- 77) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 55/92 - do Sr. Ricardo Izar - que "solicita que a Comissão de Seguridade Social e Família requeira ao Tribunal de Contas da União uma auditoria na Cruz Vermelha Brasileira".  
RELATOR: Deputado VALTER PEREIRA.  
PARECER: favorável.

# **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

LOCAL: Sala 11, Anexo II

HORÁRIO: 10h

## **PAUTA Nº 22/93**

### **A - PROPOSIÇÕES SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO DA CASA:**

#### **PRIORIDADE**

- 1) EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 8.050-A, DE 1986 - do Senado Federal - que "dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona".  
RELATOR: Deputado JABES RIBEIRO  
PARECER: favorável

#### **TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 2) PROJETO DE LEI Nº 3.215/92 - do Sr. José Vicente Brizola - que "dispõe sobre promoção de militares amparados pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ao posto de oficial-general".  
RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO  
PARECER: contrário  
VISTA: Deputado CARLOS ALBERTO CAMPISTA  
Devolvida a vista discordando do Relator

### **B - PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DA COMISSÃO:**

#### **PRIORIDADE**

- 3) PROJETO DE LEI Nº 3.402/92 - do Senado Federal - (PLS nº 371/92) - "que autoriza a União a doar, à União dos Escoteiros do Brasil - Região de Mato grosso do Sul, o imóvel que menciona".  
RELATOR: Deputado MARCELO LUZ  
PARECER: favorável

**TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

- 4) PROJETO DE LEI Nº 4.879/90 - do Sr. Augusto Carvalho - (PLs nºs 251/91 e 2.368/91, apensados) - que "dispõe sobre a proibição das atividades de locação de mão-de-obra e dá outras providências".

RELATOR: Deputado EDMAR MOREIRA

PARECER: contrário ao Projeto de Lei nº 4.879/90 e ao de nº 251/91, apensado, e favorável, com três emendas, ao Projeto de Lei nº 2.368/91, apensado.

VISTA: Deputado CHICO AMARAL

Devolvida a vista sem manifestação escrita

- 5) PROJETO DE LEI Nº 41-A/91 - do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame - que "dispõe sobre as ações civis públicas relativas à segurança e medicina do trabalho".

RELATOR: Deputado EDMUNDO GALDINO

PARECER: favorável, com substitutivo, e contrário à emenda apresentada ao substitutivo

VISTA: Deputado CHICO AMARAL

Devolvida a vista sem manifestação escrita

- 6) PROJETO DE LEI Nº 73/91 - da Sra. Rose de Freitas - que "dispõe sobre a acumulação de proventos da aposentadoria, pagos pelo Tesouro Nacional, na forma que determina".

RELATOR: Deputado EDMUNDO GALDINO

PARECER: contrário

VISTA: Deputado CHICO VIGILANTE

Devolvida a vista discordando do Relator

- 7) PROJETO DE LEI Nº 1.540/91 - do Sr. Rubens Bueno - que "dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências."

RELATOR: Deputado ALDO REBELO

PARECER: favorável ao Projeto e contrário à emenda apresentada na Comissão

VISTA: Deputado PEDRO PAVÃO

Devolvida a vista discordando do Relator

- 8) PROJETO DE LEI Nº 2.582/92 - do Sr. Jackson Pereira - que "proíbe a concessão de pensões especiais a viúvas de ex-Presidentes da República".

RELATOR: Deputado CHICO AMARAL  
PARECER: favorável, com emenda  
VISTA: Deputado JAIR BOLSONARO  
Devolvida a vista sem manifestação escrita  
PARECER REFORMULADO: contrário

- 9) PROJETO DE LEI Nº 3.304/92 - do Sr. Virmondes Cruvinel - que modifica dispositivos da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, que "institui Gratificações de Atividade para os servidores civis do Poder Executivo, revê vantagens e dá outras providências".

RELATOR: Deputado HAROLDO SABÓIA  
PARECER: contrário

- 10) PROJETO DE LEI Nº 3.410/92 - do Sr. Carlos Lupi - que "dispõe sobre a venda de bens imóveis pelos Ministérios da Aeronáutica, Exército e Marinha, sobre a aplicação do produto da operação e dá outras providências".

RELATOR: Deputado JAIR BOLSONARO  
PARECER: contrário  
VISTA: Deputado PEDRO PAVÃO  
Devolvida a vista sem manifestação escrita

## AVISO Nº 28/93

### PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

Início: 25/10/93  
Término: 29/10/93

Local: Sala 11, Anexo II  
Horário: 9 às 12h e 14 às 18h

- 1) PROJETO DE LEI Nº 5.306/90 - do Sr. Victor Faccioni - que "dispõe sobre a inalienabilidade de imóvel urbano distribuído nos programas sociais do Governo".

RELATORA: Deputada MARIA LAURA

- 2) PROJETO DE LEI Nº 4.209/93 - do Sr. Edson Silva - que "dispõe sobre a utilização do FGTS para aquisição de linhas telefônicas".

RELATOR: Deputado PAULO ROCHA

# COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Local: Sala 12 - Anexo II

Horário: 10h

PAUTA Nº 28/93

**A) REQUERIMENTO:**

- 1) **REQUERIMENTO Nº 15/93** - Do Sr. Antonio Morimoto - que "Solicita seja realizado Seminário para discutir a importância da construção da Rodovia do Pacífico - que ligará o Atlântico no Brasil ao Pacífico no Peru -, com a participação de entidades públicas e privadas ligadas ao setor".

**B) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO DA CASA:**

## TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 2) **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/91** - do Sr. Maurici Mariano e outros - que "Institui Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a regulamentação indevida de automóveis furtados ou roubados no Brasil".  
Relator: Deputado Carlos Lupi  
Parecer: favorável
- 3) **EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.131-A/89** - do Sr. Francisco Amaral - que "Estabelece critérios para determinação dos intervalos de repouso correspondente ao trabalho noturno dos tripulantes de aeronaves".  
Relator: Deputado José Reinaldo  
Parecer: favorável
- 4) **EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2.542-A/89** - do Sr. Hélio Rosas - que "Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Veículos".  
Relator: Deputado Fernando Carrion  
Parecer: favorável
- 5) **EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3.132-A/89** - do Sr. Luiz Leal - que "Dá nova redação ao Art. 10 da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que "Institui o vale-transporte e dá outras providências."  
Relator: Deputado Sérgio Ferrara  
Parecer: favorável às emendas nºs 1 e 2

**C) PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES:**

## PRIORIDADE

- 6) **PROJETO DE LEI Nº 3.202/92** - do Poder Executivo - que "Altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo".



**Relator:** Deputado Alacid Nunes  
**Parecer:** favorável, com emendas

#### TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 7) **PROJETO DE LEI Nº 368/91** - do Sr. José Lourenço - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos veículos de transporte coletivo interestaduais e intermunicipais, de dispositivo eletrônico de segurança".  
**Relator:** Deputado Mário Martins  
**Parecer:** favorável, com substitutivo
- 8) **PROJETO DE LEI Nº 500/91**, do Sr. Mendonça Neto - que "Estabelece 'passe gratuito' nas empresas de transportes coletivos aos servidores de campo da SUCAM, no exercício de suas funções".  
**Relator:** Deputado Mauro Miranda  
**Parecer:** contrário  
**Vista:** Deputado Mário Martins  
**Voto:** pelo arquivamento
- 9) **PROJETO DE LEI Nº 541/91** - do Sr. Max Rosenmann - que "Dá a denominação a viaduto na BR-376, Km 110,2".  
**Relator:** Deputado Armando Viola  
**Parecer:** contrário
- 10) **PROJETO DE LEI Nº 1.065/91** - da Sra. Maria Laura e outros - que "Dispõe sobre a concessão de passe livre em transportes coletivos, locais e interestaduais, para os servidores da Fundação Nacional de Saúde - FNS, e determina outras providências".  
**Relator:** Deputado Mauro Miranda  
**Parecer:** contrário ao PL 1.065/91, e aos apensos, PLs. 1.290/91 e 2.999/92.  
**Vista:** Deputado Mário Martins  
**Voto:** contrário
- 11) **PROJETO DE LEI Nº 1.095/91** - do Sr. Hélio Rosas - que "Determina a realização de seguro de acidentes a cargo das empresas transportadoras, a favor dos respectivos usuários".  
**Relator:** Deputado Fernando Carrion  
**Parecer:** contrário
- 12) **PROJETO DE LEI Nº 1.333/91** - do Sr. Maurici Mauriano - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de habilitação para condução de moto-aquática e assemelhados e dá outras providências".  
**Relator:** Deputado Simão Sessim  
**Parecer:** favorável, com substitutivo  
**Vista:** Deputado Edison Andrino  
**Voto:** pelo arquivamento

- 13) **PROJETO DE LEI Nº 1.362/91** - do Sr. Nelson Bornier - que "Dispõe sobre reajuste tarifário do vale-transporte".  
Relator: Deputado Waldomiro Lima  
Parecer: contrário  
Vista: Deputado Mário Martins  
Voto: favorável, com substitutivo
- 14) **PROJETO DE LEI Nº 1.728/91** - do Sr. Mendes Botelho - que "Modifica dispositivo da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987".  
Relator: Deputado Waldomiro Lima  
Parecer: favorável  
Vista: Deputado Mário Martins  
Voto: contrário
- 15) **PROJETO DE LEI Nº 2.789/92** - do Sr. José Genoíno - que "Restringe o uso de embarcações miúdas nas praias públicas a áreas seletivas estabelecidas pela autoridade municipal".  
Relator: Deputado Carlos Benevides  
Parecer: contrário  
Vista: Deputado Fernando Carrion  
Voto: favorável ao parecer do relator
- 16) **PROJETO DE LEI Nº 3.094/92** - do Sr. Flávio Palmier da Veiga - que "Dispõe sobre os acidentes provocados por animal na pista".  
Relator: Deputado Lael Varella  
Parecer: favorável, com substitutivo  
Vista: Deputado Itsuo Takayama  
Voto: favorável ao parecer do relator, com emendas
- 17) **PROJETO DE LEI Nº 3.161-A/92** - do Sr. Mauro Sampaio - que "Autoriza o Poder Executivo a criar o sistema TELEPORTO nos portos nacionais e dá outras providências".  
Relator: Deputado Deni Schwartz  
Parecer: contrário
- 18) **PROJETO DE LEI Nº 3.206/92** - do Sr. Diogo Nomura - que "Revoga parágrafo único do artigo 11 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, referente ao regime de entreposto aduaneiro privativo".  
Relator: Deputado José Reinaldo  
Parecer: contrário
- 19) **PROJETO DE LEI Nº 3.758/93** - da Sra. Benedita da Silva - que "Institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do IBAMA, e dá outras providências".  
Relator: Deputado Deni Schwartz  
Parecer: favorável

- 20) **PROJETO DE LEI Nº 3.844/93** - do Sr. Fernando Carrion - que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento de rádio-comunicação em locomotivas".  
Relator: Deputado Jairo Carneiro  
Parecer: favorável
- 21) **PROJETO DE LEI Nº 3.960/93** - do Sr. Max Rosenmann - que "Permite a utilização do crédito referente ao empréstimo compulsório de veículos e combustíveis, na aquisição de automóvel novo".  
Relator: Deputado Odelmo Leão  
Parecer: favorável ao PL 3.960/93, com emendas, e contrário ao apenso, PL 4.075/93

## COMISSÕES ESPECIAIS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E DAR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 3981/93, QUE "DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUE CONTENHAM ASBESTO/AMIANTO".

AVISO Nº 02/93

### PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

|         |          |          |                             |
|---------|----------|----------|-----------------------------|
| Início  | 28/10/93 | Local:   | Anexo II, Sala 10, Mezanino |
| Término | 04/11/93 | Horário: | 9h às 12h e 14h às 18h      |

Projeto de Lei nº 3981/93, do Sr. Eduardo Jorge, que "dispõe sobre a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham asbesto/amianto e dá outras providências".

Relator: Deputado ANTÔNIO FALEIROS

Obs: As emendas só serão aceitas em formulários próprios, à disposição na secretaria da Comissão.

# COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS DE CONTRABANDO DE RECURSOS MINERAIS, MONOPÓLIO DE MINERADORAS SOBRE O SUBSOLO, CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS CLANDESTINOS E DESTRUÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Local: Sala 12 - Anexo II

Horário: 15 horas

Pauta: Tomada de depoimento do Dr. Carlos Oit Berbert, Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Local: Sala 10 - Anexo II

Horário: 14h30min

Pauta: Assuntos Internos.

*(Encerra-se a Sessão às 12 horas e 25 minutos.)*

## ATOS DO PRESIDENTE

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder exoneração, de acordo com o artigo 35, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a ISABEL DE FREITAS PAULA, ponto nº 11068, do cargo de Assessor Técnico, CNE-12, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, que exerce no Departamento de Comissões.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder exoneração, de acordo com o artigo 33, item I, e 34 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a JÚLIO CESAR COELHO, do cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, a partir de 27 de setembro do corrente ano.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder exoneração, de acordo com o artigo 35, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a MÁRCIA IVONE CLOSS, ponto nº 11083, do cargo de Assessor Técnico, CNE-12, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, que exerce no Departamento de Comissões.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que resolve:

Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 13, § 6º, da Lei nº 8.112, citada, a nomeação de CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, para exercer o cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 13, § 6º, da Lei nº 8.112, citada, a nomeação de CLARA FANTINE MO-

LLER GONÇALVES, para exercer o cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 13, § 6º, da Lei nº 8.112, citada, a nomeação de PEDRO PAULO BERNARDES LOBATO, para exercer o cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 13, § 6º, da Lei nº 8.112, citada, a nomeação de RAQUEL MARTINS LIMA, para exercer o cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 13, § 6º, da Lei nº 8.112, citada, a nomeação de VIVIANE MARTINS PEREIRA CARDELL, para exercer o cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível III, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observado o disposto no artigo 4º da Lei nº 5.901, de 9 de julho de 1973, resolve:

Nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, CARMEM CAMILO, para exercer na Diretoria Legislativa o cargo de Assessor Administrativo, CNE-12, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pelos artigos 1º da Resolução nº 23, de 17 de junho de 1980, e 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992.

Câmara dos Deputados, 21 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Republicado por ter saído com incorreção no DCN de 22-10-93

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que confere o artigo 1º, item I, alínea a do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, CAROLINE LOPES DOS ANJOS para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da aposentadoria de Armando Gomes de Sales, conforme Ato do Presidente Publicado no **Diário do Congresso Nacional**, de 13 de dezembro de 1991.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, JOSEFINA MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da aposentadoria de Benone Jerônimo Ferreira, conforme Ato do Presidente publicado no **Diário do Congresso Nacional** de 30 de abril de 1991.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, JUCÉLIO ROBERTO DOS SANTOS BORGES para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da aposentadoria de Mariá Alves Magalhães, conforme Ato do Presidente publicado no **Diário Oficial**, de 17 de julho de 1990, uma vez que Carlos Henrique Martins Lima, nomeado para o citado cargo, não tomou posse no prazo legal.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observado o disposto no artigo 4º da Lei nº 5.901, de 9 de julho de 1973, resolve:

Nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, LUIZ FENELON PIMENTEL BARBOSA, para exercer no Departamento de Comissões o cargo de Assessor Técnico, CNE-10, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 4º do Ato da Mesa nº

4, de 20 de fevereiro de 1991, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observado o disposto no artigo 4º da Lei nº 5.901, de 9 de julho de 1973, resolve:

Nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, **MÁRCIA IVONE CLOSS**, para exercer no Departamento de Comissões, o cargo de Assessor Técnico, CNE-10, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pelo artigo 4º do Ato da Mesa nº 4, de 20 de fevereiro de 1991, combinado com o artigo 3º do Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, **MARIA DE FÁTIMA SANTOS RODRIGUES** para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da ascensão funcional de Clenir dos Santos Oliveira, conforme Portaria nº 469, publicada no **Boletim Administrativo** nº 239, de 1987, uma vez que Viviane Martins Pereira Cardell, nomeada para o citado cargo, não tomou posse no prazo legal.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, **MARILENE CARNEIRO MATOS** para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da ascensão funcional de Maria Herlene Ximenes de Souza, conforme Portaria LT-289, publicada no **Boletim Administrativo** nº 156, de 1993, uma vez que Pedro Paulo Bernardes Lobato, nomeado para o citado cargo, não tomou posse no prazo legal.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, **RICARDO NÓRIO DAITOKU** para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da aposentadoria de Ivaldo Pinto de Oliveira, conforme Ato do Presidente publicado no **Diário do Congresso Nacional**, de 26 de janeiro de 1991, uma vez que Clara Fantine Moller Gonçalves, nomeada para o citado cargo, não tomou posse no prazo legal.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear, na forma dos artigos 9º, item I, e 10 da citada Lei nº 8.112, combinados com o artigo 28 da Resolução nº 30, de 13 de novembro de 1990, **ROMERO BRASIL DE ANDRADE** para exercer cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, PL-4, Padrão 22, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transformado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, em vaga decorrente da ascensão funcional de Lionir Delfina Pires Machado, conforme Portaria nº 469, publicada no **Boletim Administrativo** nº 239, de 1987, uma vez que Raquel Martins Lima, nomeada para o citado cargo, não tomou posse no prazo legal.

Câmara dos Deputados, 22 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Dispensar, a pedido, de acordo com o artigo 35, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MÁRCIO MARQUES DE ARAÚJO**, ocupante de cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível III, Padrão 45, ponto nº 2007, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, que exercia no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, a partir de 13 de outubro do corrente ano.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar, por acesso, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, de 1990, combinado com o artigo 13 da Resolução nº 21, de 1992, **ANA MIRIAM NASCIMENTO GUERRA BRANDÃO**, ocupante de cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível II, Padrão 30, ponto nº 4339, para exercer, no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, a partir de 13 de outubro do corrente ano, a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-05, do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, transfor-

mados pelos artigos 3º do Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, e 55 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992.

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

**Designar LUCÍLIA KAWAMOTO, ocupante de cargo da carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo, Nível III, Padrão 45, ponto nº 3211, segunda substituta do Diretor da Coordenação de Registro Parlamentar e Cadastro Funcional, FC-07, do Departamento de Pessoal, em seus impedimentos eventuais, a partir de 13 de outubro do corrente ano.**

Câmara dos Deputados, 26 de outubro de 1993. — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente da Câmara dos Deputados.

## COMISSÕES

### ATAS DAS COMISSÕES

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

##### **20ª Reunião (Ordinária), realizada em 25 de agosto de 1993**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, às onze horas, na sala número nove, do Anexo II, da Câmara dos Deputados, realizou-se a vigésima, reunião, ordinária, da Comissão de Seguridade Social e Família. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos seguintes Senhores Deputados: maurílio Ferreira Lima — Presidente, Euler Ribeiro, Ivânio Guerra e Eduardo Jorge — Vice-Presidentes; Nilton Baiano, Everaldo de Oliveira, Fátima Pelaes, Jofran Frejat, Reinhold Stephanes, Rivaldo Medeiros, Maurício Mariano, Maurício Najar, Chafic Farhat, Djenal Gonçalves, Geraldo Alckmin Filho, Waldomiro Fioravante, Liberato Caboclo, Ubaldo Dantas, João Paulo, José Linhares, Sérgio Arouca, Jandira Feghali, Valter Pereira, Osmânio Pereira, Jorge Tadeu Mudalen, Pinga Fogo de Oliveira, Renato Johnsson e Euclides Mello; e deixaram de registrar suas presenças os seguintes Senhores Deputados: Armando Costa, Olavo Calheiros, Paulo Novaes, Rita Camata, Zuca Moreira, Laire Rosado, Pedro Corrêa, Avenir Rosa, Célia Mendes, Cidinha Campos, Clóvis Assis, Antônio Faleiros, Elias Murad, Paulo Bernardo, Delcino Tavares, Roberto Jefferson, Ramalho Leite, Uldurico Pinto, Eliel Rodrigues, Genésio Bernardino, George Takimoto, Iberê Ferreira, Jairo Carneiro, Marilu Guimarães, Ronaldo Caiado, Eraldo Trindade, João Rodolfo, José Egydio, Luci Choinacki, Marcos Medrado, Ronivon Santiago, Giovanni Queiroz, Lúcia Braga, Paulo Portugal, Sérgio Gaudenzi, Luiz Máximo, Tuga Ange-rami, Chico Vigilante, Paulo Paim, Paulo Rocha, Carlos Camurça, Matheus Iensen, Flávio Palmier da Veiga, Ribeiro Tavares, Roberto Franca, José Ulisses de Oliveira. Compareceram também: Marino Clinger e a Senadora Eva Blay. O Deputado Elias Murad justificou a sua ausência. Havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente, Deputado Euler

Ribeiro declarou aberta a reunião destinada à apreciação de projetos. O Presidente justificou a ausência do Deputado Maurílio Ferreira Lima que era requerente da sessão solene de hoje sobre solidariedade às vítimas da violência e conseqüentemente o primeiro orador. Comunicou que no dia 1º de setembro, quarta-feira próxima a primeira parte da reunião da Comissão será dedicada a ouvir a exposição do Ministro Antônio Britto, do Ministério da Previdência Social, sobre os estudos de revisão constitucional. Em votação, foram aprovadas as Atas 17ª, 18ª e 19ª Reuniões. **EXPEDIENTE: I** — Correspondências recebidas: 1 — **Ofícios:** da Deputada Luci Choinacki, solicitando a indicação da Deputada Rita Camata para relatora do Projeto de Lei nº 3.678/93 e do Líder do Partido Progressista — PP, solicitando a indicação do Deputado José Linhares para relator do Projeto de Lei nº 3.696/93; 2 — **Carta:** do Deputado José Linhares, solicitando sua indicação para relatar o Projeto de Lei nº 3.696/93 e do Senhor Carlos César Presidente da Comissão Científica da SBPT, enviando cartaz de divulgação do VII Congresso Brasileiro de Cirurgia Torácica; 3 — **Convite:** da Fundação Severino Gomes, convidando para participar da solenidade comemorativa de inauguração do Hospital-Escola Jarbas Passarinho e da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A, convidando para as festividades de comemoração do 24º aniversário de criação da Empresa. II — Correspondências expedidas: 1 — **Ofícios:** ao Deputado Euler Ribeiro, comunicando que esta Comissão aprovou Moção de Apoio de Requerimento no sentido de ser votado o Projeto de Lei nº 3.201/92. **DISTRIBUIÇÃO.** O Presidente levou ao conhecimento de seus pares a Distribuição nº 14/93, em 23-8-93. **ORDEM DO DIA:** Projeto de Lei nº 209/91 — do Sr. Eduardo Jorge e outros 6 — que “estabelece normas e condições para o exercício dos direitos referentes à saúde reprodutiva e coíbe o atual processo de esterilização indiscriminada da população brasileira e dá outras providências”. Relatora: Deputada Fátima Pelaes. Parecer: favorável, com substitutivo, a este e aos PL de nº 237/91, 1.648/91, 3.439/92, 3.633/93, 3.694/93 e 3.891/93, apensados. Discutiram a matéria os seguintes Deputados: Liberato Caboclo, Osmânio Pereira, Jofran-Frejat, Eduardo Jorge e Jandira Feghali. A Senadora Eva Blay também discutiu o projeto. Em votação, foi aprovado unanimemente o parecer da relatora, ressalvados os destaques. Destaque nº 1/93 ao art. 4º, parágrafo único, do PL nº 3.694/93, do Sr. Jofran Frejat. Em votação foi aprovado o destaque, com os votos contrários das Deputadas Jandira Feghali e Fátima Pelaes. Destaque nº 2/93, do Sr. Liberato Caboclo. Declaração prejudicado. Destaque nº 3/93, do Sr. Osmânio Pereira, pela supressão do art. 11 do substitutivo. Rejeitado, com voto contrário do Sr. Geraldo Alckmin Filho. Destaque nº 4/93, do Sr. Osmânio Pereira, pela supressão do art. 14 do substitutivo. Rejeitado. Destaque nº 5/93, do Sr. Osmânio Pereira, pela supressão do art. 3º, do substitutivo. Rejeitado, com voto contrário do Deputado Geraldo Alckmin Filho. Destaque nº 6/94, do Sr. Osmânio Pereira, pela supressão do art. 10 do substitutivo. Rejeitado. A Relatora apresentou modificações no art. 3º, incisos III e V e art. 10, § 2º, discutidas pelos Deputados Jofran Frejat, Eduardo Jorge, Osmânio Pereira, Liberato Caboclo e Jandira Feghali, que foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às treze horas, antes convocando reunião para a próxima quarta-feira, dia 1º de setembro, às dez horas. E, para constar, eu **Miriam Maria Bragança Santos**, Secretária em exercício, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Euler Ribeiro.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇO PÚBLICO  
30ª Reunião (Ordinária),  
realizada em 20 de outubro de 1993

No dia 20 de outubro de 1993, às 11 horas e 10 minutos, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na Sala 11, Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Paim, Presidente, presentes os Deputados: Paulo Rocha, Amaury Müller e Nelson Marquezelli, Vice-Presidentes; Adilson Maluf, Chico Amaral, Edmundo Goldinho, Ernesto Gradella, Jabes Ribeiro, Jair Bolsonaro, Jaques Wagner, José Cicote, Maria Laura, Raquel Cândido e Wanda Reis (titulares). Edson Menezes Silva, Luiz Moreira, Munhoz da Rocha, Sérgio Barcellos e Waldomiro Fioravante (suplentes). Deixaram de comparecer os Deputados: Aldo Rebelo, Augusto Carvalho, Carlos Alberto Campista, Chico Vigilante, Edmar Moreira, Ivan Burity, Jamil Haddad, José Luiz Maia, Luís Eduardo, Marcelo Luz, Mário de Oliveira e Zaire Rezende. **EXPEDIENTE:** aprovada a Ata da reunião do dia 6-10 (29ª), o Presidente comunicou as Distribuições nºs 23/93, 24/93, 25/93, 26/93 e 27/93, realizadas em 8-9, 17-9, 20-9, 29-9 e 18-10-93, respectivamente e a Redistribuição nº 14/93, realizada em 13-10-93. Em seguida, baseado no art. 163, do Regimento Interno, declarou prejudicado o Projeto de Lei nº 4.822/90 — do Senado Federal (PLS nº 376/89) — “que dispõe sobre a criação da Fundação FUNCEBRAF e dá outras providências”, e de nº 5.965/90 — do Senado Federal (PLS nº 361/89) — que “define como crime contra a administração pública os atos que menciona, e dá outras providências”. Comunicou, ainda, a presença do Ministro Romildo Canhim, no Auditório Nereu Ramos, dia seguinte para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos sobre o Relatório Final elaborado pela Comissão Especial de Reintegração dos Demitidos pelo Governo Collor e passou a palavra ao Deputado Paulo Rocha que fez uma síntese dos 90 dias de trabalho dessa Comissão. Explicou que nesse período, a Comissão, integrada por representantes do Governo, parlamentares e um representante dos demitidos, fez um levantamento das demissões ocorridas e do movimento da força de trabalho nos órgãos onde ocorreram as demissões. O relatório apontou que se a máquina pública readmitisse todos os atingidos, ainda assim haveria déficit de pessoal em seus quadros. O passo seguinte foi determinar qual o instrumento legal que seria utilizado para corrigir a injustiça cometida contra os trabalhadores. Ficou acertado o encaminhamento de Projeto de Lei do Executivo dispondo sobre a anistia e a forma de aplicá-la. A solução final, entretanto, ficaria para o Legislativo, que poderia mexer no Projeto, através de emendas, e aperfeiçoá-lo. O Deputado Paulo Rocha finalizou enfatizando o papel dos parlamentares no sentido de aprovarem, o mais rápido possível, esse Projeto. Retomando a palavra, o Presidente comunicou a presença em plenário dos assessores legislativos Ademar Ferreira Dutra Júnior, Oswaldo Teófilo e Sandra Valle para prestarem assessoramento técnico às reuniões no que se fizer necessário. Passou à **ORDEM DO DIA:** Pauta nº 21/93: a) Requerimento da Deputada Maria Laura, convidando o Sr. Seraphim José Claudino, liquidante da Interbrás, em audiência Pública, para prestar esclarecimentos sobre a verdadeira situação da Empresa. Em votação: aprovado. b) Requerimento do Deputado Paulo Rocha, convidando os Srs. Danilo de Castro, Presidente da Caixa Econômica Federal, Alcir Calliari, Presidente do Banco do Brasil, Ives Gandra

da Silva Martins Filho, Sub-Procurador-Geral do Trabalho, e o representante da FENADADOS — Federação Nacional dos Empregados de Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares, para prestarem esclarecimentos sobre o rompimento do Termo de Compromisso do Banco do Brasil e revisão do Enunciado nº 256 do TST, que poderão prejudicar milhares de trabalhadores. Em votação: aprovado. 1) Emenda Oferecida em Plenário ao Projeto de Lei nº 8.382-A/86 — do Poder Executivo (MSG nº 648/86) — que “dispõe sobre competência para eleger presidentes de órgãos fiscalizadores do exercício profissional”. Relator: Nelson Marquezelli. Parecer: favorável. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 173/92 — do Sr. Alberto Haddad — que “susta a aplicação do disposto no artigo 8º, incisos I, II e III da Instrução Normativa nº 2, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e do art. 9º do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que “consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”. Relator: Deputado Edmundo Galdino. Parecer: favorável, com substitutivo. Em votação: concedida a vista ao Deputado Paulo Rocha. 3) Projeto de Lei nº 3.149/92 — do Sr. Antonio de Jesus — que “abona as faltas ao serviço de funcionários nos dias considerados especiais para diversas comunidades religiosas”. Relator: Deputado Jaques Wagner. Parecer: contrário. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 4) Projeto de Lei nº 3.150/92 — do — Sr. Antonio de Jesus — que “acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho”. Relator: Deputado Jaques Wagner. Parecer: contrário. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 5) Projeto de Lei nº 2.340/91 — do Poder Executivo (MSG nº 647/91) — que “dispõe sobre a criação e operação do Fundo de Custeio da Seguridade Social e sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Cívicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais”. Relatora: Deputada Maria Laura. Parecer: favorável, com substitutivo, ao projeto e contrário às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.245/91 (desmembrado). Em votação: retirado pelo autor. 6) Projeto de Lei nº 3.941-C/89 — do Senado Federal (PL nº 89/89) — (PL nº 1.014/88 (1.227/88, 1.554/89, 1.656/89, 2.125/89, 2.337/89, 2.466/89, 2.943/89, 3.275/89, 3.403/89, 3.474/89, 3.497/89, 3.978/89, 3.989/89, 4.147/89), 4.223/89, 4.504/89, 4.690/90, 5.401/90, 5.605/90, 5.730/90, 6.049/90, 58/91, 754/91, 794/91, 2.094/91, 2.690/92 e 3.796/93, apensados) — que “dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências”. Relator: Deputado Amaury Müller. Parecer: favorável, com substitutivo, ao Projeto de Lei nº 3.941-B/89 e apensos. Vista: Deputado Paulo Paim. Devolvida a vista apresentando uma emenda supressiva ao substitutivo do Relator. Em votação: retirado de pauta a pedido do Deputado Paulo Paim. 7) Projeto de Lei nº 3.943/89 — do Senado Federal (PLS nº 179/89) — (PL nº 543/91, 3.721/89, 1.885/89 3.609/89, 3.165/89, 3.649/89, e 3.710/89), 3.176/89, 5.665/90, 75/91, 419/91, 892/91, 927/92, 1.281/91, 2.076/91, e 3.894/93, apensados) — que “alerta o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. Relator: Deputado Nilson Gibson. Parecer: favorável, com substitutivo, ao Projeto de Lei nº 3.943/89 e apensos. Na ausência do Relator, o Presidente designou o Deputado Paulo Rocha para fazer a leitura do parecer. Em votação: aprovado, contra o voto em separado do Deputado Nilson Gibson, primitivo relator, o parecer vencedor, favorável ao Projeto de Lei nº 3.943/89 e contrário



aos apensos, do Deputado Paulo Paim. (Advogado.) 8) Projeto de Lei nº 73/91 — da Srª Rose de Freitas — que “dispõe sobre a acumulação de proventos da aposentadoria, pagos pelo Tesouro Nacional, na forma que determina”. Relator: Deputado Edmundo Galdino. Parecer: contrário. Vista: Deputado Chico Vigilante. Devolvida a vista discordando do Relator. Em votação: adiada a votação. 9) Projeto de Lei nº 548/91 — do Sr. Henrique Eduardo Alves — que “estende aos mecânicos de máquinas a óleo diesel o benefício da Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955, que institui salários adicionais para os trabalhadores que prestam serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade”. Relator: Deputado Haroldo Sabóia. Parecer: contrário. Vista: Deputado Chico Vigilante. Devolvida a vista sem manifestação escrita. Na ausência do Relator, o Presidente designou o Deputado Paulo Rocha para fazer a leitura do parecer. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 10) Projeto de Lei nº 606/91 — do Sr. Valdemar Costa — que “dispõe sobre a participação de empregados na direção de empresa estatal da União”. Relator: Deputado Jaques Wagner. Parecer: contrário. Em votação: aprovado unanimemente, o parecer do Relator. 11) Projeto de Lei nº 801/91 — do Sr. Avenir Rosa — (PL nº 3.751/93, apensado) — que “modifica a redação dos §§ 1º e 3º do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, obrigando a detecção da Aids nos exames médicos do empregado”. Relator: Deputado Nelson Marquezelli. Parecer: contrário ao Projeto de Lei nº 801/91 e à emenda apresentada na Comissão, e favorável ao PL nº 3.751/93, apensado. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 12) Projeto de Lei nº 1.285/91 — do Sr. Ronaldo Caiado — que “equipara o Peão de Rodeio ao Artista Profissional e dá outras providências”. Relatora: Deputada Maria Laura. Parecer: favorável, com substitutivo. Em votação: concedida a vista ao Deputado Chico Amaral. O Deputado Paulo Paim passou a presidência dos trabalhos ao Deputado Paulo Rocha. 13) Projeto de Lei nº 1.286/91 — do Sr. Koyu Iha — que “regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025, de 10 de julho de 1966, e 6.305, de 15 de dezembro de 1975, e dá outras providências”. Relator: Deputado Paulo Paim. Parecer: favorável ao projeto, na forma do substitutivo da Comissão de Agricultura e Política Rural. Em votação: Aprovado, unanimemente o parecer do Relator. O Deputado Paulo Paim retomou a direção dos trabalhos, dando continuidade à votação. 14) Projeto de Lei nº 1.529/91 — do Sr. Francisco Silva — que “garante estabilidade de emprego ao marido da gestante”. Relator: Deputado Waldomiro Fioravante. Parecer: favorável, com substitutivo. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 15) Projeto de Lei nº 1.653/91 — da Srª Marilu Guimarães — que “institui o auxílio-creche para filhos e dependentes dos trabalhadores desde o nascimento até seis anos de idade”. Relator: Deputado Edmundo Galdino. Parecer: favorável, com emenda, ao projeto, e contrário às duas emendas apresentadas na Comissão. Resultado: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 16) Projeto de Lei nº 2.582/92 — do Sr. Jackson Pereira — que “proíbe a concessão de pensões especiais a viúvas de ex-Presidentes da República”. Relator: Deputado Chico Amaral. Parecer: favorável, com emenda. Vista: Deputado Jair Bolsonaro. Devolvida a vista sem manifestação escrita. Em votação: adiada a votação. 17) Projeto de Lei nº 3.016/92 — do Sr. Luiz Carlos Santos — que “dá nova redação ao artigo 58 da Consolidação das Leis do Traba-

lho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”. Relator: Deputado Waldomiro Fioravante. Parecer: favorável, com substitutivo, ao projeto e à emenda apresentada na Comissão. Em votação: concedida a vista ao Deputado Nelson Marquezelli. 18) Projeto de Lei nº 3.230/92 — do Sr. Victor Faccioni — que “dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Enólogo”. Relator: Deputado Waldomiro Fioravante. Parecer: favorável. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 19) Projeto de Lei nº 3.410/92 — do Sr. Carlos Lupi — que “dispõe sobre a venda de bens imóveis pelos Ministérios da Aeronáutica, Exército e Marinha, sobre a aplicação do produto da operação e dá outras providências”. Relator: Deputado Jair Bolsonaro. Parecer: contrário. Vista: Deputado Pedro Pavão. Devolvida a vista sem manifestação escrita. Em votação: adiada a votação. 20) Projeto de Lei nº 3.557/93 — dos Srs. Cyro Garcia e Ernesto Gradella — que “dispõe sobre a fiscalização e a gestão das empresas estatais”. Relator: Deputado Edmar Moreira. Parecer: contrário. Vista: Deputado Chico Amaral. Devolvida a vista sem manifestação escrita. Na ausência do Relator, o Presidente designou o Deputado Paulo Rocha para fazer a leitura do parecer. Em votação: aprovado, unanimemente, o parecer do Relator. 21) Projeto de Lei nº 3.847/93 — do Sr. José Cicote — que “modifica a redação do artigo 300 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, e dá outras providências”. Relator: Deputado Chico Vigilante. Parecer: favorável, com substitutivo. Na ausência do Relator, o Presidente designou o Deputado Paulo Rocha para fazer a leitura do parecer. Em votação: concedida a vista ao Deputado Paulo Rocha. 22) Projeto de Lei nº 3.886/93 — do Sr. José Aníbal — que “regulamenta a profissão de empregado de edifícios e dá outras providências”. Relator: Deputado Pedro Pavão. Parecer: favorável. Na ausência do Relator, o Presidente designou o Deputado Paulo Rocha para fazer a leitura do parecer. Em votação: concedida a vista ao Deputado Amaury Müller. 23) Projeto de Lei nº 3.983/93 — do Sr. Carlos Kayath — que “concede às empresas de saneamento básico isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas, nas condições que menciona”. Relator: Deputado Nelson Marquezelli. Parecer: favorável. Em votação: concedida a vista ao Deputado José Cicote. Encerramento: nada mais havendo a tratar, às 12 horas e 5 minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, **Talita Yeda de Almeida**, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois e lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**Destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil.**

### 15ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 1993

Aos treze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil na Assembléia Legislativa de Recife-PE, para tomada de depoimento dos Senhores Geraldo Dália Costa — Superintendente Regional da Polícia Federal, Augusto Carlos Diniz Costa — Secretário de Segurança Públi-

ca, Lúcia Helena Simões — Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente, Márcia Drangremon — Representante do Coletivo Mulher-Vida, Gilda Guimarães — Representante do SOS Criança, Ovídio Ferreira de Paula — Representante do Movimento Desperta Povo, Maria Betânia de Melo Ávila — Coordenadora do SOS Corpo de Recife, Olga Maria de Almeida Câmara — Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Pedro Eurico de Barros e Silva — Deputado Estadual, Ademar de Oliveira Marques — Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Recife e Ana Maria Vasconcelos — Presidente da Casa de Passagem de Recife. Não compareceram os depoentes Geraldo Dália Costa, Augusto Carlos Diniz, Ovídio Ferreira de Paula e Maria Betânia de Melo Ávila. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Benedita da Silva e Célia Mendes, membros efetivos; Maria Luiza Fontenele, Lúcia Braga e Chico Vigilante, membros suplentes. Os depoentes prestaram o compromisso na forma legal e falaram sobre a matéria objeto de sua convocação. Fizeram uso da palavra durante a reunião os Deputados Benedita da Silva, Célia Mendes, Maria Luiza Fontenele, Lúcia Braga e Chico Vigilante. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às treze horas e vinte e dois minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para constar, eu, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

#### 16ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 1993

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil na Câmara Municipal de João Pessoa-PB, para tomada de depoimento dos Senhores Leônicio Teixeira Câmara, Juiz da Infância e da Adolescência; Claudio Luiz Gabriel Costa, Superintendente da Polícia Federal; Maria de Lourdes Leite, Curadora da Infância e da Adolescência; Maria Marta Araújo Leal de Oliveira, Curadora do Lar Evangélico da Criança, Paulo Romero Ferreira, Presidente do Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência, Rosa Cândido Batista, Vereadora; José Humberto de Andrade Lucena, Presidente do Conselho Municipal da Infância e da Adolescência; Carlos Dunga, Secretário de Estado da Justiça; Mário Moura Rezende, Desembargador; João Avelino, Presidente da Associação dos Ex-Alunos da FEBEM; Eufrazina Leal de Araújo, Enfermeira e Luiz de Barros Pessoa, Delegado da Infância e Adolescência. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Benedita da Silva e Célia Mendes, membros efetivos; Chico Vigilante, Maria Luiza Fontenele e Lúcia Braga, membros suplentes. A Deputada Benedita da Silva foi designada Relatora *ad hoc*. Os depoentes prestaram o compromisso na forma legal e falaram sobre a matéria objeto de sua convocação. Fizeram uso da palavra durante a reunião os Deputados Benedita da Silva, Célia Mendes, Maria Luiza Fontenele, Chico Vigilante e Lúcia Braga. Às onze horas e quarenta minutos, a Deputada Lúcia Braga assumiu a Presidência. Não compareceram para prestar depoimento os Senhores Carlos Dunga, Marcelo Braga, Mário Moura Rezende, Maria de Jesus, Luiz de Barros Pessoa e Maria do Socorro Olinda. Falaram em nome das lideranças

partidárias locais os Vereadores Troccoli Júnior, Creuza Pires, Domiciano Cabral, Marco Antônio, Ricardo Coutinho e Nadja Palitol e ainda o Presidente da Câmara, Vereador Josauro Paulo Neto e o Presidente da CPI Municipal que Investiga a Prostituição Infantil, Vereador Aristávora de Sousa Neto. Às treze horas e quarenta minutos a Deputada Marilu Guimarães assumiu os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e quarenta e cinco minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para constar, eu, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

#### 17ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 1993

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil na Assembléia Legislativa de Natal-RN, para tomada do depoimento dos Senhores Dr. Airton de Sá Ferraz — Superintendente Regional da Polícia Federal, Dr. Manoel de Medeiros Brito — Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Pe. Sabino Gentile - SOS Criança, Francineide Ferreira — FEBEM, Maria Salete N. Novaes — Técnica do CBIA, Profª Anita Catalão Maia — Movimento de Integração e Orientação Social, Irmã Lúcia Montenegro — Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Drª Maria Amélia de Lima Freire — Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias, Drª Berta Ramalho — Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Drª Suerda Valéria Maciel de Araújo Cruz — Delegacia da Criança e do Adolescente, Drª Margareth Gondim — Delegacia da Defesa da Mulher, Drª Dilma Felizardo — Centro Brasileiro de Informações e Orientação da Saúde Social — CEBRAIOS, Profª Dilma Siqueira — Universidade Federal do Rio Grande do Norte — COMPERVE — Centro de Processamento de Dados, Dr. Leônicio Queiroz — Secretaria Municipal de Programa Social, Drª Ana Catarina Alves — Presidente da Fundação de Assistência e Promoção Social, Irmã Dolores Prescille Roy — Instituto Bom Pastor e Profª Avani Policarpo — Fundação do Bem-Estar do Menor. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Célia Mendes e Benedita da Silva, membros efetivos; Maria Luiza Fontenele e Chico Vigilante, membros suplentes. Os depoentes prestaram o compromisso na forma legal e falaram sobre a matéria objeto de sua convocação. Fizeram uso da palavra durante a reunião os Deputados Chico Vigilante, Célia Mendes, Maria Luiza Fontenele e Benedita da Silva. O Deputado Chico Vigilante solicitou fossem requisitadas as fitas mencionadas pela Srª Dilma Felizardo em seu depoimento. A Deputada Célia Mendes solicitou fosse estabelecido um contato com os jornalistas Osvaldo Viviani, do *Jornal de Natal* e Francisco Duarte Guimarães, Editor-Geral do jornal *O Diário de Natal*. Não compareceram os depoentes Airton de Sá Ferraz, Anita Catalão Maia, Irmã Lúcia Montenegro, Maria Amélia de Lima Freire, Margareth Gondim, Leônicio Queiroz e Avani Policarpo. O representante da Polícia Federal, Delegado Ronaldo Glauco de F. Maia, apresentou justificativa verbal à Presidência para não prestar depoimento pelas razões alegadas. A depoente Célia Coutinho

prestou depoimento, representando o Instituto Bom Pastor. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às treze horas e vinte e dois minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para constar, eu,

, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

#### **18ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 1993**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, às dezesseis horas e cinco minutos, na Sala 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil para tratar de assuntos internos. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Moroni Torgan — Relator, Costa Ferreira, Fátima Pelaes, Paulo Dias Novaes e Etevalda Grassi de Menezes, membros efetivos; Chico Vigilante, Maria Luiza Fontenele, Maria Valadão e Maurici Mariano, membros suplentes. Não compareceram os membros titulares Eliel Rodrigues, Rita Camata, Robson Tuma, Célia Mendes, Beth Azize, Benedita da Silva e Tony Gel. Atas — Foram aprovadas as Atas das 12ª, 13ª e 14ª reuniões, que tiveram sua leitura dispensada a pedido do Deputado Moroni Torgan. Requerimentos — Foram aprovados os seguintes requerimentos de autoria da Deputada Marilu Guimarães 1) Solicita ao Presidente da Câmara sejam determinadas as providências para a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI; 2) Requer sejam convocados o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, bem como o Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santilo para prestarem depoimento perante a CPI. A Deputada Maria Luiza Fontenele encaminhou o documento: "Perfil da Menina Envolvida com Prostituição em Fortaleza", elaborado pelo Núcleo Cearense de Estudo e Pesquisa, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fizeram uso da palavra durante a reunião os Deputados Moroni Torgan, Maria Luiza Fontenele, Fátima Pelaes e Maria Valadão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para contar, eu,

, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

#### **19ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 1993**

Aos cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e três, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na Sala 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil para tomada do depoimento da Promotora de Justiça de Natal, Drª Arméli Marques Brennand e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Moroni Torgan — Relator, Rita Camata, Etevalda Grassi de Menezes, Benedita da Silva, Fátima Pelaes e Robson Tuma, membros efetivos; Maria Luiza Fontenele, Chico Vigilante e Maria Valadão, membros

suplentes. Não compareceram os membros efetivos Eliel Rodrigues, Paulo Dias Novaes, Célia Mendes, Beth Azize, Costa Ferreira e Tony Gel. A Senhora Presidente deu início aos trabalhos, convidando a Drª Arméli Marques Brennand a tomar assento à Mesa. A depoente prestou o compromisso na forma legal, falou sobre a matéria objeto de sua convocação e foi inquirida pelos Deputados Moroni Torgan, Benedita da Silva, Chico Vigilante, Maria Luiza Fontenele e Rita Camata. A Deputada Rita Camata solicitou fosse registrado junto ao Governo do Rio Grande do Norte a apreensão da CPI sobre a questão do tráfico, solicitando que as investigações sejam concluídas. Dando continuidade à pauta da reunião, a Senhora Presidente convidou o Ministro Celso Luiz Nunes Amorim a tomar assento à Mesa. O depoente prestou o compromisso na forma legal, falou sobre a matéria objeto de sua convocação e foi inquirido pelos Deputados Moroni Torgan, Benedita da Silva, Rita Camata e Maria Valadão. A Deputada Benedita da Silva solicitou fosse requerido ao Itamaraty informações sobre as medidas tomadas em relação às indicações constantes do Relatório da CPI do Extermínio referentes à questão da adoção de crianças no Brasil. O Deputado Moroni Torgan — Relator apresentou requerimento verbal, solicitando a quebra de sigilo bancário do Dr. Carlos Roberto Coelho Maia, Juiz da Vara da Infância e da Adolescência do Rio Grande do Norte, da Senhora Celma Socorro Santiago da Costa ou Costa Santiago — Curadora de Menores e Assistente Social e do Senhor João Batista Guilherme Caldas, Escrivão da Vara da Infância e da Adolescência do Rio Grande do Norte. O requerimento não foi votado. O Senhor Relator solicitou, ainda, fossem requeridos ao Itamaraty, bem como à Interpol informações sobre a conexão brasileira de Lucas di Nuzzo, cidadão italiano, denunciado pelo Deputado francês, Senhor Léon Schwartzberg, bem como fosse solicitado ao Itamaraty informações sobre quais organizações brasileiras ligadas a questão da criança têm recebido verba do exterior. A Deputada Maria Valadão solicitou fosse oficiado às autoridades competentes requerimento, solicitando a suspensão de todos os processos de adoção até que se tenha, realmente esclarecida a questão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e dez minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para constar, eu,

, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

#### **20ª Reunião, realizada em 18 de outubro de 1993**

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil e novecentos e noventa e três, às dez horas e dez minutos, na Assembleia Legislativa de Fortaleza-CE, sob a Presidência da Deputada Marilu Guimarães, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil para tomada de depoimento dos Senhores Paulo Duarte, Deputado Estadual; Dr. Laerte Ribeiro Nobre, Superintendente da Polícia Federal do Ceará; Drª Maria de Fátima Dourado, Presidente do Conselho Cearenses dos Direitos da Mulher; Drª Fátima Catunda Rocha M. de Andrade, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará; Dr. Francisco Quintino Farias, Secretário de Segurança Pública de Fortaleza; Drª Mônica Barroso, Defensora Pública; Drª Lillian Costa, Coordenadora da União das Mulheres Cearense; Frei Antônio José

Martins, Representante da Pastoral do Menor; Dr<sup>a</sup> Beliza Maria Guedes, Coordenadora do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua de Fortaleza; Rosa da Fonseca, Presidente da CPI da Prostituição de Fortaleza; Durval Ferraz, Relator da CPI da Prostituição de Fortaleza; Paulo Mindelo, Membro da CPI da Prostituição de Fortaleza. Estiveram presentes os Senhores Deputados Marilu Guimarães — Presidente, Moroni Torgan — Relator, Benedita da Silva, Fátima Pelaes e Etevalda Grassi de Menezes, membros efetivos; Chico Vigilante e Maria Luiza Fontenele, membros suplentes. Os depoentes prestaram o compromisso na forma legal e falaram sobre a matéria objeto de sua convocação. O depoente Paulo Duarte foi inquirido pelo Deputado Moroni Torgan. O Dr. Laerte Ribeiro Nobre foi inquirido pelo Deputado Moroni Torgan. A Dr<sup>a</sup> Fátima Catunda Rocha M. de Andrade foi inquirida pelos Deputados Moroni Torgan e Chico Vigilante. A Senhora Maria de Fátima Dourado foi inquirida pelos Deputados Moroni Torgan, Benedita da Silva e Maria Luiza Fontenele. A depoente Lílían Costa foi inquirida pelo Senhor Relator. O Dr. Francisco Quintino Farias foi inquirido pelos Deputados Moroni Torgan e Maria Luiza Fontenele, que solicitou fossem informados à CPI todos os procedimentos adotados pela Secretaria de Segurança, em razão das denúncias relativas à prostituição infanto-juvenil naquele Estado. A Senhora Presidente solicitou ao depoente que encaminhasse à CPI cópia de todos os inquéritos instaurados para apurar a questão da prostituição infanto-juvenil. O Frei Adolfo Serrepiro justificou a ausência do Frei Antônio José Martins e falou em nome da Pastoral do Menor, sendo inquirido pela Senhora Presidente e pelo Deputado Moroni Torgan. Às treze horas, a Senhora Presidente suspendeu a reunião.

Às dezesseis horas a Senhora Presidente reabriu os trabalhos e colocou em discussão requerimento do Senhor Relator, Deputado Moroni Torgan, solicitando a quebra do sigilo bancário de todos os indicados pela CPI da Prostituição da Câmara Municipal de Fortaleza, bem como pela CPI do Tráfico de Bebês da Assembléia Legislativa do Ceará e, ainda do Dr. Carlos Roberto Coelho Maia, Juiz da Vara da Infância e da Adolescência do Rio Grande do Norte, do Senhor João Batista Guilherme Caldas, Escrivão da Vara da Infância e Adolescência do Rio Grande do Norte e da Senhora Celma Socorro Santiago da Costa ou Costa Santiago, Curadora e Assistente Social. O requerimento foi colocado em votação e aprovado. Em seguida, a Senhora Presidente concedeu a palavra à Senhora Beliza Maria Guedes, que prestou o compromisso na forma legal e foi inquirida pela Deputada Benedita da Silva e pelo Senhor Relator que solicitou fosse encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Segurança do Estado do Ceará, bem como ao Ministério Público, solicitando sejam apuradas as denúncias apresentadas pela depoente. Em seguida, foi convocada a depor a Senhora Ângela de Alencar Ara-ripe Pinheiro, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança-UFCE, que prestou o compromisso na forma legal e foi inquirida pelos Deputados Moroni Torgan e Maria Luiza Fontenele. Encerrada a fase de depoimentos, a Senhora Presidente convidou os membros da CPI da Prostituição da Câmara Municipal de Fortaleza para procederem à entrega do Relatório daquela Comissão. Fizeram uso da palavra os Vereadores José Sarto, Presidente da Câmara Municipal; Rosa da Fonseca, Durval Ferraz e Paulo Mindelo, Presidente, Relator e membro da CPI Municipal, respectivamente. Das dezessete horas e quinze às dezoito horas e quinze minutos foi transmitido o vídeo que complementa o relatório da CPI Municipal de Fortaleza. Não compareceu para prestar depoi-

mento a Dr<sup>a</sup> Mônica Barroso, Defensora Pública. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às dezoito horas e vinte e um minutos. A reunião foi gravada e as notas taquigráficas, após decodificadas, comporão os autos do presente inquérito. E para constar, eu, **Maria do Amparo Bezerra da Silva**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.

## DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

O Deputado JOSÉ DUTRA, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, fez a seguinte

#### DISTRIBUIÇÃO Nº 37/93

Em 26-10-93

Ao Sr. NILSON GIBSON:

Projeto de Lei nº 4.233/93 — do Poder Executivo (Mensagem nº 688/93) — que “dispõe sobre a concessão de anistia, nas condições que menciona”.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 1993. — **Luiz Henrique Cascelli de Azevedo**, Secretário.

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

O Deputado JACKSON PEREIRA, Presidente em exercício da Comissão de Finanças e Tributação, fez a seguinte

#### DISTRIBUIÇÃO Nº 32/93

Em 25-10-93

Ao Deputado BASÍLIO VILLANI

Projeto de Lei nº 2.287/89 — do Sr. Carlos Cardinal — que “veda o corte do fornecimento de água por falta de pagamento”.

Ao Deputado CARLOS KAYATH

Projeto de Lei nº 3.697-A/93 — da Sr<sup>a</sup> Maria Laura — que “dispõe sobre a revisão do valor da pensão de servidor público federal civil, cujo óbito tenha ocorrido anteriormente à vigência da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”.

Ao Deputado GERMANO RIGOTTO

Projeto de Lei nº 4.160/93 — do Sr. Sidney de Miguel — que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, para bicicletas sem motor e sem dispositivos para troca de marchas”.

Ao Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Proposta de Fiscalização e Controle Nº 90/93 — do Sr. Nilson Gibson — que “solicita ao Tribunal de Contas da União a apuração de operação do perdão do ICMS da transação de aquisição de ações do Governo do Estado de Pernambuco”.

Ao Deputado LUIZ SALOMÃO

Proposta de Fiscalização e Controle Nº 89/93 — do Sr. Jackson Pereira — que “solicita que a Comissão de Finanças e Tributação requeira ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria abrangente, nas áreas contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional no Instituto de Resseguros do Brasil — IRB”.

Ao Deputado PAULO MANDARINO

Projeto de Lei nº 2.750/89 — do Sr. Carlos Cardinal — que “altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967,

permitindo a criação de concursos de prognósticos pelos Estados e Municípios, e dá outras providências”.

Ao Deputado WILSON MOREIRA

Projeto de Lei nº 4.200/93 — do Senado Federal (PLS Nº 149/91) — que “fixa prazo para a entrega dos recursos do PIN e PROTERRA aos fins a que se destinam”.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 1993. — **Maria Linda Magalhães**, Secretária.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇO PÚBLICO**

O Deputado PAULO PAIM, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, fez a seguinte

**DISTRIBUIÇÃO Nº 28/93**

**Em 25-10-93**

À Deputada MARIA LAURA

Projeto de Lei nº 5.306/90 — do Sr. Victor Faccioni — que “dispõe sobre a inalienabilidade de imóvel urbano distribuído nos programas sociais do Governo”.

Ao Deputado PAULO ROCHA

Projeto de Lei nº 4.209/93 — do Sr. Edson Silva — que “dispõe sobre a utilização do FGTS para aquisição de linhas telefônicas”.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 1993. — **Talita Yeda de Almeida**, p/Secretária.

**PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO**

## MESA

(Biênio 1993/94)

**Presidente:**  
INOCÊNCIO DE OLIVEIRA (PFL)

**1º Vice-Presidente:**  
ADYLSO MOTA (PDS)

**2º Vice-Presidente:**  
FERNANDO LYRA (PDT)

**1º Secretário:**  
WILSON CAMPOS (PMDB)  
**2º Secretário:**  
CARDOSO ALVES (PTB)  
**3º Secretário:**  
AÉCIO NEVES (PSDB)  
**4º Secretário:**

B. Sá (PP)

**Suplentes:**  
EDMAR MOREIRA (PP)

FRANCISCO COELHO (PFL)

JOÃO TEIXEIRA (PL)

## PARTIDOS, BLOCOS E RESPECTIVAS LIDERANÇAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**BLOCO PARLAMENTAR**  
(PFL/PTB/PSC/PRS)

**Líder: LUÍS EDUARDO**

**Vice-Líderes:**

Nelson Marquzelli  
Arolde de Oliveira  
Antonio Holanda  
Antonio dos Santos  
Átila Lins  
Carlos Kayath  
Efraim Morais  
Eraldo Tinoco  
Gastone Righ  
Jesus Tajra  
José Carlos Aleluia  
José Múcio Monteiro

Sarney Filho  
Maurício Calixto  
Messias Góis  
Nelson Morro  
Nelson Trad  
Ney Lopes  
Paes Landim  
Paulo Lima  
Roberto Jefferson  
Roberto Magalhães  
Rodrigues Palma  
Ronaldo Caiado

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

**PMDB**

**Líder: GENEBALDO CORREIA**

**Vice-Líderes:**

Cid Carvalho  
Chico Amaral  
Euler Ribeiro  
Fernando Diniz  
Geddel Vieira Lima  
Germano Rigotto  
João Almeida

José Luiz Clerot  
José Maranhão  
José Thomaz Nonô  
Manoel Moreira  
Maurílio Ferreira Lima  
Neuto do Conto  
Roberto Valadão

João Henrique  
João Thomé

Zaire Rezende

**PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR**

**PPR**

**Líder: JOSÉ LUIZ MAIA**

**Vice-Líderes:**

Gerson Peres  
Aécio Neves  
Amaral Netto  
José Lourenço  
Roberto Campos  
Armando Pinheiro  
Jonival Lucas

Eraldo Trindade  
Fernando Freire  
Paulo Duarte  
Victor Faccioni  
Marcelo Romano  
Basílio Vilani

**PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**

**PSDB**

**Líder: JOSÉ SERRA**

**Vice-Líderes:**

Sigmaringa Seixas  
Flávio Arns  
Adroaldo Streck  
Artur da Távola

Jabes Ribeiro  
Sergio Gaudenzi  
Geraldo Alckimin Filho  
Luiz Máximo  
Hervécio Castello

**PARTIDO POPULAR**

**PP**

**Líder: SALATIEL CARVALHO**

**Vice-Líderes:**

Avenir Rosa  
Mário Chermont  
José Linhares  
Benedito Domingos

Valdenor Guedes  
Pedro Valadares  
Marcelo Luz  
José Maria Eymael

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**

**PDT**

**Líder: LUIZ SALOMÃO**

**Vice-Líderes**

Miro Teixeira (1º Vice)  
Wilson Müller  
Mendonça Neto  
Carlos Lupi

Giovanni Queiroz  
Paulo Ramos  
Benedito de Figueiredo  
Edi Siliprandi

**PARTIDO DO TRABALHADOR**

**PT**

**Líder: VLADIMIR PALMEIRA**

**Vice-Líderes:**

José Dirceu (1º Vice)  
Jaques Wagner  
Valdir Ganzer  
Maria Laura

José Fortunati  
Hélio Bicudo  
Edésio Passos

**PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL**

**PRN**

**Líder: JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS**

**Vice-Líderes:**

Odelmo Leão (1º Vice)  
Elísio Curvo

Mavíael Cavalcanti  
Tony Gel

**PARTIDO LIBERAL**

**PL**

**Líder: VALDEMAR COSTA NETO**

**Vice-líderes:**

Jones Santos Neves  
João Teixeira

Getúlio Neiva

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

**PSB**

**Líder: MIGUEL ARRAES**

**Vice-Líderes:**

Luiz Piauhyllino (1º vice)  
Roberto França

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**

**PSD**

**Líder: ONAIREVES MOURA**

**Vice-Líderes:**

Édison Fidélis  
Parágrafo 4º, art. 9º R.I.

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

**PC do B**

**Líder: ALDO REBELO**

**Vice-Líderes:**

Sérgio Miranda

**PPS**

**PV**

Sidney de Miguel

**PRONA**

Regina Gordilho

**PSTU**

Ernesto Gradella

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder: ROBERTO FREIRE**

**Vice-Líderes:**

Ubiratan Aguiar  
Roseana Sarney  
João Almeida

Raul Belém  
Moroni Torgan



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Romel Anísio (PRN)  
1º Vice-Presidente: (PRN) Augustinho Freitas (PTB)  
2º Vice-Presidente: Fábio Meirelles (PDS)  
3º Vice-Presidente: Joni Varisco (PMDB)

#### PMDB

##### Titulares

Derval de Paiva  
Freire Júnior  
Hélio Rosas  
Ivo Mainardi  
João Thomé  
Joni Varisco  
José Belato  
Moacir Micheletto  
Odacir Klein  
Valdir Colato  
1 vaga (s)

##### Suplentes

Adelaide Neri  
Antonio Barbara  
Hilário Braun  
Neuto de Conto  
Roberto Rollemberg  
Virmondes Cruvinel  
5 vagas

#### PFL

##### Titulares

Adauto Pereira  
Francisco Coelho  
Iberê Ferreira  
Ivandro Cunha Lima (PMDB)  
Jonas Pinheiro  
Osvaldo Coelho  
Paulo Romano  
Ronaldo Caiado  
Waldir Guerra  
Waldir Guerra

##### Suplentes

Antônio Ueno  
Camilo Machado  
Fátima Pelaes  
Itsuo Takayama  
Jorge Khoury  
Lael Varela  
Leur Lomanto  
Osório Adriano  
Pascoal Novaes

#### PPR

##### Titulares

Arno Magarinos  
Avelino Costa  
Fábio Meirelles  
Leomar Quintanilha  
Hugo Biehl  
Osvaldo Bender  
Vasco Furlan

##### Suplentes

Aécio de Borba  
Carlos Azambuja  
Daniel Silva  
Roberto Balestra  
Fetter Júnior  
Maria Valadão  
Paulo Mourão

#### PDT

##### Titulares

Aldo Pinto  
Giovanni Queiroz  
Laerte Bastos  
Luiz Girão

##### Suplentes

Aroldo Goes  
Beraldo Boaventura  
Dércio Knop  
Junot Abi-Ramia

#### PSDB

##### Titulares

Felipe Mendes (PPR)  
Lazaro Barbosa (PMDB)  
Mauro Sampaio  
Wilson Moreira

##### Suplentes

Adroaldo Streck  
Antonio Faleiros  
Edmundo Galdino  
Jabes Ribeiro

#### PT

##### Titulares

Adão Pretto  
Luci Choinaki  
Pedro Tonelli  
Valdir Ganzer

##### Suplentes

Alcides Modesto  
José Cicote  
Tilden Santiago  
1 vaga

#### PP

##### Titulares

Osvaldo Reis  
Pedro Abrão  
Vadão Gomes

##### Suplentes

Delcino Tavares  
Pedro Valadares  
Reditário Cassol

#### PTB

##### Titulares

Augustinho Freitas  
Etevalda Grassi de Menezes  
Roberto Torres

##### Suplentes

Nelson Marquezelli  
Raquel Cândido  
Wilson Cunha

#### PRN

##### Titulares

Romel Anísio  
Tadashi Kuriki

##### Suplentes

Odelmo Leão  
Otto Cunha

#### PL

##### Titular

Ribeiro Tavares

##### Suplente

1 vaga

#### PSB

##### Titular

Álvaro Ribeiro

##### Suplente

Sérgio Guerra

#### PC do B

##### Titular

Sérgio Miranda

##### Suplente

1 vaga

#### PSD

##### Titular

Edison Fidelis

##### Suplente

Cleto Falcão

#### PSC

##### Titular

Luiz Dantas

##### Suplente

Antônio Holanda

#### PRS

##### Titular

José Aldo

##### Suplente

Israel Pinheiro

Secretário: José Maria de Andrade Cordova  
Ramal: 6978/6979/6981  
Reunião: 4ªs e 5ªs feiras - 10:00  
Sala 212 (Bloco das Lideranças)

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

Presidente: Maluly Netto (PFL)  
1º Vice-Presidente: Etevaldo Nogueira (PFL)  
2º Vice-Presidente: Pinheiro Landim (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Vivaldo Barbosa (PDT)

**PMDB**

**Titulares**

Airton Sandoval  
Aloísio Vasconcelos  
Alufzio Alves  
Domingos Juvenil  
Eliei Rodrigues  
Henrique Eduardo Alves  
Laprovita Vieira  
Nelson Proença  
Pinheiro Landim  
Roberto Valadão  
Walter Nory

**Suplentes**

Hélio Rosas  
Ibsen Pinheiro  
Ivandro Cunha Lima  
João Almeida  
João Henrique  
José Augusto Curvo  
Laire Rosado  
Pedro Irujo  
Zaire Rezende  
2 Vagas

**PFL**

**Titulares**

Ângelo Magalhães  
Arolde de Oliveira  
Etevaldo Nogueira  
Huberto Souto  
José Jorge  
Jose Mendonça Bezerra  
Luiz Viana Neto  
Maluly Netto  
Werner Wanderer

**Suplentes**

Antonio dos Santos  
César Bandeira  
Eduardo Martins  
Gilson Machado  
Ivânio Guerra  
Jerônimo Reis  
José Reinaldo  
Luciano Pizzatto  
Ruben Bento

**PPR**

**Titulares**

Beto Mansur  
Eraldo Trindade  
José Teles  
Paulo Duarte  
Roberto Campos  
Samir Tannus  
Sandra Cavalcanti

**Suplentes**

Arno Magarinos  
Carlos Virgílio  
Celso Bernardi  
Gerson Peres  
Javis Gaidzinski  
Luciano de Castro  
Telmo Kirst

**PDT**

**Titulares**

Beth Azize  
Edson Silva  
Elio Dalla-Vecchia  
José Vicente Brizola  
Vivaldo Barbosa

**Suplentes**

Cidinha Campos  
Edi Siliprandi  
Luiz Salomão  
Waldir Pires  
1 vaga (s)

**PSDB**

**Titulares**

Álvaro Pereira  
José Abrão  
Koyu Iha  
Paulo Silva

**Suplentes**

Deni Schwartz  
Flávio Arns  
Lézio Sathler  
Luiz Pontes

**PT**

**Titulares**

Irma Passoni  
Lourival Freitas  
Manoel Moreira (PMDB)  
Tilden Santiago

**Suplentes**

Florestan Fernandes  
Geddel Vieira Lima (PMDB)  
Luiz Gushiken  
Ricardo Moraes

**PP**

**Titulares**

José Diogo  
Valdenor Guedes  
1 vaga

**Suplentes**

Carlos Scarpelini  
Francisco Silva  
Sérgio Spada

**PTB**

**Titulares**

Luiz Moreira  
Matheus Iensen  
Paulo Heslander

**Suplentes**

Aldir Cabral  
Gastone Righi  
José Elías

**PRN**

**Titulares**

Fausto Rocha  
José Carlos Vasconcellos

**Suplentes**

Aroldo Cedraz  
Tadashi Kuriki

**PL**

**Titulares**

Ribeiro Tavares  
Valdemar Costa Neto

**Suplentes**

Flávio Rocha  
Jones Santos Neves

**PSB**

**Titular**

Ariosto Holanda

**Suplente**

Uldurico Pinto

**PC do B**

**Titular**

Flávio Derzi (PP)

**Suplente**

Vadão Gomes (PP)

**PSD**

**Titular**

Onaireves Moura

**Suplente**

Paulo de Almeida

**PSC**

**Titular**

César Souza (PFL)

**Suplente**

1 vaga

Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo  
Ramal: 6906/6907/6908/6910  
Reunião: 4ªs feiras - 10:00 - Plenário, sala 10

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: José Dutra (PMDB)  
1º Vice-Presidente: José Thomaz Nonô (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Jesus Tajra (PFL)  
3º Vice-Presidente: Sigmaringa Seixas (PSDB)

### PMDB

#### Titulares

Ary Kara  
João Natal  
José Dutra  
José Luiz Clerot  
José Thomaz Nonô  
Maurici Mariano  
Mendes Ribeiro  
Nelson Jobim  
Nilson Gibson  
Roberto Rollemberg  
Tarcisio Delgado

#### Suplentes

Armando Viola  
Chico Amaral  
Felipe Neri  
Nícias Ribeiro  
Valter Pereira  
5 Vagas

### PFL

#### Titulares

Antônio dos Santos  
Jesus Tajra  
Maurício Najar  
Messias Gois  
Ney Lopes  
Paes Landim  
Roberto Magalhães  
Tourinho Dantas  
Vilmar Rocha

#### Suplentes

Átila Lins  
Everaldo de Oliveira  
Jofran Frejat  
José Falcão  
Maluly Neto  
Maurício Calixto  
Nelson Morro  
Rubem Medina  
Ricardo Murad

### PDS

#### Titulares

Fernando Diniz (PMDB)  
Gerson Peres  
Ibrahim Abi-ackel  
José Maria Eymael  
Nestor Duarte (PMDB)  
Osvaldo Melo  
Paulo Mourão  
Prisco Viana

#### Suplentes

Armando Pinheiro  
Fernando Carrion  
Fernando Freire  
Jair Bolsonaro  
Jairo Azi  
Francisco Evangelista  
Vitório Malta  
1 Vaga

### PDT

#### Titulares

Benedito de Figueiredo  
Dércio Knop  
Vital do Rego  
Wilson Müller  
1 vaga (s)

#### Suplentes

Beth Azize  
Eden Pedroso  
Liberato Caboclo  
Mendonça Neto  
Paulo Portugal

### PSDB

#### Titulares

Helvécio Castello  
Luiz Máximo  
Moroni Torgan  
Sigmaringa Seixas

#### Suplentes

João Faustino  
Mauro Sampaio  
Paulo Silva  
1 vaga

### PT

#### Titulares

Edésio Passos  
José Dirceu  
José Genoíno  
Hélio Bicudo

#### Suplentes

Agostinho Valente  
Jaques Wagner  
Maria Laura  
Pedro Tonelli

### PP

#### Titulares

Benedito Domingos  
João de Deus Antunes (PPR)  
Reditário Cassol

#### Suplentes

Mário Chermont  
Mário de Oliveira  
Ernani Viana

### PTB

#### Titulares

Gastone Righi  
Mendes Botelho  
Nelson Trad

#### Suplentes

Antonio Morimoto  
Carlos Kayath  
Roberto Jefferson

### PRN

#### Titulares

Raul Belém  
Tony Gel

#### Suplentes

Cleonânicio Fonseca  
José Burnett

### PL

#### Titular

Robson Tuma

#### Suplente

Getúlio Neiva

### PSB

#### Titular

Roberto Franca

#### Suplente

Luiz Piauhyllino

### PC do B

#### Titular

Haroldo Lima

#### Suplente

Sérgio Miranda

### PSD

#### Titular

Irani Barbosa

#### Suplente

Édison Fidelis

### PSC

#### Titular

Augusto Farias

#### Suplente

Luiz Dantas

Secretário: Luiz Henrique Cascelli de Azevedo  
Ramal: 6922 a 6925  
Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras - 10:00 - Plenário, sala 1

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,  
MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

Presidente: Marco Penaforte (PSDB)  
1º Vice-Presidente: Luciano Pizzatto (PFL)  
2º Vice-Presidente: Maurício Calixto (PFL)  
3º Vice-Presidente: Carlos Scarpelini (PP)

**PMDB**

**Titulares**

Lúcia Vânia (PP)  
Luiz Soyer  
Tuga Angerami (PSDB)  
Virmondes Cruvinel  
Zila Bezerra

**Suplentes**

Rita Camata  
Valdir Colatto  
3 Vagas

**PFL**

**Titulares**

Eduardo Matias  
Luciano Pizzatto  
Maurício Calixto  
Roseana Sarney

**Suplentes**

Evaldo Gonçalves  
Ivan Burity  
Luiz Viana Neto  
Sarney Filho

**PPR**

**Titulares**

Amaral Netto  
Arnaldo Faria de Sá  
Cunha Bueno  
Marcos Medrado

**Suplentes**

Avelino Costa  
Pedro Novaes  
Paulo Duarte  
Célia Mendes

**PDT**

**Titulares**

Aroldo Goes

**Suplentes**

Edson Silva  
Laerte Bastos

1 vaga (s)

**PSDB**

**Titulares**

Fábio Feldmann  
Marco Penaforte

**Suplentes**

Elias Murad  
Geraldo Alckmin Filho

**PT**

**Titulares**

Paulo Delgado  
Sandra Starling

**Suplentes**

Benedita da Silva  
José Fortunati

**PP**

**Titulares**

Carlos Scarpelini  
Mário Chermont

**Suplentes**

Benedito Domingos  
Nan Souza

**PTB**

**Titular**

Mauro Fecury

**Suplente**

Hilário Coimbra

**PRN**

**Titular**

Euclydes Mello

**Suplente**

1 vaga

**PL**

**Titular**

Socorro Gomes (PC do B)

**Suplente**

João Teixeira

**PSB**

**Titular**

Nobel Moura (PP)

**Suplente**

Salatiel Carvalho (PP)

**PPS**

**Titular**

Roberto Freire

**Suplente**

Augusto Carvalho

**PV**

**Titular**

Sidney de Miguel

**Suplente**

Roberto França (PSB)

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Ramal: 6930/6931

Reunião: 4ªs feiras, 10:00 \_ Sala 13 Anexo \_ II Plenário

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: Márcia Cibilis Viana (PDT)  
1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PDT)  
2º Vice-Presidente: Vittorio Mediolli (PSDB)  
3º Vice-Presidente: Eraldo Tinoco (PFL)

**PMDB**

**Titulares**

Antonio Barbara  
Cid Carvalho  
Felipe Neri  
Gonzaga Mota  
Israel Pinheiro (PRS)  
João Fagundes  
Luiz Plauhyllino (PSB)

**Suplentes**

Adilson Maluf  
Aluizio Alves  
Ariosto Holanda (PSP)  
Freire Júnior  
Germano Rigoto  
Luiz Roberto Ponte  
1 Vaga

**PFL**

**Titulares**

Darci Coelho  
Eraldo Tinoco  
Gilson Machado  
José Carlos Aleluia  
José Múcio Monteiro  
Osório Adriano

**Suplentes**

Adauto Pereira  
Arolde de Oliveira  
Jonas Pinheiro  
José Jorge  
José Mendonça Bezerra  
Reinhold Stephanes

**PPR**

**Titulares**

Fetter Júnior  
Luciano de Castro  
Mauro Borges (PP)  
Pedro Pavão

**Suplentes**

Delfim Netto  
Basílio Villani  
Paulo Mandarinio  
Roberto Campos

**PDT**

**Titulares**

Márcia Cibilis Viana  
Marino Clinger  
Max Rosenmann

**Suplentes**

Giovanni Queiroz  
Mendonça Neto  
Paulo Ramos

**PSDB**

**Titulares**

Vittorio Mediolli  
Saulo Coelho

**Suplentes**

Jackson Pereira  
Koyu Iha

**PT**

**Titulares**

João Melão Neto (PL)  
Rubem Medina (PFL)

**Suplentes**

Aloizio Mercadante  
1 vaga

**PP**

**Titulares**

Renato Johnsson  
Ernani Viana

**Suplentes**

Luiz Carlos Hauly  
Pedro Abrão

**PTB**

|                                |                                  |
|--------------------------------|----------------------------------|
| <b>Titulares</b>               | <b>Suplentes</b>                 |
| João Mendes<br>Rodrigues Palma | Félix Mendonça<br>Roberto Torres |

**PRN**

|                                   |                            |
|-----------------------------------|----------------------------|
| <b>Titulares</b>                  | <b>Suplentes</b>           |
| Maviel Cavalcanti<br>José Burnett | Raul Belém<br>Romel Anísio |

**PL**

|                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| <b>Titular</b>     | <b>Suplente</b>     |
| Jones Santos Neves | Valdemar Costa Neto |

**PSB**

|                  |                 |
|------------------|-----------------|
| <b>Titular</b>   | <b>Suplente</b> |
| Javis Gaidzinski | 1 vaga          |

**PC do B**

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
| 1 vaga           | 1 vaga           |

Secretário: José Roberto Nasser  
Ramal: 7024 a 7026  
Reunião: 4ªs feiras - 10:00 - Plenário 209  
(Bloco das Lideranças)

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Ângela Amin (PDS)  
1º Vice-Presidente: Celso Bernardi (PDS)  
2º Vice-Presidente: João Henrique (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Roberto Balestra (PDC)

**PMDB**

|  |   |
|--|---|
| <b>Titulares</b>   | <b>Suplentes</b>  |
| Adelaide Neri<br>Gilvan Borges<br>João Henrique<br>José Augusto Curvo<br>Ubiratan Aguiar | Henrique Eduardo Alves<br>José Luiz Clerot<br>Sergio Ferrara<br>2 vagas |

**PFL**

|  |   |
|--|---|
| <b>Titulares</b>   | <b>Suplentes</b>  |
| Délio Braz<br>Ézio Ferreira<br>Marilu Guimarães<br>2 vagas | Darcy Coelho<br>Eraldo Tinoco<br>Oswaldo Coelho<br>Paulo Romano<br>1 vaga |

**PPR**

|   |  |
|---|--|
| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>   |
| Aécio de Borba<br>Ângela Amin<br>Celso Bernardi<br>Roberto Balestra | João Alves<br>João Tota<br>Vasco Furlan<br>Pauderney Avelino |

**PDT**

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
| Lucia Braga      | Carlos Lupi      |

**PSDB**

|   |  |
|---|--|
| <b>Titulares</b>                              | <b>Suplentes</b>                               |
| Paulo Ramos<br>Flávio Arns<br>Osmânio Pereira | Vital do Rego<br>José Abrão<br>Artur da Távola |

**PT**

|  |                                   |
|--|-----------------------------------|
| <b>Titulares</b>                       | <b>Suplentes</b>                  |
| Florestan Fernandes<br>José Fortunatti | Lourival Freitas<br>Paulo Delgado |

**PP**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| <b>Titulares</b>                                 | <b>Suplentes</b>         |
| Renildo Calheiros (PC do B)<br>Salatiel Carvalho | Costa Ferreira<br>1 vaga |

**PTB**

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Titulares</b>                          | <b>Suplentes</b> |
| Fábio Raunheiti<br>Ronivon Santiago (PPR) | 2 vagas          |

**PRN**

|                   |                      |
|-------------------|----------------------|
| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>     |
| Zé Gomes da Rocha | Wagner do Nascimento |

**PL**

|                |                   |
|----------------|-------------------|
| <b>Titular</b> | <b>Suplente</b>   |
| Álvaro Valle   | Welinton Fagundes |

**PPS**

|                         |               |
|-------------------------|---------------|
| <b>Titular Suplente</b> |               |
| Maria Valadão (PDS)     | Sérgio Arouca |

Secretário: Ronaldo Alves da Silva  
Ramal: 6903/6905/7010/7013  
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 \_ Plenário, sala 15

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Manoel Castro (PFL)  
1º Vice-Presidente: Jackson Pereira (PSDB)  
2º Vice-Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Carlos Kayath (PTB)

**PMDB**

|   |  |
|---|--|
| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>   |
| Gedel Vieira<br>Germano Rigotto<br>Haley Margon<br>José Lourenço (PPR)<br>Luiz Roberto Ponte<br>Pedro Novais (PPR)<br>Sérgio Naya | Adilson Maluf<br>Gonzaga Mota<br>Jose Geraldo<br>Nelson Jobim<br>Odacir Klein<br>Pinheiro Landim<br>1 Vaga |

**PFL**

|   |  |
|---|--|
| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>   |
| Benito Gama<br>João Carlos Bacelar (PSC)<br>José Falcão<br>Manoel Castro<br>Mussa Demes | Gustavo Krause<br>José Carlos Aleluia<br>Luís Eduardo<br>Roberto Magalhães<br>Simão Sessim |

|            |                     |                       |
|------------|---------------------|-----------------------|
| <b>PPR</b> | <b>Titulares</b>    | <b>Suplentes</b>      |
|            | Delfim Netto        | Fernando Diniz (PMDB) |
|            | Basílio Villani     | Fernando Freire       |
|            | Francisco Dornelles | Roberto Campos        |
|            | Paulo Mandarino     | José Maria Eymael     |

|            |                  |                         |
|------------|------------------|-------------------------|
| <b>PDT</b> | <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b>        |
|            | Eden Pedroso     | Carlos Alberto Campista |
|            | Luiz Salomão     | Clovis Assis            |
|            | Sergio Gaudenzi  | Dercio Knop             |

|             |                  |                  |
|-------------|------------------|------------------|
| <b>PSDB</b> | <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
|             | Jackson Pereira  | Moroni Torgan    |
|             | José Aníbal      | Sérgio Machado   |
|             | José Serra       | Wilson Moreira   |

|           |                    |                  |
|-----------|--------------------|------------------|
| <b>PT</b> | <b>Titulares</b>   | <b>Suplentes</b> |
|           | Aloízio Mercadante | José Dirceu      |
|           | Vladimir Palmeira  | Valdir Ganzer    |

|           |                   |                  |
|-----------|-------------------|------------------|
| <b>PP</b> | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b> |
|           | Luiz Carlos Hauly | Júlio Cabral     |
|           | Francisco Silva   | Flávio Derzi     |

|            |                  |                  |
|------------|------------------|------------------|
| <b>PTB</b> | <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
|            | Carlos Kayath    | Mauro Fecury     |
|            | Félix Mendonça   | João Mendes      |

|            |                      |                    |
|------------|----------------------|--------------------|
| <b>PRN</b> | <b>Titulares</b>     | <b>Suplentes</b>   |
|            | Otto Cunha           | Mavíael Cavalcanti |
|            | Wagner do Nascimento | Paulo Octávio      |

|           |                |                 |
|-----------|----------------|-----------------|
| <b>PL</b> | <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
|           | Flávio Rocha   | Robson Tuma     |

|            |                |                 |
|------------|----------------|-----------------|
| <b>PSB</b> | <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
|            | Sérgio Guerra  | 1 Vaga          |

Secretária: Maria Linda Magalhães  
Ramal: 6959/6960/6989  
Reunião: 4ªs feiras, 10:00 - Plenário, sala 5

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Alberto Haddad (PP)  
1º Vice-Presidente: Carlos Camurça (PP)  
2º Vice-Presidente: Neuto de Conto (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Elísio Curvo (PRN)

|             |                        |                  |
|-------------|------------------------|------------------|
| <b>PMDB</b> | <b>Titulares</b>       | <b>Suplentes</b> |
|             | Marcelo Barbieri       | Carlos Nelson    |
|             | Marcos Lima            | João Fagundes    |
|             | Neuto de Conto         | Jorio de Barros  |
|             | Paulo Titan            | 2 Vagas          |
|             | Sérgio Barcellos (PFL) |                  |

|            |                              |                  |
|------------|------------------------------|------------------|
| <b>PFL</b> | <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b> |
|            | Aracely de Paula             |                  |
|            | José Santana de Vasconcellos | Alacid Nunes     |
|            | Murilo Pinheiro              | Vicente Fialho   |
|            | Pascoal Novaes               | Werner Wanderer  |
|            | Ruben Bento                  | 1 vaga           |

|            |                   |                    |
|------------|-------------------|--------------------|
| <b>PPR</b> | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>   |
|            | Carlos Azambuja   | Fábio Meirelles    |
|            | Júlio Cabral (PP) | Francisco Diógenes |
|            | Vitório Malta     | Victor Faccioni    |
|            | 1 vaga            | Leomar Quintanilha |

|            |                      |                  |
|------------|----------------------|------------------|
| <b>PDT</b> | <b>Titulares</b>     | <b>Suplentes</b> |
|            | José Carlos Coutinho | Aldo Pinto       |
|            | Sérgio Cury          | Valdomiro Lima   |

|             |                  |                  |
|-------------|------------------|------------------|
| <b>PSDB</b> | <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
|             | Adroaldo Streck  | Álvaro Pereira   |
|             | João Faustino    | 1 vaga           |

|           |                   |                  |
|-----------|-------------------|------------------|
| <b>PT</b> | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b> |
|           | Agostinho Valente | Adão Pretto      |
|           | Alcides Modesto   | Sandra Starling  |

|           |                  |                  |
|-----------|------------------|------------------|
| <b>PP</b> | <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b> |
|           | Alberto Haddad   | Avenir Rosa      |
|           | Carlos Camurça   | José Felinto     |

|            |                |                 |
|------------|----------------|-----------------|
| <b>PTB</b> | <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
|            | Aldair Cabral  | Alceste Almeida |

|            |                |                   |
|------------|----------------|-------------------|
| <b>PRN</b> | <b>Titular</b> | <b>Suplente</b>   |
|            | Elísio Curvo   | Zé Gomes da Rocha |

|           |                |                 |
|-----------|----------------|-----------------|
| <b>PL</b> | <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
|           | João Teixeira  | Diogo Nomura    |

Secretária: Maria Eunice Torres Vilas Boas  
Ramal: 6944/6946  
Reunião: 4ªs feiras - 10:00 - Plenário, sala 21

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Ibsen Pinheiro (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Neif Jabur (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Sarney Filho (PFL)  
3º Vice-Presidente: Victor Faccioni (PDS)

### PMDB

| Titulares          | Suplentes              |
|--------------------|------------------------|
| Genebaldo Correia  | Efraim Moraes (PFL)    |
| Genésio Bernardino | Luiz Soyer             |
| Hermínio Calvino   | Maurílio Ferreira Lima |
| Ibsen Pinheiro     | Murilo Rezende         |
| Jório de Barros    | Nestor Duarte          |
| Luiz Henrique      | Zila Bezerra           |
| Mauri Sergio       | 2 Vagas                |

Neif Jabur

### PFL

| Titulares        | Suplentes        |
|------------------|------------------|
| Antonio Ueno     | Ângelo Magalhães |
| Átila Lins       | Benito Gama      |
| Evaldo Gonçalves | Jesus Tajra      |
| Jerônimo Reis    | Messias Góis     |
| Leur Lomanto     | Ney Lopes        |
| Nelson Morro     | Paes Landim      |
| Sarney Filho     | Tourinho Dantas  |

### PPR

| Titulares          | Suplentes         |
|--------------------|-------------------|
| Fernando Freire    | Djenal Gonçalves  |
| Francisco Diógenes | José Lourenço     |
| Pauderney Avelino  | José Teles        |
| Ruberval Piloto    | Oswaldo Melo      |
| Victor Faccioni    | Sandra Cavalcanti |

### PDT

| Titulares     | Suplentes     |
|---------------|---------------|
| Mendonça Neto | Amaury Müller |
| Neiva Moreira | Miro Teixeira |
| 1 vaga        | Sergio Cury   |

### PSDB

| Titulares       | Suplentes       |
|-----------------|-----------------|
| Artur da Távola | Jayme Santana   |
| Luiz Pontes     | José Anibal     |
| 1 vaga          | Rose de Freitas |

### PT

| Titulares         | Suplentes     |
|-------------------|---------------|
| Benedita da Silva | Eduardo Jorge |
| Haroldo Sabóia    | Hélio Bicudo  |
| Luiz Gushiken     | Irma Passoni  |

### PP

| Titulares        | Suplentes      |
|------------------|----------------|
| Costa Ferreira   | Alberto Haddad |
| Leopoldo Bessone | João Maia      |

Pedro Valadares

Marcelo Luz

### PTB

| Titulares        | Suplentes       |
|------------------|-----------------|
| Alceste Almeida  | Nelson Trade    |
| Annibal Teixeira | Rodrigues Palma |

### PRN

| Titulares     | Suplentes    |
|---------------|--------------|
| Aroldo Cedraz | Edmar Rocha  |
| Paulo Octávio | Fausto Rocha |

### PL

| Titular      | Suplente     |
|--------------|--------------|
| Diogo Nomura | Álvaro Valle |

### PSB

| Titular       | Suplente |
|---------------|----------|
| Miguel Arraes |          |

### PC do B

| Titular                | Suplente |
|------------------------|----------|
| Welinton Fagundes (PL) | 1 Vaga   |

### PSD

| Titular      | Suplente        |
|--------------|-----------------|
| Cleto Falcão | Onaíreves Moura |

### PRONA

| Titulares       | Suplente |
|-----------------|----------|
| Regina Gordilho | 1 vaga   |

Secretária: Andreia Maura Versiani de Miranda  
Ramal: 6993 a 6996  
Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10:00 \_ Plenário, sala 2

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Maurílio Ferreira Lima (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Euler Ribeiro (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Ivânio Guerra (PFL)  
3º Vice-Presidente: Eduardo Jorge (PT)

### PMDB

| Titulares              | Suplentes          |
|------------------------|--------------------|
| Armando Costa          | Eliel Rodrigues    |
| Euler Ribeiro          | Genésio Bernardino |
| Jorge Tadeu Mudalen    | Mercal Pimenta     |
| Maurílio Ferreira Lima | 6 vaga(s)          |
| Nilton Baiano          |                    |
| Olavo Calheiros        |                    |
| Paulo Novaes           |                    |
| Rita Camata            |                    |
| Zuca Moreira           |                    |

|                              |                         |   |                            |
|------------------------------|-------------------------|---|----------------------------|
| <b>PFL</b>                   |                         | <b>PRS</b>  |                            |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | <b>Titular</b>  | <b>Suplente</b>            |
| Everaldo de Oliveira         | George Takimoto         | Valter Pereira (PMDB)   | José Ulisses de Oliveira   |
| Fátima Pelaes                | Iberê Ferreira          | Secretária: Maria Inês de Bessa Lins                                    |                            |
| Ivânio Guerra                | Jairo Carneiro          | Ramal: 7018 a 7021  |                            |
| Jofran Frejat                | Marilu Guimarães        | Reunião: 4 <sup>as</sup> feiras, 10:00 _ Plenário, sala 10.             |                            |
| Laire Rosado (PMDB)          | Maurici Mariano (PMDB)  |   |                            |
| Pedro Corrêa                 | Maurício Najar          |   |                            |
| Reinhold Stephanes           | Ronaldo Caiado          |   |                            |
| Rivaldo Medeiros             | 1 vaga                  |   |                            |
| <b>PPR</b>                   |                         | <b>COMISSÃO DE TRABALHO,<br/>DE ADMINISTRAÇÃO E<br/>SERVIÇO PÚBLICO</b> |                            |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | Presidente: Paulo Paim (PT)   |                            |
| Avenir Rosa (PP)             | Eraldo Trindade         | 1º Vice-Presidente: Paulo Rocha (PT)                                    |                            |
| Célia Mendes                 | João Rodolfo            | 2º Vice-Presidente: Amaury Müller (PDT)                                 |                            |
| Djenal Gonçalves             | José Egydio             | 3º Vice-Presidente: Nelson Marquezelli (PTB)                            |                            |
| Geraldo Alckmin Filho (PSDB) | Ronivon Santiago        |   |                            |
| Waldomiro Fioravante (PT)    | Luci Choinachi (PT)     |   |                            |
| 1 vaga                       | Marcos Medrado          |   |                            |
| <b>PDT</b>                   |                         | <b>PMDB</b>   |                            |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| Cidinha Campos               | Giovanni Queiroz        | Adilson Maluf   | Haroldo Sabóia (PT)        |
| Clovis Assis                 | Lucia Braga             | Aldo Rebelo (PC do B)   | Hermínio Calvinho          |
| Liberato Caboclo             | Marino Clinger          | Chico Amaral  | João Natal                 |
| Maurício Campos (PL)         | Paulo Portugal          | Jamil Haddad (PSB)  | Nilson Gibson              |
| <b>PSDB</b>                  |                         | Maria Laura (PT)  | 2 vagas                    |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | Zaire Rezende   |                            |
| Antônio Faleiros             | Luiz Máximo             | <b>PFL</b>  |                            |
| Elias Murad                  | Osmânio Pereira         | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| Ubaldo Dantas                | Tuga Angerami           | Ivan Burity   | Ciro Nogueira              |
| <b>PT</b>                    |                         | Jaques Wagner (PT)  | Sérgio Barcellos           |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | José Cicote (PT)  | Waldomiro Fioravante (PT)  |
| Eduardo Jorge                | Chico Vigilante         | Luis Eduardo  | 2 vagas                    |
| João Paulo                   | Paulo Paim              | Wanda Reis  |                            |
| Paulo Bernardo               | Paulo Rocha             | <b>PPR</b>  |                            |
| <b>PP</b>                    |                         | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | Jair Bolsonaro  | Avenir Rosa                |
| Delcino Tavares              | Carlos Camurça          | José Luiz Maia  | Miguel Arraes (PSB)        |
| José Linhares                | Pinga-Fogo de Oliveira  | Raquel Cândido (PTB)  | Pedro Pavão                |
| 1 vaga                       | Renato Johnsson         |   | 1 vaga                     |
| <b>PTB</b>                   |                         | <b>PDT</b>  |                            |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| Roberto Jefferson            | Matheus Iensen          | Amaury Müller   | Benedito de Figueiredo     |
| Sérgio Arouca (PPS)          | 1 vaga                  | Carlos Alberto Campista   | Wilson Müller              |
| <b>PRN</b>                   |                         | <b>PSDB</b>   |                            |
| <b>Titulares</b>             | <b>Suplentes</b>        | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| Heitor Franco                | Euclydes Mello          | Jabes Ribeiro   | Sigmaringa Seixas          |
| 1 vaga                       | Flávio Palmier da Veiga | Edmundo Galdino   | Munhoz da Rocha            |
| <b>PL</b>                    |                         | <b>PT</b>   |                            |
| <b>Titular</b>               | <b>Suplente</b>         | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| Nelson Bornier               | Ribeiro Tavares         | Chico Vigilante   | Edésio Passos              |
| <b>PSB</b>                   |                         | Paulo Paim  | 1 vaga                     |
| <b>Titular</b>               | <b>Suplente</b>         | <b>PP</b>   |                            |
| Uldurico Pinto               | Roberto Franca          | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
| <b>PC do B</b>               |                         | Mário de Oliveira   | João de Deus Antunes (PPR) |
| <b>Titular</b>               | <b>Suplente</b>         | Marcelo Luz   | Oswaldo Reis               |
| Jandira Feghali              | 1 vaga                  | <b>PTB</b>  |                            |
|                              |                         | <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b>           |
|                              |                         | Ernesto Gradella (S/P)  | Luiz Moreira               |
|                              |                         | Nelson Marquezelli  | Mendes Botelho             |
|                              |                         | <b>PRN</b>  |                            |
|                              |                         | <b>Titular</b>  | <b>Suplente</b>            |
|                              |                         | Edmar Moreira   | Heitor Franco (PPR)        |



**PL****Titular**

Paulo Rocha (PT)

**Suplente**

João Paulo (PT)

**PPS****Titular**

Augusto Carvalho

**Suplente**

Roberto Freire

Secretário: Antonio Luís de Souza Santana

Ramal: 6887/6990/7004/7007

Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10:00 \_ Plenário, sala 11.

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Presidente: Francisco Rodrigues (PTB)

1º Vice-Presidente: Odelmo Leão (PRN)

2º Vice-Presidente: Carlos Virgílio (PPR)

3º Vice-Presidente: Murilo Rezende (PMDB)

**PMDB****Titulares**

Armando Viola  
 Carlos Benevides  
 Edison Andriano  
 Hilário Braun  
 Mario Martins  
 Mauro Miranda  
 Merval Pimenta  
 Murilo Rezende  
 Pedro Tassis  
 Ronaldo Perim  
 Sergio Ferrara

**Suplentes**

Carlos Nelson  
 Derval de Paiva  
 João Thome Mestrinho  
 José Belato  
 Marcos Lima  
 Nilton Baiano  
 Oswaldo Stecca  
 4 Vaga(s)

**PFL****Titulares**

Alacid Nunes  
 Camilo Machado  
 Ciro Nogueira  
 Itsuo Takayama  
 Jairo Carneiro  
 José Reinaldo  
 Lael Varella  
 Simão Sessim

**Suplentes**

Aracely de Paula  
 César Souza  
 José Múcio Monteiro  
 José Santana de Vasconcellos  
 Murilo Pinheiro  
 Mussa Demes  
 Waldir Guerra  
 1 vaga

**PPR****Titulares**

Carlos Virgílio  
 Daniel Silva  
 Fernando Carrion  
 João Alves  
 João Tota  
 Jairo Azi  
 Telmo Kirst

**Suplentes**

Hugo Biehl  
 Paulo Duarte  
 Prisco Viana  
 Salatiel Carvalho (PP)  
 Jonival Lucas  
 Victor Faccioni

**PDT****Titulares**

Carlos Lupi  
 Ricardo Murad (PFL)  
 Valdomiro Lima  
 1 vaga (s)

**Suplentes**

Beto Mansur  
 Etio Dalla-Vecchia  
 José Vicente Brizola  
 1 vaga (s)

**PSDB****Titulares**

Deni Schwartz  
 Jayme Santana  
 Lézio Sathler  
 Munhoz da Rocha

**Suplentes**

Fábio Feldmann  
 Marco Penaforte  
 Saulo Coelho  
 Vitória Mediolli

**PT****Titulares**

Beraldo Boaventura (PSDB)  
 Carlos Sanatan  
 Francisco Evangelista (PPR)  
 Ricardo Moraes

**Suplentes**

Armando Pinheiro (PPR)  
 Nilmário Miranda  
 Paulo Bernardo  
 1 Vaga

**PP****Titulares**

João Maia  
 José Felinto  
 Sérgio Spada

**Suplentes**

Carlos Roberto Massa  
 Carlos Scarpelini  
 Francisco Silva

**PTB****Titulares**

Antonio Morimoto  
 Francisco Rodrigues (PTB)  
 José Elias

**Suplentes**

Augustinho Freitas  
 Etevalda Grassi de Menezes  
 Fábio Raunheitti

**PRN****Titulares**

Flávio Palmier da Veiga  
 Odelmo Leão

**Suplentes**

Elísio Curvo  
 Tony Gel

**PL****Titular**

Nicias Ribeiro (PMDB)

**Suplente**

Maurício Campos

**PSB****Titular**

João Almeida (PMDB)

**Suplente**

Paulo Titan (PMDB)

**PC do B****Titular**

José Maranhão (PMDB)

**Suplente**

1 Vaga

**PSD**

|                  |                 |
|------------------|-----------------|
| <b>Titular</b>   | <b>Suplente</b> |
| Paulo de Almeida | Irani Barbosa   |

**PSC**

|                 |                     |
|-----------------|---------------------|
| <b>Titular</b>  | <b>Suplente</b>     |
| Antonio Holanda | João Carlos Bacelar |

**PRS**

|                          |                 |
|--------------------------|-----------------|
| <b>Titular</b>           | <b>Suplente</b> |
| José Ulisses de Oliveira | José Aldo       |

Secretário: Ronaldo de Oliveira Noronha  
 Ramal: 6973 a 6976  
 Reunião: 4ªs feiras, 10:00 \_ Plenário, sala 14.

#### COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Presidente: (PFL) Luiz Carlos Hauly (PP)  
 1º Vice-Presidente: Werner Wanderer (PFL)  
 3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PL)

**PMDB**

|                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| <b>Titulares</b>   | <b>Suplentes</b>   |
| Edmar Moreira      | Euler Ribeiro      |
| Helio Rosas        | Ivo Mainardi       |
| João Fagundes      | Luiz Henrique      |
| José Augusto Curvo | Mário Martins      |
| Marcelo Barbieri   | Pinheiro Landim    |
| Robson Tuma (PL)   | Virmondes Cruvinel |

**PFL**

|                  |                    |
|------------------|--------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b>   |
| Alacid Nunes     | Jesus Tajra        |
| Atila Lins       | Jofran Frejat      |
| Paes Landim      | Luciano Pizzatto   |
| Ricardo Murad    | Reinhold Stephanes |
| Werner Wanderer  | Roberto Magalhães  |

**PPR**

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| <b>Titulares</b>            | <b>Suplentes</b> |
| Antônio Morimoto            | Amaral Netto     |
| Etevaldo G. de Moraes (PTB) | Carlos Azambuja  |
| Fábio Meirelles             | Oswaldo Bender   |
| Fernando Carrion            | Jair Bolsonaro   |

**PDT**

|                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| <b>Titulares</b>   | <b>Suplentes</b>     |
| Elio Dalla-Vecchia | José Carlos Coutinho |
| Paulo Ramos        | Vivaldo Barbosa      |
| Wilson Müller      | 1 vaga               |

**PSDB**

|                  |                   |
|------------------|-------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b>  |
| José Aníbal      | Helvécio Castello |
| Moroni Torgan    | Paulo Silva       |

**PT**

|                     |                 |
|---------------------|-----------------|
| <b>Titular</b>      | <b>Suplente</b> |
| José Dirceu         | Hélio Bicudo    |
| Nelson Bornier (PL) | 1 vaga          |

**PP**

|                   |                  |
|-------------------|------------------|
| <b>Titulares</b>  | <b>Suplentes</b> |
| Luiz Carlos Hauly | José Linhares    |
| Mauro Borges      | Valdenor Guedes  |

**PTB**

|                  |                     |
|------------------|---------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b>    |
| Aldir Cabral     | Francisco Rodrigues |
| Raquel Cândido   | Paulo Heslander     |

**PRN**

|                |                 |
|----------------|-----------------|
| <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
| Heitor Franco  | 1 vaga          |

**PL**

|                 |                 |
|-----------------|-----------------|
| <b>Titular</b>  | <b>Suplente</b> |
| Maurício Campos | João Melão      |

**PSB**

|                |                 |
|----------------|-----------------|
| <b>Titular</b> | <b>Suplente</b> |
| Roberto Franca | Álvaro Ribeiro  |

Secretária: Marci Bernardes Ferreira  
 Ramal: 6998/7001/7002/6999/7000

#### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: Marcelino Romano Machado (PPR)  
 1º Vice-Presidente: João Rodolfo (PDS)  
 2º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT)  
 3º Vice-Presidente: (PP) Maria Luiza Fontenele (PSB)

**PMDB**

|                     |                        |
|---------------------|------------------------|
| <b>Titulares</b>    | <b>Suplentes</b>       |
| Carlos Nélon        | Édison Andrino         |
| Efraim Moraes (PFL) | Fernando Diniz         |
| José Geraldo        | Prisco Viana (PPR)     |
| Oswaldo Stecca      | Augusto Carvalho (PPS) |
| Pedro Irujo         | 1 vaga                 |

**PFL**

|                  |                   |
|------------------|-------------------|
| <b>Titulares</b> | <b>Suplentes</b>  |
| Vicente Fialho   | Etevaldo Nogueira |
| Jorge Khoury     | Ézio Ferreira     |
| César Bandeira   | Humberto Souto    |
| Gustavo Krause   | Pedro Corrêa      |

**PPR****Titulares**

Marcelino Roma Machado  
Armando Pinheiro  
Jonival Lucas  
João Rodolfo

**Suplentes**

Felipe Mendes  
Jairo Gaidzinski  
Sergio Brito  
José Diogo

**PDT****Titulares**

Junot Abi-Ramia  
Miro Teixeira

**Suplentes**

Luiz Girão  
1 vaga

**PSDB****Titulares**

Rose de Freitas  
Sérgio Machado

**Suplentes**

Helvécio Castello  
Ubaldo Dantas

**PT****Titulares**

George Takimoto (PFL)  
Nilmário Miranda  
Indicação pelo Of. 72/93

**Suplentes**

Carlos Santana  
Manoel Castro (PFL)

**PP****Titulares**

Maria Luiza Fontenelle (PSB)  
Nan Souza  
Indicação pelo Of. 88/93

**Suplentes**

Álvaro Ribeiro (PSB)  
Leopoldo Bessone

**PTB****Titular**

Hilário Coimbra  
Indicação pelo Of. 67/93

**Suplente**

Annibal Teixeira

**PRN****Titular**

Cleonânicio Fonseca

**Suplente**

José Carlos Vasconcellos

**PL****Titular**

1 vaga

**Suplente**

Nelson Bornier

**COMISSÕES ESPECIAIS**

**COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA, NOS  
TERMOS DO ART. 34, INCISO II, DO  
REGIMENTO INTERNO, PARA APRECIAR  
E DAR PARECER SOBRE TODOS OS PROJETOS  
DE LEI EM TRÂMITE NA CASA, RELATIVOS À  
REGULAMENTAÇÃO DO ART. 192  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Presidente: Deputado Benito Gama (PFL/BA)  
Vice-Presidente: Deputado José Lourenço (PPR/BA)  
Relator: Deputado Gonzaga Motta (PMDB/CE)

**Titulares****PFL**

Benito Gama  
Ricardo Fiúza  
Ézio Ferreira  
Gilson Machado  
José Múcio Monteiro

**Suplentes**

Basílio Villani (PPR)  
Mussa Demes  
Tourinho Dantas  
Paes Landim  
Roberto Magalhães

**PMDB**

Germano Rigoto  
Gonzaga Motta  
José Luiz Clerot  
Luís Roberto Ponte

Dejandir Dalpasquale  
Etevalda Grassi Menezes (PTB)  
José Dutra  
Odacir Klein

**PDT**

Liberato Caboclo  
Marino Clinger

Márcia Cibilis Viana  
Valdomiro Lima

**PPR**

José Lourenço  
Marcelino Romano Machado  
Paulo Mandarino

Fetter Júnior  
Roberto Campos  
Pauderney Avelino

**PSDB**

Jackson Pereira  
Beraldo Boaventura

José Serra  
Sérgio Gaudenzi

**PTB**

Gastone Righi

Rodrigues Palma

**PT**

José Fortunatti

Paulo Bernardo

**PL**

Jones Santos Neves

Flávio Rocha

Serviço de Comissões Especiais  
Local: Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretário: Sílvia Sousa da Silva  
Ramais: 7066/7067/7052

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1991, QUE "INSTITUI O  
SISTEMA DE ELEIÇÃO DISTRITAL MISTA NOS  
MUNICÍPIOS COM MAIS DE CEM MIL ELEITORES"**

Presidente: vago  
1º Vice-Presidente: Deputado Osmânio Pereira (PSDB/MG)  
Relator: Deputado Maluly Netto (PFL/SP)

**Titulares**

**Suplentes**

**PFL**

Ângelo Magalhães  
Nelson Morro  
Maluly Netto  
Vilmar Rocha

José Falcão  
Lael Varella  
Orlando Pacheco  
Simão Sessim

**PMDB**

Cid Carvalho  
João Almeida  
Tarcisio Delgado  
Luiz Henrique

Nelson Proença  
Mauri Sérgio  
Antônio Barbara  
Nilson Gibson

**PDT**

Miro Teixeira  
Vital do Rego

Amaury Müller  
Mendonça Neto

**PPR**

Adylson Motta  
Prisco Viana  
Pedro Novais

José Lourenço  
Vago  
Leomar Quintanilha

**PSDB**

Osmânio Pereira

Deni Schwartz

**PTB**

Cardoso Alves

Carlos Kayath

**PT**

José Dirceu

Paulo Delgado

**PL**

João Teixeira

Jones Santos Neves

Serviço de Comissões Especiais:  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino.  
Secretário: José Maria Aguiar de Castro  
Ramais: 7066/7067/7052

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 1991, QUE "ALTERA  
DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
(DESREGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA)"**

Presidente: Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE)  
1º Vice-Presidente: Deputado Fábio Meirelles (PPR/SP)  
2º Vice-Presidente: vago  
3º Vice-Presidente: Deputado Vladimir Palmeira (PT/RJ)  
Relator: Deputado Ney Lopes (PFL/RN)

**Titulares**

**Suplentes**

**PFL**

Paes Landim  
Renato Johnsson (PP)  
Ney Lopes  
vago

Evaldo Gonçalves  
Flávio Derzi  
Nelson Morro  
Wagner Nascimento (PRN)

**PMDB**

vago  
Maurílio Ferreira Lima  
Nelson Proença  
Walter Nory

vago  
Hermínio Calvinho  
Luiz Soyer  
vago

**PDT**

Márcia Cibilis Viana  
Valdomiro Lima

Aroldo Góes  
Beth Azize

**PPR**

Fábio Meirelles  
Roberto Campos  
Vago

Carlos Azambuja  
Marcelino Romano Machado  
Roberto Balestra

**PSDB**

Adroaldo Streck

Vittório Mediolli

**PTB**

Cardoso Alves

Paulo Heslander

**PT**

Vladimir Palmeira

Paulo Bernardo

**PL**

Diogo Nomura

Ribeiro Tavares

Serviço de Comissões Especiais:  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino.  
Secretário: Ângela Mancuso  
Ramais: 7066 e 7067

**COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR  
PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2.057,  
DE 1991, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DAS  
SOCIEDADES INDÍGENAS"**

Presidente: Deputado Domingos Juvenil (PMDB/PA)  
1º Vice-Presidente: Deputado João Fagundes (PMDB/RR)  
2º Vice-Presidente: Deputado Lourival Freitas (PT/AP)  
Relator: Deputado Luciano Pizzato (PFL/RR)

| Titulares  |             | Suplentes         |
|--|-------------|-------------------|
|  | <b>PFL</b>  |                   |
| Elísio Curvo   |             | Alacid Nunes      |
| Luciano Pizzato  |             | Átila Lins        |
| Ruben Bento  |             | George Takimoto   |
| Sérgio Barcellos   |             | Heitor Franco     |
| Tadashi Kuriki   |             | Tony Gel          |
|  | <b>PMDB</b> |                   |
| Domingos Juvenil   |             | Armando Costa     |
| João Fagundes  |             | Euler Ribeiro     |
| Valter Pereira   |             | Hermínio Calvino  |
| Zaire Rezende  |             | Mauri Sérgio      |
|  | <b>PDT</b>  |                   |
| Beth Azize   |             | Aroldo Góes       |
| Sidney de Miguel (PV)  |             | Giovanni Queiroz  |
|  | <b>PPR</b>  |                   |
| Avenir Rosa (PP)   |             | Pauderney Avelino |
| Maria Valadão  |             | Ângela Amin       |
| Luciano de Castro  |             | Célia Mendes      |
|  | <b>PSDB</b> |                   |
| Fábio Feldmann   |             | Edmundo Galdino   |
| Tuga Angerami  |             | Osmânio Pereira   |
|  | <b>PTB</b>  |                   |
| Francisco Rodrigues  |             | Alceste Almeida   |
|  | <b>PT</b>   |                   |
| Lourival Freitas   |             | Ricardo Morias    |
|  | <b>PL</b>   |                   |
| Flávio Rocha   |             | João Teixeira     |
|  | <b>PSB</b>  |                   |
| José Carlos Sabóia   |             | Uldurico Pinco    |
| Serviço de Comissões Especiais:<br>Anexo II - Sala 10 - Mezanino.<br>Secretário: Edil Calheiros Bispo<br>Ramal: 7069   |             |                   |
| <b>COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PARA APRECIAR<br/>E DAR PARECER SOBRE TODAS AS<br/>PROPOSIÇÕES, EM TRÂMITE NESTA CASA,<br/>REFERENTES À LEGISLAÇÃO ELEITORAL<br/>E PARTIDÁRIA, ESPECIFICAMENTE AS QUE<br/>DISPÕEM SOBRE INELEGIBILIDADE, LEI<br/>ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS,<br/>CÓDIGO ELEITORAL E SISTEMA ELEITORAL</b> |             |                   |
| Presidente: Deputado Roberto Magalhães (PFL/PE)<br>1º Vice-Presidente: vago<br>2º Vice-Presidente: Deputado Prisco Viana (PPR/BA)<br>3º Vice-Presidente: vago<br>Relator: Deputado João Almeida (PMDB/BA)  |             |                   |

| Titulares   |                | Suplentes            |
|---|----------------|----------------------|
|   | <b>PFL</b>     |                      |
| José Carlos Vasconcellos (PRN)  |                | Antonio Holanda      |
| José Santana de Vasconcellos  |                | Átila Lins           |
| Ney Lopes   |                | Evaldo Gonçalves     |
| Raul Belém  |                | Wagner do Nascimento |
| Roberto Magalhães   |                | Jesus Tajra          |
| Ronivon Santiago (PPR)  |                | José Burnett         |
| vago  |                | José Lourenço (PPR)  |
|   | <b>PMDB</b>    |                      |
| Armando Costa   |                | João Henrique        |
| Cid Carvalho  |                | Luiz Henrique        |
| João Almeida  |                | Pinheiro Landim      |
| Nelson Jobim  |                | Neuto de Conto       |
| Nicias Ribeiro  |                | Virmondes Cruvinel   |
| Valter Pereira  |                | Jório de Barros      |
|   | <b>PDT</b>     |                      |
| Miro Teixeira   |                | Wilson Müller        |
| Vital do Rego   |                | Edson Silva          |
|   | <b>PSDB</b>    |                      |
| Jorge Uequed  |                | Alvaro Pereira       |
| Jabes Ribeiro   |                | Sérgio Machado       |
|   | <b>PPR</b>     |                      |
| Gerson Peres  |                | Vitório Malta        |
| Prisco Viana  |                | Armando Pinheiro     |
| Sandra Cavalcanti   |                | Roberto Balestra     |
|   | <b>PTB</b>     |                      |
| Gastone Righi   |                | Carlos Kayath        |
| Rodrigues Palma   |                | Roberto Jefferson    |
|   | <b>PT</b>      |                      |
| Edésio Passos   |                | Hélio Bicudo         |
| José Dirceu   |                | Paulo Bernardo       |
|   | <b>PL</b>      |                      |
| Álvaro Valle  |                | Valdemar Costa       |
|   | <b>PP</b>      |                      |
| Benedito Domingos   |                | Mário Chermont       |
| Pedro Valadares   |                | Nan Souza            |
|   | <b>PSB</b>     |                      |
| Roberto Franca  |                | Luiz Piauhyllino     |
|   | <b>PC do B</b> |                      |
| Haroldo Lima  |                | Renildo Calheiros    |
| Serviços de Comissões Especiais<br>Anexo II - Sala 10 - Mezanino.<br>Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho<br>Ramais: 7066/7067/7052 |                |                      |

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E  
DAR PARECER SOBRE O PROJETO  
DE LEI Nº 3.710/93, QUE "INSTITUI O CÓDIGO  
DE TRÂNSITO BRASILEIRO", E SEU  
APENSADO, PL 3.684/93.**

Presidente: Deputado Gilson Machado  
1º Vice-Presidente: Deputado Aracely de Paula  
2º Vice-Presidente: Deputado Robson Tuma  
3º Vice-Presidente: Deputado Maviel Cavalcanti  
Relator: Deputado Beto Mansur

| Titulares                   |             | Suplentes            |
|-----------------------------|-------------|----------------------|
|                             | <b>PMDB</b> |                      |
| Armando Viola               |             | Ary Kara             |
| Haley Margon                |             | Hagahús Araújo       |
| Robeto Valadão              |             | Mario Martins        |
| Tarcísio Delgado            |             | Nilson Gibson        |
|                             | <b>PFL</b>  |                      |
| Aracely de Paula            |             | Efraim Moraes        |
| Gilson Machado              |             | Jairo Carneiro       |
| Itsuo Takayama              |             | Simão Sessim         |
|                             | <b>PPR</b>  |                      |
| Maria Valadão               |             | Antonio Morimoto     |
| Tadashi Kuriki              |             | Samir Tannus         |
| Francisco Evangelista       |             | Vasco Furlan         |
|                             | <b>PSDB</b> |                      |
| Lézio Sathler               |             | Luiz Máximo          |
|                             | <b>PT</b>   |                      |
| Carlos Santana              |             | Paulo Bernardo       |
|                             | <b>PP</b>   |                      |
| Pinga Fogo de Oliveira      |             | Carlos Roberto Massa |
|                             | <b>PTB</b>  |                      |
| Roberto Jefferson           |             | José Flias           |
|                             | <b>PRN</b>  |                      |
| Maviael Cavalcanti Tony Gel |             |                      |
|                             | <b>PL</b>   |                      |
| Robson Tuma                 |             | Wellinton Fagundes   |

Serviço de Comissões Especiais  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretário: Ruy Omar Prudêncio da Silva  
Ramais: 7066/7067

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FISCALIZAR  
E CONTROLAR DIRETAMENTE, E/OU POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA  
UNIÃO, OS ATOS DO PODER EXECUTIVO  
FEDERAL, DE SUA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
E INDIRETA, INCLUÍDAS AS FUNDAÇÕES  
E SOCIEDADES INSTITUÍDAS E MANTIDAS  
PELO PODER PÚBLICO FEDERAL**

Coordenador: Deputado Waldir Pires (PSDB)

| Titulares              |             | Suplentes              |
|------------------------|-------------|------------------------|
|                        | <b>PFL</b>  |                        |
| Alacid Nunes           |             | Délio Braz             |
| Jairo Carneiro         |             | Freire Júnior (PMDB)   |
| José Burnett           |             | Jesus Tajra            |
| Tony Gel (PRN)         |             | Maurício Calixto       |
|                        | <b>PMDB</b> |                        |
| Armando Costa          |             | Gilvan Borges          |
| Hérmino Calvino        |             | Ivo Mainardi           |
| João Natal             |             | João Fagundes          |
| Roberto Rollemberg     |             | Olavo Calheiros        |
|                        | <b>PDT</b>  |                        |
| Benedito de Figueiredo |             | Sérgio Gaudenzi (PSDB) |
| Waldir Pires (PSDB)    |             |                        |

|   |             |                           |
|---|-------------|---------------------------|
| Moroni Torgan   | <b>PSDB</b> | Flávio Arns               |
|   | <b>PPR</b>  |                           |
| José Diogo  |             | João de Deus Antunes      |
| Francisco Coelho (PFL)  |             | Marcos Medrado            |
|   | <b>PT</b>   |                           |
| Paulo Bernardo  |             | José Fortunati            |
|   | <b>PTB</b>  |                           |
| Luiz Moreira  |             | Felix Mendonça            |
|   | <b>PL</b>   |                           |
| Jarvis Gaidzinski (PPR)   |             | Wellington Fagundes (PPR) |
| Serviços de Comissões Especiais<br>Anexo II - Sala 10 Mezanino<br>Ramais 7066/7067/7052<br>Secretário: Hérís Medeiros Joffily |             |                           |

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 1989, QUE  
"ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 14,  
ALTERA OS §§ 5º, 6º E 7º DO MESMO  
ARTIGO E MODIFICA O ART. 82,  
TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"**

Presidente: vago  
1º Vice-Presidente: Deputado João Henrique (PMDB/PI)  
2º Vice-Presidente: Deputado João Magalhães Teixeira  
3º Vice-Presidente: Carrion Júnior  
Relator: Deputado Maurício Campos (PL/MG)

| Titulares  |             | Suplentes           |
|--|-------------|---------------------|
|  | <b>PFL</b>  |                     |
| Zé Gomes da Rocha (PPR)  |             | Leur Lomanto        |
| Oswaldo Coelho   |             | Sérgio Barcellos    |
| Pedro Valadares (PP)   |             | Paulo Octávio (PRN) |
|  |             | Antonio Ueno        |
|  | <b>PMDB</b> |                     |
| João Henrique  |             | Mário Martins       |
| Jurandyr Paixão  |             | Pedro Tassis        |
| Luiz Soyer   |             | vago                |
|  | <b>PDT</b>  |                     |
| Carrion Júnior   |             | Élio Della-Vecchia  |
| Valdomiro Lima   |             | Edésio Frias        |
| Benedito de Figueiredo   |             |                     |
|  | <b>PPR</b>  |                     |
| José Diogo   |             | José Lourenço       |
| Prisco Viana   |             | Samir Tannus        |
| 1 vaga   |             | 1 vaga              |
|  | <b>PSDB</b> |                     |
| Sigmaringa Seixas  |             | Aécio Neves         |
|  | <b>PT</b>   |                     |
| Edésio Passos  |             | vago                |
|  | <b>PTB</b>  |                     |
| Onaireves Moura  |             | Carlos Kayath       |
|  | <b>PL</b>   |                     |
| Maurício Campos  |             | Wellinton Fagundes  |
| Serviços de Comissões Especiais<br>Anexo II - Sala 10 - Mezanino<br>Secretária: Maria Helena Coutinho de Oliveira<br>Ramais: 7067 e 7066 |             |                     |

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A  
ACOMPANHAR AS CONSEQUÊNCIAS DA SECA  
NO NORDESTE, ASSIM COMO AS PROVIDÊNCIAS  
QUE ESTÃO SENDO TOMADAS PARA O  
ATENDIMENTO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS**

Presidente: Deputado José Carlos Vasconcelos (PRN/PE)  
1º Vice-Presidente: Deputado Everaldo de Oliveira (PFL/SE)  
2º Vice-Presidente: Deputado José Teles (PPR/SE)  
3º Vice-Presidente: Deputado Luiz Girão (PDT/CE)  
Relator: Deputado Pinheiro Landim (PMDB/CE)

**Titulares** **Suplentes**

**PMDB**

|                 |                 |
|-----------------|-----------------|
| Aluizio Alves   | Adylson Maluf   |
| João Henrique   | João Natal      |
| Nestor Duarte   | José Belato     |
| Nilson Gibson   | Neuto de Conto  |
| Odacir Klein    | Nelson Proença  |
| Pinheiro Landim | Olavo Calheiros |
| Zuca Moreira    | Roberto Valadão |

**PFL**

**Titulares** **Suplentes**

|                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| Antonio dos Santos   | Aroldo Cedraz (PRN) |
| Ciro Nogueira        | Francisco Coelho    |
| Efraim Moraes        | Humberto Souto      |
| Everaldo de Oliveira | Iberê Ferreira      |
| José Falcão          | Jorge Khoury        |
| Vicente Fialho       | Rivaldo Medeiros    |

**PPR**

**Titulares** **Suplentes**

|                |                 |
|----------------|-----------------|
| Aécio de Borba | Carlos Virgílio |
| Arno Magarinos | Daniel Silva    |
| José Teles     | Fernando Mendes |
| Vitório Malta  | Fernando Freire |
| João Rodolfo   | Hugo Biehl      |

**PDT**

**Titulares** **Suplentes**

|                        |               |
|------------------------|---------------|
| Benedito de Figueiredo | Edson Silva   |
| Luiz Girão             | Mendonça Neto |
| Vital do Rego          | Lúcia Braga   |

**PSDB**

**Titulares**

João Faustino  
Moroni Torgan  
Ubaldo Dantas

**Suplentes**

Jabes Ribeiro  
Jorge Uequed  
Paulo Silva

**PT**

**Titulares**

Alcides Modesto  
Chico Vigilante  
Sidney de Miguel (PV)

**Suplentes**

Jaques Wagner  
Luci Choinacki  
Valdir Ganzer

**PP**

**Titulares**

José Linhares  
Vadão Gomes

**Suplentes**

Ernani Viana  
Nan Souza

**PTB**

**Titulares**

Roberto Torres  
Wilson Cunha

**Suplentes**

Mauro Fecury  
Otto Cunha (PRN)

**PRN**

**Titular**

José Carlos Vasconcellos

**Suplente**

Tony Gel (PRN)

**PL**

**Titular**

Ribeiro Tavares

**Suplente**

Ayres da Cunha

**PSB**

**Titular**

Ariosto Holanda

**Suplente**

Álvaro Ribeiro

**PC do B**

**Titular**

Renildo Calheiros

**Suplente**

Haroldo Lima

Serviço de Comissões Especiais:  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretário: Antônio Fernando Manzan  
Ramal: 7061

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 1991, QUE "INTRODUZ  
MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA POLICIAL"**

Presidente: Deputado João Fagundes (PMDB/RR)  
1º Vice-Presidente: Deputado Wilson Müller (PDT/RS)  
2º Vice-Presidente: Deputado Moroni Torgan (PSDB/CE)  
3º Vice-Presidente: Deputado Aldir Cabral (PTB/RJ)  
Relator: Deputado Alacid Nunes (PFL/BA)

**Titulares**

**Suplentes**

|                       |                      |
|-----------------------|----------------------|
| <b>PFL</b>            |                      |
| Alacid Nunes          | Antônio dos Santos   |
| Paulo Heslander (PTB) | Arolde de Oliveira   |
| Roberto Magalhães     | Euclides Mello (PRN) |
| José Burnett (PRN)    | Evaldo Gonçalves     |

**PMDB**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Hermínio Calvino       | vago            |
| João Fagundes          | Ivo Mainardi    |
| Marcelo Barbieri       | Mário Martins   |
| Maurílio Ferreira Lima | Pinheiro Landim |

**PDT**

|               |        |
|---------------|--------|
| Paulo Ramos   | vago   |
| Wilson Müller | 1 vaga |

**PDS**

|                |                  |
|----------------|------------------|
| Daniel Silva   | José Teles       |
| Jair Bolsonaro | Roberto Balestra |

**PSDB**

|               |             |
|---------------|-------------|
| Moroni Torgan | Elias Murad |
|---------------|-------------|

**PT**

|               |        |
|---------------|--------|
| Edésio Passos | 1 vaga |
|---------------|--------|

**PTB**

|              |                       |
|--------------|-----------------------|
| Aldir Cabral | Antonio Holanda (PSC) |
|--------------|-----------------------|

**PL**

|               |             |
|---------------|-------------|
| João Teixeira | Robson Tuma |
|---------------|-------------|

**PP**

|             |              |
|-------------|--------------|
| Pedro Abrão | Júlio Cabral |
|-------------|--------------|

Serviço de Comissões Especiais  
Anexo II - Sala - Mezanino  
Secretária: Brunilde I. C. de Moraes  
Ramais: 7066/7067/7052  
Alteração: 4-11-1992

**COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA NOS TERMOS  
DO ART. 34, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO,  
PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODAS  
AS PROPOSIÇÕES EM TRÂMITE NESTA CASA  
REFERENTES À POLÍTICA NACIONAL  
DE HABITAÇÃO**

Presidente: Deputado Paulo Mandarino (PPR/GO)  
1º Vice-Presidente: Deputado Etevaldo Nogueira (PFL/CE)  
2º Vice-Presidente: Deputada Paulo Portugal (PDT/RJ)  
3º Vice-Presidente: Deputada Rose Freitas (PSDB/ES)  
Relator: Deputado Hélio Rosas (PMDB/SP)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

|                     |                    |
|---------------------|--------------------|
| Hélio Rosas         | Edison Andrino     |
| Sérgio Naya         | José Geraldo       |
| Luís Roberto Fontes | Freire Júnior      |
| Mauro Miranda       | José Augusto Curvo |
| Oswaldo Stecca      | Nícias Ribeiro     |
| Pedro Irujo         | Olavo Calheiros    |
| Zaire Rezende       |                    |

**PFL**

|                       |                  |
|-----------------------|------------------|
| César Bandeira        | Ciro Nogueira    |
| Etevaldo Nogueira     | Eduardo Matias   |
| Jorge Khoury          | Jairo Carneiro   |
| José Mendonça Bezerra | Marilu Guimarães |
| José Reinaldo         | Osório Adriano   |
| Ramalho Leite         |                  |

**PPR**

|                  |                   |
|------------------|-------------------|
| Armando Pinheiro | Felipe Mendes     |
| Fernando Carrion | Jarvis Gaidzinski |
| João Rodolfo     | José Diogo        |
| José Lourenço    | José Teles        |
| Prisco Viana     | Pauderney Avelino |
| Paulo Mandarino  | Telmo Kirst       |

**PDT**

|                |                 |
|----------------|-----------------|
| Luiz Salomão   | Max Rosenmann   |
| Miro Teixeira  | Edson Silva     |
| Paulo Portugal | Junot Abi-Ramia |
| Paulo Ramos    |                 |

**PSDB**

|                  |               |
|------------------|---------------|
| Antonio Faleiros | Laerte Bastos |
| Flávio Arns      | José Abrão    |
| Rosé de Freitas  |               |

**PT**

|                  |                |
|------------------|----------------|
| Edésio Passos    | Carlos Santana |
| Eduardo Jorge    | José Fortunati |
| Nilmário Miranda |                |

**PP**

|                 |                 |
|-----------------|-----------------|
| Delcimo Tavares | João Maia       |
| Pedro Abrão     | renato Johnsson |

|                            |                 |
|----------------------------|-----------------|
| Etevaldo Grassi de Menezes | Gastone Rghi    |
| Félix Mendonça             | Rodrigues Palma |

**PRN**

|               |                   |
|---------------|-------------------|
| Paulo Octávio | Zé Gomes da Rocha |
|---------------|-------------------|

**PL**

|                |                          |
|----------------|--------------------------|
| Ricardo Correa | Wellinton Fagundes (PPR) |
|----------------|--------------------------|

**PSB**

|                       |                    |
|-----------------------|--------------------|
| Maria Luiza Fontenele | José Carlos Sabóia |
|-----------------------|--------------------|

**PC do B**

|                |               |
|----------------|---------------|
| Sérgio Miranda | Socorro Gomes |
|----------------|---------------|

Serviço de Comissões Especiais:  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretário: Silvio Souza da Silva  
Ramais: 7065/7052



**DESTINADA A INVESTIGAR CRIMES DE  
"PISTOLAGEM" NAS REGIÕES CENTRO-OESTE  
E NORTE, ESPECIALMENTE NA CHAMADA  
ÁREA DO "BICO DO PAPAGAIO"**

**Requerimento nº 09/91 Prazo: 20/11/92 a 9/793**

Presidente: Deputado Freire Júnior Bloco/TO  
1º Vice-Presidente: Deputado Roberto Torres PTB/AL  
2º Vice-Presidente: Deputado Laerte Bastos PDT/RJ  
Relator: Deputado Edmundo Galdino PSDB/TO

**Titulares Suplentes**

|                      |                         |
|----------------------|-------------------------|
| <b>PFL</b>           |                         |
| César Bandeira (PFL) | Ruben Bento (PRN)       |
| Freire Júnior        |                         |
| Murilo Punheiro      |                         |
| <b>PMDB</b>          |                         |
| João Almeida         | Socorro Gomes (PC do B) |
| José Augusto Curvo   | Raquel Cândido (PTB)    |
| <b>PDT</b>           |                         |
| Mendonça Neto        | Aroldo Góes             |
| <b>PSDB</b>          |                         |
| Edmundo Galdino      | Moroni Torgan           |
| <b>PPR</b>           |                         |
| José Augusto Curvo   | Daniel Silva            |
| <b>PT</b>            |                         |
| Valdir Ganzer        | Alcides Modesto         |
| <b>PTB</b>           |                         |
| Roberto Torres       | Augustinho Freitas      |

Reuniões:

Local: Anexo II, Plenário nº

Secretário: Mário Coutinho - 318-7060

**DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS DE  
CONTRABANDO DE RECURSOS MINERAIS,  
MONOPÓLIO DE MINERADORAS SOBRE O  
SUBSOLO, CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS  
CLANDESTINOS E DESTRUIÇÃO  
DO MEIO AMBIENTE**

**Requerimento nº 15/91 Prazo inicial: 23-6-93 a 20-10-93**

Prorrogação: até

Presidente: Deputado Marcos Lima  
1º Vice-Presidente: Deputado Nilson Gibson  
2º Vice-Presidente: Deputado Ruben Bento  
3º Vice-Presidente: Deputado Elisio Curvo  
Relator: Deputado Eraldo Trindade

**Titulares Suplentes**

|                          |                        |
|--------------------------|------------------------|
| <b>PMDB</b>              |                        |
| Marcos Lima (MG)         | João Fagundes (RR)     |
| Nilson Gibson (PE)       | Fernando Diniz (MG)    |
| Paulo Titan (PA)         | Zila Bezerra (AC)      |
| <b>PFL</b>               |                        |
| Maurício Calixto (RO)    | Alacid Nunes (PA)      |
| Ruben Bento (RR)         | Atila Lins (AM)        |
| <b>PDS</b>               |                        |
| Eraldo Trindade (AP)     | Antônio Morimoto (RO)  |
| João Tota (AC)           | Pratini de Moraes (RS) |
| <b>PDT</b>               |                        |
| Paulo Ramos (RJ)         | Aroldo Góes (AP)       |
| <b>PSDB</b>              |                        |
| Adroaldo Streck (RS)     | Tuga Angerami (SP)     |
| <b>PT</b>                |                        |
| Agostinho Valente (MG)   | Lourival Freitas (AP)  |
| <b>PP</b>                |                        |
| Valdenor Guedes (AP)     | Júlio Cabral (RR)      |
| <b>PTB</b>               |                        |
| Francisco Rodrigues (RR) | Alceste Almeida (RR)   |
| <b>PRN</b>               |                        |
| Elísio Curvo (MS)        | Odelmo Leão (MG)       |

Local: Anexo II - Sala 10 - Mezanino

Secretária: Maria de Fátima Moreira Carvalho

Ramais: 7057 e 7059

**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
"DESTINADA A APURAR RESPONSABILIDADE  
PELA EXPLORAÇÃO E PROSTITUIÇÃO  
INFANTO-JUVENIL"**

**Resolução nº 41/93 Prazo: 28-5-93 a 26-9-93**

Presidente: Deputada Marilu Guimarães (PFL/MS)  
1º Vice-Presidente: Deputado Robson Tuma (PL/SP)  
2º Vice-Presidente: Deputada Benedita da Silva (PT/RJ)  
Relator: Deputado Moroni Torgan (PSDB/CE)

**Titulares Suplentes**

|                            |                              |
|----------------------------|------------------------------|
| <b>PMDB</b>                |                              |
| Eliel Rodrigues            | Maurici Mariano              |
| Paulo Novaes               | Socorro Gomes (PC do B)      |
| Rita Camata                | Virmondes Cruvinel           |
| <b>PFL</b>                 |                              |
| Fátima Pelaes              | Ciro Nogueira                |
| Marilu Guimarães           | vago                         |
| <b>PPR</b>                 |                              |
| Robson Tuma (PL)           | Maria Valadão                |
| Célia Mendes               | Maria Luiza Fontenelle (PSB) |
| <b>PDT</b>                 |                              |
| Beth Azize                 | Lucia Braga                  |
| <b>PSDB</b>                |                              |
| Moroni Torgan              | Rose de Freitas              |
| <b>PT</b>                  |                              |
| Benedita da Silva          | Chico Vigilante              |
| <b>PTB</b>                 |                              |
| Etevaldo Grassi de Menezes | Matheus Iensen               |
| <b>PP</b>                  |                              |
| Costa Ferreira             | Valdenor Guedes              |
| <b>PRN</b>                 |                              |
| Tony Gel                   | Zé Gomes da Rocha            |

Local: Anexo II - Sala 10 - Mezanino - 318-7058

Secretária: Maria do Amparo B. da Silva

**"DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO  
SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO"**

**Resolução nº 26/93 Prazo: 2-6-93 a 29-9-93**

Presidente: Deputado Flávio Palmier da Veiga  
1º Vice-Presidente: Deputado Alacid Nunes (PFL/PA)  
2º Vice-Presidente: Deputado Hélio Bicudo (PT/SP)  
Relator: Deputado Felipe Néri (PMDB/MG)

**Titulares Suplentes**

|                         |                        |
|-------------------------|------------------------|
| <b>PMDB</b>             |                        |
| João Fagundes           | João Natal             |
| Roberto Rollemberg      | Valter Pereira         |
| <b>PFL</b>              |                        |
| Alacid Nunes            | Aracely de Paula       |
| Flávio Palmier da Veiga | Fátima Pelaes          |
| <b>PP</b>               |                        |
| Osvaçdp Réis            | Valdenor Guedes        |
| <b>PSDB</b>             |                        |
| Osmânio Pereira         | Sigmaringa Seixas      |
| <b>PDT</b>              |                        |
| Edésio Fraix            | Benedito de Figueiredo |
| <b>PPR</b>              |                        |
| Vasco Furlan            | Daniel Silva           |
| <b>PT</b>               |                        |
| Hélio Bicudo            | Edésio Passos          |
| <b>PTB</b>              |                        |
| Aldir Cabral            | Feres Nader            |

Reuniões:

Local: Anexo II - Plenário nº 13 ou 17

Secretária: Carmem Guimarães Amaral - 318-7054

**DESTINADA A INVESTIGAR  
IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES  
DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.**

**Resolução nº 46/93      Prazo inicial: 13-8-93 a 10-12-93**

Prorrogação:

Presidente: Deputado Paulo Novaes (PMDB/SP)

1º Vice-Presidente: Deputado Olavo Calheiros (PMDB/AL)

2º Vice-Presidente: Deputado Mavíael Cavalcanti (PRN/PE)

3º Vice-Presidente: Deputado Agostinho Valente (PT/MG)

Relatora: Deputada Cidinha Campos (PDT/RJ)

| Titulares          |             | Suplentes         |
|--------------------|-------------|-------------------|
|                    | <b>PMDB</b> |                   |
| Armando Costa      |             | Nilton Baiano     |
| Olavo Calheiros    |             | Valter Pereira    |
| Paulo Novaes       |             | Zuca Moreira      |
|                    | <b>PFL</b>  |                   |
| Arolde de Oliveira |             | Jairo Carneiro    |
| Paes Landim        |             | Maurício Calixto  |
|                    | <b>PPR</b>  |                   |
| Chafic Farhart     |             | Eraldo Trindade   |
| Ronivon Santiago   |             | João Rodolfo      |
|                    | <b>PDT</b>  |                   |
| Cidinha Campos     |             | Wilson Müller     |
|                    | <b>PSDB</b> |                   |
| Moroni Torgan      |             | Sigmaringa Seixas |
|                    | <b>PT</b>   |                   |
| Agostinho Valente  |             | Edsésio Passos    |
|                    | <b>PP</b>   |                   |
| Francisco Silva    |             | Valdenor Guedes   |
|                    | <b>PTB</b>  |                   |
| Roberto Jefferson  |             | Nelson Trad       |
|                    | <b>PRN</b>  |                   |
| Mavíael Cavalcanti |             | Otto Cunha        |

Secretária: Ana Clara Fonseca Serejo

Anexo II, Plenário nº

Ramais: 7057/7059

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1991, QUE DÁ NOVA  
REDAÇÃO AO INCISO IV DO ARTIGO 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PERMITINDO  
A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA  
EFEITO DE FIXAÇÃO DO VALOR  
DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA  
E DA PENSÃO POR MORTE.**

Presidente: Deputado Rubem Medina

1º Vice-Presidente: Deputado Luiz Moreira

2º Vice-Presidente: Deputado Osvaldo Bender

3º Vice-Presidente: Deputado Zaire Rezende

Relator: Deputado Nilson Gibson

| Titulares                      |             | Suplentes          |
|--------------------------------|-------------|--------------------|
|                                | <b>PFL</b>  |                    |
| Jofran Frejat                  |             | Adauto Pereira     |
| Reinhold Stephanes             |             | Itsumi Takayama    |
| Rubem Medina                   |             | Lael Varella       |
| Waldir Guerra                  |             | Leur Lomanto       |
|                                | <b>PMDB</b> |                    |
| Chico Amaral                   |             | Harley Morgon      |
| Hermínio Calvino               |             | José Maranhão      |
| Zaire Rezende                  |             | Zuca Moreira       |
|                                | <b>PDT</b>  |                    |
| Amaury Müller                  |             | Marino Clinger     |
| Paulo Ramos                    |             | Lúcia Braga        |
|                                | <b>PPR</b>  |                    |
| Osvaldo Bender                 |             | Luciano Castro     |
| Vasco Furlan                   |             | Leomar Quintanilha |
|                                | <b>PSDB</b> |                    |
| Antonio Faleiros               |             | Jorge Uequed       |
|                                | <b>PT</b>   |                    |
| Paulo Paim                     |             | Adão Pretto        |
|                                | <b>PTB</b>  |                    |
| Luiz Moreira                   |             | Matheus Iensen     |
|                                | <b>PL</b>   |                    |
| Nelson Bornier                 |             | Ricardo Correa     |
|                                | <b>PP</b>   |                    |
| Benedito Domingos              |             | Costa Ferreira     |
| Serviço de Comissões Especiais |             |                    |
| Anexo II - Sala 10 - Mezanino  |             |                    |
| Secretária: Ângela Mancuso     |             |                    |
| Ramais: 7066/7067              |             |                    |

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR,  
"IN LOCO", UM LEVANTAMENTO PARA APURAR  
FATOS RELACIONADOS COM A NOTÍCIA DE  
POSSÍVEL MASSACRE DE INDÍGENAS NA ÁREA  
IANOMÂMI, NO ESTADO DE RORAIMA.**

COORDENADOR: Deputado Marco Penaforte (PSDB/CE)

| Deputado            | Partido/Estado | Gabinete | Ramal |
|---------------------|----------------|----------|-------|
| João Fagundes       | (PMDB/RR)      | 550      | 5550  |
| Pinheiro Landim     | (PMDB/CE)      | 636      | 5636  |
| Rita Camata         | (PMDB/ES)      | 903      | 5903  |
| Luciano Pizzatto    | (PFL/PR)       | 541      | 5541  |
| Luciano Castro      | (PPR/RR)       | 401      | 5401  |
| Ruben Bento         | (Bloco/RR)     | 524      | 5524  |
| Marco Penaforte     | (PSDB/CE)      | 238      | 5238  |
| Fábio Feldman       | (PSDB/SP)      | 473      | 5473  |
| Tuga Angerami       | (PSDB/SP)      | 562      | 5562  |
| Jackson Pereira     | (PSDB/CE)      | 923      | 5923  |
| Nan Souza           | (PP/MA)        | 315      | 5315  |
| Beth Azize          | (PDT/AM)       | 646      | 5646  |
| Paulo Delgado       | (PT/MG)        | *516     | 5516  |
| Francisco Rodrigues | (PTB/RR)       | 304      | 5304  |
| José Carlos Sabóia  | (PSB/MA)       | *285     | 5285  |
| Socorro Gomes       | (PC do B/PA)   | 404      | 5405  |
| Augusto Carvalho    | (PPS/DF)       | 216      | 5216  |
| Sidney de Miguel    | (PV/RJ)        | 931      | 5931  |

Gabinetes localizados no Anexo III da Câmara dos Deputados

Secretária: Edla Calheiros Bispo

Local: Câmara dos Deputados

Anexo II - sala 10 - Mezanino

Telefones: 318.7052/318-7066/318-7067

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A  
PROFERIR ESTUDOS VISANDO À  
REFORMA DO REGIMENTO INTERNA DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Presidente: Deputada Sandra Cavalcanti (PPR/RJ)  
Relator: Deputado Prisco Viana (PPR/BA)  
Supervisor: Deputado Adylson Motta (PPR/RS)

**Titulares**

**Suplentes**

**PFL**  
Romel Anísio (PRN)

**PMDB**  
Nelson Jobim

**PDT**  
Miro Teixeira

**PPR**  
Paulo Mandarino  
Prisco Viana

**PSDB**  
José Abrão

**PT**  
José Genoíno

**PTB**  
Gastoni Righi

**PSB**  
José Carlos Sabóia

**PRB**  
Israel Pinheiro

**PP**  
Costa Ferreira

**PDC**  
Paulo Mandarino

**PL**  
Avelino Costa (PPR)

Serviço de Comissões Especiais:  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretária: Héris Medeiros Joffily  
Ramal: 7065

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA  
A APRECIAR E DAR PARECER SOBRE  
O PROJETO DE LEI Nº 3.981/93, QUE "DISPÕE  
SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA  
DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO  
DE PRODUTOS QUE CONTENHAM  
ASBESTO/AMIANTO"**

Presidente: Virmondes Cruvinel  
1º Vice-Presidente: Nilton Baiano  
2º Vice-Presidente:  
3º Vice-Presidente:  
Relator: Antônio Faleiros

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**  
Haley Margon  
João Almeida  
Marco Lima

**Derval de Paiva**  
Jorge Tadeu Mudalen  
Lair Rosado

Nilton Baiano  
Virmondes Cruvinel

Paulo Dias Novaes  
Pedro Tassis

**PFL**

José Jorge  
Luciano Pizzatto  
Pedro Corrêa  
Vilmar Rocha

Evaldo Gonçalves  
George Takimoto  
Maurício Najar  
Rivaldo Medeiros

**PPR**

Paulo Duarte  
Paulo Mourão  
Tadashi Kuriki  
Maria Valadão

Antonio Morimoto  
Oswaldo Bender  
Paulo Mandarino  
Ruberval Pilotto

**PDT**

Liberato Caboclo  
Marino Clinger

Luiz Girão  
Paulo Portugal

**PSDB**

Adroaldo Streck  
Antonio Faleiros

Munhoz da Rocha  
Jabes Ribeiro

**PT**

Eduardo Jorge  
João Paulo

Luci Choinacki  
Paulo Delgado

**PP**

Pedro Abrão  
Marcos Medrado

João Maia  
José Maria Eymael

**PTB**

Matheus Iensen

Alceste Almeida

**PL**

Sérgio Brito

João Teixeira

**PRN**

Elísio Curvo

Wagner do Nascimento

**PSB**

Ariosto Holanda

Álvaro Ribeiro

Serviço de Comissões Especiais  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Secretária: Maria Helena C. de Oliveira  
Ramais: 7066/7067 \_ 15/9/93

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR,  
"IN LOCO", UM LEVANTAMENTO PARA APURAR  
FATOS RELACIONADOS COM A NOTÍCIA DE  
POSSÍVEL MASSACRE DE INDÍGENAS NA  
ÁREA IANOMÂMI, NO ESTADO DE RORAIMA.**

**COORDENADOR:** Deputado Marco Penaforte (PSDB/CE)

| Deputado                     | Partido<br>/Estado | Gabinete | Ramal |
|------------------------------|--------------------|----------|-------|
| João Fagundes (PMDB/RR)      |                    | 550      | 5550  |
| Pinheiro Landim (PMDB/CE)    |                    | 636      | 5636  |
| Rita Camata (PMDB/ES)        |                    | 903      | 5903  |
| Luciano Pizzatto (PFL/PR)    |                    | 541      | 5541  |
| Luciano Castro (PPR/RR)      |                    | 401      | 5401  |
| Ruben Bento (BLOCO/RR)       |                    | 524      | 5524  |
| Marco Penaforte (PSDB/CE)    |                    | 238      | 5238  |
| Fábio Feldman (PSDB/SP)      |                    | 473      | 5473  |
| Tuga Angerami (PSDB/SP)      |                    | 562      | 5562  |
| Jackson Pereira (PSDB/CE)    |                    | 923      | 5923  |
| Nan Souza (PP/MA)            |                    | 315      | 5315  |
| Beth Azize (PDT/AM)          |                    | 646      | 5646  |
| Paulo Delgado (PT/MG)        |                    | 516*     | 5516  |
| Francisco Rodrigues (PTB/RR) |                    | 304      | 5304  |
| José Carlos Sabóia (PSB/MA)  |                    | 285*     | 5285  |
| Socorro Gomes (PC do B/PA)   |                    | 404      | 5404  |
| Augusto Carvalho (PPS/DF)    |                    | 216      | 5216  |
| Sidney de Miguel (PV/RJ)     |                    | 931      | 5931  |

\*Gabinetes localizados no Anexo III da Câmara dos Deputados

Secretária: Edla Calheiros Bispo  
Local: Câmara dos Deputados  
Anexo II - Sala 10 - Mezanino  
Telefones: 318-7052/318-7066/318-7067

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 1991, QUE DÁ NOVA  
REDAÇÃO AO INCISO IV, DO ARTIGO 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PERMITINDO A  
VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO PARA EFEITO  
DE FIXAÇÃO DO VALOR DOS PROVENTOS DA  
APOSENTADORIA E DA PENSÃO POR MORTE.**

Presidente: Deputado Rubem Medina  
1º Vice-Presidente: Deputado Luiz Moreira  
2º Vice-Presidente: Deputado Osvaldo Bender  
3º Vice-Presidente: Deputado Zaire Rezende

Relator: Deputado Nilson Gibson

**Titulares**

**Suplentes**

|  |             |  |
|--|-------------|--|
|  | <b>PFL</b>  |  |
| Jofran Frejat<br>Reinhold Stephanes<br>Rubem Medina<br>Waldir Guerra   |             | Adauto Pereira<br>Itsuo Takayama<br>Lael Varella<br>Leur Lomanto |
|  | <b>PMDB</b> |  |
| Chico Amaral<br>Hermínio Calvinho<br>Nilson Gibson<br>Zaire Rezende  |             | Harley Margon<br>José Maranhão<br>Zila Bezerra<br>Zuca Moreira   |
|  | <b>PDT</b>  |  |
| Amaury Müller<br>Paulo Ramos   |             | Marino Clinger<br>Lúcia Braga                                    |
|  | <b>PPR</b>  |  |
| Osvaldo Bender<br>Vasco Furlan   |             | Luciano Castro<br>Leomar Quintanilha                             |
|  | <b>PSDB</b> |  |
| Antonio Faleiros   |             | Jorge Uequet   |
|  | <b>PT</b>   |  |
| Paulo Paim   |             | Adão Pretto  |
|  | <b>PTB</b>  |  |
| Luiz Moreira   |             | Matheus Iensen   |
|  | <b>PL</b>   |  |
| Nelson Bornier   |             | Ricardo Correa   |
|  | <b>PP</b>   |  |
| Benedito Domingos  |             | Costa Ferreira   |
| Serviço de Comissões Especiais<br>Anexo II - Sala 10 - Mezanino<br>Secretária: Ângela Mancuso<br>Ramais: 7066/7067 |             |  |